

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS – UFSCAR  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS – CECH  
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

**JUCINETH GLÓRIA DO ESPÍRITO SANTO VITAL DE CARVALHO**

**FRONTEIRAS E FRONTEIRIÇOS: “O EU E O OUTRO” NAS NARRATIVAS DE  
BRASILEIROS**

**São Carlos - SP**

**Setembro- 2017**

**JUCINETH GLÓRIA DO ESPÍRITO SANTO VITAL DE CARVALHO**

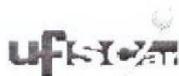
**FRONTEIRAS E FRONTEIRIÇOS: “O EU E O OUTRO” NAS NARRATIVAS DE  
BRASILEIROS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos para obtenção do título de doutora em Sociologia.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Inês Rauter Mancuso

**São Carlos - SP**

**Setembro - 2017**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas

Programa de Pós-Graduação em Sociologia

---

Folha de Aprovação

---

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a defesa de tese de doutorado do(a) candidato(a) Jucineith Glória do Espírito Santo Vital de Carvalho, realizada em 04/09/2017:

Prof(a). Dr(a). Maria Inês Rauter Mancuso  
UFSCar

Prof(a). Dr(a). Célia Regina de Toledo Lucena  
USP

Prof(a). Dr(a). Jérry Roberto Marin  
UFGD

Prof(a). Dr(a). Maria Aparecida de Moraes Silva  
UFSCar

Prof(a). Dr(a). Fábio José Bechara Sanchez  
UFSCar

Certifico que a sessão de defesa foi realizada com a participação à distância do membro Prof(a) Dr(a) Jérry Roberto Marin e, depois das arguições e deliberações realizadas, o(a) participante à distância está de acordo com o conteúdo do parecer da comissão examinadora redigido no relatório de defesa do(a) aluno(a) Jucineith Glória do Espírito Santo Vital de Carvalho.

Prof(a) Dr(a). Maria Inês Rauter Mancuso  
Presidente da Comissão Examinadora  
UFSCar

Embala-me o desejo de conhecer as veias abertas  
do mundo,

Nele me perco, conduzida pela avidez de minhas  
perguntas e inquietações.

Desconstruo, reconstruo e no movimento,  
aprendo.

Nasço!

Jucineth Glória (Cuiabá, 19/07/2017)

## **Agradecimentos**

À luz criadora e ao desejo de experienciar a vida nas diversas possibilidades, inclusive nos caminhos desconhecidos, o que fez nascer a inspiração, que impulsionou e deu a coragem necessária para viver novos desafios. Essa força me despertou, inspirou e trouxe-me para o doutorado no PPGS/UFSCar.

Ao corpo docente do Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos, pelo acolhimento, pelo processo de aprendizagem, pelos momentos partilhados na Academia.

Aos colegas da Pós Graduação, pelo convívio, pelas trocas e companheirismo neste longo processo de aprendizagem. Em especial, às amigas Jacqueline da Silva Costa e Giovana R. Ferreira Mendes.

À Secretaria do PPGS/UFSCar, na pessoa de Silmara Dionízio, sempre paciente e solícita nas orientações e encaminhamentos das questões burocráticas e documentais do curso.

Aos Professores da Escola Estadual 11 de Agosto, localizada na região da fronteira Brasil-Bolívia, na Ponta do Aterro – Comunidade Santa Clara do Monte Cristo, especialmente aos Professores Marcos Antônio Ribas Neira e Paulo César Ribas Neira, pelo acolhimento e atenção dispensada à realização deste trabalho.

A Assessoria Pedagógica da SEDUC/MT - Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso em Pontes e Lacerda e Vila Bela da Santíssima Trindade, Professora Neli José de Oliveira Alves, por todo auxílio dispensado na infraestrutura e planejamento do campo desta pesquisa.

À FAPEMAT – Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de Mato Grosso, pelo financiamento parcial deste estudo, por meio da concessão de bolsa de estudo de doutorado.

Às Instituições públicas Federais e do Estado de Mato Grosso, que compartilharam dados e informações que fundamentaram este trabalho: INDEA – Instituto de Defesa Agropecuária do Estado de Mato Grosso; INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária; APMT -Arquivo Público de Mato Grosso; NDIHR /UFMT - Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional da Universidade Federal de Mato Grosso; SEPLAN: Secretaria de Planejamento do Estado de Mato Grosso; Fundação Estadual do Meio Ambiente de MT; FUNAI – Fundação Nacional do índio e GEFRON – Grupo Especial de Segurança de Fronteira.

Á banca de qualificação de tese, composta pela minha orientadora, Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Inês Rauter Mancuso; Prof. Dr. Gabriel de Santis Feltran e Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Aparecida de Moraes Silva, agradeço imensamente todas as ponderações e contribuições advindas da análise do processo de pesquisa e da construção desta tese, todos os apontamentos foram extraordinariamente valiosos.

Á Prof<sup>a</sup>. Dra. Maria Aparecida de Moraes Silva, pela convivência, pelos momentos de aulas, seminários e estudos conduzidos com muita clareza, simplicidade, tranquilidade nas explicações e sugestões na realização dos trabalhos de pesquisa, sempre nos dando segurança e confiança para trilhar os caminhos metodológicos da História Oral e da Memória.

Á minha Orientadora, Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Inês Rauter Mancuso, sou imensamente grata pela atenção a mim dispensada nos momentos de estudos e pesquisas, pelos diálogos, reflexões, orientações, sugestões e ensinamentos. A nossa convivência foi um presente raro para a minha trajetória profissional e pessoal, agradeço a oportunidade de aprender com uma pessoa tão especial, de humanidade ímpar e simplicidade extrema, a sua capacidade de solidarizar-se comigo nos momentos mais difíceis desta jornada foi simplesmente admirável, me comoveu, marcou a minha vida. Muito Obrigada!

Ao Prof. Dr. Jérri Roberto Marin (UFGD/UFMS) pela atenção, apoio, correção e sugestões ao meu projeto de pesquisa apresentado ao PPGS/UFSCar, grata!

Aos meus pais Geraldo e Elizabeth, meus irmãos, sobrinhos e sobrinhas, por compartilhar desta minha caminhada “coletiva” em busca de novos conhecimentos e também, pelo carinho.

Á minha filha Thamíris, pelo apoio e carinho dispensado, sempre.

Ao meu esposo e companheiro de vida Sérgio Vital, por caminhar de mãos dadas comigo nesta jornada, sempre apoiando e respeitando os meus momentos e decisões.

A todas as pessoas, que mesmo não citadas neste texto, contribuíram direta ou indiretamente para a concretização deste trabalho.

Muito Obrigada a todos!

## RESUMO

Esta tese de doutorado resultou de um processo de pesquisa que foi desenvolvido num trecho da fronteira Brasil-Bolívia, no sudoeste de Mato Grosso. Para a realização do estudo, delimitou-se o período de 1940-2016 e uma extensão da área de fronteira que compreende as localidades rurais de Santa Clara do Monte Cristo, conhecida também como Ponta do Aterro ou Punta de La Carretera, parte da comunidade Nossa Senhora Aparecida e da comunidade de Morrinhos, que pertencem ao município de Vila Bela da Santíssima Trindade. No lado boliviano, a pesquisa abrangeu a Vila de San Vicente de La Frontera e parte de suas cercanias. O referido estudo buscou analisar os significados daquela fronteira na perspectiva dos distintos grupos de fronteiriços habitantes da região, compostos por: comerciantes, sitiantes, fazendeiros, servidores públicos, remanescentes do povo indígena “Chiquitano” e representantes do governo boliviano. Para tanto, foram realizadas investigações acerca do processo de ocupação e povoamento da região, as relações sociais, sociabilidades constituídas e as formas de territorialização empregadas por aquela sociedade. Os procedimentos metodológicos adotados foram: observação direta com registro em caderno de campo; entrevistas e pesquisa documental. A análise foi construída por meio do método indutivo, de cunho e abordagem qualitativa, empregando-se efetivamente as narrativas, apoiadas pelas ferramentas da história oral e o trabalho intensivo de campo, com a seleção e o contato direto com os sujeitos investigados. Em síntese, concluiu-se com o estudo que “o eu e outro” na fronteira Brasil-Bolívia delimitada se constituem a partir das diferenciações dos sujeitos e não apenas no fator nacionalidade, pois o limite pode se constituir de forma real ou imaginária, o que transparece nas relações sociais estabelecidas entre os sujeitos fronteiriços, inserindo-se: cultura, idioma, festas e outras formas de sociabilidades. A fronteira, nesse sentido, extrapola o significado de limite, da rigidez material da existência de um lugar físico. Ela transcende, encaminhando-se para os entre-lugares.

Palavras-chave: Fronteira; Fronteiriços; Territorialidade.

## **ABSTRACT**

This doctoral thesis resulted from a research process that was developed along a stretch of the Brazil-Bolivia border, in the southwest of Mato Grosso. In order to develop the study, the period 1940-2016 was delimited and an extension of the border area comprising the rural towns of Santa Clara do Monte Cristo, also known as Ponta de Aterro or Punta de La Carretera, part of the Nossa Senhora Aparecida and the community of Morrinhos, which belong to the municipality of Vila Bela da Santíssima Trindade. In the Bolivian side, the research covered the Vila de San Vicente de La Frontera and part of its surroundings. This study sought to analyze the meanings of that frontier in the perspective of the distinct frontier groups inhabitants of the region, composed of merchants, rural residents, farmers, public servants, remnants of the “Chiquitano” indigenous people and representatives of the Bolivian government. For that, investigations were made about the occupation and settlement process of the region, the social relations, constituted sociabilities and the forms of territorialization used by that society. The methodological procedures adopted were: direct observation with registration in field book; interviews and documentary research. The analysis was built using the inductive method, with a perspective and a qualitative approach, using narratives effectively, supported by oral history tools and intensive field work, with selection and direct contact with the investigated subjects. In sum, it was concluded with the study that "the self and other" in the boundary Brazil-Bolivia border are constituted from the differentiations of the subjects and not only on the nationality factor, since the limit can be constituted in a real or imaginary form, which transpires in the social relations established between frontier settlers, including: culture, language, parties and other forms of sociability. The frontier, in this sense, extrapolates the meaning of limit, of the material rigidity of the existence of a physical place. It transcends, heading for the between-places.

Keywords: Frontier; Border crossings; Territoriality.

## SUMÁRIO

|  |     |
|--|-----|
| APRESENTAÇÃO .....   | 15  |
| INTRODUÇÃO.....  | 26  |
| 1 SEÇÃO 1.....   | 37  |
| A ÁREA DE ESTUDO E METODOLOGIA DE PESQUISA .....   | 37  |
| 1.1 Área de estudo: descrição, localização, percursos e contextualização .....   | 37  |
| 1.1.1 A Fronteira: lado brasileiro.....  | 37  |
| 1.1.2 – A fronteira: A Bolívia e o oriente boliviano .....   | 51  |
| 1.2 O arcabouço metodológico: caminhos, métodos e fontes .....   | 54  |
| 2 SEÇÃO 2.....   | 61  |
| HISTÓRICO E CONSTITUIÇÃO DE TERRITORIALIDADES NA FRONTEIRA OESTE DE MATO GROSSO, DIVISA BINACIONAL BRASIL-BOLÍVIA .....              | 61  |
| 2.1 - A constituição da fronteira Brasil – Bolívia .....   | 61  |
| 2.2 - Uma abordagem conceitual sobre a fronteira e suas territorialidades.....   | 66  |
| 2.3 A fronteira e os fronteiriços: territorialidades e conflitos .....   | 72  |
| 2.4 O Estado Brasileiro e a ocupação da Fronteira Oeste na divisa internacional Brasil-Bolívia.....                                  | 78  |
| 3 SEÇÃO 3.....   | 86  |
| OS SIGNIFICADOS DA FRONTEIRA PARA OS FRONTEIRIÇOS BRASILEIROS E BOLIVIANOS: “O AQUI E O LÁ” O “EU E O OUTRO” .....                   | 86  |
| 3.1 Entrando em campo .....  | 86  |
| 3.2 – A fronteira na perspectiva dos fronteiriços brasileiros nativos não indígenas .....  | 93  |
| 3.2.1 – Nativos não indígenas entrevistados – idade entre 32 e 57 anos .....   | 94  |
| 3.2.2 – Nativos não indígenas entrevistados: faixa etária de aproximadamente 60 anos.....  | 109 |
| 3.2.3 – Nativos não indígenas entrevistados: faixa etária superior a 67 anos .....   | 123 |
| 3.3 - A fronteira na perspectiva dos migrantes fronteiriços: os estabelecidos e retornados .....                                     | 129 |
| 3.3.1 – A fronteira na perspectiva dos migrantes estabelecidos .....   | 130 |
| 3.3.2 – A fronteira na perspectiva dos migrantes retornados.....   | 137 |
| 3.4 – A fronteira na perspectiva dos fronteiriços nativos de origem indígena- chiquitano .....                                       | 143 |
| 3.5 O lado de lá: Os bolivianos da fronteira.....  | 150 |
| 3.5.1 Entrando na Bolívia .....  | 150 |
| 3.5.2 –A fronteira na perspectiva dos fronteiriços moradores da Bolívia.....   | 153 |
| 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....   | 162 |
| 5 SEÇÃO 5: ANEXOS.....   | 168 |
| 5.1 ANEXO MOSAICO DE FOTOS - INCURSÕES EM CAMPO MOSAICO DE FOTOS DAS INCURSÕES EM CAMPO – PESQUISA – A FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA..... | 168 |
| 5.2 ANEXO .....  | 203 |
| 5.2: DOCUMENTOS ARROLADOS .....  | 203 |
| 5.2.1 – Lei municipal nº 946/2011 - criação do Distrito de Santa Clara do Monte Cristo.....  | 204 |
| 5.2.2 – Lei Federal 13.178/2015 .....  | 206 |
| 5.2.3 – Notas Reversais de Roboré Brasil/Bolívia.....  | 210 |
| 5.2.4 - As comissões brasileiras demarcadoras de limites - breve notícia histórica .....   | 212 |
| 5.2.5 – Artigo de Jornal Local – Diário de Cuiabá .....  | 219 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....   | 222 |

## **LISTA DE SIGLAS**

APMT: Arquivo Público do Estado de Mato Grosso

BR: Rodovia Federal

BRA-BO: Brasil-Bolívia

FEMA: Fundação Estadual de Meio Ambiente

FUNAI: Fundação Nacional do Índio

GEFRON: Grupo Especial de Segurança de Fronteira

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INE: Instituto Nacional de Estadística Bolívia

INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MT: Estado de Mato Grosso

MT: Rodovia Estadual de Mato Grosso

NDHIR: Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional

P.A.: Projeto de Assentamento

SEPLAN: Secretaria de Planejamento do Estado de Mato Grosso

UFMT: Universidade Federal de Mato Grosso

## LISTA DE QUADROS

|   |           |
|---|-----------|
| <b>QUADRO 1- INCURSÕES NA ÁREA DE PESQUISA-CAMPO .....</b>                        | <b>30</b> |
| <b>QUADRO 2- GRUPO DE ENTREVISTADOS MORADORES NATIVOS NÃO<br/>INDÍGENAS .....</b> | <b>58</b> |
| <b>QUADRO 3- GRUPO DE ENTREVISTADOS MIGRANTES .....</b>                           | <b>59</b> |
| <b>QUADRO 4 GRUPO DE ENTREVISTADOS MIGRANTES RETORNADOS (TAUBATÉ)<br/>.....</b>   | <b>59</b> |
| <b>QUADRO 5- GRUPO DE ENTREVISTADOS NATIVOS INDÍGENAS .....</b>                   | <b>60</b> |
| <b>QUADRO 6- GRUPO DE ENTREVISTADOS FRONTEIRIÇOS BOLIVIANOS .....</b>             | <b>60</b> |

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

|  |           |
|--|-----------|
| <b>FOTO 1 - VIA PRINCIPAL DE ACESSO DE PONTES E LACERDA ATÉ A FAIXA DE FRONTEIRA INVESTIGADA MT-473 .....</b>  | <b>41</b> |
| <b>FOTO 2- ASPECTOS NATURAIS DA FAIXA DE FRONTEIRA INVESTIGADA- RIO GUAPORÉ .....</b>  | <b>41</b> |
| <b>FOTO 3- ENTRADA NA VILA MONTE CRISTO- P.A TRIUNFO.....</b>  | <b>42</b> |
| <b>FOTO 4 - ENTRADA DA VILA SANTA CLARA DO MONTE CRISTO.....</b>   | <b>42</b> |
| <b>FOTO 5- AVENIDA PRINCIPAL DE ACESSO À VILA SANTA CLARA DO MONTE CRISTO.....</b>   | <b>43</b> |
| <b>FOTO 6- IMAGEM DE NOSSA SENHORA APARECIDA, NA VIA PRINCIPAL DO DISTRITO, NA ESTRADA MT-265, NA FAIXA DA FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA ..</b>                         | <b>44</b> |
| <b>FOTO 7- HABITAÇÕES OCUPADAS POR PARTE DA POPULAÇÃO FRONTEIRIÇA BRASIL-BOLÍVIA .....</b>   | <b>45</b> |
| <b>FOTO 8- COZINHAS/FOGÕES UTILIZADOS POR PARTE DAS HABITAÇÕES DA POPILAÇÃO FRONTEIRIÇA BRASIL-BOLÍVIA .....</b>   | <b>46</b> |
| <b>FOTO 9- FAMÍLIA DE POPULAÇÃO FRONTEIRIÇA, FAIXA DE FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA .....</b>   | <b>46</b> |
| <b>FOTO 10- MORADOR DA FAIXA DE FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA, COMPONENTE DA POPULAÇÃO FROTEIRIÇA- COMUNIDADE SANTA CLARA DO MONTE CRISTO.....</b>                      | <b>47</b> |
| <b>FOTO 11- CRIANÇAS, ESTUDANTES DA ESCOLA MUNICIPAL LOCAL, MORADORAS DA FAIXA DE FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA- COMUNIDADE MORRINHOS .....</b>                         | <b>47</b> |
| <b>FOTO 12- PRÉDIO DA SUBPREFEITURA DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, NO DISTRITO DE SANTA CLARA DO MONTE CRISTO, NA FAIXA DE FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA.....</b> | <b>48</b> |
| <b>FOTO 13- ENTRADA DA COMUNIDADE NOSSA SENHORA APARECIDA, COMUNIDADE COMPOSTA, EM PARTE, POR MORADORES INDÍGENAS DE ORIGEM CHIQUITANO .....</b>                   | <b>48</b> |
| <b>FOTO 14- MORADIAS DE FAMÍLIAS INDÍGENAS CHIQUITANAS NA COMUNIDADE NOSSA SENHORA APARECIDA .....</b>   | <b>49</b> |
| <b>FOTO 15- ESCOLA ESTADUAL INDÍGENA NA COMUNIDADE NOSSA SENHORA APARECIDA .....</b>   | <b>50</b> |
| <b>FOTO 16- ESCOLA ESTADUAL INDÍGENA- ALUNOS CHIQUITANOS APRENDENDO A LÍNGUA MATERNA- COMUNIDADE NOSSA SENHORA APARECIDA .....</b>                                 | <b>50</b> |

## LISTA DE MAPAS

|   |           |
|---|-----------|
| <b>FIGURA 1- LOCALIZAÇÃO DE MATO GROSSO NO BRASIL.....</b>              | <b>38</b> |
| <b>FIGURA 2- MATO GROSSO E SUAS FRONTEIRAS .....</b>                    | <b>39</b> |
| <b>FIGURA 3- MAPA DE LOCALIZAÇÃO E VIAS DE ACESSO DA ÁREA DE ESTUDO</b> | <b>40</b> |
| <b>FIGURA 4- MAPA ETNO- HISTÓRICO DE ALFRED MÈTRAUX, 1948 .....</b>     | <b>73</b> |

## APRESENTAÇÃO

Nesta tese de doutoramento, busco analisar os significados de fronteira na perspectiva dos grupos fronteiriços, habitantes de uma região da fronteira internacional Brasil-Bolívia, no sudoeste de MT. A inspiração e motivação que mobilizaram a pesquisa e a escrita decorrem, primeiramente, de uma observação empírica da paisagem física e social do referido trecho, no sudoeste de Mato Grosso. As localidades observadas foram: Santa Clara do Monte Cristo, também conhecida como “Ponta do Aterro” ou “Punta de La Carretera”, parte da Comunidade Aparecida e Comunidade Morrinhos, pertencentes ao município de Vila Bela da Santíssima Trindade, no lado brasileiro, e a Vila de San Vicente de La Frontera, no lado boliviano. A observação realizada resultou de uma experiência de vida que passo a relatar.

A possibilidade de estabelecer qualquer tipo de relação com estudos fronteiriços tem, como base, alguns pressupostos e experiências pessoais ligados à minha formação e, também, à minha atuação profissional. Sou Geógrafa e Mestre em História. Do ponto de vista profissional, tenho 28 anos de trabalho dedicado à docência, fato este que me traz muitas realizações, apesar dos momentos de dúvidas, tristezas, desânimo, incertezas e decepções.

Penso que tais sentimentos fazem parte da fiação e delineamento da grande “trama” que é a existência humana. Viver e tornar-se protagonista da própria história! Aprender a ser! Eis aí um exercício bastante significativo, árduo, mas muito gratificante, como aponta Jacques Delors<sup>1</sup>. Nessa jornada docente que comecei, ainda na adolescência, fui privilegiada porque consegui transitar em todos os níveis de ensino, da pré-escola à pós-graduação. Isso me trouxe elementos reflexivos e diversificados, os quais, de certa maneira, podem justificar em mim traços de inquietude e de um tom, às vezes apressado, mas profundamente intenso na busca pela compreensão das “coisas da vida”.

Para atuar em diferentes níveis de ensino, seja por necessidade profissional, financeira, ou mesmo, por puro prazer, aprender rápido foi quase um requisito, uma condição, embora todas as aprendizagens, as metodologias e os saberes produzidos sejam questionáveis e, por vezes, questionados na escola, na vida cotidiana ou na academia.

Reflexões sobre as fronteiras e suas diferentes acepções já povoavam os meus pensamentos, desde as primeiras aulas de estudos sociais, no antigo primeiro grau. Sempre

---

<sup>1</sup> DELORS, J. **Educação: um tesouro a descobrir**. 2ª ed. São Paulo: Cortez. Brasília, DF: MEC/UNESCO, 2003, p. 99.

quis saber o porquê das guerras entre os países, do massacre, da dominação e do genocídio de um povo sobre o outro. Queria entender o que poderia fazer sentido na negação da vida, ou na condenação à morte.

Fazia-se importante questionar o atrelamento da existência às condições sub-humanas, à escravização, à discriminação, geradas pela dominação e pela guerra. Fundamentalmente, era necessária a busca pelo entendimento do conjunto de argumentos que poderiam conceder e autorizar o direito e/ou o domínio de um povo sobre o território do outro, sobre o seu mundo, sua família, seus valores, suas histórias, suas vidas e, por que não, dos direitos de apropriar-se de suas almas.

Essas questões sempre me intrigaram e muito me comoveram durante e depois dos meus primeiros anos de escola. Com o passar do tempo, com alguma maturidade pessoal e acadêmica, compreendi as razões desse processo o que, porém, não resolveu minhas inquietações e inconformismo. Afinal, no meu entendimento, o mundo não deveria ser assim.

Nos debates acadêmicos, mediante a análise de alguns conceitos trazidos pela literatura indicados nos planos de ensino de matérias relacionadas à Geografia Humana e à Geopolítica, novas concepções e abordagens sobre a organização e o funcionamento do mundo foram emergindo nas minhas reflexões. Nos moldes de um processo civilizador, calcado numa sistemática de produção excludente de reprodução capitalista, o mundo se tornava a cada dia mais complexo e, por isso mesmo, mais fascinante. Era como um chamado. Um mergulho mais intenso nessas complexidades seria uma questão de tempo, aliás, de pouco tempo.

Em 1991, licenci-me em Geografia e, posteriormente, em 1995, bacharel, na cidade de Cuiabá, pela Universidade Federal de Mato Grosso. Como professora de Geografia, em 1991, no meu ano de formação, lecionei para o ensino médio, com turnos divididos entre a escola pública e a privada, primeiramente no supletivo, depois no ensino regular e, em seguida, no pré-vestibular. A carreira docente exigia estudar, refletir e explicar os conflitos entre povos e países das mais diversas realidades: culturais, religiosas, políticas, territoriais... O mundo se tornava maior e mais complexo a cada dia, a cada unidade trabalhada em sala de aula.

Na condução da carreira, a indagação era companhia constante, uma vez que o mecanicismo das apostilas impunha limitações às diversas possibilidades do pensar. Estudar e pensar poderiam trazer à tona novas perguntas e novas respostas. As apostilas foram se

tornando obsoletas, superficiais e insuficientes. Resolvi, a partir de diversos pensadores, confeccionar o meu próprio material didático. Definitivamente, dei adeus às apostilas, previamente prontas e, no meu entender, limitadas.

Por anos a fio construí minha carreira, que sempre estava dividida entre o trabalho na escola pública, na escola particular, nas faculdades, nas universidades e na gestão escolar. O meu cotidiano se assentava em uma roda-viva. Estudar e trabalhar ao mesmo tempo, além de plausível, era opção necessária, especialmente por ter nascido em berço de família humilde e de poucos recursos financeiros. Nesse caso, para lutar por um salário decente e realização profissional, o estudo era um caminho e, mais que um propósito, era uma meta de vida, distante talvez de ser alcançada em toda a sua plenitude, mas com alguma possibilidade de ser conquistada. A esperança era alcançar um “lugar profissional” que garantisse, por assim dizer, certa dignidade financeira.

Trabalhava em Cuiabá, durante a semana. Era professora de Geografia do corpo docente do Estado de Mato Grosso e da Prefeitura Municipal. Nos finais de semana, a partir do vínculo de trabalho temporário estabelecido com três instituições de ensino superior privadas, ministrava módulos e/ou disciplinas em diversas cidades do interior de Mato Grosso. As disciplinas eram voltadas à formação em Cursos Superiores de Licenciatura e Especializações em Metodologia do Ensino.

No período de 2002 a 2007, fui designada como Assessora Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação, em um convênio de cooperação técnica entre as Secretarias de Educação do Estado e do Município. Nesse contexto, de 2002 ao início de 2004, coordenei o Setor de Projetos Educacionais, Legislação e Normas da FUNEC – Fundação Educacional de Cuiabá, uma Fundação Educacional mantida pela Secretaria Municipal de Educação e Prefeitura de Cuiabá.

Na ocasião, auxiliei o grupo de trabalho da FUNEC na elaboração do Projeto Pedagógico e autorização da UPC – Universidade Popular Comunitária de Cuiabá junto ao Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso. A UPC propunha uma formação diferenciada para jovens e adultos, que, por diversos motivos, pautados principalmente por razões de ordem econômica, social e/ou familiar, foram excluídos, na idade regulamentar, pelos sistemas de ensino (Municipal ou Estadual).

Em 2004, fui designada para assumir a Diretoria Administrativa - Pedagógica do CEMETEC – Centro Municipal de Educação Técnica e Tecnológica de Cuiabá, subordinado

também à FUNEC e à Secretaria Municipal de Educação de Cuiabá. O referido Centro de Educação tinha, como propósito, oferecer formação técnica e tecnológica para os Servidores Municipais que atuavam nas Escolas Municipais nas funções de: Técnico em Administração Escolar; Técnico em Manutenção e Infraestrutura Escolar e Técnico em Nutrição Escolar. Além dessas formações, o Centro também formava técnicos e auxiliares em Desenvolvimento Infantil para atuar nas Creches Municipais e Escolas Municipais de Educação Infantil de Cuiabá. Trabalhei aí até dezembro de 2007.

Em 2008, fui aprovada em Concurso Público Federal, no IFMT – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, Campus Pontes e Lacerda, como Professora de Geografia e Avaliação de Impactos Ambientais. Com o novo trabalho, mudei-me da capital do estado, Cuiabá, onde nasci e até então trabalhava, para Pontes e Lacerda, município do interior de Mato Grosso.

De 2008 a 2010, permaneci vinculada ao IFMT, e, ao mesmo tempo, à Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso. Dividia-me entre o trabalho no IFMT e no CEJA - Centro de Educação de Jovens e Adultos 6 de Agosto, onde assumi a Coordenação da área de Ciências Humanas, que reunia as disciplinas Geografia, História, Filosofia e Sociologia. Tratava-se de um projeto de ensino diferenciado para a EJA, no Estado de Mato Grosso. No início de 2011, pedi exoneração do cargo de Professora do Estado de Mato Grosso e requeri o regime de trabalho em dedicação exclusiva no IFMT. No biênio 2011-2012, além da docência, ocupei o cargo de Diretora de Ensino do Campus Pontes e Lacerda.

Pontes e Lacerda é um município próximo à fronteira do Brasil com a Bolívia, no sudoeste de Mato Grosso. Segundo estimativa do IBGE (2016), a população total é de aproximadamente 41.408 habitantes, distribuídos em uma área de aproximadamente 8.423 km<sup>2</sup>. Por apresentar alto índice de mortalidade por crimes de assassinato<sup>2</sup>, e, também por se constituir uma via importante para o corredor de narcotráfico e “rota de fuga” para a exportação de veículos furtados no Brasil para o país vizinho, o município é considerado violento.

O povoamento de Pontes e Lacerda originou-se de movimentos migratórios, em um primeiro momento, de refluxos populacionais. No decorrer da década de 60, significativos contingentes populacionais de migrantes dirigiram-se à ocupação da Amazônia mato-grossense, a priori, como uma política pública de Estado, denominada de “Marcha para

---

<sup>2</sup> Cf. As 300 cidades mais perigosas do Brasil, Site: Exame Abril, 18/07/2017. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/brasil/as-300-cidades-mais-perigosas-do-brasil/> (acesso em 18.11.2016: 13h)

Oeste”, que será explanada na tese. Não obtendo êxito e sem condições de retorno ao local de origem, esses grupos empenharam-se em atividades de exploração de madeira e extração de ouro. Posteriormente, com o município tomado pela atividade garimpeira, chegaram outras levadas de migrantes atraídos pelo ouro, e também por algumas outras expectativas de enriquecimento e ascensão econômica e social. Em 1979<sup>3</sup>, criou-se oficialmente o município.

A partir do exercício do trabalho docente no Instituto Federal, somado aos acontecimentos cotidianos que extrapolavam os limites físicos da Escola, pois se calcavam na troca de experiências com os alunos e alunas e nas interações possíveis entre a teoria e a realidade diária, constatava-se que, para a maioria dos discentes, a vida era dura. Às vezes, pode-se dizer que era muito cruel. Eram comuns os relatos de violência doméstica, de falta de oportunidades de emprego, de problemas ambientais, de falta de formação adequada e de conflitos e assassinatos pela posse e propriedade da terra, especialmente, na zona rural da cidade e nas proximidades da linha de fronteira.

Diariamente, no decorrer das aulas, essas questões, direta e indiretamente, iam surgindo e se impondo, às vezes de forma sutil e, outras vezes, de forma escancarada e, até mesmo, agressiva. A necessidade de compreensão daquela realidade fomentava uma relação que se articulava entre perguntas e respostas que ainda eram tímidas e superficiais, apenas com base na teoria e, por isso mesmo, iam germinando, dando um tom e uma velocidade mais intensa às minhas inquietudes.

Comecei a buscar mais informações sobre aquela realidade, que era local, mas entendia que se articulava a um sistema global. Era preciso conhecer a fronteira, os fronteiriços, suas relações sociais, suas sociabilidades, perspectivas e anseios. Alguns deles já estavam comigo na sala de aula: eram alunos e alunas advindos da zona rural.

Em 2010, na reunião pedagógica do segundo bimestre do IFMT em Pontes e Lacerda, junto aos meus pares, propus a realização de um estudo multidisciplinar sobre o município, via projeto de pesquisa, que, depois de muitas negociações e sob determinadas resistências e condições, foi aceito, desde que eu o coordenasse e me responsabilizasse pelas tarefas mais complexas. O referido projeto envolveu mais de 300 discentes de todas as turmas de ensino médio técnico. A princípio, a proposta era conhecer melhor a paisagem do município, seus conflitos, conformações, deficiências e ambiguidades.

---

<sup>3</sup>Em 29 de dezembro 1979, através da Lei Estadual 4.167, de autoria do então Deputado Estadual Ubiratan Spinelli, foi criado o município de Pontes e Lacerda, na gestão do Governador Frederico Campos, desmembrando para si parte do território pertencente à Vila Bela da Santíssima Trindade. Disponível em: <http://www.ponteslacerda.mt.gov.br/Historia-Municipio/> (acesso em 18.11.2016: 15h30)

Com as ideias na cabeça, nasceu o projeto intitulado “Construção do Mosaico Urbano de Pontes e Lacerda na Perspectiva dos Alunos do Ensino Médio Integrado - IFMT: um exercício de interação local x global”. O trabalho de pesquisa foi realizado durante um semestre (2010/2) e culminou com a apresentação e socialização dos resultados junto a toda comunidade local, em um grande evento científico, com apresentações culturais, palestras e exposições.

Houve uma repercussão bastante significativa sobre o referido trabalho na cidade. A participação da comunidade foi expressiva, inclusive com a presença de várias “autoridades locais”: grande parte dos secretários das pastas municipais e também do Prefeito. O resultado da pesquisa foi selecionado para apresentação em um evento maior da Instituição, que se realizou em Cuiabá, o qual versava sobre a produção do conhecimento a partir de experiências desenvolvidas na comunidade escolar. Culminou com a produção de um artigo científico, publicado nos Anais do próprio IFMT.

Os resultados dos estudos trazidos pela pesquisa foram marcos referenciais para a produção dos planos de ensino do Instituto, no ano seguinte, especialmente, por uma parte do grupo de docentes, aqueles que participaram do projeto. A concretização do projeto permitiu, também, o estabelecimento de uma maior proximidade entre a escola e a comunidade. O primeiro passo estava dado, mas muito haveria que se caminhar para ampliar o conhecimento do ambiente local detalhadamente.

A formação teórica precisava ser fortalecida e ressignificada na experiência de vida dos discentes. A minha vivência no ambiente escolar e as leituras me fizeram acreditar que essa seria uma estratégia eficaz para diminuir as distâncias e o estranhamento, tanto com a comunidade, que havia recebido a primeira Instituição Federal de Ensino em seus domínios, como com o segmento discente, que entendia a sua relação com a formação escolar oferecida pelo IFMT como diferente, inacessível e inatingível, o que acarretava uma considerável taxa de evasão. A relação escola – aluno - comunidade precisava ser construída, por adesão, confiança e laços de pertencimento. Nessa concepção, tal necessidade se evidenciava tanto no trabalho diário, como no próprio cotidiano do Instituto.

Para a concretização do citado projeto, acompanhei muitos discentes em estudos extraclasse. Já conhecia a metodologia de estudos de campo, havia me utilizado dela em várias ocasiões. Instituí essa prática nas disciplinas que ministrava, Geografia e Avaliação de Impactos Ambientais, que se compunham de estudos teóricos e de aulas de campo - visitas técnicas, levantamentos in loco, expedições e excursões - planejadas no início do período letivo.

Em uma viagem exploratória, visando o primeiro contato físico com o campo de estudo, para compor o planejamento de uma futura expedição, conheci Santa Clara do Monte Cristo, também chamada de “Ponta do Aterro” ou “Punta de La Carretera”, bem como, algumas comunidades do entorno, dentre as quais, a comunidade Aparecida. Embora não tenha atravessado a linha demarcatória para o lado boliviano, conheci a entrada de San Vicente de La Frontera, uma pequena comunidade rural pertencente ao território boliviano da fronteira binacional BRA-BO.

Com a visita e a realização de leituras sobre a região, tanto nos jornais locais e livros sobre a temática, identifiquei várias questões que, no meu entendimento, deveriam ser investigadas de forma mais aprofundada. A fronteira Brasil-Bolívia era uma imensidão em meio a um conjunto de contradições, conflitos e o seu desvelamento seria um novo desafio, ou talvez, uma daquelas experiências inesquecíveis que parecem só poderem ser gestadas no universo das histórias de ficção e aventuras.

Considerando as dimensões territoriais do Brasil, imaginar um estudo com o propósito de perscrutar a ressignificação da fronteira BRA - BO para os sujeitos que ali habitam, ou seja, para os fronteiriços, talvez fosse uma pretensão inalcançável, dados o tamanho da área, o difícil acesso e, de certa forma, a exposição a possíveis hostilidades e perigos. Era preciso pensar, encontrar as soluções e os caminhos viáveis, transformar o inatingível em possibilidade.

A partir da curiosidade e da necessidade de conhecer a fronteira e a realidade vivenciada pelos alunos e alunas em seu local de origem, a proposta de estudo ia tomando forma e corpo, tornando-se cada vez mais atrativa. Outro fator instigante também deveria ser considerado na realização do estudo: a informação de que, em meados da década de 90, soube-se da existência de povos indígenas na região cortada pela linha imaginária que concretizava a citada fronteira. Eram os remanescentes da nação indígena “Chiquitanos”<sup>4</sup>.

Essa informação, somada a outras já levantadas, ampliou as minhas indagações. Vieram à mente: e a expansão do agronegócio? E a situação desses grupos indígenas chamados “Chiquitanos”? E a questão da posse e propriedade de terras? E a violência local? O que determinaria os fatores de conflito ou de conformação e/ ou dissenso e consenso? O que isso poderia representar para a vida e as relações sociais estabelecidas naquele lugar? E as sociabilidades? As perguntas surgiam velozmente, mas ainda sem respostas.

---

<sup>4</sup> Pertencimento e identidade, territorialidade e Fronteira entre os chiquita nos no brasil e na Bolívia, Disponível em:<<http://seer.ufrgs.br/EspacoAmerindio/article/viewFile/29638/18783>>. Acesso em: 10.10.2013

Diante de tantas interrogações que me soaram relevantes e expressivas, elaborei o projeto de pesquisa inicial que, face aos processos reflexivos posteriores, sofreu alterações. Tais alterações fundamentaram-se num constante “amadurecimento de ideias”, viabilizado pela maior proximidade e intimidade com o objeto de estudo, em decorrência das próprias incursões no campo, como também, derivaram de outras leituras e interpretações que surgiram dos diálogos com a orientação e a banca de qualificação e que, nessa perspectiva, são profícuas na medida em que o foco central do estudo, que é o de analisar os significados da fronteira na perspectiva dos fronteiriços, foi se delineando.

O trabalho inicia-se na apresentação, onde faço um breve memorial sobre aspectos que julguei relevantes na minha trajetória de vida até me tornar pesquisadora. Relato as motivações e os percursos pessoais e profissionais que culminaram com o interesse e a descoberta da área e do objeto investigado. O resultado dos estudos realizados está estruturado em duas partes.

A primeira parte reporta o planejamento da entrada em campo, trata da definição da área de estudo, do problema da pesquisa, do arcabouço metodológico e dos pressupostos conceituais iniciais que darão suporte teórico à investigação do tema proposto. A segunda parte compõe-se do detalhamento da vivência na pesquisa, relata a organização, coleta, análise e contextualização dos dados levantados em campo. As citadas partes, por sua vez, estão subdivididas em seções, que serão explicitadas a seguir.

A primeira parte está composta de três seções: Introdução; Seção 1 – Área de estudo, definição do problema e metodologia de pesquisa; Seção 2 – Histórico e constituição de territorialidades na fronteira oeste de Mato Grosso, divisa Internacional Brasil-Bolívia. Na Introdução, de forma sucinta, delinheio o recorte da pesquisa realizada, os pressupostos iniciais, intencionalidades e delimitações espaço-temporais acerca da realidade local pesquisada. Em seguida, na Seção 1, apresento a área de estudos e os aspectos metodológicos da pesquisa. Na Seção 2, elaboro uma contextualização histórica acerca da constituição da fronteira estudada, dos fronteiriços e da sua territorialidade, bem como, do papel do Estado na ocupação daquela localidade.

Na segunda parte do estudo, busco trazer “o campo de pesquisa” para o texto, compõe-se pela seção 3, que se denomina: Os significados da fronteira para os fronteiriços brasileiros: “o aqui e o lá” o “eu e o outro”. Intencionou-se nesse item, a partir da seleção, classificação e agrupamento dos moradores fronteiriços do lado brasileiro, tecer uma “cartografia social” da área de estudo delimitada, sob a ótica daqueles moradores. Pretendeu-se evidenciar e reinterpretar as relações sociais, sociabilidades constituídas e os significados

de fronteira que foram incorporados pela população fronteiriça pesquisada naquela área. Nesse propósito, as subseções foram construídas no intuito de percorrer e desvendar a fronteira estudada nas “falas e silêncios” nas narrativas dos depoentes. Subdividiu-se a “colônia de entrevistados” em: nativos brasileiros não indígenas, migrantes moradores e migrantes retornados da área de estudo, nativos brasileiros de origem indígena e nativos bolivianos.

Quanto ao lado boliviano da fronteira estudada, pretendeu-se, a partir da perspectiva dos fronteirços entrevistados, administradores e moradores do lado boliviano, especificamente habitantes da Vila de San Vicente de La Frontera e algumas comunidades rurais bolivianas conhecidas como “pueblos”, localizar, demonstrar e descrever aspectos relevantes daquele país que caracterizam a faixa de fronteira estudada no país vizinho.

Ao investigar fronteirços do lado boliviano da área de estudo, intencionou-se pesquisar as relações sociais e sociabilidades estabelecidas com os brasileiros, os significados daquela fronteira na perspectiva daqueles sujeitos sobre a área estudada, analisar a percepção daqueles sobre a territorialidade fronteiriça na região. A referência básica continuou a ser a fronteira do lado brasileiro, e como esse lado entra naquele cotidiano.

No decorrer desse relato de pesquisa, buscou-se fazer uma incursão mais aprofundada sobre a constituição do espaço fronteiriço em estudo. Para isso, elaborou-se uma argumentação historiográfica com vistas à compreensão do quadro de ambiguidades sócio-políticas e históricas do qual essa fronteira derivou. Elaborou-se um panorama histórico da constituição da fronteira em estudo. Intencionou-se de forma sucinta contextualizar as origens da área delimitada, desde o processo de colonização do Brasil e das recorrentes alterações na sua extensão territorial, em decorrência, principalmente, das ações e interesses da coroa portuguesa desde o período colonial.

Na seção 4 do relato estão contidas as Considerações Finais, nesse item pretendeu-se produzir uma análise explicativa sobre o tema perscrutado. Buscou-se ainda, com base nas descobertas efetuadas, confrontar os objetivos e as hipóteses que nortearam a pesquisa com as constatações produzidas a partir da análise das entrevistas, avaliações dos dados levantados e dos documentos arrolados.

A seção 5 foi composta por anexos que julguei relevante incorporar ao trabalho desenvolvido, organizada em duas partes, a primeira está composta por um pequeno mosaico de fotografias, que intencionou demonstrar parte do trabalho realizado em campo, as imagens foram agrupadas por temas, conforme os desdobramentos das incursões na região pesquisada. A segunda parte, estruturou-se por um pequeno texto que faz referência à Bolívia, trazendo

em linhas gerais, alguns recortes que traçam um panorama geohistórico acerca daquele país. A sequência é composta por documentos compilados, que foram arrolados no decorrer da investigação e que também julguei relevante apresentar neste relato de estudo.

## **1ª Parte**

**Questões metodológicas: A apresentação do problema de investigação e a descrição da área de estudo – o planejamento**

## INTRODUÇÃO

O relato de pesquisa, ora apresentado, objetivou analisar o significado de fronteira na perspectiva dos grupos fronteiriços, habitantes de uma região da fronteira internacional Brasil-Bolívia, inserida na Amazônia legal, no sudoeste de Mato Grosso.

Para tanto, selecionou-se, como área de estudo, um trecho da faixa territorial da citada fronteira, que se localiza numa porção da zona rural do município mato-grossense de Vila Bela da Santíssima Trindade, composta pelo Distrito de Santa Clara do Monte Cristo, Morrinhos e parte da comunidade Aparecida. O Distrito de Santa Clara do Monte Cristo é também conhecido como “Ponta do Aterro” no lado brasileiro, ou, “Punta de La Carretera”, pelos fronteiriços bolivianos. Incorporou-se ainda neste mapeamento o Vilarejo de San Vicente de La Frontera, localizado em território boliviano.

Segundo informações obtidas in loco, “Ponta do Aterro” é uma denominação popular, decorrente do não asfaltamento da estrada vicinal MT -265, que atravessa o vilarejo, pois, apesar da realização dos serviços de terraplanagem, o asfalto não foi concretizado, o que deixou muita terra acumulada (aterro) às margens dessa via, dentro dos limites urbanos do então vilarejo de Santa Clara, atualmente, Distrito de Santa Clara do Monte Cristo, criado pela Lei Municipal nº 946/2011.

Conforme os dados trazidos pelas pesquisas de campo, a “Ponta do Aterro” é chamada pelos fronteiriços bolivianos de “Punta de La Carretera”, expressão empregada localmente em idioma espanhol. A expressão deriva do fato de haver, naquele distrito, até aproximadamente final da década de 1990, um entreposto de cargas e parada de caminhões que descarregavam os produtos nos barracões para, posteriormente, serem carregados por caminhões bolivianos. A fiscalização era realizada em San Vicente de La Frontera, porém, com a implementação do posto de fiscalização na BR - 070, nas proximidades do município brasileiro de Cáceres - MT fazendo divisa com San Matias, vilarejo boliviano, reduziu-se o trânsito de veículos e cargas na “Ponta do Aterro”. A fiscalização atual é feita pela polícia de fronteira – GEFRON, na divisa de Cáceres com San Matias e, em vários outros pontos da faixa fronteira, pela Polícia Militar de Mato

Grosso. Fiscaliza-se o trânsito de pessoas, de cargas e veículos naquela faixa de fronteira binacional.

No final da década de 1990, com a extinção do entreposto de cargas na “Ponta do Aterro”, atualmente denominada comunidade de Santa Clara do Monte Cristo, após passar pela fiscalização sanitária no lado brasileiro, que é realizada pelo INDEA, os “caminhoneiros ou carreteiros” têm um novo ponto de parada no lado boliviano, em San Vicente de La Frontera. A denominação “Punta de La Carretera”, referindo-se à estrada que interliga os citados vilarejos brasileiro e boliviano, respectivamente, deriva da memória da existência daquele posto de parada na estrada que interliga BRA - BO, ora extinto, na “Ponta do Aterro”.

Na área investigada, a população fronteiriça é composta por:

- 1) migrantes originários de movimentos de ocupação da Amazônia legal, especialmente a partir da segunda metade do século XX;
- 2) nativos da região, tanto no lado brasileiro quanto boliviano da fronteira;
- 3) descendentes de indígenas e/ ou mestiços, habitantes da fronteira, os “Chiquitanos”;

A antropóloga e professora Joana A. Fernandes Silva (UFG), no seu artigo *Identities e Conflitos na Fronteira: Poderes locais e os Chiquitanos* (2008), explica o uso do plural na denominação “Chiquitanos”:

[a] norma linguística estabelecida em 1953, [...] determina o uso no singular para o nome de um povo indígena, desde que seja autodenominação. [Porém] Como o nome “Chiquitano” foi atribuído externamente e não provém do português, mas do espanhol, tomo a liberdade de utilizá-lo no plural, Chiquitanos, mas sempre em maiúscula.

Nesse texto, o termo “Chiquitanos” será empregado ora no singular e ora no plural, pois, apesar de reconhecer a norma linguística apresentada pela estudiosa em referência, buscou-se dentro da narrativa desse trabalho, em distintas ocasiões, adequar a palavra à língua portuguesa.

Delimitou-se o período de estudo de 1940 a 2016 porque levantamentos preliminares acerca do processo de ocupação e povoamento da área citada revelaram que, a partir da década de 40, ocorreram várias políticas de desenvolvimento e ocupação por parte do Estado Brasileiro dirigidas à fronteira oeste do país, que se intensificaram nas décadas seguintes. Tais ações foram responsáveis pelo deslocamento de

significativos contingentes populacionais para essa parte da região amazônica. Destaca-se nesse período a “Marcha para o Oeste”, originada no governo Getúlio Vargas.

Sobre o movimento migratório denominado “Marcha para o Oeste”, Villas Boas (2012, p. 33-34) afirma que:

Desde o início do século, ou talvez desde a proclamação da República, o governo e a sociedade brasileira vinham (mais o governo que a sociedade) defendendo a mudança da capital do país para o interior. Não se falava em interiorização como movimento expansionista, mas em tirar a capital da beira do mar, por questão de segurança [...] Antes mesmo do fim da década de 1920, porém, deixou-se de lado o assunto. Foi longo o período de esquecimento. Só na Segunda Guerra é que voltaria a ser lembrada a tese da mudança. Mas dessa vez o assunto não ficou circunscrito à simples transferência da capital — a mudança expressava a exigência natural de uma sociedade em franca explosão demográfica. Estávamos deixando de ser uma nação litorânea. Contudo, para que a interiorização se tornasse realidade, era preciso que o movimento fosse liderado pelo próprio governo, e foi o que aconteceu, tendo como ponto de partida a *Marcha para o Oeste*. Em 1943, os nossos quarenta e tantos milhões de habitantes viviam praticamente na faixa litorânea. A Amazônia era um mundo remoto, e o Brasil Central, como dizia o jornalista Jorge Ferreira, parecia “mais distante que a África”. A faixa-limite do conhecimento civilizado morria ali mesmo no Araguaia. E a Segunda Guerra, com a sua tônica do espaço vital, serviria para trazer à nossa visão a imensa carta geográfica brasileira, com suas não menos imensas manchas brancas. Nascia, assim, em plena guerra, um impulso expansionista, desta feita alentado pelo próprio Estado.<sup>5</sup>

Para a análise e busca de compreensão dos significados de fronteira sob a ótica dos grupos fronteiriços, fez-se necessário estudar também o processo de ocupação e povoamento, as relações sociais, sociabilidades constituídas e as formas de territorialização empregadas por aquela sociedade. Os procedimentos metodológicos adotados foram: primeiro, observação direta com registro em caderno de campo; segundo, entrevistas; e terceiro, pesquisa documental.

A observação empírica da realidade investigada teve o propósito de construir uma análise por meio do método indutivo, de cunho e abordagem qualitativa, valorizando-se primordialmente, as narrativas trazidas pela história oral e o trabalho intensivo de campo, com a seleção e o contato direto com os sujeitos investigados.

O período de vivência e coleta de dados no campo de pesquisa ocorreu em períodos e locais alternados (Quadro 1). Realizei incursões nos seguintes locais: Santa

---

<sup>5</sup>VILLAS BÔAS, Orlando; VILLAS BÔAS, Cláudio. **A Marcha para o Oeste: A Epopéia da Expedição Roncador–Xingu**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012 pág. 33-34.

Clara do Monte Cristo (MT) conhecida como “Ponta do Aterro” e “Punta de La Carretera”; Vila Bela da Santíssima Trindade (MT); Pontes e Lacerda (MT); San Vicente de La Frontera (Bolívia); Cuiabá (MT) e Taubaté (SP). Em Taubaté entrevistei um antigo morador e comerciante da área pesquisada, que atualmente reside naquela cidade paulista.

**QUADRO 1- INCURSÕES NA ÁREA DE PESQUISA-CAMPO**

| <b>PERÍODO</b>                 | <b>LOCAL</b>   | <b>OBJETIVO</b>   | <b>TIPO DE PESQUISA</b>                             |
|--------------------------------|--|---|---|
| Agosto/2010                    | Santa Clara do Monte Cristo-<br>Ponta do Aterro- Ponta de La<br>Carretera  | - Conhecer a área de estudo   | Exploratória  |
| Dezembro/2013                  | - Cuiabá (MT)  | - Levantar dados documentais e<br>bibliográficos sobre a região<br>pesquisada(Arquivo Público de<br>MT, NDHIR/UFMT, INCRA,<br>Jornais)                | Documental e<br>Bibliográfica                       |
| Janeiro/2014                   | - Cuiabá (MT)  | - Pesquisar dados documentais e<br>bibliográficos sobre a região<br>estudada (Arquivo público de<br>MT, NDHIR/UFMT, INCRA,<br>Jornais)                | Documental e<br>Bibliográfica                       |
| Abril/2014                     | Santa Clara do Monte Cristo –<br>Ponta do Aterro- Ponta de La<br>Carretera Comunidade<br>Aparecida (MT)<br>Comunidade Morrinhos (MT) | - Conhecer os significados de<br>fronteira, sociabilidades, modos<br>de vida e memórias de ocupação<br>da região.                                     | Observação não<br>Participante<br>Entrevista        |
| Janeiro e Fevereiro de<br>2015 | Vila Bela da Santíssima<br>Trindade (MT);<br>Pontes e Lacerda (MT);Cuiabá<br>(MT)  | - Coletar dados sobre a estrutura<br>fundiária da região junto às<br>Prefeituras, cartórios, INDEA,<br>INCRA e GEFRON..                               | Documental  |
| Agosto/2016                    | Taubaté (SP)   | Realizar entrevistas com<br>migrantes retornados sobre o<br>período de vivência na fronteira.   | Pesquisa de Campo                                   |
| Setembro/2016                  | Santa Clara do Monte Cristo –<br>Ponta do Aterro – Punta de La<br>Carretera (MT)   | Realizar entrevistas com<br>moradores fronteiriços<br>brasileiros sobre os significados<br>de fronteira, modos de vida e<br>sociabilidades na região. | Observação não<br>Participante<br>Pesquisa de Campo |
| Setembro/2016                  | San Vicente de La Frontera   | Realizar entrevistas com<br>moradores fronteiriços<br>bolivianos sobre os significados<br>de fronteira, modos de vida e<br>sociabilidades na região.  | Observação não<br>Participante<br>Pesquisa de Campo |

A primeira visita ocorreu em julho de 2010, com cunho exploratório, e se resumiu em conhecer a paisagem da área de estudo. Nesse período, conheci alguns grupos de pessoas, habitantes da área, mapeei futuros “possíveis informantes” e conheci aspectos sobre o processo de ocupação, e também sobre alguns conflitos que aconteciam no local, que envolviam, entre outros, fazendeiros e grupos indígenas identificados como “Chiquitanos”. Tais conflitos, em linhas gerais, segundo pude observar, originavam-se da disputa de terras, especificamente a partir da possibilidade da criação de uma Nação indígena “Chiquitano”, por parte do Governo Federal, o que ocorreu posteriormente. Era uma trama que envolvia, especialmente, ‘jogos de interesse’ do grande capital, representado pela figura do latifundiário: fazendeiros criadores de gado e ocupantes de grandes extensões de terras da “União”, na faixa de fronteira.

A presença dos “Chiquitanos” na região havia sido confirmada por pesquisas coordenadas pela antropóloga e professora Joana A. Fernandes Silva, da Universidade Federal de Goiás – UFG. Segundo ela, a partir de 1998, com os estudos previamente realizados para construção do gasoduto Brasil-Bolívia levantou-se a possibilidade da existência de tribos indígenas na região da citada fronteira<sup>6</sup>. Após a confirmação dessa existência, foram realizados o mapeamento e a posterior regularização da Aldeia Portal do Encantado, no município de Porto Espiridião, que se localiza também no sudoeste de Mato Grosso, limitando-se com os municípios de Vila Bela da Santíssima Trindade e Pontes e Lacerda.

A visita a essa região desafiou a minha curiosidade. Com as informações iniciais sobre a área de estudo, elaborei um projeto de pesquisa em 2012, com o propósito de concorrer a uma vaga no Curso de Doutorado em Sociologia da UFSCar. Em 2013, após terminar o segundo semestre letivo do referido curso, retornei à parte prática do estudo proposto. Em dezembro daquele ano, fui a Cuiabá, em busca de literatura e documentos que me ajudassem a compreender melhor a configuração da área mapeada para estudo.

A primeira fase da pesquisa documental ocorreu nos meses de dezembro de 2013 e janeiro de 2014, em busca de informações documentais e bibliográficas. Percorri o Arquivo Público do Estado de Mato Grosso – APMT; o Núcleo de Informação e Documentação Histórica Regional – NDIHR da Universidade Federal de Mato Grosso –

---

<sup>6</sup> SILVA, J.A.F. Pertencimento e identidade, territorialidade e fronteira entre os Chiquitanos no Brasil e na Bolívia **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p. 119-137, jan./jun. 2012.

UFMT; a unidade local do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e os arquivos de jornais de circulação estadual em busca de matérias relacionadas aos acontecimentos na área de estudo.

Em abril de 2014, retornei à área de pesquisa na fronteira Brasil-Bolívia, a Vila de Santa Clara do Monte Cristo. Retomei o contato com as pessoas que seriam entrevistadas, realizei as primeiras entrevistas com o grupo selecionado em Santa Clara, Comunidade Aparecida e Comunidade Morrinhos. Nesse período, delineei a minha “colônia” de informantes. O emprego do termo “colônia”, no que se refere aos grupos entrevistados, é proveniente dos estudos de Meihy (1998). O autor considera como *colônias* “a memória de um grupo social com padrões gerais da sua comunidade de destino, isto é, grupos que vivenciaram dados preponderantes e que ligam a trajetória de pessoas entrevistadas, o que posteriormente, forma a rede”.<sup>7</sup> A análise de material documental e bibliográfico permitiu a definição de alguns critérios para seleção e o delineamento dos grupos que deveriam ser entrevistados, formando assim as “colônias”, conforme pressupostos da História Oral.

A partir dos dados levantados nas entrevistas, embora já houvesse previsto no projeto, intensificou-se a necessidade de realizar levantamentos orais e documentais junto aos Cartórios de Registro de Imóveis de Pontes e Lacerda e Vila Bela da Santíssima Trindade em Mato Grosso. Era preciso compreender o processo de ocupação, posse e propriedade das terras na faixa de fronteira, as políticas públicas desenvolvidas na área de pesquisa, voltadas a tais finalidades. Fez-se necessária a busca de informações sobre a região pesquisada junto às Prefeituras, postos do Instituto de Defesa Agropecuária do Estado de Mato Grosso – INDEA, escritórios do INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e jornais desses municípios. No intuito de cumprir tais etapas, realizei pesquisa de campo naqueles municípios nos meses de janeiro e fevereiro de 2015.

Após analisar as informações preliminares obtidas até aquele momento e os referenciais bibliográficos estudados, debrucei-me sobre a preparação do material que seria apresentado no exame de qualificação, que ocorreu em abril de 2015. Percebi, a partir da análise de algumas entrevistas e de recomendações trazidas pelo exame de qualificação de tese, que era necessário, além de retomar o campo já dimensionado, projetar um “olhar” sobre essa fronteira, a partir da perspectiva dos fronteiriços bolivianos.

---

<sup>7</sup> Cf. MEIHY, José Carlos B. **Manual de História Oral**. São Paulo: Loyola, 1998, p.15.

Planejei, então, avançar para o outro lado da fronteira para, a partir dessa perspectiva, pensar as indagações que já havia construído no quesito nacionalidade: pensar a partir do “olhar do outro”, de grupos de bolivianos que habitam a região. Compreendi que, até então, a minha perspectiva inicial havia tomado os rumos de uma observação unilateral, focado no lado brasileiro e, contraditoriamente, dentro de um contexto binacional. Concluí que, averiguar o objeto apenas sob um prisma, poderia me conduzir ao equívoco de construir uma análise reducionista e limitante acerca do objeto de estudo.

Em 2016, no mês de agosto, fui para Taubaté (SP). O propósito era localizar e entrevistar um casal de ex-moradores da faixa de fronteira estudada, que habitaram a região por mais de 20 anos e participaram da fundação de San Vicente de La Frontera (Bolívia) e de parte significativa da história de Santa Clara do Monte Cristo, à época, “Ponta do Aterro” ou “Punta de La Carretera”. De acordo com as entrevistas realizadas anteriormente na área pesquisada, aquelas pessoas tiveram papel relevante no processo de organização do espaço social local e, posteriormente, retornaram ao seu local de origem. Entendi que estabelecer o contato e realizar as entrevistas com esse casal seria relevante para o estudo que ora realizava, seria muito enriquecedor e esclarecedor, o que de fato ocorreu, trazendo novos e significativos dados para o estudo.

O retorno à faixa de fronteira foi intensificado em 2016, no mês de setembro. Nessa ocasião, houve maior proximidade com os moradores locais. Percebi que a minha “colônia de entrevistados” e a própria comunidade estudada estavam mais abertas, menos “desconfiadas” e mais “receptivas” em comparação com as visitas anteriores. Retornei às Comunidades de Santa Clara do Monte Cristo e Aparecida, meu lócus investigativo já então delineado. Retornar ao campo no mês de setembro de 2016 foi uma ação planejada. Precisava retomar e complementar a observação in loco, bem como aprofundar alguns diálogos e narrativas sobre os dados levantados até aquele momento.

Dessa vez, planejei e organizei a incursão também para o lado boliviano da fronteira. Nas entrevistas anteriores, tive a oportunidade de conhecer alguns grupos de fronteiriços que habitavam o território boliviano. Considerando a distância física muito próxima, cerca de 30 quilômetros, a recomendação da banca de qualificação, as relações e sociabilidades identificadas na região por meio dos estudos e narrativas, julguei válido estender a pesquisa até o Vilarejo de San Vicente de La Frontera, pertencente ao Departamento de Santa Cruz, Província de San Ignacio de Velasco.

O período de incursão nessa porção boliviana da fronteira foi intenso, pois aconteceu em 26 e 27 de setembro de 2016, quando houve a comemoração de 41 anos de fundação do Vilarajo de San Vicente de La Frontera. Nos festejos, incluiu-se a homenagem ao Santo Padroeiro local, San Vicente de Paul. As observações contribuíram para a construção de uma visão mais abrangente e, ao mesmo tempo, mais detalhada sobre aquele universo complexo e às vezes contraditório.

A vivência proporcionada pelas etapas de coleta de dados neste estudo será retomada e relatada minuciosamente em capítulo específico deste trabalho. Quanto ao aporte metodológico empregado, defini-me pela construção da pesquisa no enfoque qualitativo associado às ferramentas propostas pela História Oral. Optei pela persecução e desvelamento do objeto de estudo a partir de uma premissa qualitativa, entrecruzada com dados documentais e informações trazidas pela memória dos sujeitos e suas narrativas acerca da temática tratada nesta investigação.

Na definição e seleção das pessoas que foram entrevistadas, utilizei dois critérios fundamentais. Primeiramente, o tempo de vivência na localidade, ou seja, optei, preferencialmente, por entrevistar os moradores mais antigos e parte de seus descendentes, na Vila de Santa Clara do Monte Cristo; o Cacique e os Professores “Chiquitanos” na Comunidade Aparecida; os Professores nativos na comunidade, em Morrinhos.

Em San Vicente de La Frontera, na Bolívia, foram selecionados alguns moradores antigos, que participaram da fundação da Vila e autoridades locais, dentre os quais, políticos que atuam na administração atual e religiosos que trabalham em missões católicas junto à população local fronteiriça, nas aldeias e em pequenos povoados chamados de “pueblos”. Sobre os “pueblos”, Adelaar e Muysken (2004), explicam: “constituem-se em agrupamentos de nativos e povos indígenas bolivianos, que estão organizados em três regiões principais, a Amazônia, o Chaco e os Andes”<sup>8</sup>. Nesse caso, a área delimitada para o estudo realizado é habitada predominantemente pelos nativos da região do Chaco. Portanto, a escolha dos entrevistados no lado boliviano da fronteira justificou-se pelo entendimento de que os moradores mais antigos vivenciaram o

---

<sup>8</sup>ADELAAR, Willem FH; MUYSKEN, Pieter C. **As línguas dos Andes**. Pesquisas de linguagem Cambridge. Cambridge University Press. 2004

processo de ocupação e povoamento da região estudada e, nesse sentido, poderiam trazer contribuições mais significativas sobre aquele processo histórico.

O segundo critério considerou que os entrevistados deveriam pertencer a diversas categorias socioeconômicas existentes na área delimitada englobando, assim, os diferentes ramos de atividade. O critério justificou-se pela possibilidade de observar o objeto de estudo a partir de diversos e diferentes olhares ou ângulos, considerando a diversidade de interesses e relações estabelecidas com o lugar, com a comunidade e a com a terra, permitindo uma análise mais detalhada, profunda e substancial daquele recorte investigado.

Com a definição dos parâmetros, formou-se a “colônia de entrevistados” reunindo: comerciantes, sitiantes, fazendeiros, parte do corpo docente da escola pública local, que atende alunos brasileiros e bolivianos, bem como parte dos remanescentes do povo “Chiquitano”, habitantes da Comunidade Aparecida, e fronteiriços antigos e tradicionais residentes no lado boliviano, na Vila de San Vicente de La Frontera.

Formada a “colônia de entrevistados” e a definição dos critérios e parâmetros a serem empregados na pesquisa, o trabalho passou a ser realizado no sentido de concretizar os objetivos propostos. Para a consecução do propósito contido no objetivo geral, que é analisar o significado de fronteira na perspectiva dos grupos fronteiriços, habitantes de uma região da fronteira internacional Brasil-Bolívia, no sudoeste de MT, buscou-se a efetivação dos seguintes objetivos específicos:

- Construir um histórico sobre as políticas públicas e/ou privadas que promoveram o processo de ocupação e povoamento da área delimitada, delineando a configuração territorial, formas e fatores desencadeadores da territorialização;
- Elaborar a “cartografia social” da área de estudo mapeada, buscando evidenciar e reinterpretar as relações sociais, sociabilidades constituídas e os significados de fronteira que foram incorporados pela população fronteiriça estudada na área selecionada;
- Identificar o papel e os interesses do Estado e/ou de grupos locais nas terras fronteiriças, bem como estratégias de uso e exploração de recursos naturais e implementação de atividades produtivas nas áreas ocupadas da fronteira pesquisada;
- Contextualizar os conflitos e contradições originados nos “sistemas de controle e gestão governamental” na fronteira delimitada.

A concretização do estudo na área investigada a partir dos objetivos descritos intencionou trazer questionamentos, possibilidades de argumentação e respostas, à luz do conhecimento científico, às seguintes situações-problemas:

1. De que forma o processo de ocupação e povoamento de um trecho da fronteira Brasil-Bolívia, no sudoeste de Mato Grosso, que engloba a Comunidade Santa Clara do Monte Cristo e adjacências, localizada na porção meridional da Amazônia Legal, evidencia as relações entre movimentos migratórios, organização sócio espacial e desenvolvimento das atividades produtivas, a partir da segunda metade do século XX?

2. Na perspectiva das concepções de “estranhamento e pertencimento” trazidas pela teoria social na análise das diferentes sociedades e culturas, quais consequências podem ser elencadas como resultantes do encontro de diferentes povos e suas sociabilidades naquele espaço fronteiriço, com a presença, inclusive, de indígenas “Chiquitanos”?

3. Com a mobilidade populacional e a demarcação de novos limites físicos na fronteira entre os estados-nação Brasil-Bolívia, a partir da segunda metade do século XX, quais significados dessa fronteira foram incorporados pelos povos fronteiriços no que se refere à territorialidade, propriedade e espoliação de terras, preconceito e discriminação, movimentos comunitários e societários?

O aparato metodológico manuseado para alcançar os objetivos propostos e responder às situações-problemas, tornou possível a reinterpretação dos dados coletados na área de estudo. O conteúdo das entrevistas, documentos arrolados e bibliografias pesquisadas possibilitaram incontáveis momentos de reflexão, de estudo e de muitas dúvidas e, à medida que os “nós da pesquisa” se desfaziam, possibilitavam a elaboração escrita deste trabalho.

## 1 SEÇÃO 1

### A ÁREA DE ESTUDO E METODOLOGIA DE PESQUISA

#### 1.1 Área de estudo: descrição, localização, percursos e contextualização

##### 1.1.1 A Fronteira: lado brasileiro

A área delimitada para o estudo localiza-se no município mato-grossense de Vila Bela da Santíssima Trindade, em um trecho da faixa territorial de fronteira internacional Brasil-Bolívia, inserido na Amazônia Legal, no sudoeste de Mato Grosso. Compreende uma porção da zona rural do citado município, composto pelo Distrito de Santa Clara do Monte Cristo, denominação oficializada pela Prefeitura Municipal em 2011. Anteriormente, a localidade era conhecida por uma denominação popular, chamada de “Ponta do Aterro” ou “Punta de La Carretera”. A área compõe-se ainda por parte da comunidade Aparecida e da comunidade Morrinhos, no lado brasileiro, e também pelo Vilarejo de San Vicente de La Frontera, localizado em território boliviano.

A fronteira Brasil-Bolívia no Distrito de Santa Clara do Monte Cristo, criado pela Lei Municipal nº 946/2011, e parte das comunidades investigadas têm aproximadamente 150 km de extensão. O local da pesquisa, também conhecido como “Ponta do Aterro” ou “Punta de La Carretera” dista aproximadamente 680 km de Cuiabá, capital do estado de Mato Grosso, rumo Oeste. Trata-se de uma área constituída numa faixa de fronteira internacional<sup>9</sup>, disposta nos limites físicos que separam o Brasil da Bolívia.

O município de Vila Bela da Santíssima Trindade foi a primeira capital de Mato Grosso, de 1752 a 1820, durante o Brasil Colônia. Limita-se com os municípios de Pontes e Lacerda e Porto Espiridião, no sudoeste de Mato Grosso.

Para chegar à área, saindo de Cuiabá, capital do Estado, percorre-se a rodovia BR-070 e, posteriormente, a BR-174, ambas pavimentadas por aproximadamente 450 km, até o município de Pontes e Lacerda. Desse ponto em diante, para se chegar a Santa

---

<sup>9</sup>A Lei nº 6634 de 02 de maio de 1979, que dispõe sobre a faixa de fronteira, determina no artigo 1º: : É considerada área indispensável à Segurança Nacional a faixa interna de 150 km (cento e cinquenta quilômetros) de largura, paralela à linha divisória terrestre do território nacional, que será designada como Faixa de Fronteira.

Clara do Monte Cristo, Comunidade Aparecida e Morrinhos, percorre-se mais 250 km aproximadamente.

O trajeto feito durante a pesquisa se deu pela MT-473, estrada de terra que segue no rumo oeste, para a divisa do Brasil com a Bolívia. De Santa Clara até San Vicente de La Frontera, no lado boliviano, o percurso foi de aproximadamente 40 km, em estrada não pavimentada.

No trecho percorrido até a área de estudo, previamente delimitada, observaram-se alguns elementos importantes na paisagem, que, sob o ponto de vista geográfico, podem melhor caracterizá-la. Destacam-se, no trajeto, além da natureza exuberante típica do encontro dos biomas pantaneiro e amazônico, com seus vários cursos d'água, o posto do Grupo Especial de Segurança de Fronteira (GEFRON), a Vila São José da Serra (Matão), o assentamento Triunfo e a Vila Santa Luzia. O deslocamento pelo interior da área é feito pela MT-265, e também por inúmeras vielas e estradas não asfaltadas que podem levar até o território boliviano. Essas estradas são popularmente conhecidas como “cabriteiras”.<sup>10</sup>

### **FIGURA 1- LOCALIZAÇÃO DE MATO GROSSO NO BRASIL**



Fonte: Google Maps, Acesso em: 27/02/2016.

---

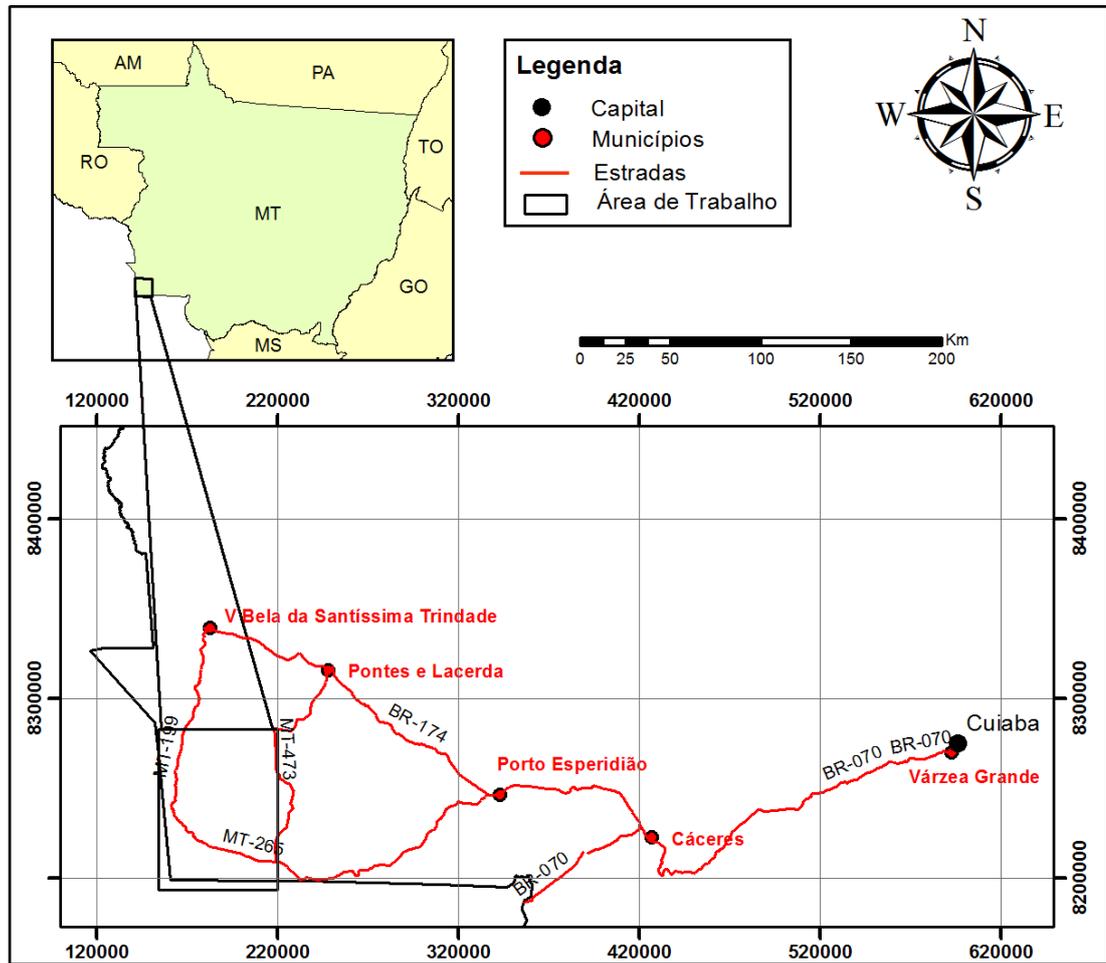
<sup>10</sup> Na área de estudo denominam-se “cabriteiras” as inúmeras vielas e estradas sem pavimentação que, segundo a população local e a polícia de fronteira, servem aos traficantes e assaltantes de carros. O GEFRON contabiliza pelo menos 130 estradas vicinais, que segundo eles, são utilizadas para “tentar burlar a fiscalização” na região de fronteira com a Bolívia.

**FIGURA 2- MATO GROSSO E SUAS FRONTEIRAS**

Fonte: Google Imagens, Disponível em:

<https://www.google.com.br/#q=mapa+de+mato+grosso>. Acesso: 27/02/2016.

**FIGURA 3- MAPA DE LOCALIZAÇÃO E VIAS DE ACESSO DA ÁREA DE ESTUDO**



Fonte: FRANÇA, Ohana. 2014, p. 18.

**FOTO 1 - VIA PRINCIPAL DE ACESSO DE PONTES E LACERDA ATÉ A FAIXA DE FRONTEIRA INVESTIGADA MT-473**



Fonte: acervo da pesquisadora, 15/04/2015.

**FOTO 2- ASPECTOS NATURAIS DA FAIXA DE FRONTEIRA INVESTIGADA- RIO GUAPORÉ**



Fonte: acervo da pesquisadora, 15/04/2015.

**FOTO 3- ENTRADA NA VILA MONTE CRISTO- P.A TRIUNFO**

Fonte: acervo da pesquisadora, 15/04/2015.

**FOTO 4 - ENTRADA DA VILA SANTA CLARA DO MONTE CRISTO**

Fonte: acervo da pesquisadora, 15/04/2015.

**FOTO 5- AVENIDA PRINCIPAL DE ACESSO À VILA SANTA CLARA DO MONTE CRISTO**



Fonte: acervo da pesquisadora, 15/04/2015.

A área de estudo sobre a fronteira Brasil – Bolívia é composta, no lado brasileiro, pelo Distrito de Santa Clara do Monte Cristo, uma parte da Comunidade Aparecida, que é ocupada por um grupo indígena “Chiquitano” e a Comunidade Morrinhos. Sobre a comunidade Morrinhos, há relatos importantes da presença e ocupação dos fronteiriços bolivianos no território que, atualmente, pertence ao Brasil. No lado boliviano, a fronteira estudada compõe-se pela Vila de San Vicente de La Frontera, um núcleo rural de povoamento no extremo oriente boliviano, pertencente ao Distrito de San Ignacio, Província de Velasco e ao Departamento de Santa Cruz.

De acordo com o INE – Instituto Nacional de Estadística Bolívia, San Vicente é uma Vila no Departamento de Santa Cruz. Localiza-se nas terras baixas da América do Sul-Andes, na divisa com o Brasil. É a cidade/vilarejo mais populosa do Distrito de San Ignacio no “cantão” do extremo oriente, ou, na “faixa de fronteira”. Segundo os dados do INE, o Censo demográfico boliviano de 2012 apontou uma população local de aproximadamente 463 habitantes.

Dentro do espaço brasileiro, localizado nessa região do sudoeste mato-grossense, além do Distrito de Santa Clara do Monte Cristo, da Comunidade Morrinhos e parte da Comunidade Aparecida que foram mapeadas para estudo, a faixa de fronteira abriga

mais 10 (dez) comunidades denominadas: São Miguel, Ponto Chique, São Paulo, Santa Maria, Santa Lúcia, Cruzes, São Vicente, Santa Mônica, Fazenda São Marcos e Fazenda São Lucas.

A área mapeada para estudo reúne aproximadamente 180 famílias<sup>11</sup>, grande parte composta por migrantes originários de movimentos de ocupação da Amazônia Legal, descendentes de indígenas e povos de nacionalidade boliviana e ou mestiça, habitantes da fronteira, os “Chiquitanos”.

**FOTO 6- IMAGEM DE NOSSA SENHORA APARECIDA, NA VIA PRINCIPAL DO DISTRITO, NA ESTRADA MT-265, NA FAIXA DA FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA**



Fonte: acervo da pesquisadora, 15/04/2015.

Na área investigada, a comunidade mais estruturada é o distrito de Santa Clara do Monte Cristo, também chamada de “Vila”, “Ponta do Aterro” ou “Punta de La Carretera” pelos habitantes locais. Os núcleos urbano e rural somam aproximadamente 140 casas. É cortada pela rodovia estadual MT-265 e, no final do perímetro urbano, encontra-se uma imagem de Nossa Senhora Aparecida.

---

<sup>11</sup> Dados levantados junto à Subprefeitura de Vila Bela da Santíssima Trindade, na Comunidade de Santa Clara do Monte Cristo.

A localidade conta com uma Subprefeitura do município de Vila Bela da Santíssima Trindade, Escola Municipal de Ensino Fundamental Ponta do Aterro, Escola Estadual 11 de Agosto<sup>12</sup>, casas de comércio e também os serviços públicos disponíveis.

O espaço fronteiriço investigado constitui-se por um misto de grandes propriedades rurais (as fazendas), de minifúndios derivados de projetos de assentamentos rurais, pelo distrito de Santa Clara do Monte Cristo e pelas demais comunidades mencionadas.

### **FOTO 7- HABITAÇÕES OCUPADAS POR PARTE DA POPULAÇÃO FRONTEIRIÇA BRASIL-BOLÍVIA**



Fonte: acervo da pesquisadora, 15/04/2015.

---

<sup>12</sup> As unidades escolares funcionam no mesmo prédio e atendem a aproximadamente 420 alunos.

**FOTO 8- COZINHAS/FOGÕES UTILIZADOS POR PARTE DAS HABITAÇÕES DA POPULAÇÃO FRONTEIRIÇA BRASIL-BOLÍVIA**



Fonte: acervo da pesquisadora, 15/04/2015.

**FOTO 9- FAMÍLIA DE POPULAÇÃO FRONTEIRIÇA, FAIXA DE FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA**



Fonte: acervo da pesquisadora, 15/04/2015.

**FOTO 10- MORADOR DA FAIXA DE FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA,  
COMPONENTE DA POPULAÇÃO FROTEIRIÇA- COMUNIDADE SANTA  
CLARA DO MONTE CRISTO**



Fonte: acervo da pesquisadora, 15/04/2015.

**FOTO 11- CRIANÇAS, ESTUDANTES DA ESCOLA MUNICIPAL LOCAL,  
MORADORAS DA FAIXA DE FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA-  
COMUNIDADE MORRINHOS**



Fonte: acervo da pesquisadora, 15/04/2015.

**FOTO 12- PRÉDIO DA SUBPREFEITURA DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, NO DISTRITO DE SANTA CLARA DO MONTE CRISTO, NA FAIXA DE FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA**



Fonte: acervo da pesquisadora, 15/04/2015.

**FOTO 13- ENTRADA DA COMUNIDADE NOSSA SENHORA APARECIDA, COMUNIDADE COMPOSTA, EM PARTE, POR MORADORES INDÍGENAS DE ORIGEM CHIQUITANO**



Fonte: acervo da pesquisadora, 15/04/2015.

**FOTO 14- MORADIAS DE FAMÍLIAS INDÍGENAS CHIQUITANAS NA  
COMUNIDADE NOSSA SENHORA APARECIDA<sup>13</sup>**



Fonte: acervo da pesquisadora, 15/04/2015.

Sobre a foto das moradias dos Chiquitanos<sup>14</sup>:

As moradias Chiquitano acompanham a orientação de uma estrada... Todas as moradias possuem uma estrutura principal de madeira em forma de *kurusurch*(cruz) que produz uma sombra projetada internamente, atravessando os demais compartimentos domésticos e cujo desenho reflete diferentes posições, a depender dos horários e da luz do sol. As moradias habitadas pelos vivos são designadas de *nausupürch* (sombra), termo distinto de *porch* (casa), que se refere aos túmulos dos cemitérios, onde são sepultados os mortos.

---

<sup>14</sup> SILVA, Verone C. **Carnaval: Alegria dos Imortais - Ritual, Pessoa e Cosmologia entre os Chiquitano no Brasil.** Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2015.

**FOTO 15- ESCOLA ESTADUAL INDÍGENA NA COMUNIDADE NOSSA SENHORA APARECIDA**



Fonte: acervo da pesquisadora, 15/04/2015.

**FOTO 16- ESCOLA ESTADUAL INDÍGENA- ALUNOS CHIQUITANOS APRENDENDO A LÍNGUA MATERNA- COMUNIDADE NOSSA SENHORA APARECIDA**



Fonte: acervo da pesquisadora, 15/04/2015.

### 1.1.2 – A fronteira: A Bolívia e o oriente boliviano

O processo da conquista do oriente boliviano é – como tantos outros temas da conquista da América – uma história do encontro entre culturas diferentes que, em momentos cruciais do seu passado, mudaram o curso das suas histórias em função desse encontro.

Limitada pelo silêncio – da subordinação e da ausência da escrita – grande parte dessa história nos escapa: nada sabemos à respeito da maioria das sociedades indígenas sobre cujos territórios avançou o espanhol. Mas o que nos interessa conhecer é a forma como esse confronto cultural orientou o destino do dominador.

Denise Maldí Meireles, 1989.

Intentou-se, com a produção deste texto, elaborar uma sintética descrição sobre a localização geopolítica da Bolívia e sua porção oriental, destacando também San Vicente de La Frontera, lócus investigado nesta pesquisa. Buscou-se caracterizar a posição estratégica, aspectos da cultura e sociedade, relações sociais, internacionais, econômicas, culturais e interações estabelecidas com o Brasil naquela área.

A Bolívia é um país que se localiza na porção centro-oeste da América do Sul. A maior parte de sua população vive na porção central do país, sobre um grande planalto, conhecido como Altiplano. Sua parte ocidental situa-se na cordilheira dos Andes e a parte oriental nas terras baixas da Amazônia, sob a floresta tropical úmida, na divisa com o Brasil. A geografia do País apresenta como características importantes o Lago Titicaca, na fronteira entre a Bolívia e o Peru, e a maior planície de sal do mundo o “Salar de Uyuni”. São consideradas cidades principais: La Paz, Sucre, Santa Cruz de La Sierra e Cochabamba.

O país possui uma área aproximada de 1.098.581 km<sup>2</sup>. Segundo dados apresentados pelo recenseamento de 2012, a sua população total é de aproximadamente 10.027.254 habitantes, compondo-se por um grande contingente de índios autóctones, principalmente Quechua e Aymara e, em menor proporção, populações de origem étnica Guarani e Chiquitano. Considerado um dos países mais pobres da América do Sul, a base da economia boliviana é a agricultura e a exploração de gás natural.

A língua oficial é o espanhol. O sistema político é pautado em uma república parlamentar unitária, fundamentada numa democracia representativa e participativa. Há separações entre os poderes legislativo, executivo e judiciário.

A nova constituição boliviana, promulgada pelo Presidente Evo Morales em 07/02/2009, descreve o país como um “Estado unitário social de direito comunitário plurinacional”, garantindo, segundo a carta magna daquele país, o pluralismo político,

econômico, jurídico, cultural e linguístico. Prevalece a liberdade religiosa. Desse modo, a partir da data mencionada, o catolicismo é destituído da condição de religião oficial da Bolívia.

De acordo com dados do INE – Instituto Nacional de Estadística da Bolívia, a população boliviana, do ponto de vista religioso, compõem-se por: 93,9% de cristãos, sendo 78,9% católicos e 13,7% protestantes. Os demais estão assim classificados: 1,3% outros cristãos; 2% outras religiões e 4% sem religião.

A área delimitada para a realização do estudo, no lado boliviano, engloba o vilarejo de San Vicente de La Frontera, que se localiza no extremo oriente daquele país, área que faz parte da Província de Velasco, cuja capital é San Ignacio de Velasco, que por sua vez, pertence ao Departamento de Santa Cruz de La Sierra, considerado o maior departamento do país em termos econômicos, populacionais e territoriais.

A promulgação da nova constituição boliviana (2009) foi considerada como um marco progressista e inovador na América do Sul, sobretudo porque, em linhas gerais, se contrapõe ao modelo explorador historicamente implementado pelos europeus nessa porção do continente americano. Constitui-se num avanço em relação ao modelo e/ou política colonialista, ainda de base dependente e subserviente ao grande capital financeiro. Dentre os vários pontos, a carta delibera sobre temas polêmicos, tais como: o uso e a propriedade da terra; a exploração de recursos naturais e a questão religiosa, tornando o Estado Laico. Percebem-se também inovações na forma de tratar questões de natureza étnica, mais especificamente, indígenas.

De acordo com matéria publicada no site do BBC<sup>15</sup> repórter, sobre os pontos polêmicos da nova constituição, pode-se destacar a seguinte constatação com relação à questões étnicas:

Mais de 80 dos 411 artigos da nova Constituição proposta pelo governo tratam da questão indígena no país. Pelo texto, os 36 “povos originários” (aqueles que viviam na Bolívia antes da chegada dos europeus), passam a ter participação ampla efetiva em todos os níveis do poder estatal e na economia. O documento prevê que a Bolívia passe a ter uma cota para parlamentares oriundos de povos indígenas, que também passarão a ter propriedade exclusiva sobre os recursos florestais e direitos sobre a terra e os recursos hídricos de suas comunidades. Em um de seus pontos mais polêmicos, o texto também estabelece a equivalência entre a justiça tradicional indígena e a justiça ordinária do país. Cada comunidade indígena teria seu próprio “tribunal”, com juízes eleitos entre os moradores. As decisões destes tribunais não poderiam ser revisadas pela Justiça comum. Ao mesmo tempo, em épocas eleitorais, os representantes dos povos indígenas

---

<sup>15</sup>[http://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2009/01/090123\\_bolivia\\_entenda\\_cq.shtml](http://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2009/01/090123_bolivia_entenda_cq.shtml)

poderiam ser eleitos a partir das normas eleitorais de suas comunidades. Também seria criado um Tribunal Constitucional plurinacional, que teria membros eleitos pelo sistema ordinário e pelo sistema indígena. Membros da oposição argumentam que os direitos estabelecidos para os povos indígenas dividiriam o país ao criar duas classes distintas de cidadãos.

Alguns fronteiriços entrevistados no lado boliviano tocaram nessa questão, inclusive os governantes, utilizando o reconhecimento do direito das populações de descendência indígena também como uma forma de pressioná-lo são pagamento de impostos e à regularização dos seus estabelecimentos comerciais e moradias. Vale ressaltar que durante a realização da citada festa, as autoridades locais, inclusive, com a presença do governador de Santa Cruz de La Sierra, realizaram uma cerimônia para entrega de títulos de propriedade e de regularização para os estabelecimentos comerciais locais, que asseguram a esses comerciantes a efetivação da documentação de posse.

Entretanto, observou-se que, dentre os vários chamados, apenas dois comerciantes e moradores do perímetro urbano compareceram para receber o título, o que chamou a atenção. Indagados sobre o assunto, responderam que o recebimento do título de propriedade implicaria, a partir daquela data, no pagamento dos impostos estabelecidos pelo governo. Alguns reclamaram e não foram receber os respectivos títulos porque o pagamento dos impostos implicaria diretamente na redução da sua margem de lucro, visto que no vilarejo e também em muitas cidades da Bolívia, a maioria dos moradores são pequenos comerciantes, sobrevivem principalmente, de vendas de eletroeletrônicos oriundos de importações da China e dos Estados Unidos.

Outra questão, que neste entendimento, é importante ressaltar sobre a constituição boliviana de 2009, trata da produção e utilização da coca. Isto porque, como se sabe, tanto nas notícias propagadas pela grande mídia brasileira como também nas informações e dados coletados para a realização desta pesquisa, trata-se de uma planta bastante utilizada e cultivada em larga escala pelas populações indígenas que habitam a Bolívia. Constitui-se na matéria prima para a produção da cocaína, heroína e outras drogas que circulam pelo mundo afora, especialmente, no circuito de viciados e traficantes de drogas. Sobre esse tema, dentre os vários artigos consultados, o da BBC<sup>16</sup>, já citado anteriormente, faz a seguinte referência:

---

<sup>16</sup> Id. Op. Cit.

O cultivo da coca, vegetal comum na Bolívia e que pode ser usado para a produção de cocaína, recebe proteção especial no novo projeto constitucional. O texto diz “que o Estado protege a coca originária e ancestral como patrimônio cultural, recurso natural renovável e fator de coesão social”. O projeto também estabelece que a produção, comercialização e industrialização da folha de coca serão regidas por lei.

Nesse quesito, observa-se que a planta e o seu cultivo fazem parte de atividades cotidianas das populações indígenas e transitam normalmente nos grupos sociais bolivianos. Entretanto, vale ressaltar que o tema envolve também os interesses de possíveis grupos locais nas terras fronteiriças e também assuntos geoestratégicos para o Brasil a Bolívia, além de envolver interesses de outros países, inclusive dos Estados Unidos, em sua “suposta” política estratégica internacional de combate ao narcotráfico, sobretudo, no que se refere à produção e tráfico do produto básico, oriundo da manipulação do vegetal, a cocaína. São temáticas que inserem políticas de Estado, políticas públicas em geral e do sistema de saúde para atendimento de dependentes químicos, bem como, desencadeia uma rede internacional de violência e apoio ao narcotráfico, que se forma a partir do propósito da comercialização do ilícito, ou, da droga considerada ilegal pela legislação brasileira e com restrições pela legislação boliviana.

A área de estudo foi escolhida pelos critérios de localização geográfica e posição geopolítica. Em se tratando de uma região de fronteira com a Bolívia, foi considerada como um “lugar” da materialização do movimento das territorialidades. Nesse sentido, a fronteira é um extenso e instigante campo aberto às investigações e reinterpretações. O seu estudo pode propiciar a descoberta de novos significados e/ou ressignificações para aquela espacialidade.

## **1.2 O arcabouço metodológico: caminhos, métodos e fontes**

Esta pesquisa parte do pressuposto preliminar que a região mapeada para investigação é originária do modelo de ocupação instituído pelo processo de colonização do país. Parte-se do princípio que a área delimitada para a pesquisa e ocupada pelos sujeitos fronteiriços, após longo tempo de isolamento, teve a sua ocupação fomentada por um grande processo migratório rumo à Amazônia, intensificando-se com a concretização de políticas governamentais originárias da

chamada “Marcha para o Oeste”, iniciadas na década de 1940, com desdobramentos nas décadas seguintes.

Outro pressuposto inicial foi que a faixa de fronteira Brasil-Bolívia, na região estudada, recorrentemente constitui-se de espaços marginalizados pelo discurso político e também pelos veículos de comunicação. Observou-se, entre outras considerações, certa insistência em deixá-la sob a penumbra da ilicitude.

Os sujeitos fronteiriços presentes na área de estudo são trabalhadores rurais, servidores públicos Federais, Estaduais e Municipais que trabalham na Vila de Santa Clara do Monte Cristo e Comunidade Morrinhos. É formada também por pequenos produtores ou sitiantes e fazendeiros. Parte da Comunidade Aparecida que é estudada neste recorte compõe-se por povos tradicionais, indígenas e mestiços, denominados “Chiquitanos”, conhecidos na região pela alcunha pejorativa de “bugre”.

Ancorada na teoria social e nas ferramentas metodológicas oferecidas pela História Oral, a investigação propôs-se analisar os significados de fronteira na região delimitada, num trecho dos limites internacionais entre o Brasil e a Bolívia.

O aporte metodológico principal empregado derivou das ferramentas oferecidas pela História Oral, que, por meio de entrevistas e observações, nos encaminhou para a compreensão da memória e histórias de vida daquela sociedade e suas fontes. De forma complementar, o estudo ora apresentado fundamentou-se em revisão bibliográfica, associada ao levantamento documental.

A partir de uma observação empírica da realidade investigada, esta pesquisa pretendeu construir uma análise por meio do método indutivo, de cunho e abordagem qualitativa, baseada na proposta por Ludke e André (1986)<sup>17</sup>. Na concepção dessas autoras, a pesquisa qualitativa supõe o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo investigada, pois valorizam-se, primordialmente, o trabalho intensivo de campo e o contato direto com os sujeitos.

Portanto, no desenvolvimento da pesquisa, a partir da escolha das ferramentas metodológicas propostas pela História Oral, privilegiaram-se a persecução e o desvelamento do objeto de estudo a partir de uma premissa qualitativa, entrecruzada com dados e informações trazidas pela memória dos sujeitos que participaram do

---

<sup>17</sup>LUDKE, Menga e MARLI, E.D.A. André. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

processo de ocupação da fronteira estudada. Nesse aspecto, ao tecer os caminhos metodológicos, Meihy<sup>18</sup> (1996) e Bosi<sup>19</sup> (1988) abordam e inserem conceitos e esclarecimentos acerca da História Oral, do uso, manuseio, leitura e interpretação das fontes documentais no exercício da construção historiográfica que, nesta experiência, foi empregada na elaboração da cartografia social dos grupos estudados.

No decorrer da elaboração deste trabalho, considerou-se, como eixo norteador principal, o entrecruzamento das informações orais relatadas pelos depoentes com a literatura e fontes documentais existentes sobre a temática. Nesse sentido, a presente pesquisa visou uma leitura das histórias pessoais de grupos que vivenciaram experiências comuns, alguns revelando-se nas falas, e outros, revelando-se nos silêncios.

A opção pelos caminhos metodológicos propostos pela História Oral deu-se em razão do objeto de estudo apresentar seus pressupostos num tempo contemporâneo. Afirma Pollak (1992, p. 203)<sup>20</sup>: “A história oral permite fazer uma história do tempo presente”. Ainda nessa perspectiva analítica, o referido autor complementa:

Gostaria de enfatizar que, quando a memória e a identidade estão suficientemente constituídas, suficientemente instituídas, suficientemente amarradas, os questionamentos vindos de grupos externos à organização, os problemas colocados pelos outros, não chegam a provocar a necessidade de se proceder rearrumações, nem no nível da identidade coletiva, nem no nível da identidade individual.

Além dos sujeitos entrevistados e de seus relatos pessoais e/ou coletivos, foram arroladas as seguintes fontes documentais: arquivos públicos do Estado de Mato Grosso, disponíveis na Secretaria de Planejamento do Estado de Mato Grosso – SEPLAN, Núcleo de Informação e História Regional - NDHIR/ UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso, no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e Fundação Nacional do Índio - FUNAI. Foram realizados ainda levantamentos das legislações e políticas governamentais relativos à ocupação da região selecionada e outros documentos: periódicos, registros cartoriais, arquivos públicos municipais de Pontes e Lacerda e Vila

<sup>18</sup> MEIHY, José C. Sebe. **Manual de História Oral**. São Paulo: Loyola, 1996.

<sup>19</sup>BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade Lembranças de velhos**. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.

<sup>20</sup>POLLAK, Michael. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

Bela da Santíssima Trindade, jornais estaduais e municipais e arquivos pessoais dos atores sociais investigados, tais como: cartas, fotos e filmagens. Objetivou-se, com esse suporte, o entrecruzamento das falas e dos silêncios trazidos pelas entrevistas, com as fontes documentais, como parte do processo de reconstituição da memória dos grupos sociais de interesse. Segundo Meihy (1996, p.15) <sup>21</sup>:

além de mexer no conceito de personagem histórico, a história oral também trabalha com a questão do cotidiano, evidenciando que a história dos cidadãos comuns é trilhada em uma rotina explicada na lógica da vida coletiva de gerações que vivem no presente.

O referido autor define esses grupos como colônias, considerando os padrões gerais da sua comunidade de destino, isto é, dados preponderantes que ligam a trajetória de pessoas entrevistadas e que posteriormente formam a rede. A respeito da importância e relevância das reconstituições da memória individual e coletiva, Bosi (1988) <sup>22</sup> assim se refere:

A memória das sociedades antigas apoiava-se na estabilidade espacial e na confiança em que os seres da nossa convivência não se perderiam, não se afastariam. Constituía-se valores ligados à práxis coletiva como a vizinhança (versus mobilidade), família larga, extensa (versus ilhamento da família restrita), apego a certas coisas e certos objetos biográficos (versus objeto de consumo). Este tópico referia-se a povos primitivos, mas estávamos nos referindo também a nós mesmos. Há algo na disposição espacial que torna inteligível nossa posição no mundo, nossa relação com outros seres, o valor do nosso trabalho, nossa ligação com a natureza. Esse relacionamento cria vínculos que as mudanças abalam, mas que persistem em nós como uma carência.

A autora infere que todo agrupamento humano reconstrói um espaço, deixa marcas e pistas que possibilitam o desvendamento das formas de vida coletivas ali organizadas, bem como, do tipo de vivência protagonizado pelas pessoas. A memória, nesse ponto de vista, se expressa oralmente e na sutileza impressa na construção da narrativa que, se acredita, expressa os valores que os fatos, os objetos e as coisas assumem para os grupos investigados, até mesmo nos silêncios.

Nesse sentido, a partir dos pressupostos e intencionalidades da pesquisa já apresentadas neste texto, definiram-se então, as “colônias de fronteirços entrevistados”,

---

<sup>21</sup> Op. Cit. MEIHY. 1996, p.15.

<sup>22</sup> Op. Cit. BOSI, 1988.

que foram classificadas em cinco grupos de: 1) Entrevistados Nativos não- Indígenas (14 pessoas); 2) Entrevistados Migrantes (8 pessoas); 3) Entrevistados Migrantes Retornados (2 pessoas); Entrevistados Nativos Indígenas (3 pessoas) e 5) Entrevistados Fronteiriços Bolivianos (6 pessoas). No total, foram entrevistadas 33 pessoas. Vale ressaltar que algumas delas foram entrevistadas 2 ou 3 vezes, conforme a necessidade observada nas ocasiões das incursões em campo.

Por questões relativas à ética na pesquisa, ligadas, sobretudo, à preservação de identidade e imagem dos entrevistados e das entrevistadas, tendo em vista que o recorte de estudo abrangeu localidades compostas por comunidades e pequenos vilarejos rurais, relativamente pouco povoados, onde geralmente todos ou quase todos se conhecem, optou-se por utilizar pseudônimos, ocultar o nome real dos entrevistados e dar pouco detalhamento de suas respectivas ocupações. Este último item é transcrito parcialmente, em alguns trechos do texto, passagens em que se julgou necessário mencionar a citada informação.

#### **QUADRO 2- GRUPO DE ENTREVISTADOS MORADORES NATIVOS NÃO INDÍGENAS**

| PSEUDÔNIMO       | OCUPAÇÃO                                  | IDADE(anos) |
|------------------|---|-------------|
| Emiliano Guerra  | Trabalhador rural, aposentado e sitiante  | 76          |
| Joana Cortez     | Trabalhadora rural, aposentada e sitiante | 70          |
| Maria Silva      | Aposentada rural                          | 66          |
| Mário Celestino  | Professor                                 | 63          |
| Lavínia Monteiro | Aposentada, dona de casa                  | 60          |
| Antonia Moura    | Comerciante e fazendeira                  | 59          |
| Guido Marinho    | Trabalhador rural                         | 57          |
| Sila Guerreiro   | Trabalhadora rural e dona de casa         | 55          |
| Altina Santos    | Trabalhadora rural e dona de casa         | 53          |

|                |                     |    |
|----------------|---------------------|----|
| Emília Borba   | Professora          | 49 |
| Benair Cecílio | Professor           | 43 |
| João Alberto   | Professor           | 48 |
| Sônia Modesto  | Professora          | 43 |
| José Cuiabano  | Narrador de rodeios | 32 |

**QUADRO 3- GRUPO DE ENTREVISTADOS MIGRANTES**

| PSEUDÔNIMO           | OCUPAÇÃO                                   | IDADE (anos) |
|----------------------|--|--------------|
| Oswaldo Alúzio       | Servidor público,<br>Fazendeiro e Político | 67           |
| Mariano<br>Abelardo  | Servidor público                           | 57           |
| Sandro da Silva      | Servidor público                           | 57           |
| Rubens Paiva         | Servidor público                           | 56           |
| Adrelino<br>Carvalho | Fazendeiro                                 | 56           |
| Sílvio Caldas        | Servidor público                           | 45           |
| Mariozan Ruiz        | Servidor público                           | 43           |
| Rosemary Couto       | Religiosa                                  | 42           |

**QUADRO 4 GRUPO DE ENTREVISTADOS MIGRANTES RETORNADOS  
(TAUBATÉ)**

| PSEUDÔNIMO           | OCUPAÇÃO   | IDADE (anos) |
|----------------------|------------|--------------|
| Sancho<br>Castaneda  | Aposentado | 84           |
| Lucíola<br>Castaneda | Aposentada | 78           |

**QUADRO 5- GRUPO DE ENTREVISTADOS NATIVOS INDÍGENAS**

| PSEUDÔNIMO             | OCUPAÇÃO   | IDADE(anos) |
|------------------------|------------|-------------|
| Auriosan<br>Chiquitano | Aposentado | 76          |
| Carlos<br>Chiquitano   | Professor  | 42          |
| Marina<br>Chiquitano   | Professora | 36          |

**QUADRO 6- GRUPO DE ENTREVISTADOS FRONTEIRIÇOS BOLIVIANOS**

| PSEUDÔNIMO         | OCUPAÇÃO                              | IDADE (anos) |
|--------------------|---------------------------------------|--------------|
| Marino Suarez      | Religioso                             | 56           |
| Lacan José         | Representante do<br>governo boliviano | 65           |
| Maurino Antoniazio | Representante do<br>governo boliviano | 51           |
| José Sanchez       | Representante do<br>governo boliviano | 38           |
| Luiz da Villa      | Representante do<br>governo boliviano | 62           |
| Madalena Lopes     | Professora                            | 65           |

## 2 SEÇÃO 2

### HISTÓRICO E CONSTITUIÇÃO DE TERRITORIALIDADES NA FRONTEIRA OESTE DE MATO GROSSO, DIVISA BINACIONAL BRASIL-BOLÍVIA

Da admiração à cobiça, da cobiça à defesa: o encontro entre os portugueses e as missões espanholas assinalou o antagonismo que passou a ser o grande articulador das relações direcionadas dentro da condição inexorável da região: a fronteira.

Denise Maldi Meireles (1989, p. 10)<sup>23</sup>

#### 2.1 - A constituição da fronteira Brasil - Bolívia

O processo de constituição do território físico que compõe a extensão de terras do Brasil foi determinado por uma série de fatores, de cunho econômico e imperialista, caracterizados por um sistema construído sobre cenários de exploração e expropriação. Pode-se afirmar que a configuração sócio espacial do país resultou do modelo de colonização imposto pelos colonizadores portugueses, bem como dos desdobramentos das ações contidas nessa política de ocupação.

No contexto desta pesquisa, a área de estudo, ou seja, a faixa de fronteira física Brasil-Bolívia delimitada, localizada no sudoeste de Mato Grosso, pertenceu, em passado ainda recente, à Província de Mato Grosso, criada em 1748 pelo governo colonial. Essa província fora desmembrada da província de São Paulo e compunha-se, do ponto de vista da superfície física, das áreas que correspondem atualmente aos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia.

Para Garcia (2009, p. 39), a decisão da coroa portuguesa em criar a província de Mato Grosso relacionava-se às intenções de garantir o controle português sobre o território oeste, especialmente porque esse espaço físico era constantemente ameaçado por investidas dos espanhóis. Assim, a criação da província de Mato Grosso expressou os interesses acerca da expansão, manutenção e controle territorial por parte da Coroa

---

<sup>23</sup> MEIRELES, Denise Maldi. **Guardiães da fronteira**: rio Guaporé, século XVIII. Rio de Janeiro: Vozes, 1989. 213 p.

Portuguesa, no governo imperial. Pode-se constatar que havia uma real preocupação com a fronteira, mais fortemente com as fronteiras físicas entre o Brasil e a Bolívia, e entre o Brasil e o Paraguai.

No intuito de manutenção das possessões territoriais e, por conseguinte, a criação da província de Mato Grosso, o governo imperial estabeleceu, em 1752, a sede da capital da referida província, que se denominou Vila Bela da Santíssima Trindade. Para Correa Filho (1994, p. 34), “a condição de área fronteira, distante do litoral e de difícil acesso, a então capitania de Mato Grosso, passou a ser considerada no período colonial como um ante-mural para proteger o interior da América Portuguesa”.

Nas relações internacionais, quanto à divisão das terras latino-americanas entre Portugal e Espanha, vários acordos foram estabelecidos ao longo do período colonial, iniciando-se pelo Tratado de Tordesilhas<sup>24</sup> (1494). Apesar do acordo firmado, a história revela que era muito comum a existência de conflitos e disputas entre os países colonizadores. Em reformulação do citado acordo, estabeleceu-se o Tratado de Madri<sup>25</sup> (1750), que foi substituído novamente pelo Tratado de Santo Idelfonso<sup>26</sup> (1777).

---

<sup>24</sup>O **Tratado de Tordesilhas**, assinado na povoação castelhana de Tordesilhas em 7 de junho de 1494, foi um tratado celebrado entre o Reino de Portugal e o recém-formado Reino da Espanha, com o propósito de dividir as terras "descobertas e por descobrir" por ambas as Coroas fora da Europa. Cf. LIMA, Oliveira. Descobrimento do Brasil. In: Livro do Centenário (1500-1900) (v. III). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902.

<sup>25</sup> O **Tratado de Madrid** foi firmado na capital espanhola, por D. João V de Portugal e D. Fernando VI de Espanha em 13 de janeiro de 1750, para definir os limites entre as respectivas colônias sul-americanas, pondo fim assim às disputas. O objetivo do tratado era substituir o Tratado de Tordesilhas, o qual já não era mais respeitado na prática. Pelo tratado, ambas as partes reconheciam ter violado o Tratado de Tordesilhas na Ásia e na América, e concordavam que, a partir de então, os limites desse tratado se sobreporiam aos limites anteriores. As negociações basearam-se no chamado Mapa das Cortes, privilegiando a utilização de rios e montanhas para demarcação dos limites. O diploma consagrou o princípio do direito privado romano do “*uti possidetis, ita possideatis* (quem possui de fato, deve possuir de direito)”, delineando os contornos aproximados do Brasil de hoje. In: CORTESÃO, Jaime. **Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid**: Parte I Tomo I (1695-1735) (em português). Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco, 1950.560 p.

<sup>26</sup>**Tratado de Santo Idelfonso** foi o acordo assinado em 1 de outubro de 1777 na cidade espanhola de San Ildefonso, na província espanhola de Segóvia, na Comunidade Autónoma de Castela e Leão, com o objetivo de encerrar a disputa entre Portugal e Espanha pela posse da colônia sul-americana do Sacramento, situação que se prolongava desde a Paz de Utrecht e a guerra de 1735-1737. O tratado foi intermediado pela Inglaterra e pela França, que tinham interesses políticos internacionais na pacificação das relações entre Portugal e Espanha. Com a assinatura do tratado, a rainha de Portugal, D. Maria I, e o rei da Espanha, Carlos III, praticamente revalidaram o Tratado de Madrid (1750) e concederam fundamento jurídico a uma situação de fato: os espanhóis mantiveram a colônia e a região dos Sete Povos das Missões, que depois passou a compor grande parte do estado do Rio Grande do Sul e do Uruguai; em troca, reconheceram a soberania dos portugueses sobre a margem esquerda do rio da Prata, cederam pequenas faixas fronteiriças para compensar as vantagens obtidas no sul e devolveram a ilha de Santa Catarina, ocupada poucos meses antes. In: ANDRADE, Manuel Correia de. **A trajetória do Brasil (1500 a 2000)**. São Paulo: Contexto, 2000.

Retomando o recorte da fronteira Brasil-Bolívia, objeto deste estudo, é importante observar que a delimitação territorial vigente aconteceu em diferentes negociações e acordos entre os governos do Brasil e da Bolívia. Pode-se listar cronologicamente: Tratado de Amizade, Limites, Navegação e Extradicação (1867); Tratado de Petrópolis (1903); Tratado de Natal (1928); e, finalmente, o Tratado denominado Notas Reversais de Roboré (1958).

Vale ressaltar que esse último acordo, denominado de Notas Reversais de Roboré (1958), efetivou alguns ajustes na linha demarcatória da fronteira BRA-BO, uma vez que os acordos anteriores não haviam chegado a termos sobre algumas pendências, dentre as quais, a nascente principal do rio Verde, importante acidente geográfico existente naquela faixa fronteiriça. Sobre o tema, Costa (2006, p. 112) destaca que:

a celebração do acordo de Roboré colocou termo nas questões do Marco do Jacadigo e do alinhamento San Mathias – Corixa do Destacamento. Entretanto, a materialização da delimitação no Marco do Turvo ficou aberta até 1974, quando, finalmente, procedeu-se a demarcação das nascentes do rio Verde<sup>27</sup>.

O limite das fronteiras físico-geográficas entre o Brasil e a Bolívia, apesar dos recorrentes tratados convencionados, em pouco diferenciou as delimitações já estabelecidas pelos tratados de Madri e de Santo Idelfonso. No sentido de definição territorial na porção oeste do país, mantiveram-se, a priori, os territórios que já estavam delineados, geralmente demarcados por acidentes geográficos naturais, tais como: rios, serras, planaltos e planícies e outros afins. Pode-se afirmar que a configuração espacial da fronteira BRA-BO foi fruto de constantes acordos diplomáticos.

Do estabelecimento de tais acordos, a extensão da fronteira física entre ambos os países aproxima-se de 3.420 km (três mil quatrocentos e vinte quilômetros). Nesse cenário geopolítico, a linha demarcatória da fronteira BRA-BO no estado de Mato Grosso totaliza aproximadamente 730 km de extensão e, de acordo com Higa (2008, p.15): “450 quilômetros correspondentes ao trecho central da linha divisória entre os dois países são constituídos de linhas secas e 280 km, distribuídos nas duas extremidades da linha divisória, são delimitados por corpos d’água”.

A ocupação da fronteira Oeste do Brasil em Mato Grosso foi um tema privilegiado nas preocupações do Governo Imperial, pois proteger a integridade

---

<sup>27</sup> COSTA, José E. F. M. da. **A coroa do mundo: religião, território e territorialidade chiquitano**. Cuiabá: EDUFMT, 2006, p. 112.

territorial implicava em, principalmente, estabelecer estratégias de controle, domínio e manutenção de todas as riquezas encontradas e reconhecidas nas novas terras portuguesas da América.

Desse modo, constatou-se, nos séculos seguintes à implementação do modelo colonial de ocupação/exploração, que Portugal e Espanha seguiram caminhos distintos quanto à manutenção das terras colonizadas. Leituras sobre o tema demonstraram que, até o séc. XIX, as terras brasileiras eram comandadas pela metrópole portuguesa que empregava estratégias que fortaleciam a unidade territorial e a possível busca da construção de uma identidade nacional. Demétrio Magnoli (1997, p.88) assevera que:

O poder imperial no Brasil surge como resposta à ameaça da desintegração republicana: como instrumento da unidade política e territorial. De certo modo, a centralização real e simbólica das instituições políticas substituía um (inexistente) substrato social e econômico.<sup>28</sup>

Com relação à América Espanhola, houve uma fragmentação territorial que, por sua vez, aliou-se à disseminação do sistema republicano e ao enfraquecimento do sistema escravista.

Ainda para Magnoli (1997, 94-95), em virtude da independência do Brasil não ser fruto de uma revolução, a ideia de construção de uma identidade nacional pela Metrópole reafirmava a existência de uma espécie de Brasil Português, onde a elite não se via como parte integrante do novo País, mas sim, como uma extensão da elite portuguesa, da civilização europeia em “terras tropicais”. O referido autor acresce que: “O império buscava fazer com que a população tanto do litoral quanto do interior de seu território se reconhecesse como pertencente a uma única nação”.

De acordo com tais reflexões, a chegada do termo “Nação” ao Brasil ocorreu aproximadamente em 1822, em consequência principalmente da independência do Brasil em relação à metrópole portuguesa e da constituição do Império brasileiro. Considera-se que, a pretexto de “forjar” a unidade nacional, a política imperial buscou a integração das oligarquias regionais e a implementação de um modelo administrativo para os estados, baseado na centralização das funções político-administrativas.

---

<sup>28</sup> MAGNOLI, Demétrio. **O corpo da pátria**: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912). São Paulo: UNESP, 1997.

A citada política foi implementada também nos estados fronteiriços que, a oeste, limitavam-se expressivamente com terras bolivianas e paraguaias. Mato Grosso, em sua significativa extensão territorial, compôs a estratégia imperial.

Em 1824, logo após a criação do Império brasileiro, as capitâneas brasileiras foram transformadas em províncias. Posteriormente, com a Proclamação da República, em 1889 e, por conseguinte, com a promulgação da Constituição republicana, em 1891, tais províncias se transformaram em Estados Federativos.

As províncias instauradas pelo governo português no Período Colonial brasileiro exerciam papel fundamental no processo de efetivação da estrutura territorial. Sobre a província de Mato Grosso, desmembrada de São Paulo, pesava o aspecto geográfico de se localizar em lugar longínquo do litoral, inóspito, selvagem e hostil. Era comum os habitantes dos grandes centros referirem-se ao interior do Brasil e às regiões fronteiriças como “sertão”.

A região considerada marco divisor da fronteira oeste do Brasil com a Bolívia e o Paraguai, por se localizar em Mato Grosso, constituiu-se a partir de diversos movimentos de construção, reconstrução e reconfiguração, que podem ser igualmente constatados nos diferentes tratados e constantes acordos diplomáticos entre Portugal e Espanha, acerca dos domínios territoriais na América. Sobre Mato Grosso e a manutenção da citada fronteira, pairava um certo aspecto de abandono e crença na possível incivilização.

Vale ressaltar, no cenário da ocupação de Mato Grosso, que o avanço rumo à fronteira oeste caracterizou-se por dois períodos cronológicos distintos, que podem ser assim classificados:

**a)** Primeiro Período (iniciou-se no século XVI e perdurou até meados do Século XX): centrou-se no modelo de exploração de minérios, mais especificamente, ouro e diamantes. Tal ocupação se deu primeiramente por espanhóis e depois por bandeirantes de origem portuguesa. Com o declínio da exploração nas minas de Cuiabá, os mineiros tomaram rumo oeste com o propósito de explorar um novo “veio de ouro”, situado próximo ao rio Guaporé. Esse fator também culminou com a fundação da cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade, em 1752, que posteriormente tornou-se a capital da província de Mato Grosso, até 1825, quando Cuiabá passou a ser a sede do poder executivo da província.

**b)** Segundo Período (iniciou-se na segunda metade do século XX até os dias atuais): foi marcado intensamente por um processo de reorganização sócio espacial do

Estado de Mato Grosso. Caracterizou-se pela entrada na economia de mercado e na inserção de diversos projetos de colonização do “oeste da Amazônia brasileira”, considerada até então, como um grande e ameaçador “vazio populacional”. No governo militar, a partir de 1964, a ocupação da Amazônia tornou-se também uma questão de segurança nacional e manutenção da soberania, tema que será discutido com maior profundidade no decorrer do texto que compõe esta tese.

É importante ressaltar que, no decorrer desses períodos, houve fluxos migratórios intensos voltados à ocupação do oeste e da Amazônia brasileira. A dinâmica demográfica e os ciclos comerciais foram implementados a partir da gênese exploratória (extrativismo mineral, extrativismo vegetal e/ou desenvolvimento da agricultura), fator relevante da organização espacial das terras mato-grossenses, inclusive da fronteira BRA-BO.

Quanto ao que se discute acerca da configuração espacial de Mato Grosso no contexto da fronteira oeste do Brasil, os estudos de Higa (2005, p. 21) revelam que:

A configuração atual do território de Mato Grosso é decorrente do avanço ocupacional à época, em direção ao Oeste. É importante considerar que, na maioria das vezes, os territórios são definidos com base no jogo de interesses políticos e econômicos, onde o principal objetivo do processo é o domínio de áreas e povos para o exercício de poder e exploração de riquezas e não os interesses da sociedade<sup>29</sup>.

A partir dessa análise, pode-se pensar em uma trama geopolítica que, sob a luz de diversos interesses, serviu de mola propulsora à ocupação da porção oeste do Brasil, inclusive da fronteira oeste que, em parte, ou melhor, em parte da sua porção sudoeste, foi delimitada nesta proposta de estudo.

## **2.2 - Uma abordagem conceitual sobre a fronteira e suas territorialidades**

Discute-se aqui o significado de “fronteira” no espaço pesquisado, mais especificamente, um trecho da fronteira Brasil-Bolívia, no Sudoeste de Mato Grosso. A trajetória da análise sobre espacialidades contemporâneas nas áreas fronteiriças remete à

---

<sup>29</sup> HIGA, Tereza C.S. & MORENO, Gislaene. **Geografia de Mato Grosso: Território, sociedade e ambiente**. Cuiabá/MT: Entrelinhas, 2005. 295 p.

compreensão dos diferentes significados contidos na designação da fronteira. Repensar as fronteiras pressupõe compreender a relação entre centro e periferia, público e privado, legal e ilegal.

No intuito da compreensão dessas espacialidades contemporâneas, nas quais a fronteira se insere, tomamos por base os ensinamentos do Geógrafo Milton Santos (2006, p. 19), segundo o qual:

A linguagem cotidiana frequentemente confunde território e espaço... Por território entende-se geralmente a extensão apropriada e usada. Mas o sentido da palavra *territorialidade* como sinônimo de *pertencer àquilo que nos pertence...* esse sentimento de exclusividade e limite ultrapassa a raça humana e prescinde da existência de Estado. Assim, essa idéia de territorialidade se estende aos próprios animais, como sinônimo de área de vivência e de reprodução. Mas a territorialidade humana pressupõe também a preocupação com o destino, a construção do futuro, o que, entre os seres vivos, é privilégio do homem.<sup>30</sup>

A partir desse raciocínio, pode-se constatar, portanto, que a territorialidade humana é, antes de tudo, construída e conduzida por fios de vivência que vão tecendo a realidade cotidiana, e isso se constitui dentro de um processo vivo e sempre em movimento, que, dependendo dos sujeitos e das circunstâncias dadas, se reconfigura continuamente.

Sobre as possibilidades de entendimento das diferentes conceituações atribuídas para território, espaço e territorialidades, Santos (2006, p. 19) acrescenta que:

Num sentido mais restrito, o território é um *nome político* para o espaço de um país. Em outras palavras, a existência de um país supõe um território. Mas a existência de uma Nação nem sempre é acompanhada da posse de um território e nem sempre supõe a existência de um Estado. Pode-se falar, portanto, de territorialidade sem Estado, mas é praticamente impossível nos referirmos a um Estado sem território.

Conclui-se, portanto, que, no contexto das espacialidades contemporâneas, a fronteira física pode ser entendida como territorialidade de movimento, ora de consenso e ora de disputas e conflitos.

---

<sup>30</sup> SANTOS, Milton & SILVEIRA, María L. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. 9 ed. Rio de Janeiro: Record. 2006.

Essa abordagem permite discutir a mobilidade social na fronteira oeste, enfocando a política de ocupação da Amazônia mato-grossense. Ressalta-se que a região fronteira estudada está inserida em um cenário de movimentos migratórios intensos que se refizeram e se refazem continuamente. Os chamados refluxos populacionais vão entoando novas reespecializações e reterritorializações no âmbito da totalidade da região e também da fronteira.

Observa-se ainda que tais movimentos de reespecializações e reterritorializações foram, em grande parte, constituídos com base em conflitos internos, especialmente entre quem chega e quem já está. Tal situação configura-se na luta pela emancipação sócio-política, salvaguarda e legitimação de interesses individuais. Essas ações podem ser verificadas e vivenciadas nos territórios de fundação das novas cidades, mais especificamente daquelas localizadas na fronteira sudeste da Amazônia, a qual corresponde do ponto de vista geográfico, ao sudoeste do Mato Grosso.

Ainda na análise do processo de ocupação da fronteira, Martins (1997) afirma:

Enquanto há conflito, há fronteira, que só desaparece quando os tempos se fundem, quando a alteridade original e mortal dá lugar à alteridade política, quando o outro se torna a parte antagonica do nós. Quando a história passa a ser a nossa história<sup>31</sup>

Sobre a “ocupação da fronteira”, o citado autor revela que o processo se materializa em uma dimensão subjetiva, isto é, em uma relação pouco aparente e bastante conflituosa. É assim que, segundo ele, vão se desenhando e articulando movimentos transformadores das feições geográficas das áreas da fronteira.

Decorrem desses movimentos concepções e práticas construídas no ambiente local e que podem ser percebidas no desenvolvimento produtivo, e também, na cultura e sociedade. Considera-se que a organização espacial da Comunidade Santa Clara do Monte Cristo e suas cercanias, no caso, as Comunidades Morrinhos e Aparecida, localizadas na região fronteira em estudo, decorreu, em parte, dessa forma de movimentação.

No contexto dessas articulações na reespecialização local, Silva (2008, p. 121) afirma que:

Pela literatura e pela observação realizada, pode-se dizer que a fronteira tem algo de abandono, algo de vulnerável e, ao mesmo tempo, de ameaçador. Algo de desarrumado, algo de que está ainda

<sup>31</sup> MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2014. 187 p.

por se tornar, por se fazer. Talvez porque seja resultado não apenas de uma conjunção de dois países, mas por ser um espaço historicamente pouco diferenciado e diferenciador em termos das nacionalidades de seus moradores, mas enormemente diferenciado em relação ao restante de seus países. Ou seja, na fronteira os poderes constituídos da nação estão praticamente ausentes. A presença dos poucos destacamentos militares em uma longa fronteira seca não permite um forte controle do que ocorre na divisa entre os países e há como que uma lógica própria e uma paisagem singular nesse lugar de passagem<sup>32</sup>.

Ainda sobre o encontro das nacionalidades na região de fronteira, no caso do recorte estabelecido nesse relato de estudo, Silva (2008, p. 126) acrescenta que:

No entanto, estar aqui ou lá, no Brasil ou na Bolívia, traz marcas diferenciais. Pelo fato dos Chiquitanos serem separados pela fronteira entre dois estados nacionais, mas em um território relativamente contínuo, vivenciam uma situação bastante singular que é a de terem sido sujeitos de duas histórias diferentes - a boliviana e a brasileira- e de sofrerem diferentes tipos de pressões e conflitos com não índios. A fronteira, além dessa linha que separa dois países, que os limita geopoliticamente, da perspectiva da dinâmica das relações entre as populações locais, é um espaço de sociabilidade diferenciada, de comércio, de situações linguísticas compartilhadas<sup>33</sup>.

Movimentando-se e reproduzindo-se ainda nessa teia de relações, a maneira pela qual os indivíduos interagem e se estabelecem num dado lugar (físico) produz uma interpretação e um novo significado ao “espaço”, portanto, sugere uma dinamicidade constante ao que chamamos de reespecialização, bem como ampliação do quadro de relações inerentes ao processo de reterritorialização.

Para Soja (1993, p. 55), “a sociedade está sempre espacializando-se. Mas a espacialização não é o espaço. A espacialização é um momento da inserção territorial dos processos sociais”<sup>34</sup>. Para o autor, especializar consiste em um movimento constante, desencadeado por abordagens e discursos presentes em diferentes “partes” ou subdivisões de categorias sociais.

Assim, misturam-se tempos e espaços no universo da fronteira, em particular, na fronteira sudoeste do Estado de Mato Grosso. Para Becker (1982, p. 140), “em grande parte através da migração da mesma população em numerosas etapas é que a fronteira avança<sup>35</sup>”. A migração é, portanto, um fator que acrescenta maior

<sup>32</sup>SILVA, Joana A. Fernandes. **Identidades e conflito na fronteira: poderes locais e os chiquitanos**. In: Revista Memoria Americana 16 (2) - Ano 2008: 119-148

<sup>33</sup>Id. SILVA, 2008.

<sup>34</sup> SOJA, Edward W. **Geografias Pós-Modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Trad.: Vera Ribeiro. Revisão: Bertha Becker. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1993, p.55.

<sup>35</sup> BECKER. op. cit., p.140

complexidade ao estudo. É visível, na região da fronteira internacional Brasil-Bolívia, marcas de movimentos populacionais que emergem, sobretudo, nas diferenciações de cunho social, cultural, econômico e ambiental entre os grupos de sujeitos fronteiriços.

A propósito do emprego do termo fronteira, Martins (2014) considera que “as sociedades latino-americanas ainda estão em estágio de fronteira <sup>36</sup>”, pois, em muitos aspectos, essas sociedades reproduzem relações sociais e políticas e criam novas relações com o modelo produtivo proposto e com a natureza e sociedade, desenhadas no bojo de movimentos sociais de expansão sobre terras denominadas “não ocupadas ou insuficientemente ocupadas”. Nesse sentido, a fronteira carrega consigo um histórico de lutas sociais.

Acerca da realidade singular e dos movimentos construídos na fronteira, o processo de ocupação e uso do espaço físico (terras), e a construção das territorialidades fronteiriças no Brasil, Martins (2014, p.134) afirma que os estudiosos das diferentes áreas de Ciências Humanas estabeleceram duas concepções de referência. Explica que:

Os Geógrafos, desde os anos de 1940, importaram a designação de Zona pioneira para nomeá-la, outras vezes, referindo-se a ela como frente pioneira [...]. Os Antropólogos, por seu lado, sobretudo a partir dos anos de 1950, definiram essas frentes de deslocamento da população civilizada e das atividades econômicas de algum modo reguladas pelo mercado como frentes de expansão<sup>37</sup>.

O raciocínio do citado autor aponta para modos diferentes de ver e, posteriormente, de analisar a fronteira. Considera que a abordagem e o estudo de região de fronteira podem se constituir a partir de pontos de referência ou olhares diferentes e que, por conseguinte, produzirão entendimentos distintos.

Martins (2014) tece algumas diferenciações de abordagem conceitual ao que se possa denominar de *frente pioneira* e *frente de expansão*, o que, nesse entendimento com relação ao estudo de fronteira, corresponde ao estudo da extremidade entre duas regiões, dois modos de ser.

Considerando as diferenças conceituais atribuídas entre *frente pioneira* e *frente de expansão*, presume-se que são referências construídas a partir de diferentes pontos de vista, pelos quais a realidade é observada. De forma mais objetiva, Martins (2014, p. 137) sintetiza que:

---

<sup>36</sup>MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2014. 134 p.

<sup>37</sup> Id. MARTINS, 2014, p. 187.

*Frentes de expansão* expressa a concepção de ocupação do espaço de quem tem como referência as populações indígenas, enquanto a concepção de *frente pioneira* não leva em conta os índios e tem como referência o empresário, o fazendeiro, o comerciante e o pequeno agricultor moderno e empreendedor<sup>38</sup>.

Vale destacar sobre este estudo que o mesmo não tem como propósito analisar especificamente o papel desempenhado pelas populações indígenas na fronteira, mas o significado dessa fronteira em si, na perspectiva dos fronteiriços que moram na região, dentro da área previamente delimitada. Buscou-se, a partir da análise realizada, construir um olhar que permita considerar o todo constituído e movimentado por diferentes protagonistas. Ao mesmo tempo, não se pretende negar a presença desses povos tradicionais na fronteira, nem mesmo desconsiderar o papel e a importância nos processos de configuração e reconfiguração social daquela espacialidade.

Nesse aspecto, emprega-se neste trabalho o conceito de “*frente de expansão*”, especificamente, no exercício de desvelar e dialogar com o objeto ora estudado. Pode-se justificar tal escolha no entendimento de que é a mais adequada à análise de ocupação das áreas de fronteira, uma vez que, na área deste estudo, nas frequentes incursões para levantamentos *in loco*, constatou-se a existência de recursos exploráveis (terra, riquezas vegetais e minerais) que, em passado não muito distante, foi de fácil acesso à população que chegou à região.

Considerando o conceito de “frente de expansão” propagado por Martins (2014), observou-se que o deslocamento da população rumo à fronteira carregou consigo a crença na possibilidade de reconstruir-se social e economicamente. Significou, para uma parte daqueles sujeitos, a possibilidade de tecer uma linha ascendente na trajetória da vida social. Essa forma de ocupação e até mesmo de acomodação nesse novo lugar, o lugar da fronteira, calcaram-se também nas perspectivas de realização de projetos pessoais de vida.

Quando se analisa a região de fronteira como “*frente de expansão*”, pressupõe-se que as transformações físicas também foram acompanhadas por alterações no crescimento dos setores econômicos (comércio, prestação de serviços, etc), por embates sociais e políticos com relação ao quadro histórico de ocupação do solo rural urbano. A configuração e reconfiguração do espaço envolveram práticas sociais e culturais, favorecendo a própria recriação.

---

<sup>38</sup> Id. MARTINS, 2014, p. 137.

Para o geógrafo Waibel (1979, p. 47), “a fronteira abrange basicamente os sentidos político e econômico. Politicamente traduzir-se-ia nos limites entre dois países, estados e municípios vizinhos, e, economicamente seria uma zona de encontro entre a mata virgem e a região civilizada<sup>39</sup>”. Esse autor distingue dois tipos básicos de fronteira: a fronteira demográfica e a fronteira econômica<sup>40</sup>.

Neste exercício reflexivo, compreende-se que os movimentos sociais presentes nas “*frentes de expansão*” vão, portanto, agir de maneira direta sobre a criação/reprodução de novos espaços, tanto de espaços rurais com o campesinato, quanto dos espaços urbanos com o crescimento físico das cidades.

Considerando esses movimentos sociais típicos das “*frentes de expansão*”, pode-se inferir que o espaço geográfico produzido trouxe novos desafios no sentido de buscar os significados e as ressignificações de um processo de ocupação. Os atores sociais ou sujeitos fronteiriços apresentam referenciais de cultura, natureza e sociedade bastante distintos, o que pode ser constatado na região de estudo.

Na singularidade deste estudo, o conceito de “*frente de expansão*” no trecho pesquisado da fronteira leva a considerar políticas governamentais, migrantes brasileiros, fazendeiros e trabalhadores rurais, povos indígenas tradicionais e “Chiquitanos”. Nesse quadro de diversidade, eclode a necessidade de aprofundamento, a importância de penetrar no universo complexo dos sujeitos que compõem tal espaço, em última instância, no contexto geopolítico, sobretudo, porque se trata de um espaço binacional.

### **2.3 A fronteira e os fronteiriços: territorialidades e conflitos**

A apropriação física do espaço na fronteira sudoeste de Mato Grosso inscreveu-se em um canteiro de poder simbólico, político e econômico, cuja interface se dá com o “sentido” de apropriação por parte dos migrantes e que, ao mesmo tempo,

<sup>39</sup> WAIBEL, Leo. **Capítulos de geografia tropical e do Brasil**. Rio de Janeiro: Supren . 2. ed, 1979, p. 281.

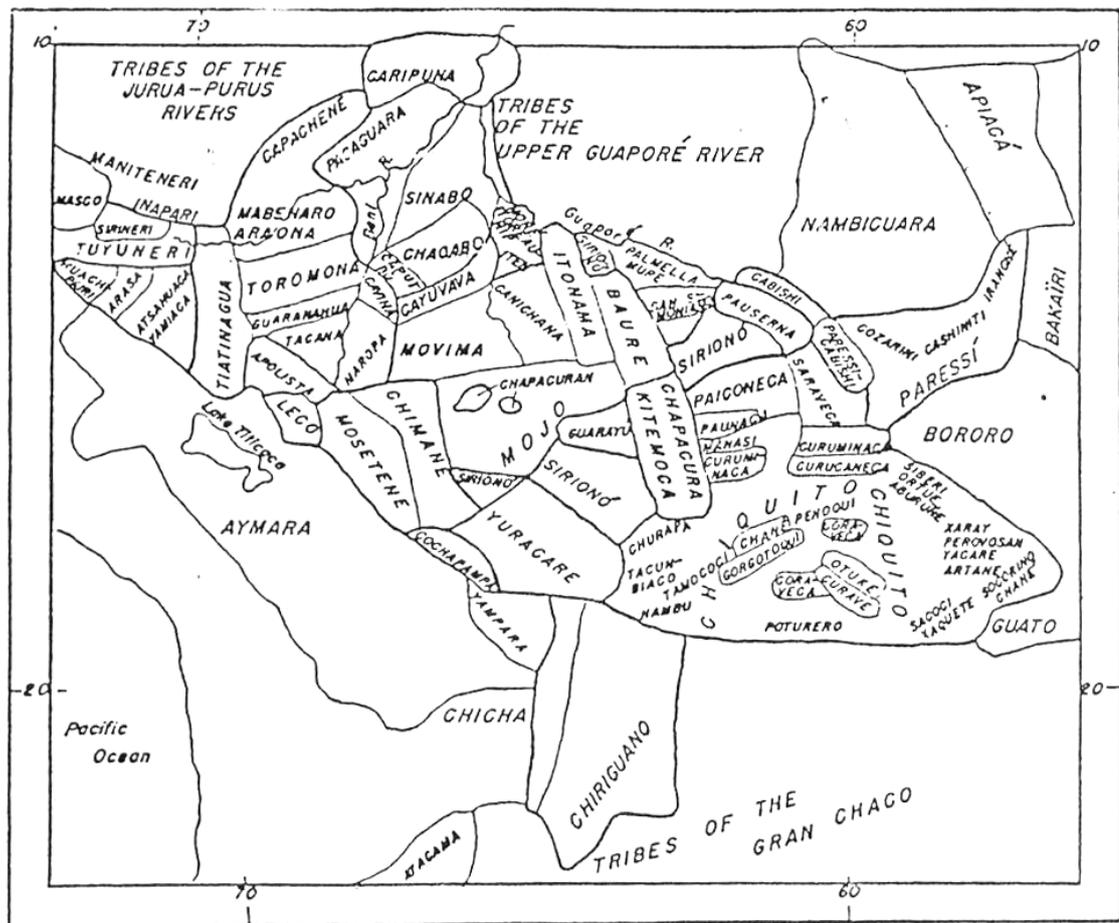
<sup>40</sup> Para WAIBEL (op. cit.), quando os geógrafos falam de frente pioneira estão falando da fronteira econômica, pois, o tempo de formação da fronteira econômica e demográfica nem sempre coincidem, isto é, a linha de povoamento avança antes da linha de efetiva ocupação econômica do território.

colide com a presença de uma população de descendência indígena, os “Chiquitanos”. Originou-se daí uma questão identitária: quem são os fronteiriços? Indígenas? Brasileiros? Bolivianos?

Para melhor situar a presença indígena na área investigada, toma-se por referência os estudos de Silva (2008, p. 129) que, com base no Mapa etno-histórico de Alfred Mètraux, de 1948, afirma:

Chiquitano refere-se ao amálgama de inúmeras nações indígenas. Não são bolivianos ou estrangeiros no Brasil, estavam em solo nacional anteriormente à ocupação portuguesa. Portanto, antes da chegada dos portugueses, esses povos ocupavam as margens do rio Guaporé no Brasil, até as planícies bolivianas. O povo constituía-se num *continuum* e a fronteira geopolítica tratou de transformar em estrangeiros povos que viviam comprovadamente nessa região há muitos séculos, a divisão territorial transformou-se em dois países: O Brasil e a Bolívia<sup>41</sup>.

**FIGURA 4- MAPA ETNO- HISTÓRICO DE ALFRED MÈTRAUX, 1948**



<sup>41</sup> SILVA, J.A.F. **Identities and conflicts on the Frontier. Local powers and the Chiquitanos.** Revista Memória Americana 16 (2), 2008, pag. 119-148.

Fonte: Op. Cit. SILVA, J.A.F., 1998.

Sobre as atividades econômicas desenvolvidas na área mencionada, tanto por brasileiros quanto por populações de origem “Chiquitano”, Silva (2008, p. 132) afirma:

No Brasil, os Chiquitanos sobressaíram-se também como trabalhadores em fazendas de criação de gado, uma habilidade herdada dos jesuítas. Nos dias de hoje são praticamente a única reserva de mão de obra na zona rural onde vivem, ou seja, nos municípios de Pontes e Lacerda, Porto Espiridião, Vila Bela e Cáceres, em Mato Grosso<sup>42</sup>.

No contexto geopolítico dessa região fronteiriça, ainda de acordo com os estudos de Silva (2008), a partir de 1768 os “Chiquitanos” foram incorporados ao trabalho nas fazendas. No século XIX, eram capturados para trabalhar na extração da borracha, nos seringais ou “gomales”. Com relação ao trabalho, os “Chiquitanos” são considerados exímios trabalhadores em fazendas de criação de gado, uma habilidade herdada da convivência com os jesuítas, no Período Colonial brasileiro. Ainda segundo Silva, na fronteira sudoeste de MT com a Bolívia, que se estende por aproximadamente 730 quilômetros, há 32 Comunidades “Chiquitanas”.

O conflito interétnico permeia as relações sociais estabelecidas na fronteira Brasil-Bolívia, ora perscrutado. Traz à tona a divergência entre grupos indígenas, grandes proprietários rurais e fazendeiros, no que se refere à posse e propriedade das terras.

Inegavelmente, há muitos confrontos de interesses nessa região, fomentados, por um lado, pela possibilidade de demarcação da área e transformação dessas em reserva indígena por parte do Estado Brasileiro e, por outro, pela expansão das possibilidades de exploração para produção de soja e instalação do agronegócio.

Nota-se, no contexto do trabalho do sujeito fronteiriço, uma intensa precarização das condições de vida e trabalho nas fazendas. Entretanto, segundo alguns entrevistados, atualmente o trabalho escravo foi abolido, principalmente em decorrência de intensas e frequentes fiscalizações por parte da Justiça do Trabalho brasileira, com aplicação de muitas trabalhistas e outras ações inibidoras. No entanto, no trabalho das fazendas, ainda há modelos produtivos e relações “não assalariadas” muito similares à

---

<sup>42</sup> Id. SILVA, 2008. p. 132.

modalidade do trabalho escravo, os quais embora, por vezes, ocultos nas falas, estão presentes nos silêncios e nas expressões de alguns entrevistados.

É possível verificar a formação de grupos políticos de interesse regional nas terras da fronteira, grupos esses que vão, ao longo do tempo e das relações, sendo reconhecidos e legitimados. Em contrapartida, também é possível observar, nas falas e nas reações implícitas das comunidades investigadas, o “ocultamento da identidade Chiquitano”, que fortalece a confirmação da hipótese de que se trata de um conjunto de ações estratégicas de autoproteção. À guisa de entendimento, é necessário considerar que, na região da fronteira em estudo, há uma discussão pautada no aspecto da etnicidade, o que envolve e, em certa medida, opõe aqueles que se consideram não índios aos que se consideram indígenas de origem “Chiquitano”.

A prática da dominação e da violência, especialmente no que tange à posse e propriedade das terras, é marca implícita naquela paisagem, ocultada sob a égide de uma suposta convivência social harmoniosa. Percebe-se também o domínio dos “fazendeiros criadores de gado”, representados pelos grupos sociais proprietários de terras, sobre as populações compostas por trabalhadores rurais, mestiços e “Chiquitano”.

Na região fronteira em estudo, há vários assentamentos regulamentados pelo INCRA <sup>43</sup>. Estão assentados pequenos proprietários, em grande parte, e também parte do grupo populacional descendente dos “Chiquitanos”, fazendo jus aos benefícios sociais, tais como: bolsa-família e aposentadoria rural. Mesmo sendo pequenos proprietários, é prática comum os homens trabalharem como vaqueiros nas grandes fazendas de criação de gado, enquanto os demais membros da família se ocupam do cultivo da terra, cuidados com a propriedade e trabalhos domésticos.

Num outro viés, vale destacar que a identidade “Chiquitano” na fronteira também é carregada por racismo e discriminação. É comum a denominação pejorativa de “bugre” a essa parcela da população fronteira. Sobre o significado do uso do termo bugre na faixa de fronteira, Silva (2008, p. 135) afirma que: “bugre, naquele contexto não queria dizer exatamente povo, mas uma espécie de gente, muito procurada para o

---

<sup>43</sup> INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, responsável pela regulamentação das terras destinadas à reforma agrária.

trabalho, porém, pouco qualificada enquanto ser humano. Um exemplo brutal de etnocentrismo e do estranhamento<sup>44</sup>”.

A faixa de fronteira Brasil-Bolívia, recorrentemente, constitui-se em espaços marginalizados pelo discurso político, que insiste em deixá-los sob a penumbra da ilicitude, destacando-se, de forma preconceituosa, o tráfico de drogas, a prostituição, o contrabando, roubos de veículos e outros crimes, o que confere àqueles espaços um aspecto hostil e perigoso.

É comum nos meios de comunicação a propagação de uma imagem mitificada, e negativa sobre a fronteira em estudo. Nesse cenário, são válidas algumas indagações: são lugares de desordem? Ou, locais onde o Estado não conseguiu impor sua ordem? Geralmente, não há a argumentação do contraditório. Entende-se, por isso, que a fronteira não deve ser analisada ou compreendida somente como o “lugar” de ilicitude e/ou da transgressão.

Na região de estudo, observa-se que, os “modos de ser e agir” dos sujeitos fronteiriços sobre o meio reproduzem a diversidade e a complexidade dos movimentos populacionais vivenciados, trazendo consigo um certo aspecto de “rudeza”, que pode ser sintetizado pela ausência de medo do desconhecido, do porvir e, também, pelo orgulho de se posicionar na condição de um “espírito desbravador”, um forte.

A mobilidade dos fluxos populacionais na área de estudo, como se pode confirmar pela história do país, foi desencadeada, significativamente, pelas políticas públicas governamentais do Brasil, desde o período colonial. Acresce-se a isso a “teia” geo-histórica e de deslocamento territorial dos “Chiquitanos”, que também são habitantes do lugar.

As facetas no processo de construção da territorialidade social são características que ora se imbricam e ora se complementam. Como um exemplo desses movimentos, pode ser citado o deslocamento populacional de massa, ou movimentos migratórios rumo ao oeste brasileiro, a partir da segunda metade do século XX, bem como a sucessão de irregularidades sobre a posse e o uso dos recursos da terra, fator responsável por diversos conflitos na região.

Concomitantemente com os processos migratórios em direção à fronteira sudoeste de Mato Grosso, a partir da década de 60, visualizou-se, também, uma rápida

---

<sup>44</sup> SILVA, J.A.F. **Identidades e conflitos na Fronteira. Poderes locais e os chiquitanos.** Revista Memória Americana 16 (2), 2008, pag. 119-148.

transformação nas feições, dos novos espaços criados e/ou reconfigurados para abrigar as pequenas cidades e vilarejos que compõem aquela paisagem.

Pode-se, a partir desta análise, caracterizar um tipo “oficial” de organização espacial proposto pelo poder institucionalizado e, ainda, verificar outros tipos, frutos de mobilizações de uma dada composição da estrutura social. Na indagação sobre a prática do povoamento na área delimitada, deve-se também considerar a dependência que a espacialização tem do espaço no qual opera.

No intuito de melhor compreender a questão, na região da fronteira estudada há um grupo populacional composto por migrantes advindos de vários deslocamentos populacionais pós década de 60, alguns oriundos de outros movimentos migratórios dirigidos primeiramente ao sul do Brasil. Insere-se ainda a esse quadro, o grupo populacional descendente dos “Chiquitanos”.

Na fronteira ocupada, muitos habitantes que derivam desses movimentos migratórios colocam-se, de certa forma, na posição de “desbravadores” do lugar, discurso que transparece em algumas falas, reforçando a ideia de uma autoimagem, que também reveste e constitui o sujeito fronteiriço de orgulho e heroísmo.

Nesse entendimento, o posicionamento de parte desses sujeitos fronteiriços é uma estratégia para que se legitimem como elites políticas e econômicas locais. O heroísmo contido na condição de desbravador da fronteira oeste e amazônica do Brasil, somado a outros elementos, fortalecem o “poder e prestígio” na região e, assim, alguns grupos sociais exercem o “controle” sobre os demais. O controle decorre, principalmente, da exploração da força de trabalho, muitas vezes com total precarização das condições de trabalho e de sobrevivência.

Em última instância, o controle social é exercido pela definição de “quem vive ou quem morre”. É comum ainda, na região, a ocorrência do extermínio de pessoas e famílias por assassinato. Isso decorre principalmente com o propósito de domínio da terra, ou do território.

Constata-se que, no exercício do controle social, a posse e a propriedade da terra são as principais causas de conflitos que demandam as mais diversas formas de violência e intimidação por parte dos interessados. Os jogos de interesse se colocam na linha de frente das questões, no choque das relações de poder estabelecidas. Nesse viés,

a área selecionada para a pesquisa constitui-se também em espaço de confrontos e disputas que estão presentes nas relações sociais e nos modos de ser daqueles sujeitos.

A partir de Bourdieu (2002)<sup>45</sup>, pode-se criticar a “naturalização” das relações sociais de dominação. A partir do conceito de *habitus* e sua propagação por meio de ações irrefletidas, Bourdieu viabiliza a percepção da dominação e desigualdade, em situações nas quais outros percebem harmonia e pacificação.

Na análise social das sociedades centrais ou periféricas, constata-se corriqueiramente a dominação simbólica assentada sobre a ideologia de igualdade, o que origina uma imagem de consenso social e político, que, de certa forma, obscurece as relações de desigualdade. Trata-se de um exercício reflexivo frente à importância e necessidade de compreensão dos elementos institucionais e sociais na fronteira mencionada, bem como, suas formas intrínsecas de movimentação, ordenamento, interações e desdobramentos na reprodução de tal espacialidade, de caráter sociológico.

#### **2.4 O Estado Brasileiro e a ocupação da Fronteira Oeste na divisa internacional Brasil-Bolívia**

Constatou-se, neste recorte de estudo, que as ações do Estado Brasileiro foram decisivas no processo de configuração da fronteira no sudoeste de Mato Grosso, na Amazônia Legal. Tais ações decorreram de diferentes momentos da articulação capitalista que promoveram no país mudanças estruturais e conjunturais acerca de desenvolvimento econômico e político, perpassando pelas esferas do simbólico e cultural.

O conjunto de ações desencadeadas pelo Estado Brasileiro, a partir da segunda metade do século XX, com maior intensidade a partir da década de 1960, aliado a um conjunto de forças políticas, pode explicitar, de maneira segura, a forma de ocupação e o modelo produtivo instituído na fronteira oeste do País. Segundo Martins (2014, p.74):

Embora, até por tradição, viesse ocorrendo um lento processo espontâneo de ocupação “do Oeste” e, a partir de meados dos anos de 1950, do Centro-oeste e do Norte do País, o regime militar decidiu acelerar, definir as características dessa ocupação e controlá-la. Os objetivos eram econômicos, mas eram sobretudo geopolíticos. O lema da ditadura era “integrar (a Amazônia ao Brasil) para não entregar” (a supostas e gananciosas potências estrangeiras). Os militares falavam

---

<sup>45</sup> BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 5 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

em “ocupação dos espaços vazios”, embora a região estivesse ocupada por dezenas de tribos indígenas, muitas delas jamais contatadas pelo homem branco, e ocupada também, ainda que dispersamente, por uma população camponesa já presente na área desde o século XVIII, pelo menos<sup>46</sup>.

Nesse entendimento, todos os contextos que influenciaram a organização do espaço social na região de fronteira delimitada na pesquisa relacionam-se, a priori, com a gênese da formação do Estado Brasileiro, desde o período colonial, imperial e, dentro do período republicano, com destaque para o período do Regime Militar (1964-1985). Nesse exercício reflexivo, considerou-se adequado tomar por base a concepção de Estado formulada por Gramsci (1991, p.234), segundo o qual “o Estado deve ser interpretado como um complexo de atividades práticas e teóricas constituídas pelas esferas da sociedade política e da sociedade civil. Nesse caso, na sociedade política (Estado restrito) predominaria a coerção e, na sociedade civil, o consenso”<sup>47</sup>.

Para entender melhor o processo de ocupação do oeste brasileiro e também da região pesquisada, é necessário discorrer sobre a implementação da “Marcha para o Oeste”, que foi uma iniciativa do Estado Brasileiro. Tratada como uma política estatal de desenvolvimento do país foi um movimento populacional que se efetivou na década de 40, caracterizado pelo desencadeamento de um intenso processo migratório, com o intuito de promover a “ocupação dos espaços vazios na Amazônia e no oeste do País”.

As influências e os desdobramentos dessa significativa mobilização populacional podem ser observados na formação das paisagens dos espaços rurais e urbanos, no contexto da fronteira citada, notadamente, a partir do mesmo período.

Desse modo, é possível pensar a “Marcha para o Oeste”, assim como outros movimentos posteriores de “ocupação” das regiões de fronteira no Brasil, como consequência de processos dimensionalmente maiores e mais profundos quanto à ocupação do espaço. Somam-se, a isso, a ordem posta no sistema colonial brasileiro, e posteriormente, a definição de uma política de Estado para o país, pautada no domínio territorial e controle social.

Posteriormente à “Marcha para Oeste”, outros movimentos migratórios foram desencadeados com o aval do Estado como forma de dissipar as pressões sociais nos grandes centros, sob o pretexto de ocupar “espaços vazios” e de ampliação de

<sup>46</sup> Id. MARTINS, 2014, p.74.

<sup>47</sup> GRAMSCI, A. **Maquiavel, a política e o estado moderno**. Trad. Luiz Mário Gazzaneo, 8 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991 (1991, p.234)

oportunidades de elevação econômica e de qualidade de vida da população que se dispusesse a ocupar tais espaços.

A segunda metade do século XX no Brasil foi marcada por uma intensificação na formação espacial de cidades, modificações urbanas e reorganização dos espaços fronteiriços. Notadamente, a partir de 1964, com a instauração de um governo militar, foram muitas as transformações sociais e econômicas que possibilitaram a consolidação do capitalismo no país.

Nesse percurso, observou-se, na leitura disponível, que muitas foram as contradições no processo histórico de acumulação capitalista. A realidade mato-grossense e a ocupação da fronteira oeste, assim como de toda extensão fronteiriça daquele estado e do país, inserem-se em tais contradições. Estudos bibliográficos e levantamentos documentais realizados no decorrer da pesquisa na região demonstraram a interação entre as políticas de desenvolvimento do país e o contexto social e político, que estabeleceram forças motrizes na configuração da espacialidade nessa área fronteiriça.

Na fronteira Brasil-Bolívia, região selecionada para estudo, observa-se, sob determinado aspecto, uma naturalização da desigualdade social, que é típica de países periféricos, como o Brasil. Nesse entendimento, isso se deve, em parte, a uma “suposta herança pré-moderna e personalista”, que é decorrente de um forte movimento de modernização, fenômeno observado no Brasil e em alguns outros países da América Latina, mais expressivamente, na segunda metade do século XX.

Tal modernização pode ser atribuída, em grande parte, à transferência do modelo de produção industrial e, paulatinamente, ao surgimento de novas formas de vida e de quadros sociais, pautados em novas relações instituídas entre rural-urbano. O País vivenciou intensa transformação de cunho socioeconômico a partir de meados do século XX, que alterou de forma acentuada e acelerada a sua situação de agrário-exportador para urbano-industrial.

As ações modernizantes do país, que foram embutidas no “discurso político do crescimento econômico”, e posteriormente, propagadas pelo Estado Brasileiro, mais intensamente nas décadas seguintes a 1950, não explicam a extensão de tal modernidade à condição periférica de grande parte da sociedade brasileira.

As contradições sociais observadas no território brasileiro são dramáticas, de maneira mais intensificada nas vastas faixas de fronteira entre o Brasil e grande parte

dos países latino-americanos, dentre as quais, destaca-se, nesta investigação, a fronteira Brasil-Bolívia, que só em Mato Grosso estende-se por aproximadamente 730 km. Entende-se que, para discutir a territorialidade construída na fronteira investigada, é importante desvelar os papéis desempenhados pelos agentes sociais locais e também pelo Estado.

A partir dessa linha de raciocínio, muitos questionamentos podem ser suscitados, dentre os quais: Por que houve o desencadeamento de um intenso processo migratório rumo às regiões de fronteira? Em que medida tais movimentos se constituíram ideologicamente, ou, com o intuito de promover a ocupação dos espaços na Amazônia e no oeste do País? Quais são os desdobramentos destas ações na formação dos espaços rurais e urbanos no contexto da fronteira citada, notadamente, a partir da década de 40? Seria a fronteira o “lugar da exclusão” e do “vazio de direitos”?

Ainda, no que se refere às ações desencadeadas pelo Estado Brasileiro para estruturar e promover a ocupação da fronteira oeste do Brasil há que se considerar também a criação e manutenção da ideologia da segurança nacional, em prol do fortalecimento e da legitimação da soberania nacional sobre os territórios, de forma mais incisiva nas áreas limítrofes com outros países latino-americanos, nas fronteiras internacionais. Reafirma-se que, nas relações inter-regionais, as regiões de fronteira, em especial, o recorte em estudo, englobam espaços que margeiam a Amazônia e Bolívia, por isso, do ponto de vista geográfico, constituem-se numa região periférica do país. Por outro lado, nessa mesma territorialidade, para os sujeitos fronteiriços serem incluídos ou excluídos têm, como referencial, a dimensão política que está presente no papel desempenhado pelo Estado “Moderno” Brasileiro e suas ações na área de estudo.

A respeito do papel do Estado nas regiões fronteiriças, muitas são as reflexões, indagações e explicações teóricas. A desigualdade e a exclusão na territorialidade da fronteira, em certa medida, justificaram a necessidade de implementação de políticas sociais que minimizassem as condições precárias da vida cotidiana. Dessa forma, muitos protagonistas sociais fronteiriços foram contemplados pelos programas nacionais de ampliação de renda, distribuição de terras e de acompanhamento e assistência à saúde familiar. Sequencialmente elencados, ampliou-se o acesso à bolsa-família; acesso à pequena propriedade, por meio da viabilização de assentamentos pelo INCRA; e também, implementação de melhoria do atendimento à saúde, via programa de assistência médica à família.

Partindo da premissa que a faixa de fronteira em estudo Brasil-Bolívia é, antes de tudo, o lugar das diferenças e também de movimentos conflituosos, foi possível identificar e elencar algumas razões que desencadeiam tais estranhamentos entre os grupos sociais fronteiriços. Entre essas razões, pode-se arrolar: a etnização da força de trabalho; a luta pela posse da terra; a coexistência de diferentes nacionalidades e identidades étnicas num mesmo tempo-espaço; a atuação de forças decorrentes do processo de globalização da cultura; e, por último, a descontextualização das culturas locais.

No bojo das contradições, acerca do processo histórico de ocupação da Amazônia brasileira, na porção sudoeste de MT, é importante apontar para uma outra questão: refere-se ao acesso à terra pública e/ou devoluta, bem como, sobre a violência implícita que é praticada contra nações indígenas, entre as quais destaca-se, na área estudada, os “Chiquitanos”, assim também como, a presença dos migrantes colonos e os posseiros. Há que se indagar o propósito das políticas públicas de cunho “desenvolvimentista”, bem como as suas consequências para a região de estudo.

Os espaços sociais se constituem nas relações sociais. Na concepção de Michel Foucault (2005, p.285) <sup>48</sup>, tais espaços se configuram, antes de tudo, em relações de poder, as quais, por sua vez, são decorrentes de diferentes mecanismos e estratégias deliberadas pelos indivíduos e pelas instituições. Nesse sentido, para o referido teórico, no exercício de compreensão dos espaços sociais há necessidade de se estabelecer uma prática analítica no intuito de desvelar esses mecanismos e estratégias.

A reflexão do autor constata que o poder se materializa a partir de uma multiplicidade de fatores que perpassam pelas seguintes instituições: o poder disciplinar, o “biopoder”, os discursos e as técnicas do direito, a obrigação legal e a soberania, entre outros, fatores que influenciarão diretamente as práticas de sujeição do indivíduo e/ou dos grupos sociais, uma forma de dominação contida na legitimidade do poder soberano, dos direitos legítimos e da obrigação “legal” de obediência.

Foucault questiona as relações de poder e práticas de sujeição nas sociedades ditas democráticas, discute as possibilidades de utilização do modelo estratégico da guerra no contexto das análises nas relações de poder, no sentido de construir uma metodologia de compreensão das relações de poder (e não do poder em si).

---

<sup>48</sup>FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade**: Curso no Collège de France (1975/1976). Martins Fontes: São Paulo, 2005. p. 285.

O autor elenca algumas precauções importantes para a compreensão da sua teoria, entre as quais destaca questões do método - a necessidade de compreender o poder nas extremidades, o que permite ir além das regras do direito (que para ele, organiza e limita as relações de poder). Sustenta que o poder tem sua essência na intencionalidade e objetivos, portanto, não está centrado em um indivíduo e/ou instituição. Na análise de Foucault, o poder se constitui em uma rede de relações, em um jogo de forças constantes.

As relações são dinâmicas, complexas e contraditórias. O Estado, nessa reflexão, não seria apenas e tão somente uma instituição centralizadora do poder, embora não se possa negar a influência de tal poder, mas o teórico ensina que o poder circula, transita nos espaços de todo o corpo social. Dessa forma, as redes de poder culminam com a formação de um sistema de saber. Assim, o poder se exerce com base na formação e organização de um saber.

Verifica-se, nessa esteira reflexiva, que as relações entre os indivíduos são relações de poder e não há um grupo social coeso, portanto, não há poder estático ou centrado unicamente em algo ou alguém, embora, mesmo nas sociedades “ditas democráticas” como o Brasil, as instituições tenham um certo privilégio, ou talvez, uma certa centralidade no exercício do poder, em função, principalmente, do papel que desempenham no bojo das relações sociais, inclusive de vigilância, controle e garantia dos direitos civis fundamentais dos indivíduos.

Na tentativa de análise e compreensão do espaço social em estudo, inegavelmente, por se tratar de um espaço de fronteira, percebeu-se que, em diferentes momentos da História do Brasil, especialmente a partir da segunda metade do século XX, disseminaram-se a ideologia e as políticas públicas voltadas à manutenção da soberania nacional (do Estado) sobre o território.

Se, por um lado, as políticas de desenvolvimento voltaram-se para garantir e fortalecer o poder estatal e suas estratégias de dominação em tais espaços, paradoxalmente, conforme se observa, a mesma faixa de fronteira em questão é carregada de contradições, práticas e ações que configuram e, de certa forma, legitimam uma realidade pautada em diversas formas de violência e abandono.

E quanto ao movimento nas relações de poder? E sobre os sujeitos fronteiriços? Partindo da premissa em que o sentido de poder consiste e coincide necessariamente com uma forma de saber e/ou com diversos saberes, pode-se pensar o sujeito fronteiriço e sua movimentação nos grupos sociais em diferentes contextos. Pode-se constatar que,

na área de estudo, não há um grupo social coeso. As relações de poder se materializam, de um lado, entre o Estado e os indivíduos fronteiriços, e, de outro, entre esses no seu próprio grupo social. Forjou-se um certo “ordenamento” nos exercícios de poder, o que, por sua vez, legitima um “modo de ser e de viver”.

Esses modos “de ser e de viver” internalizados pelos grupos sociais que constituem o espaço social da fronteira, talvez, propositalmente, propaguem o predomínio da rudeza nas relações entre os grupos sociais, qualificando a territorialidade como “perigosa”. Isso está fortalecido inclusive no imaginário social, reiterando, então, a ideia da faixa de fronteira estudada como uma “terra sem lei” ou a “terra no fim do mundo”<sup>49</sup>, o que origina e acirra um certo preconceito no sentido centro-periferia do país.

Nesse enfoque entende-se que, sob o prisma de Foucault, nas relações entre o Estado e os grupos sociais fronteiriços e entre estes e seus pares, há um exercício de poder permanente, contido nas disputas pela posse e propriedade das extensões de terra; nos movimentos reivindicatórios por maior e melhor qualidade de vida (moradia, condições sanitárias, assistência médica e transporte público); conflitos sociais de diversas ordens que estão sempre em estado de “ebulição” na região.

Quanto ao papel do Estado Brasileiro na faixa de fronteira em estudo, consegue-se perceber muitas contradições. Pode-se constatar a sua presença ou ausência, conforme a ocasião, interesse e conveniência. Com as incursões feitas na área de estudo, foi possível perceber a sua forma singular de constituição, que está contida na mobilização de forças e na forma de inserção dos sujeitos sociais naquela espacialidade. Nesse entendimento, “olhar a fronteira” implica e significa, antes de tudo, partir do movimento desencadeado pelas relações sociais, reações, vivências, formas de ser e de se articular nesse “mundo fronteiriço”.

No trecho investigado da fronteira Brasil-Bolívia, há uma vertente analítica que possibilita compreender os conflitos como parte das estratégias de exercício de poder, tanto por parte do Estado quanto das camadas sociais locais entre si. Delineiam-se situações que envolvem diretamente o processo de “assujeitamento do outro”, o que demanda as mais diversas formas de violência e intimidação, e que, na maioria das vezes, ocorre de forma tácita e disfarçada. Visualizam-se, assim, os jogos de interesse, que se colocam na linha de frente das questões, no choque das relações de poder estabelecidas.

---

<sup>49</sup> Anotações retiradas de entrevistas preliminares com habitantes da faixa de fronteira em estudo.

Em um confronto entre os referenciais teóricos arrolados e a realidade investigada na fronteira estudada, pode-se concluir, portanto, que, no universo das contradições fronteiriças, ao mesmo tempo em que o Estado Brasileiro afirma o caráter universal do ordenamento jurídico que define, teoricamente, “condições de igualdade” no acesso e proteção aos direitos dos sujeitos que compõem a sociedade de fronteira, os seres que não se “constituem politicamente” estarão sempre à margem, ou seja, implica em concretamente, estar “dentro” e simultaneamente estar “fora”, numa condição de sobrevivência pautada na exclusão e na precarização da vida cotidiana.

### 3 SEÇÃO 3

#### OS SIGNIFICADOS DA FRONTEIRA PARA OS FRONTEIRIÇOS BRASILEIROS E BOLIVIANOS: “O AQUI E O LÁ” O “EU E O OUTRO”

Quero falar da descoberta que o eu faz do outro. O assunto é imenso. Mal acabamos de formulá-lo em linhas gerais já o vemos subdividir-se em categorias e direções múltiplas, infinitas. Podem-se descobrir os outros em si mesmo, e perceber que não se é uma substância homogênea, e radicalmente diferente de tudo o que não é si mesmo; eu é um outro. Mas cada um dos outros é um eu também, sujeito como eu. Somente meu ponto de vista, segundo o qual todos estão lá e eu estou só aqui, pode realmente separá-los e distingui-los de mim.

Tzevtan Todorov (1982, p. 4)

#### 3.1 Entrando em campo

No lado brasileiro, a área de fronteira investigada neste estudo reúne os Vilarejos de Santa Clara do Monte Cristo, parte das Comunidades Aparecida e Morrinhos, os quais totalizam aproximadamente 140 famílias. Segundo estimativa da subprefeitura, a população residente perfaz aproximadamente 500 habitantes.

No lado boliviano da fronteira, elencou-se como área de estudo o Vilarejo de San Vicente de La Frontera e parte de suas cercanias, que são compostas por pequenos aldeamentos chamados de “pueblos”, pertencentes ao Departamento de Santa Cruz. A região corresponde a uma porção do extremo oriente daquele país, e de acordo com o INE – Instituto Nacional de Estadística Bolívia, o Censo demográfico boliviano de 2012 contabilizou a população local em 463 habitantes, aproximadamente.

Os fronteiriços brasileiros daquela região desenvolvem principalmente atividades econômicas relacionadas ao setor primário, tais como: criação de gado e cultivo de gêneros alimentícios de subsistência. Outros, em menor número, trabalham no setor terciário, desempenhando atividades no funcionalismo público municipal, estadual e federal. Atuam em instituições públicas localizadas no Vilarejo, na Subprefeitura, nas Escolas, nos Postos de Saúde, na Fiscalização e Segurança da fronteira. Outros trabalham no comércio local, de pequeno e médio porte.

Os fronteiriços do lado boliviano, na zona urbana de San Vicente de La Frontera, sobrevivem de pequenos comércios locais, que abrangem a venda de: gêneros alimentícios em

geral e bens industrializados de primeira necessidade (nos pequenos mercados), bebidas e comidas (em bares e restaurantes), produtos eletroeletrônicos, brinquedos e outros objetos importados da China e dos Estados Unidos da América. No centro do vilarejo, há uma espécie de feira, com um número expressivo de barracas, onde tais produtos são vendidos, o que se pode comparar a um “camelódromo” à moda brasileira.

Na zona rural de San Vicente, as atividades econômicas desenvolvidas são: cultivo de gêneros de subsistência, principalmente milho e mandioca, criação de animais para consumo, como galinhas e porcos. Uma porção significativa dessa população ocupa-se da extração e comércio de madeira e apenas um pequeno grupo de moradores daquela região trabalha no serviço público do governo boliviano.

No território brasileiro, os moradores fronteiriços que formaram a “colônia de entrevistados” afirmaram que “têm uma terrinha” naquela região e nela desenvolvem agricultura de subsistência. Todos eles se denominam fronteiriços, o que foi também observado pela Professora Michèle Sato, sobre os assentados que vivem da agricultura de subsistência: “Há alguns assentados que vivem da agricultura de subsistência próximos à fronteira com a Bolívia, estes se autoidentificam como **Fronteiriços**”<sup>50</sup>. (2013, pág. 23)

Após um rápido primeiro contato com a região, em 2010, que me permitiu construir as ideias iniciais do que poderia, no futuro, se tornar um projeto de pesquisa, retornei em abril de 2014, desta vez com intuito de conhecer melhor o lugar, os seus moradores, suas formas de vida e sociabilidades na convivência cotidiana.

De acordo com os objetivos previamente traçados e a metodologia definida, comecei a realizar as primeiras observações, delinear a minha colônia de entrevistados, tendo em vista que, a partir dos objetivos, se demonstrava a necessidade de contemplar o grupo de moradores mais antigos da região, que poderiam, por meio de suas memórias, reconstruir um histórico do processo de ocupação e configuração social daquela área fronteiriça.

Na jornada pela busca de informações, documentos e memórias, considerando-se para isso, no primeiro momento, a disposição do fronteiriço do lado brasileiro em participar da pesquisa e conceder as entrevistas, conforme detalhado no primeiro capítulo desta tese, “a colônia de entrevistados” selecionada para o estudo foi agrupada e organizada da seguinte forma: 1 - moradores nativos não indígenas (14) ; 2 - moradores migrantes (8); 3 - migrantes retornados (2); 4 - moradores nativos indígenas (3); totalizando 27 (vinte e sete) pessoas, no lado brasileiro.

---

<sup>50</sup> SATO, M. & OUTROS. **Mapeando os territórios e identidades do Estado de Mato Grosso, Brasil**. Cuiabá: EDUFMT, 2013.

Quanto às entrevistas realizadas no lado boliviano da fronteira, em San Vicente de La Frontera, optou-se também pela seleção de entrevistados que têm ou tiveram alguma representatividade na construção da história local, pessoas com indicador de idade e trajetória de vida, trabalho, vivências e/ou sociabilidades relacionadas à constituição daquele espaço social fronteiriço. Nesse grupo, foi feita a inclusão de dois entrevistados brasileiros, que trabalham na Bolívia, sendo uma religiosa e outro um narrador de rodeios, que vivenciam as diversas relações sociais estabelecidas pelos fronteiriços brasileiros e bolivianos naquela fronteira. Além dos dois brasileiros mencionados, foram 6 (seis) entrevistados, totalizando 8 (oito) narrativas nesse contexto do fronteiriço boliviano. Todos se reconhecem como nativos não indígenas.

Na formação do grupo de entrevistados, considerando-se os fronteiriços brasileiros (27) e bolivianos (6) totalizaram-se 33 narrativas. As entrevistas foram previamente marcadas, e algumas, ocorreram em grupo, com as famílias, e outras, individualmente. Faz-se importante observar também, que algumas entrevistas, foram realizadas em ocasiões diferentes, os grupos nativos indígenas e os Professores foram entrevistados em duas ocasiões, abril de 2014 e setembro de 2016.

A partir dos objetivos definidos para a pesquisa, houve a preocupação em selecionar os narradores/informantes, segundo a idade e o tempo de vivência naquele lugar da fronteira Brasil-Bolívia. Trabalhou-se com a memória dos moradores mais antigos da região e de alguns de seus descendentes. Portanto, observa-se nesse contexto, uma questão geracional posta. O grupo entrevistado foi composto por pessoas de 38 a 84 anos, portanto de distintas faixas etárias e de distintas gerações.

Para Mannheim, a situação de geração está baseada na existência de uma situação biológica da vida humana – período limitado da vida – em consequência da probabilidade de alguns seres humanos compartilharem a mesma situação na dimensão histórica do processo social. Essa possibilidade é determinante na definição de uma situação de geração, pois “representa um tipo particular de identidade de situação abrangendo ‘grupos etários’ relacionados, incrustados em um processo histórico-social.” (1972, p.73)<sup>51</sup>. Estar baseada não significa, porém, estar determinada.

Por outro lado, o fato de alguns grupos etários mais velhos e grupos etários mais jovens viverem certos processos históricos conjuntamente não leva a que todos façam parte da mesma situação de geração. Isso porque um mesmo fato vivido por pessoas de faixas etárias

---

<sup>51</sup> MANNHEIM, karl. **Ideologia e utopia**. Rio de Janeiro:Zahar, 1972.

distintas tem significado distinto por causa da “estratificação” diferente da vida desses seres. “A consciência humana, estruturalmente falando, caracteriza-se por uma ‘dialética’ interna particular”. É necessário saber se a mesma experiência particular foi vivida pelo indivíduo como uma experiência infantil decisiva ou em um período mais tardio da vida. O significado de uma experiência é dado pelas relações dessa experiência, ao ser interiorizada, com as experiências anteriores. Assim, o significado de fronteira pode ser vivido diferentemente por pessoas de idades distintas que entraram em cena em momentos distintos.

Do ponto de vista da definição de fronteira – como o fato histórico que importa neste trabalho – e considerando o Acordo de Roboré, assinado em 1958, como um indicador desse processo, é possível classificar as pessoas em três situações geracionais:

- 1) As que nasceram posteriormente ao acordo e que “entraram em cena” em um momento em que as decisões estabelecidas por ele já estariam integradas ao cotidiano.
- 2) As que nasceram na época do acordo, pouco antes ou pouco depois e, portanto, no momento da entrevista tinham por volta de 60 anos.
- 3) As que já tinham idade que lhes permitia entender o que significava o acordo, no momento em que foi assinado, portanto, na época, com 8 anos e mais e, no momento da entrevista, com mais de 67 anos.

As Notas Reversais de Roboré – cidade da Bolívia onde o acordo foi assinado - procurava dar uma solução à tensão histórica das relações entre Brasil e Bolívia por causa da definição da fronteira. Essa tensão vinha desde os tempos do Brasil Colônia e o foco básico era a revisão dos limites impostos pelo Tratado de Tordesilhas de 1494. A discussão sobre as terras a oeste da linha imposta por esse Tratado, objetivo de Portugal, só ocorreu em 1777, com o Tratado de Santo Ildefonso: seriam terras portuguesas aquelas que Portugal efetivamente usasse. A definição das fronteiras físicas, portanto, faz parte da história da ocupação da região e, nesse sentido, teria suas marcas impressas na identificação e na construção social, do que seriam “o aqui e o lá”, “o nós e o eles”. Nessas duas identificações se expressam a construção social das fronteiras físicas - “aqui e lá” - e das fronteiras sociais – “nós e eles”.

Justifica-se usar as Notas Reversais de Roboré, portanto, para criar grupos geracionais com relação à questão da fronteira, não porque ela inicia ou ponha término a um processo, mas, simplesmente, porque sinaliza ritualmente os quase 500 anos de história da definição de fronteiras entre terras colonizadas pela Espanha e por Portugal.

Assim, a escolha dos narradores nessas faixas etárias, considerou as experiências vividas por esse grupo naquele “lugar de memória”. Nora (pág. 21-22) classifica “lugares de

memória” a partir dos sentidos material, funcional e simbólico. Nora explica que o lugar de memória é material por se referir a um conteúdo demográfico, é funcional porque nesses lugares decorre a cristalização da lembrança e sua transmissão, também é simbólica porque abrange uma experiência vivenciada por um pequeno grupo de pessoas, mas que, ao mesmo tempo, se refere e desvela um grupo maior que dela não participou. O lugar da memória,

é um lugar duplo; um lugar de excesso, um lugar fechado sobre si mesmo, fechado sobre a sua identidade, e recolhido sobre o seu nome, mas constantemente aberto sobre a extensão de suas significações...advém de um círculo no interior do qual tudo conta, tudo simboliza, tudo significa”<sup>52</sup>.

Analisar os significados dessa fronteira, a partir da memória dos sujeitos agrupados nas colônias dos entrevistados, consiste em trazer à tona recordações, lembranças e narrativas das experiências de um grupo formado em parte por pessoas que vivem naquele “lugar”, desde antes mesmo da assinatura do tratado Notas Reversais de Roboré.

A separação ou junção dos limites territoriais da fronteira estudada são tratadas nas narrativas dos fronteirios entrevistados embora suas falas apontam que não saibam com exatidão por onde passa a linha demarcatória. Tal linha não se traduz numa espécie de muralha retilínea e uniforme, pois, apesar de alguns pontos de referência físicos, tais como rios, montanhas e outros elementos geográficos naturais, trata-se de um marco elaborado a partir de uma linha imaginária, ou seja, de uma representação. Por isso mesmo, para os entrevistados, o limite físico Brasil-Bolívia, do ponto de vista físico, não é fixo e nem imutável, pois a sua visibilidade e/ou compreensão dependerá dos pontos ou lugares de referência inicial e final. Para eles, em síntese, toma-se por base o lugar onde se está, ou, o ponto inicial, para onde se deseja ir, ou, o ponto final. Portanto, definir os limites, nesse caso, corresponde sempre ao estabelecimento de uma relação.

Convencionalmente, fronteiras e limites retratam a ideia de delimitação político-administrativa, corroboram no senso comum com significados de separação, fim, contorno de uma unidade do Estado, etc. Para Hissa (2006, p. 39) “o limite pode ser transformado em muro, mas também, pode ser apenas uma insinuação”. Nessa esteira reflexiva, onde limite e fronteira, apesar de suas distinções, são conceitos que se interpenetram, pode-se concluir que o “limite” não é fixo, porque pode sofrer mudanças a partir das referências que são colocadas, da relação entre o lugar de onde se está ou a referência inicial, rumo ao lugar para onde se

---

<sup>52</sup> NORA, Pierre. **Entre memória e história – a problemática dos lugares**. Trad. Yara AunKhoury. São Paulo: Projeto de História – PUC. 1993.

deseja ir, ou, a referência final. Sobretudo, é importante considerar que o “limite” articula-se às relações de poder que estão estabelecidas no campo de estudo.

Nesse caso, nos limites da fronteira estudada, o que remete ao “cá e o lá”, que intitulou parte deste subcapítulo, envolve o Brasil e a Bolívia, ou seja, na porção delimitada, a fronteira pode ser observada, sentida e ressignificada a partir dessas diferentes perspectivas.

Para melhor esclarecer, por exemplo, uma fazenda de criação de gado pode se localizar num espaço binacional, com parte das terras no Brasil e outra parte na Bolívia, não há um marcador físico para tal situação, mas sabe-se que a propriedade está nos domínios da fronteira. Mesmo com a propriedade situada no território da fronteira, que também é física, nem sempre, para os fronteiriços, é possível identificar visualmente e com exatidão os limites entre as terras brasileiras e as terras bolivianas, na perspectiva forjada pela geopolítica que definiu a linha de fronteira entre esses países.

Sobre a questão que envolve o entendimento e as diversas possibilidades de análise e compreensão do significado da fronteira no território, Hissa (2006, p. 35) afirma:

Fronteiras e limites, em princípio, fornecem imagens conceituais equivalentes. Entretanto, aproximações e distanciamentos podem ser percebidos entre fronteiras e limites. Focaliza-se o limite: ele parece consistir de uma linha abstrata, fina o suficiente para ser incorporada pela fronteira. A fronteira, por sua vez, parece ser feita de um espaço abstrato, areal, por onde passa o limite. O marco de fronteira, reivindicando o caráter de símbolo visual do limite, define por onde passa a linha imaginária que divide territórios. Fronteiras e limites ainda parecem dar-se as costas. A fronteira coloca-se à frente (*front*), como se ousasse representar o começo de parte, parece significar o fim do que estabelece a coesão do território. O limite, visto do território, está *voltado para dentro* enquanto a fronteira, imaginada do mesmo lugar, está *voltada para fora* como se pretendesse a expansão daquilo que lhe deu origem. O limite estimula a ideia sobre a distância e a separação, enquanto a fronteira movimenta a reflexão sobre o contato e a integração. Entretanto, a linha que separa os conceitos é espaço vago e abstrato.<sup>53</sup>

A respeito de fronteiras, limites e o movimento de reflexão mencionado pelo estudioso, isso transportado para a área de estudo leva à constatação de que, apesar de tais conceitos apontarem para um sentido prático, vago e abstrato, os moradores entrevistados demonstraram compreender a existência da faixa de fronteira, especialmente, o sentido da fronteira e do limite contidos nas relações que envolvem o “estranhamento e/ou o pertencimento”. Nota-se, por exemplo, a presença do consenso e/ou dissenso sobre o que é comum e o que é divergente, entre o “eu e o outro”, entre o “eu, brasileiro fronteiriço local” e

<sup>53</sup> HISSA, Cássio E. V. **A mobilidade das fronteiras: inserções da geografia na crise da modernidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. 316 p.

o “outro, boliviano fronteiriço”, e ainda, entre o “eu, boliviano não fronteiriço” e o “outro, brasileiro forasteiro”.

Na análise das entrevistas realizadas com os moradores do lado brasileiro, percebeu-se que, frequentemente, aparecia a referência a um “outro” que seria o morador do lado boliviano. O termo também é utilizado para denominar os brasileiros forasteiros, que visitam ocasionalmente o vilarejo e aquela região fronteiriça, segundo eles, com interesses comerciais escusos.

No âmbito da concepção de fronteira, Hissa (2006, p. 34-35) interroga sobre o que poderia ser colocado entre o “*vago* e o *preciso*”. Caberia uma fronteira entre os dois mundos? Para o autor, o mundo do preciso pode ser, por sua vez, compreendido como o ambiente da retidão, da visibilidade. Como imaginar uma fronteira que, entre dois mundos distintos, possa construir a transição desses opostos? Nesse aspecto, o citado autor relata que refletir sobre limites e fronteiras significa também refletir sobre o poder. Explica que o “*limite* é o sinal de contato entre dois ou mais territórios; linha ou faixa que estabelece passagem para dois ou mais campos de natureza supostamente distinta; zona de transição entre domínios ou propriedades. Os conceitos de limite e de fronteira interpenetram-se”.

Compreender o significado desse “marcador de diferenças” entre brasileiros e bolivianos, não apenas na perspectiva dos brasileiros, mas também, a partir da ótica dos fronteiriços bolivianos, foi a sugestão e um questionamento colocados pela banca de qualificação de tese, ocorrida em 2016. Dela derivou uma reavaliação dos propósitos da pesquisa, um processo de autocrítica e a busca de um reordenamento do estudo e do seu campo, de modo a rever a lacuna apontada.

No plano das significações, considerando o pensamento de Hissa (2006, p.35), “fronteiras e limites são desenvolvidos para estabelecer domínios e demarcar territórios [...] concebidos para insinuar precisão: a precisão que pede o poder, enquanto forma de controle, a precisão é necessária para o exercício pleno do poder, em suas diversas instâncias”. Pensando na aplicação de tais princípios no poder contido nas relações sociais entre os diferentes grupos fronteiriços estudados, em muitas falas e, às vezes, em alguns silêncios contidos nas entrevistas, é perceptível a reafirmação do “eu, o brasileiro” sobre o “outro, o boliviano”.

Ainda sobre os princípios do poder na fronteira e nas sociedades fronteiriças, para além das sociabilidades, sentimentos de estranhamentos e/ou pertencimentos entre os grupos e sujeitos, Hissa (2006, p. 40) ressalta a importância do território, pois, no seu entendimento, as sociedades constroem o seu mundo e a sua cultura a partir do território e não exatamente sobre o território. Esclarece que:

O território não é apenas um dado circunstancial. Ele é vital e parte integrante da dinâmica das coletividades. A vida não é um movimento desterritorializado. Entendido como espaço produzido pela sociedade, o território é obra coletiva e, em si mesmo, manifestação de poderes. A construção do território, através de relações sociais, por si só, passa a significar o estabelecimento de fronteiras de natureza variada – entre pessoas e coisas<sup>54</sup>.

Portanto, considerando a presença dos elementos sociais, da cultura, das sociabilidades, e também, considerando a importância e a dinâmica do território na construção da vida cotidiana daquela sociedade, constata-se, nas narrativas dos entrevistados fronteiriços brasileiros, nos seus gestos e nos seus silêncios que, subjetiva e implicitamente, há elementos próprios daquela sociedade incrustada num trecho das margens do Brasil e da Bolívia que, em dados momentos e/ou situações, os aproximam e, em outros, os diferenciam.

Ao que se observa, o significado da fronteira BRA-BO naquela área de estudo e as formas que os fronteiriços têm de experienciá-la diariamente transcendem a questão geopolítica dos países. Isso demonstra que, para além da questão de ter nascido em território de um ou de outro país, ou seja, da nacionalidade, há elementos presentes nas relações e nas sociabilidades que funcionam como dispositivos de aproximação em alguns momentos e de diferenciação e/ou estranhamento em outros momentos. Nesse campo, encoberto pelas subjetividades, espera-se compreender melhor a natureza e os significados daquela fronteira para os sujeitos fronteiriços brasileiros e bolivianos naquele “lugar de memória”.

### **3.2 – A fronteira na perspectiva dos fronteiriços brasileiros nativos não indígenas**

Buscou-se, neste item, construir uma análise sobre os significados da fronteira para os habitantes formados pelo grupo de entrevistados fronteiriços brasileiros nativos não indígenas. As entrevistas foram organizadas por faixas etárias. Para compor os distintos grupos etários dos entrevistados, tomou-se por referência a assinatura do Tratado de Roboré (1958), tendo em vista que, naquela oportunidade, a questão da formalização daquela fronteira foi retomada pelos governos brasileiro e boliviano. Esse acordo retrata o acordo diplomático mais recente no sentido de reconfigurar a fronteira em estudo, portanto, a partir dessa referência, pode-se vislumbrar um campo aberto de significados, considerando a experiência vivenciada por distintos grupos humanos de distintas faixas etárias.

---

<sup>54</sup> Cf. HISSA, 2006.

Nesse grupo, totalizaram-se 14 entrevistados que, analisados sob a perspectiva geracional definida a partir das reflexões de Mannheim, foram organizados nas seguintes faixas etárias: 1º grupo com pessoas cuja faixa etária varia de 32-57 anos; 2º grupo foi formado por pessoas com idade aproximada à 60 anos; e o 3º grupo formado por moradores com idade superior a 67 anos.

### **3.2.1 – Nativos não indígenas entrevistados – idade entre 32 e 57 anos**

Conforme já explicitado anteriormente, buscou-se, por meio da formação dos grupos de moradores brasileiros fronteiriços entrevistados, analisar os significados atribuídos àquela fronteira pela população local na área mapeada. Com esse estudo, intencionou-se compreender a realidade por eles vivenciada naquela territorialidade de configuração espacial binacional, em se tratando da fronteira BRA-BO, e ainda, procurou-se conhecer e evidenciar os fatores presentes na forma de organização da vida cotidiana daquela comunidade, adentrando para isso na esfera de suas contradições, sociabilidades, conflitos e/ou possíveis ambivalências e conformidades.

O grupo em análise é composto por oito entrevistados que estão na faixa etária entre 32 a 57 anos. Nesse sentido, com o propósito de investigar as concepções acerca da localidade em que vivem e também remexer, de certa forma, nos seus “lugares de memória”, selecionou-se do referido grupo, as narrativas de 3 entrevistados. Vale frisar que, se considerarmos a classificação etária com base na assinatura das Notas Reversais de Roboré (1958), constatamos que esse grupo entrevistado nasceu após a assinatura do referido acordo e, portanto, a questão que envolve a delimitação territorial daquela espacialidade fronteiriça entre as duas nações já havia sido estabelecida.

Partiu-se da premissa de que os entrevistados desse grupo etário desde a infância conviveram com a realidade e os limites fronteiriços determinados pela assinatura do acordo de Roboré. Nesse quesito, buscou-se, então, analisar de que forma esse fato, supostamente inserido no cotidiano do grupo, influenciou a construção do seu entendimento acerca do local de origem e possíveis significações quanto ao contexto geopolítico, social e “lugar de memória” nele contidos.

À guisa desses significados e/ou ressignificações, entrevistei a Senhora Emília Borba, 49 anos, professora, moradora da fronteira na comunidade Morrinhos, que também foi selecionada para a realização dessa pesquisa. Perguntada sobre como compreende e o que

significa para ela a fronteira Brasil-Bolívia naquela localidade, a entrevistada fez a seguinte narrativa:

Nasci e sempre vivi aqui. Entendo este lugar como duas comunidades muito próximas, que ligam o Brasil e a Bolívia quase no mesmo território. Esses territórios se encontram nesta fronteira. Aqui a maioria do povo é da Bolívia, são descendentes. Aqui nesta comunidade vivem mais ou menos 80 famílias, que têm 3 ou 4 filhos. Tem muitos bolivianos, agora já é uma mistura de índios, brasileiros e bolivianos. No lado do Brasil eles se sentem brasileiros. Geralmente, os pais eram bolivianos, por exemplo, os pais do meu marido eram bolivianos, meu avô também era boliviano e vieram para cá. É que esses indígenas se movimentam muito, vinham por uns tempos, ficavam aqui pela dança e tradições, depois uns ficavam e outros iam embora. Muitos diziam que eram chiquitanos, mas já se misturaram, não são mais como era antes, a maioria são descendentes dos povos indígenas chiquitano, hoje em outra forma de vida, não vivem mais como os índios de antigamente.

Para a depoente, a fronteira em estudo pode ser compreendida como “duas comunidades que se encontram” num mesmo território que, ora se fundem e ora se separam, pois no Brasil, eles, no caso “o outro”, os fronteiriços bolivianos que se deslocavam naquela fronteira sentiam-se brasileiros, especialmente os de origem indígena e descendentes de pais bolivianos. A partir da tríade tempo-espaco-memória, presente na narrativa mencionada, pode-se caracterizar o movimento dos fronteiriços como resultante de laços de pertencimento por parentesco, afinidades e sociabilidades oriundas de celebrações culturais e/ou religiosas, no caso das danças e festas tradicionais de santos e também o carnaval ou *carnavalito* que, adiante, será detalhado.

Isso posto, constata-se que as sociabilidades constituíram-se, segundo ela, nos laços de parentescos, amizades e nos encontros para celebração das tradições culturais comuns àquela sociedade e que foram tecidas entre as gerações mais antigas e as mais recentes. Ainda, segundo a professora entrevistada, as gerações mais recentes não cultivaram tais tradições tal e qual as gerações anteriores. Em parte, as antigas práticas caíram no esquecimento.

A narradora acredita que as gerações mais jovens de fronteiriços “não são mais como eram antes”, portanto, não conservaram esse modo de viver e praticar tradições, costumes e sociabilidades se comparadas às gerações mais antigas, referindo-se à prática das tradições culturais estabelecidas na região, realizadas por descendentes de povos indígenas, que viviam, transitavam e/ou ainda transitam naquela região, os “Chiquitanos”.

Quanto à questão trazida pela memória da entrevistada para a análise dos significados daquela fronteira, é importante ressaltar que a premissa inicial empregada nesse estudo, frente aos distintos grupos de moradores classificados, remete, indiscutivelmente, à questão

geracional que, por sua vez, também está contida na ideia de tempo e memória. Nesse aspecto, Mancuso (2000, p. 185) explica que:

A noção de tempo está presente na ideia de comunidade geracional, no suceder de gerações, no nascer e no morrer. Há, no suceder de gerações, presentes a continuidade e a finitude do tempo. Homens e mulheres morrem, a humanidade continua. Pertencer a gerações distintas confere perspectivas diferentes para se “olhar”, se sentir, se aperceber de um tempo presente em que se vive. Gerações distintas têm incorporadas em si uma gama distinta de tempos e de experiências que qualificam o “olhar” e aos quais experiências e tempos novos vêm se integrar.<sup>55</sup>

Tomando por referência o entendimento sobre “comunidade geracional”, pode-se concluir que, no decorrer do tempo, gerações distintas lançam “olhares” e vivenciam diferentes experiências em suas comunidades, cotidianamente, em especial nos encontros com o “diferente, o outro”. Desse modo, é possível justificar as mudanças internalizadas por aquelas gerações fronteiriças. Alterações de costumes e sociabilidades são trazidas pela passagem do tempo e pela construção de novas relações sociais e ressignificações de suas práticas culturais e/ou tradicionais.

Interpelada sobre o surgimento daquela comunidade, a Sra. Emília respondeu:

Foi assim. O meu sogro, pai do meu marido que formou esta comunidade, criou a primeira escola pública. Também, meu sogro e minha sogra foram os primeiros professores, vieram do lado da Bolívia. O meu marido lembra que eles apanhavam muito para aprender o abecedário e a tabuada, apanhavam e estudavam para decorar e aprender a ler, escrever e fazer conta. Isso lá na década de 60. Os professores eram bolivianos, a gente falava e aprendia um pouco em espanhol e um pouco em português, mas não tinham formação, sabiam pouco e ensinavam assim, o que eles sabiam. Depois chegaram outras pessoas, migrantes que vieram do Sul de Mato Grosso (agora Mato Grosso do Sul), do Paraná e veio gente até do Maranhão, muitos casaram e formaram família por aqui, moram por aí (aponta para as terras nos limites entre BRA-BO).

Perguntada sobre a distribuição das terras naquela região da fronteira e a organização das propriedades, contou que:

Eu sempre soube pelos meus pais, avós, sogro e sogra que aqui era Bolívia, pertencia para a Bolívia, depois mudou e passou a ser Brasil. As primeiras

---

<sup>55</sup> MANCUSO, M.I.R. **A cidade na memória de seus velhos** – estudo sobre São Carlos, Itirapina e arredores. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – Departamento de Sociologia. São Paulo: 1998.

famílias viviam nas terras, mesmo sem documento, tinha a vida delas lá, daí surgiu um Senhor boliviano por nome Ramirez (pseudônimo), propôs de fazermos uma associação, uma espécie de cooperativa para produzir farinha de mandioca, montaram uma farinheira e produziam ainda rapadura de cana, açúcar e cerâmica, ia tudo para vender na Bolívia, ainda era Bolívia. Sabe como é? Funcionou por um tempo e foi decaindo porque as pessoas não se entendiam e tinha muita confusão. Na época, década de 60 e 70, esse pessoal tinha pouco conhecimento sobre o trabalho com a terra, perderam muito porque não sabiam nada sobre o trabalho na terra quando chegaram. A farinheira ficou abandonada, o fazendeiro boliviano ficou com a maior parte das terras, o que sobrou ficou com as famílias, nos seus pequenos sítios que o INCRA não regularizou até agora. Soubemos que aqueles que foram embora estão em outros lugares da fronteira Brasil-Paraguai-Bolívia, ali sempre foi o paradeiro deles, dos fronteiriços.

As memórias contidas nas narrativas da entrevistada revelam uma forma própria e muito singular de vislumbrar o espaço analisado, bem como, o desdobramento das passagens de tempos nas novas relações que se estabelecem entre os sujeitos sociais fronteiriços e seus grupos de convivência. Descreve também o “encontro” entre “o eu e o outro” com a chegada dos migrantes e também do fazendeiro boliviano, constituindo também um “marcador de diferenças” nas relações, já então, estabelecidas.

Silva (2002, p. 102) aponta que “recuperar o passado individual e coletivo, por meio da memória como metodologia de análise, configura-se como um dos caminhos possíveis para a redescoberta dos processos de desenraizamento social e cultural, e, por conseguinte, para a redefinição dos projetos que articulam passado, presente e futuro”<sup>56</sup>. Desse modo, constata-se que os novos acontecimentos daquele período, emergidos pela memória da entrevistada davam o “tom” e redesenhavam uma nova dinâmica social que possibilitam analisar e também compreender melhor a organização social e seus significados para aquela sociedade de fronteira.

As memórias trazidas pela entrevistada na construção da sua narrativa revelam a existência e a interferência de grupos sociais e/ou pessoas, a princípio, consideradas externas àquela sociedade, até então, e que, posteriormente, tornam-se parte dela. Esses novos grupos sociais, que vieram compor o “outro” naquela área de estudo e sob determinadas condições, interagiram com o contexto posto e transformaram aquela realidade social. Esses “outros” estão dentro dos processos migratórios dirigidos à ocupação das terras do Oeste brasileiro na figura do migrante. Há também “um outro” contido na figura de um boliviano que organizou

---

<sup>56</sup> SILVA, Maria Aparecida Moraes. **A cultura na esteira do tempo**. São Paulo em Perspectiva. Fundação Seade, v. 15. Nº 3, p. 102-112, jul/set. 2002, p. 102

um empreendimento produtivo, inserindo um nova forma produtiva para a sociedade constituída, cujas terras, atualmente, fazem parte da Comunidade Fronteira de Morrinhos.

Nesse contexto do encontro dos diferentes e da análise acerca dos marcadores de tais diferenças entre “o eu e o outro”, Todorov (1982, p.74 ) observa que “os outros” podem ser concebidos como uma abstração numa outra instância da configuração psíquica de todo indivíduo, com o outro, outro ou outrem em relação a mim. Afirma que podem ser entendidos como um grupo social concreto ao qual o “nós” não pertence. Na minha reflexão, esse “nós” está contido nos “eus” dos sujeitos fronteiriços nativos. Todorov ainda argumenta que esse grupo, ou seja, o grupo que compõe “os outros” podem estar contidos numa sociedade: as mulheres para os homens, os ricos para os pobres, os loucos para os “normais”. Ou pode ser exterior a ela, uma outra sociedade que poderá ser próxima ou longínqua - seres que em tudo se aproximam de nós, no plano cultural, moral e histórico - ou desconhecidos: estrangeiros cuja língua e costumes não compreendemos, tão estrangeiros que chegamos a hesitar em reconhecer que pertencemos a uma mesma espécie.

Na percepção da depoente, de certa forma, esses “outros” obtiveram algum tipo de vantagem sobre o grupo nativo, uma vez que, para o migrante, coube o direito ao uso da terra e para o empreendedor de nacionalidade boliviana coube o domínio da maior parte das terras. Aos fronteiriços nativos sobrou a organização em pequenas propriedades ainda não regularizadas pelo INCRA, ou a busca por outro “local” para a constituição de uma nova vida situada em outras porções da fronteira que estão dispostas nos limites territoriais que englobam o Brasil, a Bolívia e o Paraguai.

Sobre como é o trabalho dos moradores da comunidade e o que fazem os homens e as mulheres, a narradora afirma:

As mulheres são donas de casa e trabalham na roça com os filhos, nos seus sítios. Algumas mulheres fazem e vendem “garrafadas” (remédios à base de ervas medicinais) que aprenderam com os índios e outros bolivianos. Os homens trabalham nas fazendas, serviço de capataz e vaqueiro, mas estava muito “escravizado” o trabalho dos vaqueiros nas fazendas. Muitos iam trabalhar pela comida mesmo. Nunca se via dinheiro. Agora de pouco, a partir de 2010 que veio fiscal para cá (fiscais do trabalho), aí deu uma melhorada. Além disso, os trabalhadores ficavam devendo para os fazendeiros, sempre devendo, nunca terminava de pagar (devendo carne e alguns gêneros alimentícios da cesta básica, que levavam da fazenda para o sustento da casa). Melhorou um pouco depois que começaram a receber as bolsas do governo, mas para receber o bolsa família tem de apresentar o histórico escolar. Poucos que tinham carteira assinada recebiam seguro-desemprego quando ficavam sem trabalho.

Interrogada sobre o cotidiano na fronteira em relação às práticas religiosas e festividades, a entrevistada, sempre em companhia do esposo que auxiliava na busca pelas memórias, respondeu:

Olha, hoje em dia por aqui aumentou muito as igrejas (refere-se à recente chegada de um número significativo de igrejas evangélicas, dentre estas, a Assembleia de Deus, a Universal do Reino de Deus, Batista e Testemunha de Jeová), as famílias se dividem nisso, cada uma com a sua crença, sua fé, seja de católico ou de crente. Nós somos católicos e junto com a comunidade gostamos e festejamos Nossa Senhora de Sant'Ana (26/07) e Nossa Senhora Aparecida (12/10). Fazemos a festa delas, tem missa, procissão, baile e almoço. Servimos bolo de arroz<sup>57</sup> com chá de manhã; no almoço é churrasco de costela de boi assada no fogo de chão, com arroz branco, molho vinagrete e mandioca. No baile, nós gostamos de rasquear, dançar rasqueado. Antigamente, na nossa comunidade fazia a festa de carnaval, uma brincadeira de roda, que foi trazida pelos bolivianos e pelos índios. Era chamada de curussé. Hoje não tem mais, por causa dessa perseguição, provocação sobre a demarcação das terras indígenas, essa briga tem uns 8 anos ( a partir de 2006), mas o foco da briga é em Aparecida (comunidade Aparecida), agora lá tem uma escola indígena dos chiquitanos. Meu avô fazia essa festa de carnaval, o carnavalito ou curussé, porque ele veio da Bolívia, tocavam um instrumento chamado "caixa". Depois dessa briga meu avô guardou tudo que era da festa, que se dançava naquela roda. Hoje participam dessa festa e tocam os instrumentos lá para o lado da Bolívia. Eu acho errado isso, acho que esse é um direito deles, os chiquitanos ou fronteiriços descendentes têm esse direito, mas a lei no Brasil é de ninguém..

A narradora relata aspectos de transformações culturais na sociedade fronteiriça em estudo. Revela mudanças que podem ser observadas nas práticas religiosas e revela também uma forma típica de sociabilidade e de aproximação entre os povos naquela região de fronteira, por meio da celebração e homenagens às Santas Nossa Senhora de Sant'Ana e Aparecida. Descreve as iguarias servidas nas festas e o modo de celebração da alegria por meio da dança do *rasqueado* e do *curussé*.

Quanto às iguarias servidas na ocasião das festas de Santo e outras festas tradicionais de Mato Grosso, destaca-se o bolo de arroz cuiabano, que no corrente ano foi declarado pelo governo do estado como prato típico do estado de Mato Grosso. Nesse sentido, o jornal eletrônico [G1.globo.com/mato grosso](http://g1.globo.com/mato-grosso), trouxe a seguinte notícia:

A lei foi sancionada pelo governo Pedro Taques (PSDB) e publicada no Diário Oficial que circula nesta quinta-feira (19). O projeto é de autoria do deputado Wancley Carvalho (PV) – Lei Estadual 10.511, de 18/01/2017. Na justificativa do projeto, o deputado afirma que o prato é o mais tradicional da Baixada

<sup>57</sup>Cf. em: <http://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2017/01/lei-declara-o-bolo-de-arroz-cuiabano-como-prato-tipico-de-mato-grosso.html>. Acesso: 13/07/2017

Cuiabana e das demais regiões do estado. “O bolo recém tirado do forno exala um aroma inconfundível. A comida já se tornou um item quase obrigatório na mesa do café da manhã e chá da tarde dos cuiabanos”, diz trecho da justificativa. O quitute leva na receita além do arroz, a mandioca, açúcar, manteiga derretida, coco ralado, e erva doce. Para o procedimento, o arroz é deixado na água de um dia para o outro e depois é socado até ficar uma massa.

Com relação ao rasqueado cuiabano – que ficou conhecido assim por ser um estilo musical bastante difundido na capital do Estado de Mato Grosso. Arruda (2007, p. 21), explica que rasqueado “é a música popular mato-grossense que tem suas origens nos ritmos que formaram a música popular brasileira... compõem-se por três ritmos que estão na base na formação do povo brasileiro, ou seja, o negro, o índio e o europeu”. Sobre a composição dos ritmos que compõem o *rasqueado*, explica que se baseia no *Lundu* – canto e dança populares no Brasil durante o século XVIII, introduzidos, provavelmente, pelos escravos de Angola; o *cateretê*: dança de origem ameríndia e a *habanera* – ritmo antiquíssimo hispano-árabe, do século X. Os instrumentos utilizados na execução do *rasqueado* são o ganzá, o mocho ou adufo – um tambor em forma de banquinho - o violinofone e a viola-de-cocho<sup>58</sup>.

O *rasqueado* cuiabano ou mato-grossense se evidenciou como celebração e ganhou expressiva expansão no Estado a partir da década de 1980, como um instrumento de resistência étnica, cultural e de manutenção das tradições, frente à divisão do Estado de Mato Grosso, em 1977, criando-se então, o Estado de Mato Grosso do Sul. Esse fato culminou com uma significativa migração sulista para o norte de Mato Grosso na década seguinte. A dança do *rasqueado* ou a sua celebração significava para o mato-grossense uma resposta às ameaças de fragmentação de suas identidades culturais. Expandir a dança e a sua expressão cultural consistia em fortalecer laços e vínculos com a própria cultura, revigorar o sentimento de pertencimento àquela cultura e ao seu grupo social. Para Chauí (2006, p. 26), “essa tentativa de reconstrução identitária é sempre contestada, posto que estão em jogo relações de poder e de grupos dominantes, e a ideia de identidade nacional pressupõe a relação de diferenças”, para ela, tais diferenças precisam ser concebidas como harmonia e/ou tensão entre o plano individual e social, inclusive, no interior do próprio social<sup>59</sup>.

Sobre o *curussé*, também conhecido como *carnavalito* na fronteira estudada, Pacini (2012, p. 142) considera que nos momentos do *curussé* ou *carnavalito*, assim como nas festas dos padroeiros, os conflitos entre os opostos são desfeitos, tais como a tensão entre os

---

<sup>58</sup>ARRUDA, Zuleika. **O que é rasqueado cuiabano?** Cuiabá: Entrelinhas, 2007.

<sup>59</sup> CHAUI, M. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006. p. 26

fazendeiros e os indígenas e também entre os próprios “Chiquitanos”, pois na festa a norma corrente é “pular e dançar”. O *curussé* é realizado pelos “Chiquitanos”, durante o período de carnaval do calendário cristão e, segundo o citado estudioso, simboliza a síntese do território com a identidade étnica. Na celebração, os “Chiquitanos” tocam tambores, flautas, pífanos e fazem cortejos com bandeiras percorrendo casas da comunidade onde moram. O momento é marcado pela homenagem e agradecimento às bênçãos ancestrais. Jogam barro, tinta e cinza uns nos outros, de forma a marcar seus corpos e também bebem chicha. Na terça-feira, celebra-se a reconciliação no altar preparado para a festa.

Quanto às práticas do *curussé* ou *carnavalito* pelos “Chiquitanos” na fronteira BRA-BO, observa-se que as disputas e conflitos ocasionados pelos interesses sobre a posse, propriedade e uso da terra naquela fronteira trazem à tona elementos que desfavorecem a continuidade dessas práticas, sobretudo, devido às tensões causadas e, de certa forma, pelo exercício do poder dos não indígenas sobre os “bugres” naquela localidade. Tais disputas consistem num elemento que interfere nas práticas culturais/sociabilidades, ocasionando afastamentos, estranhamentos e rupturas entre o fronteiriço nativo e o “outro”. Decorre, conforme conta a entrevistada, de uma certa “perseguição” do outro em relação ao que tais práticas podem ou poderiam representar, despertar ou fortalecer naquela comunidade de fronteira internacional – os “eus” locais. Possivelmente, o incômodo e o desconforto do “outro” fundamentam a ideia de fortalecimento do “eu”, daí a sua contestação, materializada pela censura implícita ou mesmo por diversas formas de “perseguição”.

Sobre o mecanismo da cultura como produção e/ou reprodução de símbolos, Lèvi-Strauss (1970, p. 38-39) ensina que: “A cultura pode, então, ser considerada como a capacidade de o ser humano produzir coletivamente regras, sentidos e significados orientadores do comportamento nas diferentes sociedades”. Para o estudioso, a produção de símbolos é variada entre as diferentes sociedades, mas têm o mesmo papel em todas, que seria atribuir sentido e intenção aos comportamentos e ações humanas, complementando os fenômenos da natureza. Significa em última instância que “ todos os seres humanos – sejam europeus, africanos, indígenas – têm as mesmas capacidades mentais que possibilitam o surgimento das diferentes maneiras de compreensão e ação no mundo.”<sup>60</sup>

Ainda na esteira das reflexões sobre as representações trazidas pelo universo da cultura nas sociedades, em especial, refletindo sobre a comunidade fronteiriça em estudo, verifica-se que as diferenciações culturais podem gerar laços de pertencimento e/ou

---

<sup>60</sup> LÈVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia estrutural**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1970.

estranhamento entre os sujeitos sociais considerados, no caso, “o eu, nativo” e o “outro, não nativo”. Portanto, observa-se, no campo das experiências e trocas de natureza cultural, que cada grupo constrói a sua concepção daquilo que lhe é sagrado, de religiosidade, regras sociais, enfim, de um modo de ser e viver a partir das experiências vivenciadas e das suas possibilidades de inserção e/ou negação dentro daquilo que pode ou não ser aceito, considerando para isso, também, o patamar dos interesses, sejam econômicos ou de outra natureza. A partir desse processo reflexivo, é possível concluir que a cultura e seus derivados influenciam também a vida social, corroboram um modo de ser e de viver dos grupos humanos, tanto na comunidade estudada, como possivelmente, em outras espacialidades.

Indagada sobre a violência naquela comunidade rural fronteira, a Sra. Emília afirmou:

Aqui a gente vive sossegado, mas, com desconfiança do povo de lá (do lado boliviano da fronteira). Bom ficar de olhos bem abertos. A gente ver crime aqui é raro, às vezes tem briga de família e problema de casal, homem com ciúme de mulher. Ainda bem que eles não vêm para cá (os traficantes bolivianos e brasileiros), as pessoas que passam por aí (aponta a direção da Bolívia na linha de fronteira) será que não têm medo de morrer lá? São bolivianos e gente de fora, é do Brasil, mas não daqui (referem-se aos forasteiros). O pessoal daqui tem medo dessas pessoas.

Na narrativa, percebe-se que nas relações sociais constituídas por aquela comunidade, composta por fronteirões brasileiros e bolivianos existe alguns limites agregadores e outros diferenciadores, que são reiterados no quesito “violência e transgressão”. A partir dessa narrativa e de falas anteriores, os “outros, os de lá” podem ser classificados da seguinte forma: os bolivianos de parentesco, que são aceitos, respeitados e acolhidos pelos “daqui”; os fronteirões que perambulam por um lado e outro da fronteira, participam de algumas celebrações e voltam para o seu paradeiro em algum ponto das delimitações de terras entre o Brasil, a Bolívia e o Paraguai; e ainda, aqueles que vivem na área da comunidade estudada, mas praticam atividades escusas. Esses últimos, na visão dos entrevistados, são os responsáveis pelo narcotráfico e outros ilícitos praticados naquela fronteira – são considerados perigosos e a convivência com a comunidade é vista com desconfiança e distanciamento. Com eles, conforme se evidencia nas falas, não se estabelecem vínculos de amizade e/ou de convivência amistosa porque, entre outros inconvenientes existe o medo das possíveis ações/reações desses transgressores dentro daquela sociedade.

Sobre os significados, a vida cotidiana e as sociabilidades na fronteira, outro entrevistado dessa faixa etária é o Senhor Benair Cecílio, 43 anos, professor, explanou que:

Eu defino esta fronteira primeiramente do ponto de vista geográfico, como uma área que me aproxima da Bolívia. É uma fronteira física que começa lá em Cáceres (município de Mato Grosso, localizado nas imediações da região estudada) e de outra maneira, defino esta fronteira como uma área de muita diversidade cultural, pois é uma sociedade que nasceu da imigração de bolivianos e também de migração de brasileiros que se estabeleceram neste território do estado de Mato Grosso. Vejo esta fronteira como lugar da diversidade tanto cultural quanto geográfica. Difícil não misturar Brasil e Bolívia por aqui, embora a gente saiba que tem algumas diferenças. A minha família materna é toda boliviana, descendente dos índios chiquitanos que vivem na fronteira, no lado boliviano. Eu me considero um remanescente dos chiquitanos. Esta parte da fronteira é composta por 13 comunidades e maioria das pessoas tem descendência chiquitana. Já o meu pai é brasileiro, filho de argentino que migrou para cá. Na questão da diversidade cultural, posso destacar a mistura linguística, muitas pessoas aqui aprenderam os dois idiomas, o português e o espanhol, eu mesmo falo as duas línguas e também a maioria dos moradores com mais de 50 anos também falam. Na escola que trabalho recebemos muitos alunos que moram no lado boliviano da fronteira, são bolivianos, alguns têm dupla nacionalidade, a boliviana e a brasileira.

Indagado sobre como entende essa diversidade cultural que, na opinião dele, é uma característica marcante daquela fronteira, o entrevistado assim ponderou:

Aqui tem uma mistura muito grande de pessoas e culturas, muitos moradores, a maioria que são fazendeiros, vieram de Mato Grosso do Sul, São Paulo e Paraná. Aí tem também aqueles que vieram da Bolívia e os remanescentes dos chiquitanos. Na escola gosto de trabalhar com projetos, tento evitar os conflitos e a discriminação, principalmente na sala de aula, porque a gente que é professor percebe que existe, de aluno para aluno, de aluno para professor e até de professor para professor. No desfile de 7 de setembro de 2014, propus um trabalho cultural com o tema miscigenação. Haveria o desfile e depois várias apresentações culturais na escola, a proposta era fazer uma exposição de objetos e práticas sociais e culturais dos diferentes grupos humanos que vivem aqui na fronteira, inclusive, apresentar a forma de cultivo e limpeza de arroz pelos bolivianos, a produção do artesanato e a fabricação Chicha.<sup>61</sup> Mesmo com o projeto aprovado pelo Conselho Escolar, houve muita resistência dos pais e das famílias dos alunos, depois de muito explicar que se tratava da questão da cultura como parte da identidade, houve uma certa aceitação, mas com muitos questionamentos.

---

<sup>61</sup>Sobre a Chicha: ...É , sem dúvida, a bebida mais refrescante da Bolívia. Origina-se do império Inca é feita à base de milho fermentado. É muito popular em Cochabamba, Chuquisaca, Oruro e La Paz Chicha em quíchua significa "liquefeito". Tradicionalmente é obtida mastigando milho, uma vez que a saliva contém uma enzima que, quando misturado com o milho se transforma em açúcar e em seguida fermentado, graças à ação das bactérias. A mistura é armazenada durante um mês em latas seladas .Atualmente, em vez de mascar o milho, que é moído em farinha, mistura-se com água para se obter uma pasta que é deixada na secagem ao sol. O teor de álcool depende de quanto tempo a mistura permanece no pote e a cor depende da chicha de milho usado. Há uma grande variedade de milho que, infelizmente, não são exportados, ao contrário da chicha que são vendidas na Europa e nos Estados Unidos .Cf.: <https://translate.google.com.br/translate?hl=pt-BR&sl=es&u=http://info.caserita.com/Chicha-alcohol-de-maiz--a84-ad&prev=search>. Acesso em 23/03/2017

Questionado sobre quais ou quais motivos, na opinião dele, causaram resistência na comunidade quando o tema estudado no projeto escolar seria diversidade, práticas culturais e artesanato, o entrevistado assim respondeu:

Eu acredito que essa resistência em demonstrar e expor a diversidade cultural na escola deve-se primeiramente a uma falta de esclarecimento e também devido a uma opressão, pois os moradores fronteiriços têm sofrido muita pressão da classe empresarial e de muitos fazendeiros locais, já que a maioria trabalha para eles. Há um conflito em relação à posse e propriedade das terras, porque devido à descoberta de povos remanescentes de índios chiquitanos, tem um projeto tramitando na FUNAI para criação de uma reserva indígena para os remanescentes chiquitanos nesta localidade. Isso causou muito tumulto, conflitos e ameaças contra alguns moradores aqui na comunidade. Os moradores ficaram muito apreensivos, assustados e inseguros, pois foram orientados a negar e não utilizar qualquer prática social, cultural e até mesmo de objetos que tivessem alguma origem indígena ou que lembrasse essa descendência. Isso foi um retrocesso, uma negação forçada da própria cultura.

Sobre os principais problemas sociais e a questão da violência na comunidade o entrevistado relatou:

Um problema que a gente vive aqui é um certo isolamento, principalmente se precisar de médico e atendimento de saúde, falta ainda políticas públicas para atendimento da comunidade, e tem o problema do narcotráfico, essas coisas que vem da Bolívia. Na escola é comum perdermos jovens de 15-17 anos para isso, como não tem emprego e uma política preventiva, alguns vão trabalhar como “mulas”<sup>62</sup> e logo já viu, né? São presos e causam problemas para a família. Outro problema é sobre a discriminação que se tem com os “bugres” aqui, muitos alunos contam na escola que os fazendeiros patrões de seus pais dizem sempre que os bugres são muito preguiçosos e não servem para nada, eles não entendem direito porque são chamados assim e dizem em sala de aula: somos bugres, né professor? Nós também não servimos para nada?, Tento então, mostrar o outro lado da questão nas aulas, explicando a questão étnica e a importância de estudar para se livrar desse estigma. É um preconceito grande, até quando viajamos para fora da comunidade, quando tem revista, a polícia age com grosseria e violência, escolhe pela feição, vêm sempre revistar quem tem “cara de bugre”, isso já aconteceu comigo várias vezes, tenho que dizer de onde venho, o motivo da viagem e mesmo assim, desmancham toda a minha bagagem, eles nos xingam também de traficantes e vagabundos. Acontece muito nas viagens.

---

<sup>62</sup> Mula é uma denominação utilizada para designar pessoas que fazem a travessia da fronteira no sentido Bolívia-Brasil carregando essas drogas na bagagem ou às vezes dentro do próprio corpo, nas partes genitais ou mesmo no estômago, uma vez que alguns engolem cápsulas com drogas que são levadas para o lado brasileiro da fronteira e depois, negociadas nos pontos de abastecimento de cidades maiores. Comercializa-se entre outros tipos de drogas, a cocaína.

Benair Cecílio, em sua entrevista, demonstra alguns aspectos peculiares da situação vivenciada pelos moradores fronteiriços brasileiros e também de um grupo de fronteiriços bolivianos na comunidade estudada. Aborda o significado daquela fronteira, primeiramente, sob o ponto de vista geográfico, como linha que demarca o espaço físico entre duas nações, ressalta a constituição daquele espaço de fronteira como o local de encontro das diferenças, tanto no campo da nacionalidade quanto no âmbito da diversidade, em especial, dos elementos culturais. A partir da sua vivência e de suas memórias, na sua concepção aquela comunidade resulta do encontro entre a população nativa com a “imigração de bolivianos” e também da migração de muitos brasileiros, que se concretiza com o estabelecimento destes grupos naquela localidade. Brasil e Bolívia, segundo ele, misturam-se, embora, ao mesmo tempo, possa se identificar algumas diferenças, especialmente, no que concerne à questão linguística e à existência de grupos sociais com dupla nacionalidade.

Na narrativa do entrevistado, a escola da comunidade seria o “lócus” privilegiado para se perceber os processos de encontro, sociabilidades e estranhamento entre os diversos grupos sociais e sua coexistência comunitária. Enfatiza que o “estranhamento”, em grande parte, se constitui por um jogo de interesses e, de certa forma, pelo exercício do poder econômico de grandes fazendeiros e suas empresas sobre os moradores fronteiriços, especialmente, sobre os seus empregados.

Negar a condição de descendente indígena significa, em outras palavras ou de maneira implícita, a manutenção do emprego e da empregabilidade na região delimitada para o estudo. A possibilidade da criação de uma reserva indígena local caminha na direção contrária aos interesses econômicos dos posseiros e proprietários de fartas extensões de terras naquela região.

As memórias do entrevistado levantaram outro aspecto importante e que, também, consiste num marcador de diferenças entre “o eu e o outro” na área estudada. A narrativa reitera o estranhamento que se aninha no campo da discriminação e do racismo, pois, muitos moradores da comunidade e alunos da escola são, constante e pejorativamente, chamados de “bugre”. Essa atitude não chamaria muito a atenção, se a colocação não consistisse numa espécie de xingamento e/ou prática de inferiorização do “outro”. Para o professor, fazer um trabalho voltado à desconstrução desse estigma tem tomado corpo na escola, embora esse “estereótipo” encontre campo fértil para se enraizar e se propagar no imaginário popular daquela comunidade fronteiriça.

O terceiro entrevistado desse grupo é o morador João Alberto, 48 anos, professor. Sobre os significados daquela fronteira e o cotidiano da vida na região, o entrevistado respondeu:

A minha família veio para cá em 1963, o meu avô paterno era uruguaio e trouxe a família, minha avó era boliviana, eles vieram trabalhar numa fazenda chamada São Bento e como as terras eram devolutas, eles também pegaram uma terrinha para eles. Eu nasci aqui, vivi sempre aqui, sai para estudar e depois voltei. Comparando com os lugares que eu conheço, posso dizer que aqui é um lugar diferente, a gente atravessa vai para a Bolívia que está aí na frente e daí a gente volta, a gente percebe que esse outro lado “tem um ar pesado”, tem uma cultura diferente, estranha para nós, tem um impacto quando a gente passa para lá. Tenho receio de atravessar por causa da violência, da criminalidade. Lá somos estrangeiros. Conhecemos pessoas lá, mas essa gente que mexe com essas coisas (o tráfico) não conhece a gente, é perigoso, né? Aqui na comunidade temos problemas com a questão da saúde pública, problemas com a estrada e os meios de locomoção, muita gente doente não consegue se deslocar para Vila Bela, é difícil. Mas por outro lado, vivendo e trabalhando aqui todo mundo conhece a gente, tem respeito e reconhece a gente como pessoa e profissional.

O entrevistado, em sua narrativa, entende o significado da fronteira estudada a partir da concepção de espaços e lugares diferenciados, percebe o “o outro lado - o lado boliviano”, com um certo estranhamento; utiliza a expressão “tem um ar pesado” para se referir à fronteira para o lado do país vizinho.

O estranhamento do entrevistado caracteriza-se nas questões de cunho cultural e também na sensação de lugar de “perigo”, pois, para ele, o perigo se faz presente nas rotas do narcotráfico e do ilícito. Entende que, na perspectiva desse “outro”, o “seu eu, brasileiro” resume-se apenas a mais um estrangeiro, portanto, leva a crer que há um impacto na passagem para o lado territorial do “outro” o que lhe causa sentimentos de insegurança, de distanciamento daquilo que lhe é familiar. Ressalta que, na sua comunidade, no lado brasileiro, a sua posição pessoal e profissional está assentada em relações de respeito, cordialidade e reconhecimento.

Indagado sobre como compreende as relações sociais entre os moradores fronteiriços bolivianos e brasileiros, respondeu:

É comum os bolivianos transitarem pela comunidade, muitos alunos da escola em que trabalho são da Bolívia, de San Vicente de La Frontera e de alguns “pueblos”<sup>63</sup>. Eles vêm estudar aqui, alguns desde o primeiro ano escolar nas Cruzes (nome de uma comunidade vizinha) e depois passam para

<sup>63</sup>“Pueblos” refere-se às pequenas comunidades rurais ou aldeias localizadas nas imediações do Vilarejo de San Vicente de La Frontera, no lado boliviano da fronteira.

a nossa escola. Eles trazem os documentos da Bolívia, levam no consulado em Cáceres, lá se faz a tradução e autenticação, então com esse documento eles podem estudar no lado brasileiro e ter direito aos benefícios como bolsa-família, transporte escolar, etc. A comunidade se encontra nas comemorações, nas festas de Santa Clara, São Sebastião e nos encontros feitos pela Igreja católica, de jovens e das gerações. Já teve muitos conflitos por causa das terras. Os fazendeiros chegaram, demarcaram e muitos pequenos sítiantes tiveram que entregar as terras e ir embora para a Bolívia ou para outro lugar. Hoje está mais tranquilo, mas por causa da descoberta dos remanescentes dos povos chiquitanos teve problema aqui, os fazendeiros proibiram qualquer manifestação que demonstrasse alguma descendência indígena dos povos daqui, senão a FUNAI poderia criar uma reserva indígena e entrar a terra que tá na posse deles, né? Teve uma festa cultural na escola, fomos em Aparecida e São Simão procurar peças de artesanato para expor na escola, mas lá o nosso conhecido não podia emprestar e falou: “rapaz, eu não posso nem falar que eu vou fazer isso, porque vai ter gente que vai ver e vai falar que eu sou a favor disso, vai ter gente que vai falar que você está querendo que a gente se torne chiquitano então”. Eles escondem tudo que lembra a descendência indígena para ficar neutro e também para não contrariar o patrão, assim não perdem o emprego e também não correm risco...

O entrevistado, estimulado a falar sobre a sua comunidade fronteiriça e também sobre os significados dessa espacialidade, a partir da sua concepção, apresenta a questão da posse e propriedade de extensões de terras como um fator significativo e desencadeador de conflitos na região. Segundo ele, os grandes proprietários pressionaram a comunidade, especialmente os remanescentes de “Chiquitanos”, a negar a sua condição étnica, utilizando-se, para isso, de ameaças tácitas e outras explícitas, dentre as quais ameaças de demissão do emprego nas fazendas. A desobediência à ordem posta implicava em correr riscos, inclusive de perder a própria vida, estendida aos familiares.

Simmel (2005, p.), em “O estrangeiro”, se propõe a estudar a organização da vida cotidiana do imigrante, reflexão importante que, mesmo voltada ao ambiente da cidade, pode embasar um pensamento acerca do processo de estranhamento como marcador de diferenças na análise de um contexto social, pois, apesar da sua condição de ex-judeu (judeu convertido ao protestantismo), para a sociedade alemã do início do século XX, era considerado e tratado como “o outro”, ou seja, como um membro externo àquela realidade posta naqueles tempos.

É possível dialogar com Simmel sobre as questões que aparecem nas relações e nos marcadores de diferenças na sociedade da fronteira estudada são descritos nas narrativas dos entrevistados desse grupo analisado. Há um estranhamento advindo da sensação de “ser estranho” ao lugar, embora o local seja próximo, levanta-se a marca da diferença contida na ideia de ser estrangeiro.

Simmel (2005, p.265) entende que “estrangeiro” é aquele que chega e não vai embora, portanto, sua relação com os nativos é diversa daquela do turista, que completa sua visita e retorna. Explica que, nesse caso, o estrangeiro é caracterizado pelo não pertencimento ao grupo daqueles nativos, consiste na ambivalência de viver num dado país, sem se tornar parte integrante daquele grupo social <sup>64</sup>.

O “ar pesado”, ao que se refere o entrevistado João Alberto ao entrar no espaço fronteiro pertencente à Bolívia, pode ser compreendido, apesar da contradição de “estar perto” e ao mesmo tempo “distante”, com a culminância e percepção de sinais das diferenças que vão, ao longo do trajeto, sendo evidenciadas, tais como: o idioma espanhol, os costumes, modos, alimentação e forma de aperceber-se do outro, segundo ele, sem garantias da devida respeitabilidade e segurança que, na sua constatação, deve-se à sua condição de estrangeiro, considerando a travessia da delimitação entre o Brasil e a Bolívia.

Sobre o estrangeiro no contexto do grupo e das relações estabelecidas com “o outro” Simmel (2005, p. 267) explana que:

O estrangeiro, contudo, é também um elemento do grupo, não mais diferente que os outros e, ao mesmo tempo, distinto do que consideramos como o "inimigo interno". É um elemento do qual a posição imanente e de membro compreendem, ao mesmo tempo, um exterior e um contrário. A noção do estranho, agora, como momentos do rechaço e da dissociação, forma aqui, agora, uma relação de um com um outro, e a unidade desta interação pode ser sugerida pelas regulações societárias, não obstante e de maneira nenhuma com um significado único.

Sobre o cruzamento dos limites físicos daquela região, percebe-se que a sensação de insegurança do entrevistado, repousa na sua condição de estrangeiro em relação ao outro lado da fronteira estudada e de ser tomado por um estranhamento sobre o trânsito do “estrangeiro” nas espacialidades diferenciadas. Com relação à situação de “estrangeiro”, Simmel (2005, p. 268) explica que “[...]Fixo dentro de um determinado raio espacial, onde a sua firmeza transfronteiriça poderia ser considerada análoga ao espaço, a sua posição neste é determinada largamente pelo fato de não pertencer imediatamente a ele, e suas qualidades não podem originar-se e vir dele, nem nele adentrar-se”.

É relevante ressaltar que, naquela região de fronteira e nas suas nuances, emolduram-se vários aspectos de cunho social, econômico e cultural. Observa-se que, em determinados

---

<sup>64</sup> SIMMEL, Georg. **Soziologie**. Untersuchungen über die Formen der Vergesellschaftung. (Sociologia – Estudos sobre a forma de socição). Trad. Mauro Guilherme Pinheiro Koury. Berlin: Duncker e Humboldt editores, 1908.

momentos e/ou situações, os grupos sociais agem no sentido de acomodar as diferenças e, em outros momentos, “naturalizam” a sensação e o sentido do “estranhamento”. Isso é perceptível nas narrativas quando se menciona a manutenção das tradições, a discriminação do outro – “o bugre” e o sentimento de “temor e insegurança” daquele que, mesmo fronteiriço, sente-se, inclusive dentro dos limites da fronteira, um estrangeiro.

De acordo com a memória trazida pelos moradores da área investigada, pode-se constatar que tais sujeitos não se configuram em um grupo social deslocado do seu tempo, portanto, também não há como deslocar as suas origens. Na concepção de alguns, a origem de seus antepassados é totalmente brasileira e, para outros, as origens relacionam-se diretamente ao processo de imigração, e/ou de acomodação dos antepassados bolivianos em território brasileiro. A memória, os hábitos, o idioma e as práticas culturais cotidianas demarcam também e ressignificam as origens e a espacialidade vivenciadas por esses grupos fronteiriços.

.\*\*\*

Do grupo na faixa de idade de 32 a 55 anos, foram destacadas as falas de professores, parcela expressiva de entrevistados nesse grupo. É significativa a diferença entre os relatos que eles fazem e os dos grupos anteriores. Nos relatos, sobressai uma dimensão mais impessoal, de quem analisa mesmo quando se relatam fatos que foram vivenciados. Esses são relatados a título de exemplo de algum argumento mais racional. Mesmo assim, não aparecem referências a decisões políticas provindas de um poder político central a respeito das fronteiras físicas.

### **3.2.2 – Nativos não indígenas entrevistados: faixa etária de aproximadamente 60 anos**

Esse grupo de moradores fronteiriços brasileiros entrevistados caracteriza-se por serem nativos da região estudada, na faixa etária de 58-66 anos. Eram crianças ou haviam nascido, portanto, na época da assinatura do Acordo de Roboré ou Notas Reversais de Roboré (1958), o que, se pressupõe, indica um momento de maior discussão do significado de fronteiras. Ao contrário do grupo com 67 anos e mais, tinham uma menor probabilidade de entender o que estava acontecendo no momento. Buscou-se, nas entrevistas realizadas, analisar os significados daquela fronteira Brasil-Bolívia para os moradores da região. O esforço de compreensão enfoca e perpassa pelas experiências e as relações entre o “eu, brasileiro” e o “outro, boliviano” fronteiriço no cotidiano da vida na fronteira delimitada para estudo. Tomou-se por base a referência daquele lugar como “lugar de memória” e que também estabelece o encontro entre duas diferentes nacionalidades.

Sobre a memória, as aproximações e os distanciamentos entre o “eu e o outro” que foram transcritos das narrativas dos fronteiriços brasileiros em relação aos fronteiriços bolivianos e os possíveis significados dessa fronteira para os citados moradores, selecionaram-se entrevistas de acordo com as respostas obtidas e classificadas na seguinte gradação: a) a aceitação do outro; b) a aceitação parcial do outro; c) a não aceitação do outro.

A primeira entrevista selecionada dessa faixa etária e grupo de moradores nativos brasileiros fronteiriços não indígenas, considerando os critérios explicitados anteriormente, foi da Senhora Antônia Moura, fronteiriça, 59 anos, comerciante e fazendeira:

Pergunta: A Senhora se considera uma fronteiriça? O que é a fronteira? Quem é a população fronteiriça?

Antonia: Eu considero que sou fronteiriça, nasci aqui na fronteira, no sítio. Mas sou brasileira. Depois fui estudar em Cáceres, casei e voltei para cá. A fronteira é mais para lá, é de lá da Bolívia que vem os bugres, eles vem para cá.

Pergunta: Quem são os bugres?

Antonia: Os bugres..., entendo como aquele povo que veio lá do interior da Bolívia. Eles vieram para cá, mas são índios, a Senhora entende que eles são índios? Eu, no meu pensar, eu falo que são índios porque tem gente aqui que não aceita que fala não, para eles, índio é um e bugre é outro.

Pergunta: E como a Senhora vê esse conflito, esse embate sobre isso.

Antonia: Eu entendo e percebo que as pessoas não gostam de falar que são bugres. Eles não gostam. Nem pode chamar de chiquitano, é igual negro, né? Não gosta que fala. Desde que nasci aqui, tem uma mistura de raça. A raça que tem na Bolívia tem aqui também, tá misturado já, o pessoal de lá casou com o pessoal daqui, o daqui casou com os de lá, então de lá aqui e daqui lá, agora tá uma mistura. Mas a maioria aqui, a raça é no sangue, é boliviano com brasileiro, né? Só que eles não aceitam, então eles já são como brasileiros. Mas dá para ver quem é boliviano e brasileiro, é um pouco diferente. Aqui tem gente de todo tipo. Tem bolivianos, tem índios, portugueses, italianos e tem até catarinenses.

Pergunta: Aqui vocês falam os dois idiomas? A gente percebe o dia todo esse movimento de pessoas que vem do lado boliviano...

Antonia: Falamos o espanhol e o português, só que hoje em dia a maioria não gosta de falar espanhol. O movimento é esse no dia-a-dia, agorinha tinha gente almoçando aqui e conversando em espanhol. Eu falo português, o espanhol eu falo porque acho bonito e me sinto bem conversando com eles (bolivianos) em espanhol.

A segunda entrevista selecionada foi da Senhora Maria Silva, fronteiriça, 66 anos, aposentada e sitiante:

Pergunta: Como a Senhora entende este espaço da fronteira? Quem habita a fronteira? São brasileiros? São bolivianos? São migrantes? O que é a fronteira para a Senhora e como está organizada?

Maria: Eu nasci aqui, num sítio aqui perto, aqui é um lugar de paz e tranquilidade entre os de lá e os de cá. Minha avó não é brasileira, minha avó é boliviana, mas eu sou brasileira, nasci aqui no Brasil. Mas ela era mãe de minha mãe. Minha avó era de Santa Cruz (de La Sierra). A outra avó (paterna), mãe de meu pai era daqui mesmo. Mas a minha bisavó (paterna) era da Bolívia.

Pergunta: E a senhora fala Espanhol? Tem outros parentes na Bolívia?

Maria: Eu falo o Português e o Espanhol. Não tenho parentes na Bolívia, mas uma parte deles veio de lá. Minha avó veio para cá, nós fomos buscar, com o meu pai. Vieram todos para cá (Brasil). Eu sou brasileira também porque tenho os cabelos ondulados, crespos e, boliviano não tem cabelo crespo.

A terceira entrevista selecionada foi a de Lavínia Monteiro, fronteira, 60 anos, aposentada e dona de casa:

Pergunta: Como uma das habitantes mais antigas daqui, como a senhora vê e explica esta fronteira?

Lavínia: Ah, eu vejo ela como, como uma comunidade mesmo, né? Como uma comunidade brasileira, porque às vezes as pessoas veem como se fosse a Bolívia isso aqui, mas não é Bolívia não. Aqui é o Brasil mesmo.

Pergunta: A senhora tem parentesco na Bolívia? Porque aqui estamos bem perto dos limites do Brasil com a Bolívia.

Lavínia: Perto da Bolívia, mas aqui é Brasil, faz parte da Vila Bela (município de Vila Bela da Santíssima Trindade).

Pergunta: A Senhora nasceu aqui. E seus pais? De onde vieram? Eram migrantes?

Lavínia: Eu nasci aqui, os meus pais nasceram aqui também. Agora, os pais deles, quem que vai saber né?

Pergunta: E a convivência com os bolivianos? Como é? Eles vêm para cá? Vocês vão para lá? Como a Senhora percebe essa convivência?

Lavínia: Uai, eles estão ali (aponta com o indicador da mão direita). Ali tem os bolivianos que vieram para cá, eles estão morando ali. Eles são igual a gente, mas moram ali, eles ali na venda deles, e nós, na nossa casa. Esses vieram para cá, mas tem outros que vem aqui comprar coisas e vai embora para a Bolívia. Muitos aqui falam o castelhano, mas eu não falo, já viajei para San Inácio, mas não falo castelhano porque eu não tenho nada a ver com a Bolívia.

Foram selecionados três trechos de narrativas emitidas por pessoas distintas, que compõem a “colônia de entrevistados”, inseridos no grupo daqueles que nasceram na região de estudo, ou seja, no quadro que se refere aos moradores brasileiros fronteiriços nativos. Observaram-se nas falas diferentes formas de analisar e perceber a relação com o “outro”, no caso, com o fronteira boliviano. Percebeu-se nas ressignificações elaboradas diferentes posições acerca da inserção e aceitação desse “outro” naquela realidade. Nas narrativas selecionadas, há uma gradação explícita sobre a aceitabilidade desse outro.

Refletindo sobre a narrativa de Antônia Moura, fronteiriça, 59 anos, comerciante e fazendeira, dada a região de fronteira, constatou-se, por parte dela, que há uma aceitação do espaço fronteiriço como território de passagem para o Brasil e para a Bolívia. Esta também percebe o local como lugar de encontro de pessoas das duas nacionalidades. Argumenta que, embora tenha nascido na zona rural da região de fronteira, tem para si que é brasileira, mas que, pela convivência constante com o “outro” aprendeu a se comunicar tanto na língua portuguesa quanto na espanhola, além de também falar em francês, frisando a “beleza” da língua espanhola.

Portanto, a entrevistada enfatiza o idioma como um marcador ou delimitador do espaço fronteiriço, especialmente, quando destaca que é brasileira e fala português, embora utilize em seu cotidiano, por assim dizer, uma segunda língua que, na sua opinião, além de ser “bonito”, auxilia nas relações e sociabilidades estabelecidas com os bolivianos moradores da citada fronteira.

A postura construída pela narradora em relação ao “outro”, transpareceu respeito, aceitação e acolhida desses grupos. Nesse entendimento, tal postura pode estar associada ao fato de a mesma ser uma das principais comerciantes locais, uma vez que parte da sua clientela é oriunda do país vizinho, naquela faixa de fronteira. Numa observação não participante, testemunhou-se a presença de bolivianos fronteiriços no estabelecimento comercial da entrevistada, os diálogos, o atendimento e as sociabilidades se constituíram num trato muito amigável, intimista e bastante cortês. Tal comportamento observado por parte da comerciante pode reafirmar, no contexto das sociabilidades, o acolhimento daquele outro.

Nesse sentido, identifica-se tacitamente na narrativa que o tratamento e a sociabilidade estabelecidos com esse outro pautam-se em princípios de alteridade, a qual, segundo Stuart Hall (2006, p.19), é percepção do diferente, sendo essa percepção fundamental para a definição da nossa identidade. A prática da alteridade contribui para a desnaturalização de atitudes, crenças, ideias fortes que parecem naturais.<sup>65</sup>

Embora enfatize a sua nacionalidade brasileira e sua condição de fronteiriça, a narradora apresenta um aspecto relevante sobre a presença do “bugre” naquela área. Ela revela ter conhecimento de que essas pessoas descendem de indígenas bolivianos, mas que

---

<sup>65</sup> HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP & A editora. 11. Ed. Rio de Janeiro. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro de Janeiro, 2006. 102 p.

não aceitam a própria origem indígena, são chamados de bugres, e também, não gostam de tal denominação.

Na sua análise, essas denominações podem ser comparadas ao tratamento pejorativo e racista que é dado à grande parte do povo negro e afrodescendente no Brasil, destacando-se, implicitamente, no caso da área estudada, a discriminação “velada” sobre os descendentes de indígenas naquela região, especialmente aos “bugres”.

Pelas falas, a depoente parece atribuir aos próprios descendentes indígenas na fronteira o infortúnio da discriminação sofrida, calcada, segundo ela, na não aceitação da sua identidade e/ou a uma certa falta de autoafirmação sobre suas origens étnicas. Entretanto, não demonstra motivos e nem questões mais pontuais sobre o porquê a vida e as relações se estabelecem dessa forma naquele lugar. O certo é que, nas sociabilidades entre os moradores não indígenas com os descendentes de “Chiquitano” e, ainda em menor grau, com descendentes de bolivianos naquela fronteira, percebe-se, implicitamente, a existência de um indicador de conflito relacionado à questão étnica.

As análises das entrevistas e a observação não participante no processo da coleta de dados na fronteira estudada demonstraram que essas relacionam-se diretamente ao processo cultural de construção de identidade o que, nesse entendimento, pode ocorrer também em outras espacialidades das sociedades modernas, e mais efetivamente, nas espacialidades que experienciaram a modernidade tardia, tal como o Brasil e grande parte dos Estados-Nações latino-americanos.

No que concerne à construção cultural de identidade, Hall (2006) explica que “o próprio processo de identificação, através do qual nos projetamos em nossas identidades culturais tornou-se mais provisório, variável e problemático”.<sup>66</sup> Considera-se que, na região de estudo, segundo a narrativa da depoente Antonia Moura, vislumbra-se uma certa tensão e estranhamento nas relações sociais estabelecidas entre os grupos de moradores, especialmente, a partir da definição do sujeito social “bugre e não bugre” naquela comunidade.

É comum a uma parcela dos habitantes dirigir-se de forma desrespeitosa, pejorativa e discriminatória na identificação daqueles sujeitos sociais que podem ser considerados bugres. Naquele contexto social, pode-se ainda inferir várias reflexões sobre o papel social destinado ao “bugre” na fronteira BRA-BO. Nessa análise, a autodenominação “bugre” assumida publicamente por um grupo de moradores ou, por parte de um morador daquela área

---

<sup>66</sup> Cf. HALL, S., 2006.

fronteiriça, implica, a priori, aceitar-se ou não dentro da classificação e das condições reservadas pela sociedade “não bugre” a esse “outro, o bugre”.

Na prática, mesmo que pareça contraditório, segundo a senhora Antonia Moura, a aceitação da identidade cultural e étnica do ser “bugre” numa comunidade rural fronteiriça, mesmo que de forma implícita, nota-se que é acompanhada por um processo de assujeitamento. Nessa avaliação, essa atitude pode ser entendida também como parte de um estratagema desenvolvido como forma de subsistência, sobrevivência e autoproteção. Relaciona-se diretamente às questões que envolvem direitos sociais, tais como: acesso à terra (sítios, via assentamentos feitos pelo INCRA), acesso ao bolsa família, aposentadoria rural, saúde da família e alguns outros benefícios concedidos pelo Estado brasileiro à população rural remanescente de indígenas, na fronteira BRA-BO.

Para Hall (1987, p.), o processo de identificação cultural,

[...] produz o sujeito pós-moderno, conceptualizado como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente. A identidade torna-se uma “celebração móvel”: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam”. É definida historicamente e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo constantemente deslocadas.

Para o autor, “se sentimos que temos uma identidade unificada desde o nascimento até a morte é apenas porque construímos uma cômoda estória sobre nós mesmos ou uma confortadora “narrativa do eu” (Hall, 1990)”. No seu entendimento, a identidade plenamente identificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Para ele, a identidade muda de acordo com a forma como o sujeito é interpelado ou representado. Afirma que “somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente”. A partir de tais constatações, justifica-se a mobilidade presente na construção e autodenominação identitária e étnica dos “bugres” na área fronteiriça delimitada para a realização desta pesquisa, cuja identificação, por parte dos entrevistados, deu-se de forma pejorativa, e de certa forma, discriminatória.

A segunda narrativa selecionada para analisar as diferentes concepções sobre os significados de fronteira para os moradores da região delimitada foi a entrevista de Maria Silva, fronteiriça, 66 anos, aposentada e sitiante. A entrevistada entende aquela fronteira como

um lugar de “paz e tranquilidade” entre “os de lá e os de cá”. Revelou suas origens bolivianas, uma vez que, por parte materna é neta de uma boliviana e, na descendência paterna, é também bisneta de outra boliviana. Mas faz questão de ressaltar que nasceu no lado brasileiro, também na zona rural e por isso mesmo é brasileira.

Quanto ao idioma, tem domínio e fala com fluência o português e o espanhol, utilizado em casa e no contato cotidiano com os fronteiriços bolivianos. Na sua fala, empregou como indicador de diferenciação entre fronteiriços brasileiros e bolivianos algumas características físicas, com destaque para o cabelo, enfatizando que ela, por ter cabelos ondulados, quase crespos, não pode ser boliviana, pois, os cabelos dos bolivianos e dos indígenas descendentes são muito lisos.

Na narrativa, observaram-se sentimentos de saudosismo e nostalgia. Ela relembra tempos idos, vividos com o pai e as irmãs no sítio da família, quando as mulheres, além de desempenhar trabalhos domésticos, faziam ainda trabalhos de costura, bordados, artesanato em fuxico e criavam galinhas para subsistência. Discorreu que sempre soube da existência da fronteira, até porque ela sempre fez parte de sua vida, porque as pessoas falavam, mas entende isso como algo comum, não vê diferenças nas relações entre “os de lá e os de cá”. Lembrou ainda que, na juventude, quando o pai ainda era vivo e trabalhava, tinha ajudantes no sítio, que eram fronteiriços bolivianos, falavam em espanhol e, quando iam para a cidade vender o excedente da produção, passavam semanas juntos em Vila Bela da Santíssima Trindade. Segundo ela, não havia estranhamento e nem confusão.

Maria Silva, fronteira, 66 anos, aposentada e sitiante:

Pergunta: Como era a fronteira? A convivência durante a sua juventude?

Maria: Sabe que de meu tempo não tinha nada disso. De separação, discussão entre nós e eles (refere-se a fronteiriços brasileiros e bolivianos), não havia confusão. Tudo era unido, eu via que meu pai saía pra ir no sítio do outro, naquele tempo eles bebiam quando nasciam as crianças, juntavam a produção para vender na cidade e aproveitavam para fazer o registro em Vila Bela. Para lá eles também bebiam, iam a cavalo, aí voltavam a cavalo quase duas semanas ficavam por lá. Então, não tinha confusão e nem brigas, nada disso.

Para ela, apesar de cada pessoa fronteira do seu convívio saber qual era a sua nacionalidade, nesse caso, se era brasileira ou boliviana, um momento importante que unia todos os fronteiriços era a festa de São Sebastião. Tradicionalmente, todos os anos, a família dela comemorava o dia de São Sebastião (20/01), ocasião em que faziam uma festa no sítio onde moravam, na fronteira BRA-BO. Quando a data não coincidia com o final de semana, a

festa era transferida para a sexta-feira e o sábado seguinte. Descrevendo sobre como era a festa, Maria Silva contou que:

O povo era unido, meus pais faziam a Festa de São Sebastião (20/01). Na véspera de São Sebastião, passava a noite inteira e no outro dia tinha o café da manhã, o almoço, depois à noite era a reza, o jantar e a festa. Vinham todos que quisessem participar e festejavam, dançavam e não tinha brigas, não tinha nada de errado, todos unidos.

Minha mãe e as cozinheiras da festa faziam muita comida, que era distribuída gratuitamente para todos os presentes. A comida era uma macarronada assim com queijo, conhecida por talharim; peru recheado; galinha recheada; porco assado e carne assada no forno à lenha, não se assava nada no espeto. Os acompanhamentos eram arroz, farofa de miúdos de galinha, boi e porco e mandioca cozida, não se fazia e nem se conhecia salada de maionese. A mandioca, sempre tivemos à vontade. Tomava-se licor de leite, pequi, figo e outros. O pessoal que vinha da Bolívia, às vezes, traziam a Chicha.

Se considerarmos a fronteira apenas numa perspectiva de separação, estranhamento, divergências e diferenças, não corroboramos com a concepção de Maria Silva, a entrevistada. Maria, por outro lado, apesar de reconhecer que havia um indicador de separação entre eles, os povos fronteiriços locais, e que isso consistia na diferença de nacionalidade, demonstrou também que, apesar da existência desse indicador como elemento que sob um determinado aspecto os tornava diferentes, havia muitos elementos de convergência e de sociabilidades que, de certa forma, fazia-os reconhecerem-se uns nos outros. Nesse caso, foi possível identificar nas relações de convivência cotidiana no sítio, e também, nas festas de São Sebastião.

É possível analisar esse espaço comunitário, também, a partir da perspectiva de bairro rural, ao se considerar as possibilidades de reconhecimento de “uns nos outros”, as sociabilidades proporcionadas pelo encontro, pelas relações de trabalho, pela organização espacial e produtiva e também pela citada festa de natureza religiosa. Devem ser guardadas as devidas particularidades e proporções, tendo em vista que há muitos fatores importantes em questão, especialmente por se tratar de uma sociedade constituída em uma fronteira binacional. É possível afirmar, pelas características da organização espacial e também da forma de organização daquela sociedade fronteiriça na vida cotidiana, tratar-se de um espaço rural integrado a uma rede de relações estabelecidas com a cidade-sede, que é Vila Bela da Santíssima Trindade e também com o município vizinho, Pontes e Lacerda. Para Queiroz (1973, p. 133), “os bairros rurais são definidos pela sua forma específica de implantação no solo, - um ‘habitat’ disperso centralizado por pequeno núcleo de habitações em torno da capela, - e pelos vínculos sociais que unem seus membros”. Desse modo, na concepção da

pesquisadora, são estabelecidos vínculos sociais entre os moradores do bairro que servem de instrumento de união entre eles e que se alicerçam em ajuda mútua nos campos econômicos e sociais.

Nesse estudo, trabalhou-se com ideia de vilarejo ou vila, formada pela reunião de parte de algumas comunidades rurais na área de entorno. O centro do vilarejo foi considerado como centro polarizador das atividades sociais diárias, para além da sociabilidade familiar própria da vida cotidiana das famílias nos pequenos sítios e moradias tipicamente rurais.

Discorrer sobre festas religiosas, trazendo para a realidade da área de estudo a festa de São Sebastião, organizada e comemorada pela família da entrevistada Maria Silva naquele ambiente rural, é contextualizada por Queiróz (1973, p.133) da seguinte forma:

A festa religiosa, por exemplo, que é o meio por excelência de promover uma reunião entre vizinhos, só é possível quando todos os habitantes se congregam e reúnem suas dádivas, assumem coletivamente a responsabilidade pela realização econômica da festa...<sup>67</sup>

Conforme as narrativas de Maria Silva, a festa era organizada pela sua família, com grande parte de recursos próprios, que eram complementados com doações de pessoas mais próximas: fazendeiros, sitiantes, comerciantes e/ou daqueles que tivessem condições econômicas e quisessem ajudar e/ou prestar algum tipo de homenagem ou agradecimento ao Santo. O “gesto”, de certa forma, alavancava os doadores a uma posição de certo prestígio social e econômico naquela comunidade rural.

A entrevistada, embalada em suas memórias, recordou saudosa daquelas festas, reportando-se a um tempo nostálgico, quase mágico segundo ela. As festas eram marcadas por encontros, alegria, fé e esperança no futuro. A felicidade do reencontro entre os moradores da região, as possibilidades do exercício da amizade, do afeto e até de alguns “namoricos” eram bastante animadoras, e por isso mesmo, ou seja, por esse conjunto de situações, a festa era aguardada com muita expectativa e ansiedade pela comunidade.

Além da citada festa, há outras bastante significativas para a comunidade, dentre as quais destaca-se a festa de Santa Clara, a padroeira da comunidade rural de Santa Clara do Monte Cristo, que ocorre no mês de agosto. Do lado boliviano, também organiza-se uma festa religiosa bastante conhecida naquela região e que movimenta os moradores do lado brasileiro e boliviano: é a festa de San Vicente de Paul, padroeiro da comunidade San Vicente de La Frontera, que, geralmente, ocorre no mês de setembro. No quesito festas em bairros e/ou comunidades rurais, Queiroz (1973, p. 134) analisa que “o bairro demonstra

---

<sup>67</sup> QUEIRÓZ, Maria Isaura P. Bairros rurais paulistas. São Paulo: ed. Duas Cidades, 1973.

sua vitalidade através da conservação de seu ritmo de reunião-dispersão periódica”. Demonstra que a conservação do sentimento de pertencimento à localidade também pode ser reforçada na reunião das festas, nas possibilidades de encontros e de retomada de laços de amizade, de fé, de participação e solidariedade, características sociológicas principais de um bairro rural (Queiroz, 1973, 134).

Estas são as características sociológicas principais de um bairro rural, que se configura então como um grupo de vizinhança de “habitat” disperso. Acompanhando estes elementos puramente sociológicos, há um traço psicológico que também é típico: “o sentimento de localidade”. Os habitantes de um bairro conhecem e pertencem a ele, sentem-se a ele ligados, pleiteiam benefícios e vantagens em seu nome, enfim, demonstram uma consciência grupal patente.

Observa-se, portanto, na concepção da estudiosa, possibilidades de sociabilidades entre os moradores de um bairro a partir da internalização da ideia de pertencimento à localidade, fortalecendo ou, materializando uma ou mais formas de sociabilidades, a partir das festas religiosas. Contudo, compartilhar e construir sociabilidades não significa negar a existência das tensões e conflitos entre os grupos sociais membros de uma comunidade.

Num outro viés, debruçada sobre o exercício de tentar compreender o significado da fronteira estudada, num contexto pautado por uma gradação pensada no intuito de decifrar relações de pertencimentos, sociabilidades e estranhamentos que possam esquadriñar com alguma propriedade a fronteira estudada, passo a analisar a entrevista de Lavínia Monteiro, fronteiriça, 60 anos, aposentada e dona de casa.

Na narrativa da entrevistada, ela demonstra que a Vila de Santa Clara do Monte Cristo (chamada também de comunidade da Ponta do Aterro, ou apenas comunidade) localiza-se no lado brasileiro da fronteira, portanto, ali, eles, os moradores, nada têm a ver com a Bolívia; a relação expressa-se numa clara divisão entre os fronteiriços brasileiros e os “outros”, os fronteiriços bolivianos, pois, na sua ótica, não há nada em comum entre o Brasil e a Bolívia.

A fronteira, nessa perspectiva, seria de fato uma linha divisória, concebida como elemento de separação, isto porque a fala expressa a fronteira como um marco divisório, talvez, para além da delimitação física, afinal, o Brasil é o Brasil e a Bolívia é a Bolívia.

Percebe-se claramente, nesse modo de pensar da entrevistada, uma forma de evidenciar a negação do outro. Essa negação não se materializa no sentido do não existir, mas, ao que parece, consiste no sentido de não se misturar, quase como se os fronteiriços bolivianos não existissem, uma vez que eles estão lá, e nós, os brasileiros, estamos aqui.

Enquanto para alguns moradores entrevistados há um reconhecimento de si também no outro, para essa narradora, os fronteiriços bolivianos, moradores da Vila de Santa Clara do Monte Cristo e adjacências, vivem ali por diversos motivos, mas sempre ressaltando a ruptura e as diferenças entre “nós e o outro”, ou seja, a relação se resume na frase: “eles moram na casa deles, têm a venda deles e nós, moramos na nossa casa”.

Ainda nessa esteira reflexiva, observa-se que Lavínia, moradora nascida naquela faixa de fronteira, se separa e não faz questão de estabelecer relações sociais ou mesmo sociabilidades com o outro, o boliviano, o estrangeiro. Mas, ao mesmo tempo, afirma que eles são “gente como nós”, ou seja, como ela e os demais fronteiriços brasileiros. Mesmo assim, afasta qualquer possibilidade do encontro, no sentido da convivência comum, refuta veementemente misturar-se.

Para essa depoente, embora haja a presença do outro não brasileiro na região, tal presença não é considerada relevante no sentido de dar importância à sua existência enquanto “o outro”. Por conseguinte, percebe-se, implicitamente, um questionamento e uma negação velada quanto “a ser visto no e pelo outro”. Ao que parece, essa trama construída de não relações ou, da negação destas, é também embalada por sentimentos que revelam algum estranhamento. São paradoxos que nos põem a pensar, de maneira mais profunda, como tais relações se concretizam na vida cotidiana, naquela pequena sociedade rural, situada na faixa de fronteira.

Na análise da entrevista, também se constatou outro elemento que pode se constituir numa ruptura, ou, numa forma de negação do outro nas relações. Trata-se da questão que envolve o desconhecimento, ou talvez, a pouca importância dada ao emprego da língua espanhola, enquanto forma de comunicação na fronteira. A entrevistada é clara ao dizer que não fala o espanhol, e nem sente tal necessidade, pois espanhol se fala na Bolívia, ela é brasileira, portanto, é como se a língua portuguesa bastasse e preenchesse todas as lacunas que decorrem das relações sociais, interpessoais e sociabilidades lá estabelecidas.

Observou-se ainda que, as relações comerciais na fronteira, que são estabelecidas entre fronteiriços brasileiros e bolivianos, decorrem da necessidade dos bolivianos virem comprar produtos nacionais. Portanto “é aceitável que venham, comprem e retornem ao seu lugar de origem”. A efemeridade da relação é breve e calcada em interesses comerciais.

No desencadeamento das falas nas entrevistas, observou-se que, embora os entrevistados tenham clareza de viverem um espaço fronteiriço binacional que abrange o Brasil e a Bolívia, em parte do seu povo, cultura e sociedade, transparece também a necessidade e a importância de reiterar que, embora aceite a sua condição de fronteiriço, a sua

nacionalidade é a brasileira, que há uma convivência com essa realidade do encontro e, de certa forma, com a mistura entre as nacionalidades e feições, mas dão a entender que isso decorre de uma circunstância e não de uma opção.

A pesquisa realizada na área delimitada, nesse entendimento, estimulou os fronteiriços selecionados a refletirem sobre os significados daquela fronteira para as suas vidas, e seus principais desdobramentos. Sobre esse contexto, pontuam-se algumas indagações: Quais seriam os motivos dos fronteiriços brasileiros não aceitarem a possibilidade de serem confundidos com bolivianos? Ou, qual a necessidade de enfatizar insistentemente a sua nacionalidade brasileira? São indagações intrigantes e que podem sugerir diversos parâmetros reflexivos.

Para esquadrihar o cenário observado na fronteira delimitada, tomamos como referência inicial de análise os estudos sociológicos de Norbert Elias e John L. Scotson (2000)<sup>68</sup>. Os estudiosos se dedicaram a analisar os efeitos do poder nas relações sociais e comportamento das pessoas, ou, em suas “atitudes sociais”. Nas entrevistas realizadas, era perceptível no entonar de vozes, nas feições e na insistência em deixar evidente a nacionalidade brasileira em relação à boliviana naquela região fronteiriça. Tais “pistas” alertaram para a existência de um “marcador de diferenças” naquele ambiente, o que revelou, implícita e subjetivamente, a naturalização de uma suposta crença popular local calcada no princípio da “superioridade” do fronteiriço brasileiro sobre o fronteiriço boliviano, que se acentua se “o outro” for declaradamente boliviano de descendência indígena, em especial, descendente de “Chiquitanos”, aos quais denominam regional e pejorativamente de “bugres”.

Partindo da premissa contida nas narrativas e expressões dos entrevistados fronteiriços e, no intuito de compreensão daquele cenário, envidamos esforços reflexivos e analíticos dialogando com Elias & Scotson (2000, p. 20-21), para o qual a sociedade é representada como um tecido, como uma teia de interdependência que interliga os indivíduos construindo configurações de muitos tipos tais como família, grupos, bairros etc. As configurações, como afirmam os estudiosos, não são buscadas na estrutura de personalidade dos indivíduos, mas “ao se considerar a figuração formada pelos dois (ou mais) grupos implicados ou, em outras palavras, a natureza de sua interdependência.” (p. 23) As ações dirigidas a uma dada direção farão com que o tecido por inteiro se reorganize. A reorganização, segundo ele, é elaborada de maneira consciente pelos sujeitos orientados por essas representações que tomam formas abstratas e simbólicas.

---

<sup>68</sup> ELIAS, N. & SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

Os comportamentos, as expressões e as falas dos fronteiriços entrevistados no lado brasileiro, evidenciaram uma suposta “superioridade” deles, ou, do eu brasileiro sobre o boliviano, ou, o outro, o que, neste entendimento, emoldura as relações de poder locais. Elias & Scotson (2000, p. 26) produzem uma descrição analítica das relações de poder e dos seus efeitos sobre a sociedade, em *Os estabelecidos e os outsiders*, cujo cenário de pesquisa se passa numa cidade do interior da Inglaterra, próxima à Comunidade de Lei cester, nos anos finais da década de 1950 e início de 1960. Reporta a sua metodologia de pesquisa e análise na teoria que denominou de “sociologia histórica”.

A área suburbana de uma grande e próspera cidade industrial da Inglaterra, na primeira metade do século XX, identificada por Elias & Scotson como “Winston Parva”, era composta de três bairros distintos: dois bairros operários, que, em termos de renda e ocupação, não eram distintos, e um bairro residencial de classe média. Os autores assim justificam o estudo (2000, p. 15):

A pesquisa começou, como muitas outras, porque moradores do lugar nos chamaram a atenção para o fato de que um desses bairros tinha um índice de delinquência sistematicamente mais elevado que o dos outros. No plano local, esse bairro específico era tido como uma zona de delinquência de baixo nível. Ao começarmos a investigar os fatos e buscar explicações, nosso interesse deslocou-se dos diferenciais de delinquência para as diferenças de caráter desses bairros e para as relações entre eles. No decorrer de uma exploração bastante minuciosa do microcosmo de Winston Parva, com seus três bairros distintos, passamos a conhecer bastante bem a localidade e alguns de seus membros. O fascínio exercido em nós por seus problemas foi aumentando sistematicamente - sobretudo à medida que percebemos, pouco a pouco, que alguns deles tinham um caráter paradigmático: lançavam luz sobre problemas comumente encontrados, em escala muito maior, na sociedade como um todo.

Neste entendimento, o que torna plausível a utilização da teoria de Elias para analisar as percepções que uns têm dos outros observados na fronteira estudada consiste na ideia de que, resguardadas as diferenças no quesito tempo-espço, foi no campo das percepções que um grupo tem do outro que o citado pesquisador analisou as relações de interdependência em Winston Parva. Nesse aspecto, para aqueles moradores do interior da cidade inglesa, a comunidade estava fragmentada entre o fazer parte ou não do *status quo* local. Os inseridos ou estabelecidos se colocavam numa posição social superior àqueles de esfera social menos significativa, inseridos em “famílias outsiders”, que haviam se estabelecido havia menos tempo do que os dois outros grupos.

Em alinhamento com o objeto de estudo de Elias & Scotson (2000), guardadas as devidas diferenças e limitações de campo, tempo e espaço, nas leituras realizadas e na

disseminação propagada pelos meios de comunicação em geral, a fronteira Brasil-Bolívia como um todo também é reconhecida como lócus do ilícito, é estigmatizada e marginalizada por um processo histórico antigo que vem se materializando e de certa forma, ganhando corpo e maior proporção ao longo do tempo. Essas “figurações” são reforçadas por uma “suposta relação” ou associação dos fronteiriços “bolivianos” com a criminalidade, especialmente, com o narcotráfico, a aquisição de veículos furtados no Brasil, e sobretudo, pelas raízes étnicas a partir de sua descendência de povos e antigas sociedades indígenas como a sociedade Chiquitana.

Empregando o enfoque e a teoria de Elias & Scotson (2000), enquanto instrumento de análise na pesquisa realizada na fronteira BRA-BO, observou-se também uma relevante contradição na distinção social, porque ao mesmo tempo em que tudo é “paz e boa convivência na fronteira”, segundo as narrativas essa suposta “ordem e equilíbrio social harmônico” é transgredida por aquele que “não sou eu, o brasileiro”, mas pelo “outro, que não sou eu, o boliviano”. Essas afirmações não são ditas de forma clara nas narrativas, mas se percebe a necessidade de esclarecer e reafirmar a nacionalidade brasileira naquele contexto fronteiriço. Nesse sentido, do que não se diz literalmente, de certa maneira, floresce e se fortalece o sentimento de superioridade de alguns grupos de fronteiriços brasileiros em relação aos bolivianos.

É importante destacar que, embora tais grupos de moradores fronteiriços, intencionalmente ou não, tragam nas suas falas e nos seus silêncios a imagem predominante naquela fronteira do “fronteiriço boliviano transgressor”, por outro lado, observou-se, especial e igualmente, nas narrativas dos depoentes mais idosos, a atribuição da ideia do ilícito e da transgressão também aos “brasileiros forasteiros”, que não habitam o vilarejo, mas sempre vêm de fora, fazem os seus “negócios”, voltam para os seus locais de origem e retornam ocasionalmente para cometer outras “transgressões”. As narrativas e os gestos reafirmam uma tendência daquela comunidade em demonstrar que a prática da transgressão e suas representações calcadas em práticas e ações violentas, por exemplo, são algo externo ao seu lugar de vivência cotidiana.

Sobre a função do não dito, em seu artigo intitulado “Memória, esquecimento, silêncio”, afirma Pollak (1989, p.6):

A fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, separa, em nossos exemplos, uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma

sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor. Distinguir entre conjunturas favoráveis ou desfavoráveis às memórias marginalizadas é de saída reconhecer a que ponto o presente colore o passado. Conforme as circunstâncias, ocorre a emergência de certas lembranças, a ênfase é dada a um ou outro aspecto.

Neste entendimento, para o fronteiriço brasileiro cultivar esse suposto sentido de superioridade pode consistir num estranhamento proposital e não declarado no sentido de fragmentar as relações sociais entre os povos fronteiriços e seus princípios de nacionalidade, como uma vertente para impor a soberania. No decorrer do estudo, sobre esta temática, o que não se declarou nas falas, impôs-se nos silêncios.

.\*\*\*

Pelas narrativas não se percebe tendência única na percepção do “outro” que poderia estar associada ao momento histórico marcado pelas discussões da fronteira física. Não há também nenhuma referência espontânea a decisões políticas de construção de fronteiras físicas. Deve-se observar que não houve nenhuma sugestão nas entrevistas a respeito dessas decisões.

### **3.2.3 – Nativos não indígenas entrevistados: faixa etária superior a 67 anos**

Para o terceiro grupo, formado por entrevistados com idade superior a 67 anos, a fronteira estudada e os significados trazidos sobre ela pela memória apontam para a existência de relações que se estabelecem entre o “eu, brasileiro” e o “outro, boliviano”, por vezes pautadas nas sociabilidades e/ou por ambiguidades. Observou-se nessas narrativas a presença de um marcador de diferenças relacionada à questão do que pode ou não representar o “perigo” naquele lugar. Inquirida sobre o que é, e qual o significado daquela fronteira para a entrevistada, obteve-se a seguinte resposta:

Joana Cortez, 70 anos, aposentada, sitiante e ex-trabalhadora rural  
Sou nascida e criada aqui por minha mãe, meu pai era de São Paulo, professor de militares nos destacamentos daqui da fronteira. Deixou essa filha aqui e foi embora. Para mim e minha família, a fronteira aqui é uma maravilha. Não posso dizer que é igual para os outros, mas para nós este é um lugar muito bom. Sabemos de umas coisas que acontecem aqui pela tv e pelos comentários na vila, principalmente sobre o perigo do tráfico de drogas. Mas na verdade, nós nunca vimos. Até porque essas coisas eles trazem e fazem lá na rodovia (refere-se aos bolivianos e brasileiros traficantes, forasteiros que comercializam drogas na rodovia). Nós ficamos de lado, no nosso sítio, não mexemos com isso e nem falamos sobre isso, somos cuidadosos. Isso atrapalha as pessoas que moram na rodovia. Porque nós trabalhamos na roça, no nosso pedaço de terra aqui,

plantamos e cuidamos da nossa criação (refere-se ao cultivo de milho, mandioca, frutas regionais e criação de galinhas, vacas e porcos).

Na concepção de Joana, a vida naquela região da fronteira “é uma maravilha”, aparentemente tranquila, pacífica e harmoniosa, especialmente, com relação à vida em família e aos trabalhos cotidianos desenvolvidos no sítio onde moram. Porém, apesar de expressar esse sentimento, percebe-se na entrevista que aquela territorialidade é tratada pela narradora com uma certa ambiguidade, uma contradição, um conflito até então velado, que se evidencia, pois, ela reconhece que naquele lugar, apesar dos pontos positivos destacados, existe uma outra face, aquela que simboliza o perigo e o ilícito, especialmente no que tange ao narcotráfico e à comercialização e/ou negociação de drogas e objetos roubados, tais como: carros, motocicletas e armas.

Para a entrevistada, as ilicitudes ocorrem em um território demarcado naquela sociedade de fronteira, que é a rodovia MT-473. Esta seria, de acordo com os seus conhecimentos sobre a região estudada, o ponto de referência e de encontro para as transações ilegais ou, poderíamos dizer, constitui-se, segundo as reportagens e a memória da entrevistada, o “locus” da prática da transgressão. O vilarejo de Santa Clara do Monte Cristo é cortado pela citada rodovia.

Para a “colônia de entrevistados” dessa faixa etária, acima de 67 anos, a transgressão e o perigo nascem de fora, especialmente daqueles que trazem drogas da Bolívia, incluindo nesse contexto os bolivianos que as trazem, os brasileiros que entram no território boliviano para comprá-las e também os forasteiros de ambas as nacionalidades que praticam o narcotráfico e o comércio de objetos roubados naquele lugar. Segundo Joana, a comunidade local tem conhecimento e se protege desse envolvimento, mas, ao mesmo tempo, não descarta o perigo e o “manto ameaçador” que são inseridos naquela sociedade pelos narcotraficantes.

No sentido do “marcador de diferenças” entre brasileiros e bolivianos, no que tange à transgressão e à violência, o entrevistado Emiliano Guerra, 76 anos, aposentado e ex-trabalhador rural afirma que:

É o pessoal de fora (bolivianos) que vem e ficam com aquelas pessoas daqui (narcotraficantes brasileiros fronteirços e forasteiros), são eles que fazem isso, trazem drogas e outras coisas (carros, motocicletas e armas). Não gostamos de “deitar” (misturar) no meio desse povo. Eles querem mais é a gente bem longe.

O entrevistado remete à origem da transgressão ao “outro”, primeiramente, o “outro boliviano” e, em segundo lugar, ao “outro brasileiro”, uns poucos que vivem naquela região e uma maioria que não vive na fronteira estudada, chamados de forasteiros. Discorre que são esses grupos de pessoas que negociam o ilícito, comandam e fortalecem ali a existência de um território comercial concreto para a transgressão. Portanto, nesse quesito, esses moradores contestam a generalização da ideia de que aquela fronteira seja em si um espaço violento ou de práticas ilícitas. Têm consciência também da “má fama” que essas práticas trazem para os seus lugares de vivências e de memórias.

Outro aspecto trazido pelos entrevistados dessa faixa etária refere-se à questão da exploração do trabalho e acesso à terra que, de acordo com as suas narrativas, também constituíram-se num elemento provocador de conflitos e estranhamentos na área de estudo. Isso decorreu com maior intensidade no passado, cerca de aproximadamente 30 anos e, atualmente, ocorre com menor intensidade, pois o Estado brasileiro, por intermédio do INCRA, promoveu a acomodação de alguns trabalhadores rurais em assentamentos localizados naquelas imediações.

Ainda, segundo as informações obtidas nas entrevistas com o grupo de entrevistados dessa faixa etária maior de 67 anos, atualmente, o conflito pela posse, propriedade e uso da terra centra-se entre os grandes fazendeiros e as comunidades indígenas daquela região, mais especificamente, entre fazendeiros que detêm a posse e o uso das terras e a população remanescente da Nação indígena de origem “Chiquitano”, temática que será discutida posteriormente nesta seção do relato de pesquisa.

Retomando a questão do conflito pela posse e propriedade da terra nessa fronteira, é importante frisar que, de acordo com a legislação brasileira, disposta na cartilha nacional para o desenvolvimento das regiões de fronteira, assim se define a faixa de fronteira:

é considerada faixa de fronteira a faixa interna de 150 km de largura, paralela à linha divisória terrestre do território nacional, cuja ocupação e utilização sofrem restrições legais. Tal região tem por objetivo a defesa do território nacional incluindo questões ambientais e inerentes à própria população existentes nesta zona. Foram estabelecidos três grandes arcos como áreas de planejamento das faixas de fronteira através do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF) utilizando como critérios para tal, as diferenças na base produtiva e na identidade cultural, sendo estes arcos norte, sul e central.<sup>69</sup>

---

<sup>69</sup> BRASIL, Ministério da Integração Nacional. **Faixa de Fronteira – Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira – PDFF**. Secretaria de Programas Regionais, Brasília: 2009. pag. 11

Ainda sobre a caracterização das faixas de fronteiras consoante com a Constituição Federal Brasileira, a Cartilha do Ministério da Integração Nacional (2009, p.11) assevera que:

A região da Faixa de Fronteira caracteriza-se geograficamente por ser uma faixa de até 150 km de largura ao longo de 15.719 km da fronteira terrestre brasileira, que abrange 588 municípios de 11 Unidades da Federação: Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraná, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima e Santa Catarina. Essa área corresponde a 27% do território brasileiro e reúne uma população estimada em dez milhões de habitantes. O Brasil faz fronteira com dez países da América do Sul e busca a ocupação e a utilização da Faixa de Fronteira de forma compatível com sua importância territorial estratégica.<sup>70</sup>

Muito haveria por se discutir acerca da ocupação das terras localizadas dentro das faixas de fronteiras brasileiras, pois, apesar da existência de uma Carta Magna e outras orientações advindas de legislação específica, por uma série de possíveis motivos decorrentes do modelo socioeconômico e político, observa-se uma distância expressiva entre “teoria e prática”.

Sabe-se que, na fronteira delimitada para a realização desse estudo, a maioria das terras é ocupada por grandes fazendas de criação de gado. Essas terras em grande dimensão ainda não estão efetivamente escrituradas em nome de seus ocupantes. Isso decorre não apenas devido ao fato dessas terras pertencerem à União, mas fundamentalmente, porque a regulamentação legal por parte da União requer o cumprimento de uma série de exigências burocráticas, articuladas ao plano de desenvolvimento regional, o que torna esse processo de regularização e escrituração inatingível para muitos fazendeiros/ocupantes. No universo complexo da legislação específica e, mediante a necessidade de cumprimento de vários critérios e regulamentos, é comum que os ocupantes se estabeleçam nas terras e façam o uso deste recurso por meio do exercício da posse<sup>71</sup>.

Na área de estudo, as ocupações foram mais intensas nas décadas de 1960, 1970 e 1980, no auge do processo de ocupação da Amazônia e dos movimentos migratórios rumo ao interior do país. Nesse sentido, voltando ao “lugar de memória” da pesquisa, pode-se demonstrar um exemplo desse processo de posse, propriedade e ocupação das terras a partir da experiência vivenciada por um dos entrevistados, que é um dos poucos sitiantes que possui escrituração de suas terras naquela região.

---

<sup>70</sup> Id. Op. Cit. pag. 12-13.

<sup>71</sup> BRASIL, **Lei Federal 13.178/2015, de 22 de outubro de 2015**. Dispõe sobre a ratificação dos registros imobiliários decorrentes de alienações e concessões de terras públicas situadas nas faixas de fronteira; e revoga o Decreto-Lei nº1.414, de 18 de agosto de 1975, e a Lei nº 9.871, de 23 de novembro de 1999.

Trata-se de um trecho da entrevista de Emiliano Guerra, 76 anos, aposentado e ex-trabalhador rural que, uma vez interpelado sobre como teve acesso e posse de sua propriedade, e ainda, se houve conflito ou se tratava de política de assentamento, fez o seguinte relato:

Meu Deus do céu! Foi muito difícil para nós conseguirmos esse pedaço de terra aqui. Porque tinha o fazendeiro, e eram muitos. Aqui na fronteira são várias fazendas, a gente já morava aqui, mas como ele tinha muito mais poder, foi na Vila Bela (sede do município) e arrendou essa terra de 2 mil hectares. Morávamos perto, mas ele requereu tudo para ele, ficamos dentro das terras, teve briga. Para ficarmos na terra tínhamos que pagar com trabalho na roça, era milho, arroz, feijão, tínhamos que dar a metade de tudo que a gente produzia para ele. Era como um imposto, porque estávamos nas terras dele, mas ele não pagou nada pelas terras, chegou, entrou e requereu para ele. Até que enjoamos de estar nessa vida. Teve uma pessoa que nos ensinou que não precisávamos pagar, tínhamos direito a um pedaço de terra, porque nascemos e vivemos sempre aqui. Fomos na Vila Bela, requeremos no INCRA e pagamos as taxas, logo vieram, mediram, fizeram o título de posse e depois ficamos tranquilos, a nossa terra tem 30 hectares.

A luta pela posse da terra, nesse entendimento, também se traduz num “marcador de diferenças”, visto que os diferentes interesses individuais, inclusive pela posse e propriedade da terra-território, podem ser retratados no campo das sociabilidades, no estranhamento, que podem resultar na briga ou no conflito. Possivelmente, tais relações caibam no limite que separa essa figura do “eu, o fronteiro brasileiro nascido no local” do “eu, o forasteiro, o migrante brasileiro” no contexto da área de fronteira estudada.

Para Lucena (2010, p.37), “a fronteira estimula a pensar em trânsitos que diferem em situações ou épocas, as novas dimensões que a fronteira vai adquirindo levam a população a pensá-la e construir suas representações em diferentes dimensões”<sup>72</sup>. Partindo desse raciocínio, pode-se refletir que é compreensível que os “encontros dos diferentes” na região de pesquisa sejam embalados por sentimentos diversos, mas, nem sempre, por sentimentos amistosos ou de acolhimento. Percebeu-se na narrativa de Emiliano Guerra o tom de estranhamento, medo, insegurança e desconfiança. Com a expressão “os diferentes”, referiu-se ao encontro dos moradores nativos com os novos moradores, os migrantes que chegaram mais recentemente, considerados forasteiros.

Quanto ao requerimento da posse das terras por parte do fazendeiro-forasteiro, percebeu-se, nas palavras do Sr. Emiliano Guerra (76 anos), uma certa dose de melancolia e ressentimento, que foi corroborada pela família e observada nos gestos e expressões, quando

---

<sup>72</sup> LUCENA, Célia R. de T. **Sentimentos e ressentimentos entre populações fronteiriças**. Cadernos do CERU/USP – Centro de Estudos Rurais e Urbanos, v.21, n. 2, dez/2010.

o assunto veio à tona durante a entrevista. A narrativa apresenta, além da questão da posse das terras, a exploração do trabalho, por meio da adesão forçada a um “acordo leonino” e unilateral de sociedade imposta pelo fazendeiro.

Sobre o acordo proposto pelo fazendeiro pautava-se, segundo o entrevistado, na divisão da produção total do sítio de sua família, em duas partes: a metade para cada uma das partes, cedendo 50% dos bens produzidos ao fazendeiro. No universo da produção rural, trata-se de um modelo pré-capitalista de produção, denominado de parceria, meeiro na produção. Em contrapartida, na sociedade “unilateral”, o fazendeiro concedia apenas autorização para a utilização de parte das terras por ele requerida. Cabe ressaltar que, naquelas terras, a família do citado trabalhador já havia constituído o seu lar, lugar onde nasceram os seus filhos, onde já se havia estruturado a vida e construído o sentimento de pertença com a terra, o lugar da vida, ou, o lugar da produção. Nessa análise, o modelo de produção desagradava o produtor sitiante; percebe-se um certo estranhamento que originou do sentimento de exploração do trabalho e de injustiça com tal acordo.

A expectativa de ascensão social e econômica, associada aos interesses do Estado brasileiro, sobretudo, a partir da segunda década do século XX, motivou grandes levas de migrantes ao rumo oeste e à Amazônia brasileira. As condições encontradas e as relações conflituosas com povos indígenas e outros habitantes da região são relatadas por muitos estudiosos. Constata-se que, embora haja pontos significativos no campo cultural e seus intercâmbios, nas relações que envolviam a posse da terra, o trabalho e a produção, os princípios estabelecidos não previram uma relação calcada na equidade e na justiça social.

Com relação aos conflitos, definição de limites na terra e modos de produção impostos na fronteira, em especial a amazônica, Martins (2014, p. 149) afirma:

Quem conhece a faixa de fronteira sabe perfeitamente que nela, de fato, as “faixas” se mesclam, se interpenetram, pondo em contato conflitivo populações cujos antagonismos incluem o desencontro dos tempos históricos em que vivem. A recente expansão da fronteira mostrou isso de maneira muito clara. Práticas de violência nas relações de trabalho, como a escravidão por dívida, próprias da história da frente de expansão, são adotadas sem dificuldade por modernas empresas da frente pioneira. Pobres povoados camponeses da frente de expansão permanecem ao lado de fazendas de grandes grupos econômicos, equipadas como o que de mais moderno existe em termos de tecnologia.<sup>73</sup>

---

<sup>73</sup> Cf. MARTINS, J. de Souza. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano**. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2014. p. 149

Nesse sentido, o autor reflete sobre as formas de produção nas faixas de fronteira como um instrumento auxiliar na descrição e compreensão dos fatos e acontecimentos, refere-se às décadas de 1960 e 1970, sobre o desenvolvimento do capitalismo no campo e a natureza histórica das mudanças ocorridas, especialmente, a partir das transformações nas relações de produção capitalista, o que, para muitos estudiosos traduzir-se-ia também em modelos pré-capitalistas e, para outros, até feudal.

Conforme a narrativa do depoente Emiliano Guerra sobre a sua contenda com o fazendeiro na área de estudo, ou seja, naquele trecho da fronteira BRA-BO, percebe-se que as relações sociais e as sociabilidades ganham campos diversificados. É possível concluir nessa análise que, de maneira significativa, encontros entre o “Eu e o Outro” se descortinam com maior intensidade no campo dos conflitos e do dissenso, caracterizando dessa forma, um modo de viver e de ser naquele cenário, por vezes, bastante contraditórios.

.\*\*\*

Nas lembranças apresentadas dos três entrevistados, sobressai o reconhecimento da existência de tensões mais recentes na fronteira, mas que são trazidas por forasteiros atraídos ou pelo tráfico ou pela posse das terras. Os três apreciaram esses momentos de passagem mas preservam a imagem acolhedora do “seu pedaço de terra”. Para os que compartilham do mesmo sentimento vale a noção de fronteira que “movimenta a reflexão sobre o contato e a integração”. Para os forasteiros que ou traficam ou vêm atraídos pela posse da terra vale a noção de limite, pelo estímulo que é feito à ideia de distância e separação (Hissa, 2006, p. 35).

Não aparecem referências ao acordo de Roboré, nem mesmo indiretamente. No cotidiano, à integração se opõem a ilicitude e a “usurpação” das terras, e não o desejo político de marcar fronteiras físicas.

### **3.3 - A fronteira na perspectiva dos migrantes fronteiriços: os estabelecidos e retornados**

Quando é verdadeira, quando nasce da necessidade de dizer, a voz humana não encontra quem a detenha. Se lhe negam a boca, ela fala pelas mãos, ou pelos olhos, ou pelos poros, ou por onde for. Porque todos, todos, temos algo a dizer aos outros, alguma coisa, alguma palavra que merece ser celebrada ou perdoada<sup>74</sup>

Eduardo Galeano, 1991, p. 36

---

<sup>74</sup> GALEANO, Eduardo. **O livro dos abraços**. Trad. Eric Nepomuceno. 9 edição. Porto Alegre: L & PM, 2002, 270 p.

### 3.3.1 – A fronteira na perspectiva dos migrantes estabelecidos

Nesse item, por meio das entrevistas realizadas, pretendeu-se investigar na memória dos entrevistados quais foram as políticas públicas e os processos migratórios dirigidos à fronteira oeste do país que os levaram até aquela região fronteira. Intenta-se averiguar junto aos migrantes moradores da área de estudo e dos migrantes estabelecidos na região e selecionados para a pesquisa, quais foram os motivos, formas e intencionalidades que culminaram com o seu estabelecimento naquela região pesquisada. Busca-se, ainda, analisar a relação desses com os demais grupos moradores da área, especialmente, no que tange às sociabilidades na vivência cotidiana, conflitos e/ou contradições.

Para construir o diálogo com o grupo mencionado, a primeira entrevista selecionada da “colônia” formada foi com o Sr. Oswaldo Aluizio, 67 anos, fazendeiro. É importante esclarecer que no contexto de todas as entrevistas realizadas para atingir os objetivos propostos neste estudo, considera-se que esta foi a entrevista mais tensa e difícil. A priori, pode-se destacar a desconfiança de que haveria “algum interesse” implícito nas perguntas que, de certa forma, pretendesse valorizar o grupo de “chiquitanos” que vivem naquela região, postulando a defesa de algum possível direito, em especial, sobre as terras. Isso não decorreu de forma aberta nas narrativas, mas era insistentemente posto nas entrelinhas e nas pausas das frases e palavras.

Perguntado sobre o significado daquela fronteira e também sobre as sociabilidades construídas naquela comunidade, ele respondeu:

Esta fronteira Brasil-Bolívia significa muito para nós, para mim e minha família. Chegamos por volta da década de 60, formamos fazenda e ajudamos muito esse pessoal que já era daqui, dando trabalho e comida. Eles viviam por aí, andando de um lado para o outro, sem comida, sem nada. Hoje, uns querem dizer que são descendentes de índios “chiquitanos” e por isso têm direito á terra, a nossa terra, e eu sempre digo, não sou contra eles, mas se querem a terra, que paguem por ela, no valor que ela tem. A gente já trabalhou muito aqui. Tudo foi construído com muito trabalho a duras penas, então, se o governo federal quer a terra ou se eles querem a terra, paguem bem por ela e a terão. Não tenho nada contra eles, nem os fronteirões daqui e nem os do lado boliviano. Já fui para lá, quis conhecer tudo, o que a gente vê é muita pobreza, e podemos ajudar oferecendo trabalho. Sobre a terra, já doamos uma parte de nossas terras a Igreja católica que organizou com o governo a construção de 50 cinquenta casas populares lá na vila, para eles morarem melhor, sem custo nenhum. A gente sabe também que a FUNAI e essa ideologia do governo que aí está (2º mandato da ex Presidente Dilma Roussef - PT) tem outros interesses nestas terras. Dizem que é para formar uma reserva indígena, mas nós sabemos que isso pode ser só de fachada. Tem por aí a chamada máfia verde, se disfarçam de agentes do governo para

preservação da cultura, tradições e natureza, mas tem muita coisa indigna por trás disso [...]eles mesmos, os fronteiriços que a FUNAI disse ser remanescentes de chiquitanos já fizeram reunião aqui e em Porto Espiridião, são contrários à demarcação dessa reserva. Eles não querem viver como índios, já tem outra forma de vida, muitos tem posse do seu sitiozinho, foram beneficiados com projetos de assentamento como aconteceu na Gleba Triunfo, eles não querem perder isso também.

Para o entrevistado, a posse sobre suas terras na fronteira significa uma conquista que foi realizada, segundo ele, por meio do trabalho, mas não entrou em detalhes sobre a forma e condições de acesso a ela. Faz parte de um grupo de migrantes que chegaram na região na década de 1960, oriundos de outra região de Mato Grosso. Trata-se, nesta visão, de um tipo migratório diferenciado, visto que a família do mesmo não foi habitar a área ocupada pela fazenda. Habita outros locais de Mato Grosso e, periodicamente, visita a propriedade, que é gerenciada por trabalhadores locais, especialmente vaqueiros, que cuidam do gado - atividade principal desenvolvida naquela fazenda.

Quanto às sociabilidades estabelecidas com os moradores locais, colocou a si e sua família na posição de gerador de emprego e renda e, de certa forma, segundo ele, baliza suas ações perante aquela comunidade nos princípios do exercício da “caridade” e da “bondade”, caracterizando-se, de certa forma como um “homem bom”<sup>75</sup> frente à situação de pobreza local que o entrevistado descreve.

Na sua concepção, a FUNAI e algumas Organizações Não Governamentais tentam agir de má fé com os povos locais, fazendo-os acreditar que têm direitos sobre a terra, visto que grande parte daquela comunidade fronteiriça descende de remanescentes de povos indígenas chiquitanos e de outros povos habitantes do extremo oriente boliviano.

Muitos fazendeiros locais propagam a versão de que a descoberta de povos remanescentes de indígenas chiquitanos naquela região tratou-se de uma “fraude”: o relatório teria sido forjado por antropólogos da FUNAI e da UFMT, órgãos que identificaram e relataram a presença desses povos naquela área. Ocupando-se, ainda, de contratar profissionais para realizar estudos de contraprova.

---

<sup>75</sup> De acordo com a Wikipédia, “homem bom” é uma expressão que designava, a partir da Idade Média, em Portugal e no Brasil colonial, membros da comunidade aldeã e das vilas que tinham certa relevância social, quer por possuírem propriedades ou outros bens, quer por exercerem ofícios não manuais. Ser homem bom significava participar das listas de eleitores, que escolhiam os membros das câmaras municipais, podendo votar ou ser votado. No Brasil-colônia, um homem bom era comumente o proprietário da terra cristão-velho. Desta categoria excluía-se os escravos e os trabalhadores manuais. Cf. [https://pt.wikipedia.org/wiki/Homem\\_bom](https://pt.wikipedia.org/wiki/Homem_bom)(acesso em 10/04/2017)

Tal fato desencadeou uma série de conflitos e estranhamentos na comunidade, especialmente entre os anos de 2006-2013, envolvendo fazendeiros e remanescentes de indígenas chiquitanos e também a comunidade fronteiriça como um todo. Atualmente, observa-se que, apesar da existência do conflito, as tensões explícitas estão amenizadas, mas ainda se percebe uma espécie de “silenciamento” sobre o assunto nas rodas de conversas. Nas entrevistas realizadas, poucos entrevistados se dispuseram a relatar sobre essa questão.

Com relação aos embates apresentados, envolvendo interesses divergentes entre as populações indígenas e fazendeiros na área de estudo, Silva (2008, p. 126 ) explica que:

Esse conflito é alimentado pela divergência dos interesses dos grupos indígenas em relação à terra, uma relação totalmente diferente da dos proprietários rurais e fazendeiros. No caso específico dos Chiquitanos, há poderosos interesses por parte da elite rural mato-grossense dedicada ao plantio de soja e às empresas agropecuárias.

Para Silva (2008, p. 134), o conflito desencadeado naquela região de fronteira também foi influenciado pelo forjamento de jogos identitários dos chiquitanos e dos não índios – os fazendeiros. Afirma que houve negociações em torno da formulação de identidades desde o início da década passada. Observa ainda que [...]“percebe-se claramente que uns e outros fizeram deslocamentos em seus discursos dependendo da conjuntura política e do que esteve em jogo nos momentos de confronto, sobretudo de interesses”.

Sobre os deslocamentos e os interesses contidos nos embates entre índios e fazendeiros, a pesquisadora explicita que:

[...] evidenciaram um notável jogo organizado por políticos e regionais (em Mato Grosso) que se colocam contra a regularização das terras já comprovadamente de direito dos Chiquitanos. A manipulação, por parte dos não índios, da atribuição externa da identidade dos Chiquitanos, chegou a um clímax quando passou-se a fazer uma campanha, veiculada pela mídia, buscando convencer a população de Mato Grosso de que os Chiquitanos não são índios, mas sim imigrantes bolivianos, estrangeiros portanto.

Na narrativa, o entrevistado também coloca em dúvida a existência de um grupo social remanescente de indígenas. Justifica afirmando que, na sua concepção, a FUNAI forjou tal informação, e que foi contrariada pelos moradores daquela fronteira, pois para ele, a população identificada pela FUNAI não deseja viver na condição de indígena, pois não se autoidentifica como tal.

Percebe-se, nesse contexto, que no “jogo de identidades” ou no “deslocamento” dessa população, sobretudo devido ao conflito pautado, a princípio, em questões étnicas, que se desdobraram para questões de expansão das atividades econômicas, conforme mencionado

por Silva, houve de fato na região um processo de manipulação, distorções e correlatos por parte de políticos e fazendeiros, com base em interesses econômicos e de exploração da terra para ampliação da agropecuária – criação de gado e também, com intuito de, em pouco tempo, possibilitar a implementação do agronegócio da soja na localidade.

Os remanescentes de indígenas “chiquitanos” que se agruparam em várias comunidades nas extensões da fronteira Brasil-Bolívia, no estado de Mato Grosso, desenvolvem atividades rurais, nas fazendas como empregados e cultivam, em suas terras, gêneros de primeira necessidade para subsistência familiar. De acordo com informações obtidas na própria comunidade, no ápice do conflito, no auge do estranhamento por conta dos interesses divergentes (2006-2013), a negação da identidade étnica tornou-se uma forma de autoproteção, manutenção do emprego e da sobrevivência.

Indagado sobre as sociabilidades construídas naquela sociedade, o entrevistado afirmou:

A gente procura viver em paz com eles. Tem alguns problemas porque o lugar também é passagem de coisas proibidas que são trazidas da Bolívia. Infelizmente tem o narcotráfico, mas a gente não se envolve com isso. Somos respeitados na comunidade, geramos trabalho e renda, lutamos politicamente para melhorar as condições de vida aqui na região, temos o menor IDH, considerando as demais faixas de fronteira do Brasil. Fazemos doações para as festas da Igreja e da Escola, sempre estamos auxiliando a comunidade.

Perguntado sobre a relação da família com os movimentos migratórios ou políticas públicas, respondeu:

Não moramos aqui. Nesta comunidade apenas funciona a nossa propriedade, a fazenda onde criamos o gado, somos produtores rurais. Mas trabalhamos em outras coisas. Somos de Mato Grosso mesmo, apenas estabelecemos a fazenda aqui na fronteira. Não fizemos parte de um movimento migratório de ocupação, mas sabemos que isso ocorreu aqui. Na década de 60 o governo ofereceu terras para pessoas de outras regiões do país, para virem povoar e trabalhar aqui, vieram muitos, de vários estados do Brasil e também bolivianos. Os que foram chegando demarcavam e ocupavam as terras, muitas já totalmente regularizadas. Algumas famílias desses migrantes se estabeleceram e ficaram; outras foram embora.

A partir das narrativas do entrevistado, observa-se que entre os migrantes estabelecidos e os moradores nativos – indígenas ou não, (se considerarmos para isso, a autoidentificação como descendente indígena, uma vez que grande parte da comunidade nega essa identidade étnica), surgem importantes “marcadores de diferenças” entre o “eu, brasileiro

migrante estabelecido na área de estudo” e o “outro – fronteiriço nativo, que se autoidentifica ou não como indígena”.

Quanto ao sentimento de pertencimento, Max Weber (2000, 85) afirmou:

Não são aspectos somáticos, físicos, cor de pele ou cabelo que conferem o pertencimento, mas é a construção, o processo social que leva à existência de uma comunidade cultural ou étnica. As relações interétnicas também são definidoras das etnicidades e, enfatize-se, através das relações entre grupos e povos diferentes é possível eleger um conjunto de elementos definidores da etnicidade, ou sinais diacríticos, e da identidade. Nada há de natural nesse processo<sup>76</sup>.

O segundo entrevistado do grupo é o Senhor Rubens Paiva, 56 anos, fiscal sanitário de fronteira, funcionário público estadual. Perguntado sobre os significados da fronteira para a sua vida e de que forma desempenha o seu trabalho naquela comunidade, o entrevistado respondeu:

Eu trabalho aqui já faz mais de 25 anos. Fico aqui no posto de fiscalização sanitária, nessa fronteira do Brasil com a Bolívia, nessa região da Ponta do Aterro, na direção de San Vicente de La Frontera, na Bolívia. Então, na região total da fronteira de Mato Grosso com a Bolívia, existem sete postos de fiscalização e o nosso papel nesse trabalho é inibir e proibir a entrada de qualquer produto animal ou vegetal que venha da Bolívia, como por exemplo: sementes, queijo, mel, farinha, qualquer coisa que venha de lá é proibido entrar no Brasil. Contamos com o apoio da polícia militar do estado para coibir isso. Deixamos passar quando sabemos que o produto é procedente de sítios da fronteira que estão na divisa com a Bolívia. Anotamos a origem e o destino dos produtos e fazemos toda a fiscalização. Os produtos apreendidos são destruídos. Já quanto à passagem dos produtos do Brasil para a Bolívia ser liberada, vai muita coisa daqui para lá.

Indagado sobre a vida cotidiana e as sociabilidades naquela fronteira, respondeu:

Eu tenho pouco contato com o pessoal da comunidade. Moro na cidade, mas venho fazer o meu trabalho. Acho a fronteira um lugar como outro qualquer, mas tem os problemas com o narcotráfico. O que dificulta é que a maioria dos moradores desta região tem a dupla cidadania. Tem muitos bolivianos que moram no lado brasileiro e eles ficam nesse “vai e vem”, tem livre acesso lá e aqui também. Sabendo que a área é de difícil acesso, sempre tem pessoas que se aproveitam dessa situação para colocar outras no narcotráfico, para servirem de mulas. O lugar em si não é violento, mas quando tem roubos de carro a gente consegue pouca informação. Algumas pessoas que moram nesta fronteira trabalham como “olheiras” e “mulas” e, por isso, nunca vão informar sobre uma situação que eles são coniventes.

---

<sup>76</sup> WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: UNB, 2000.

No desempenho da sua função profissional, Rubens destaca que a proibição da travessia de gêneros alimentícios e afins na citada fronteira decorre numa via de mão única, ou seja, da Bolívia para o Brasil. No sentido contrário, o comércio desses gêneros do Brasil para a Bolívia, desde que, dentro das especificações legais e documentação comprobatória, não há imposições e nenhum tipo de impedimento.

Nessas reflexões, ao que se constata, o acordo comercial “bilateral” entre Brasil-Bolívia beneficia notadamente a nação brasileira, visto que, dentro desse contexto, a comercialização de produtos bolivianos, de natureza alimentícia, está previamente proibida.

Nesse quadro, percebe-se também que as relações comerciais não são pautadas dentro dos princípios de equidade. Nesta análise, o cenário também se configura num “marcador de diferenças”, embora transcenda o universo dos moradores fronteiriços pesquisados, mas refere-se a uma postura política e diplomática que por si só, revela, mesmo que de forma implícita, “sinais” de uma suposta superioridade entre o “eu, Brasil” e “o outro, a Bolívia” enquanto Estados-Nações constituídos.

Entre o Brasil e a Bolívia, no que tange as relações comerciais, diplomáticas e afins, em 2007, a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, por meio do projeto de decreto legislativo nº 71, de 2007, sustou a tramitação congressual dos acordos bilaterais firmados entre Brasil e Bolívia. De acordo com o relatório, a Bolívia não tem cumprido os acordos firmados, especialmente não que se refere à repressão do narcotráfico, produção de energia e imigração<sup>77</sup>.

Outro entrevistado foi um morador da região, Andreelino Carvalho, 56 anos, fazendeiro e funcionário público municipal. Inquirido sobre como chegou até aquela região e como compreende a ocupação daquela região, o entrevistado respondeu:

Eu e minha família chegamos aqui em 1971. Meu pai veio trabalhar na fazenda São João, cuidar do gado, tomar conta da fazenda. Viemos de Corumbá, que hoje pertence a Mato Grosso do Sul. Não tinha estrada, só alguns caminhos por onde passava só carros de boi. Nós viemos de avião, crescemos e vivemos aqui até hoje. A fronteira é a linha que separa os dois países, o Brasil e a Bolívia. Aqui, até um pouco antes da minha família chegar, era da Bolívia, depois teve um tratado que empurrou a Bolívia mais para lá (aponta para o oeste, a divisa). Algumas famílias bolivianas foram embora, não quiseram ficar no Brasil e também vieram migrantes de outras regiões do Brasil, formaram fazendas, organizaram a vida. Essa fronteira é respeitada pelos dois países, de lá para cá tem fiscalização, não pode passar nada de alimentos ou animais. Tem o posto de fiscalização, mas o que mais se pega são as “coisas erradas” (refere-se ao narcotráfico).

---

<sup>77</sup>BRASIL. Projeto de decreto legislativo nº 71, de 2007. Pág. 7.

Sobre a vida cotidiana e as sociabilidades na região da fronteira, o entrevistado explica que:

Muita gente acha perigoso viver aqui, eu não acho. Coisa errada tem em todo lugar, as pessoas que decidem que lado vão escolher. Meus filhos e sobrinhos estudaram aqui até o 3º ano (ensino médio) e depois foram estudar fora, já se formaram. Aqui se chama Santa Clara e tem bastante moradores católicos. Esteve aqui um Padre chamado Geraldo José dos Santos que trabalhou de 2006 a 2014, batalhou junto ao governo do estado e conseguiu a construção de 50 casas populares, que foram doadas para famílias que estavam em situação de dificuldades nos sítios. A terra foi doada por um fazendeiro daqui. O Padre batalhava muito pelos menos favorecidos. A comunidade era mais unida com ele aqui. Fazia muitas festas e encontros. Sobre discriminação ou violência, isso não tem aqui, só tem o problema de ser passagem de traficantes, que vem da Bolívia, então as pessoas têm medo disso. E como é uma região que às vezes mistura os povos. Tem também muitos “bugres”. Não sei se é discriminação, às vezes acho que é, mas é que eles são muito devagar, não gostam de trabalhar. A gente fala disso, fala e até se arrepende um pouco, mas eles são assim mesmo, preguiçosos.

Para o entrevistado, a ocupação daquela área se deu por meio de processos migratórios. Enfatiza que a sua família não fez parte de um movimento migratório em massa, mas destacou que o seu pai foi trabalhar em uma fazenda na região, sendo acompanhado pela família. Por outro lado, demonstra conhecimento sobre as práticas ilegais atribuídas ao narcotráfico e, ainda, sobre o papel do Padre Geraldo naquela comunidade fronteiriça, especialmente, quanto aos seus esforços de atuação política junto ao governo de Mato Grosso, com vistas à construção das casas para 50 famílias pobres, em situação de vulnerabilidade econômica e social, muitos até então, habitando em condições precárias na zona rural, que era composta principalmente por populações remanescentes de indígenas chiquitanos.

Com relação à presença da população remanescente de chiquitanos naquela localidade, o entrevistado, questionando a sua própria prática discriminatória, alegando não ter certeza se tal prática consiste numa forma de discriminação, faz um relato descrevendo o comportamento do “outro, o chiquitano, ou, o bugre” como pessoas preguiçosas, que não gostam de trabalhar. Após um rápido silêncio, acrescenta que às vezes se arrepende por pensar assim, mas reitera o seu julgamento, chamando-os de “devagar”, o que em outras palavras, pode ser compreendido como forma “lenta” de realizar as tarefas diárias no trabalho e ainda, de possuir o “comodismo” como traço próprio e “fixo” de personalidade.

Para Oliveira e Baines (2005, p. 20), “se o colonialismo que afeta as populações indígenas tem algo a dizer sobre os problemas que afetam os moradores das fronteiras, esse

algo certamente tem a ver com relações de dominação”<sup>78</sup>. Para o estudioso, as pesquisas nas fronteiras devem gerar interrogações que sejam significativas não só para o pesquisador, mas também para o morador da fronteira. A narrativa do entrevistado exterioriza uma forma de dominação e discriminação que se coloca por meio da subalternização do “outro, o bugre – chiquitano”, imputando à sua personalidade uma característica intrínseca, que se traduz de maneira “rígida ou fixa”, constituindo, conforme o entrevistado, numa forma singular de ser e se relacionar cotidianamente nas atividades laborais. É retratado na afirmação “agir de modo lento e preguiçoso”, sobretudo, frente às tarefas da vida diária, considerando que o trabalho seja um espectro dela.

### 3.3.2 – A fronteira na perspectiva dos migrantes retornados

No intuito de compreender o processo de deslocamento populacional e a forma de povoamento da região delimitada para a realização do estudo, nos deparamos também com migrantes que viveram na fronteira pesquisada por um determinado período e, posteriormente, retornaram ao local de origem, dando assim, um novo rumo para as suas vidas. O propósito de tais entrevistas foi fazer um exercício reflexivo sobre a trajetória dessas pessoas, a sua participação no processo de ocupação daquela fronteira e também os motivos do retorno e/ou de saída daquela localidade. Nesse intuito, realizamos duas entrevistas em Taubaté (SP).

Os narradores de Taubaté (SP), marido e esposa, viveram na região da fronteira Brasil-Bolívia no período de 1960 a 1982. Ele, nasceu naquela fronteira, migrou para São Paulo, onde viveu parte da sua vida e, após o casamento, resolveu retornar à localidade de origem, onde permaneceu pelo período de 22 anos, quando voltou, de forma definitiva para a cidade de Taubaté. Serão identificados pelos pseudônimos Sancho Castaneda e Lucíola Castaneda.

Sobre os primórdios da sua vivência na fronteira Brasil-Bolívia Sancho Castaneda, 85 anos, comerciante aposentado, narrou:

A estória é longa, tanta coisa para falar sobre isso. Na verdade eu nasci lá na divisa do Brasil com a Bolívia, em 1932, num lugar que não existe mais, chamava-se Lagoa do Aguassú, mas fui registrado em Corumbá, hoje Mato Grosso do Sul. Naquela época lá era território da Bolívia, todos falávamos espanhol, ninguém sabia falar português.

Saí de lá com 11 anos para trabalhar com o Coronel Bandeira, na Comissão Limitadora, que era para fazer essa demarcação entre o Brasil e a Bolívia. Depois do trabalho feito pela Comissão é que eu fiquei sabendo que onde eu nasci não era mais Bolívia, era o Brasil, porque antes dessa comissão ir para lá a gente não sabia direito se era Brasil ou Bolívia.

<sup>78</sup> OLIVEIRA, Roberto C. de.; BAINES, Stephen G. (Org.). **Nacionalidade e etnicidade em fronteiras** (coleção Américas). Brasília: editora UNB. 2005, 278p., p.20.

Para Castaneda, há uma certa confusão em relação à fronteira e a sua nacionalidade. Ele se define como brasileiro, mas se vê na condição de fronteiriço, que entende estar relacionado ao fato de ter nascido em território boliviano e ter aprendido a falar no idioma espanhol, tendo este idioma como língua materna. Na sua narrativa, lembrou que a demarcação da fronteira foi modificada ao longo de vários acordos diplomáticos entre Brasil e Bolívia, e contou com orgulho de ter participado de uma Comissão que demarcaria os limites da fronteira a partir de meados da década de 1940, aproximadamente. Das pessoas entrevistadas, por causa de sua experiência, é a que reconhece explicitamente a definição de fronteiras físicas como uma convenção, que pode ser alterada segundo os interesses ou o jogo do poder.

A “Comissão Limitadora” citada pelo entrevistado, de acordo com o Itamaraty, refere-se às “Comissões Brasileiras Demarcadoras de Limites, que são órgãos integrantes do Ministério das Relações Exteriores, têm por competência executar, juntamente com os delegados das Comissões estrangeiras correspondentes, os trabalhos de demarcação e de caracterização dos limites internacionais do Brasil”<sup>79</sup>. Essas comissões são incumbidas das tarefas de inspecionar e dar manutenção aos marcos erigidos nas fronteiras físicas entre o Brasil e as nações vizinhas.

Após finalizar as atividades laborais na Comissão Demarcadora de Limites, em meados da década de 1950, Castaneda foi morar em São Paulo, onde conheceu sua esposa, Lucíola Castaneda. Já casado, no final da década de 1950, resolveram retornar à fronteira BRA-BO, na região onde Sancho havia nascido e vivenciado parte de sua infância.

Inquiridos sobre os motivos de retorno, no caso dele e da mudança que seria para a vida de ambos, foi dada a seguinte explicação:

Sancho – eu tinha muita vontade voltar, estava em São Paulo, sabia que na fronteira teríamos mais oportunidades de ganhar dinheiro, queria algo novo para as nossas vidas e, ao mesmo tempo, desejava me reencontrar com o meu passado, rever meus amigos e parentes fronteiriços, pensava em abrir um negócio por lá e assim fizemos.

Lucíola – eu era jovem, recém-casada, estava cansada de viver em São Paulo. Trabalhava há mais de 10 anos em farmácia, no laboratório de manipulação, aquele movimento. Queria algo novo para a nossa vida, acho que um pouco de aventura, selva, mato, onça e índios, tudo isso me fascinava. Queríamos também novas oportunidades de trabalho, ganhar mais dinheiro para começar melhor a família.

---

<sup>79</sup> BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. Cf. [http://scdl.itamaraty.gov.br/pt-br/fronteiras\\_da\\_sc dl.xml](http://scdl.itamaraty.gov.br/pt-br/fronteiras_da_sc dl.xml). Acesso em 25/04/2017.

Sancho, imbuído num desejo de reencontro com o passado. Lucíola, com sede do novo, de aventurar-se. Ambos buscavam juntos melhores oportunidades de ganho econômico para as suas vidas que, com o casamento, tornaram-se compartilhadas.

Para o casal, o reencontro com o passado dele, a possibilidade de reativação dos laços de pertencimento, redesenhava um cenário mais promissor para a realidade vivenciada por eles naquele momento de suas vidas. Segundo Pollak (1992, p. 209), “a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si”.<sup>80</sup>

Indagados sobre a viagem e a chegada na região fronteira, estabeleceu-se o seguinte diálogo:

Sancho – Fizemos a viagem de carro, passamos uma semana viajando, de São Paulo para a fronteira. Foi no começo da década de 1960. Não tinha a Ponta do Aterro ainda, eram pequenas comunidades com casas espalhadas. Na Ponta do Aterro só tinha uma casa, de um fazendeiro, o local hoje é conhecido como Comunidade Aparecida. Vão mudando as pessoas e os nomes, né?

Sancho – Seguimos para frente, montamos nossa casa em São Vicente e, logo, tivemos que abrir uma escola. Tinha muitas crianças que moravam nas casas de palha, eram parecidas com ocas, fundei a escola, com minha mulher e minha cunhada. Na ocasião estava lá na região o Rondon, que na época era secretário do Governador de Mato Grosso, João Ponce de Arruda. Ele anotou sobre a escola num caderninho, algum tempo depois, minha esposa foi nomeada professora e minha cunhada também, eram professoras leigas, porque não tinham formação específica. Em pouco tempo, a escola começou a receber as merendas para as crianças, leite e carne de soja. Lembro que quando abrimos tínhamos 62 alunos.

Lucíola – Depois de uma semana viajando, chegamos na fronteira, na casa da tia dele, numa fazenda. Fomos para São Vicente e lá montamos nossa casa, em seguida a escola e um pequeno restaurante, trabalhávamos eu e minha irmã. Saíamos a cavalo, para buscar as crianças e trazíamos para a escola.

Sancho – Aparecia muita gente que queria saber das terras, mas os índios estavam por lá. Chegavam fazendeiros que queriam cercar tudo, era muita terra. E eu avisei o Cacique Miguel, para mandar os rapazes da tribo (chiquitano) servir o exército, falei com a diretora da Escola da Vila Bela para registrá-los, pois assim poderiam ser brasileiros, servir a Pátria e ter direito a tudo, e assim eles fizeram. Nessa época, com a chegada desses fazendeiros, houve muitos conflitos. Naquele tempo, a gente não sabia direito onde era Brasil e onde era Bolívia, havia já a demarcação, mas não isso não fazia sentido para nós que morávamos lá. Só depois de alguns anos é que soubemos que “São Vicente” não era Brasil, era Bolívia.

---

<sup>80</sup>POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. In: Estudos Históricas, 5 (10). Rio de Janeiro, 1992. p. 200-212

O retorno à fronteira e a criação da Vila de São Vicente, nessa análise, trouxeram novos significados para a vida do casal Sancho e Lucíola. Implicaram diretamente em transformações na vida cotidiana, novas atividades, novas relações com as redes de parentesco dele, que é natural da região. Depois de ficar anos longe dessa família, resolve retornar para um reencontro com o passado e abertura de novas perspectivas de futuro. Enfim, tratou-se de um período de construção e reconstrução de novas interações com a vida cotidiana.

A questão do domínio da terra está presente também no contexto abordado pelos entrevistados, como um tecido que historicamente marcou os limites e mobilizações sociais naquela fronteira. Sancho explica que, com a chegada dos fazendeiros, orientou o cacique a registrar a população chiquitana das tribos locais para que pudessem prestar o serviço militar ou “à Pátria”, conforme suas palavras, pois, na sua concepção, seria uma forma de torná-los brasileiros e cidadãos de direito.

Contudo, percebe-se que os conflitos territoriais naquela região de estudo, foram acirrados com a delimitação oficial da fronteira pelos estados-nação Brasil e Bolívia no final dos anos 50, e também foram intensificados com a chegada de contingentes populacionais, originários do movimento migratório denominado “Marcha para o Oeste”.

Nesse aspecto, é possível compreender tais conflitos territoriais na perspectiva dos discursos político-ideológicos – presentes na ideologia difundida pelo estado brasileiro, quanto à ocupação dos espaços “vazios” da Amazônia. Neste entendimento, promoveu o acirramento dos processos de intimidação, a princípio, simbólico desses “forasteiros” sobre os povos “chiquitanos” e seus remanescentes naquele espaço. Isso desencadeou um processo de negação quanto à legitimação de seus direitos sobre a terra e à organização de sua estrutura tradicional de vida, a partir de seus princípios identitários e cultura.

Sobre os estados-nação Brasil e Bolívia, a delimitação dos espaços da fronteira, diferenciações e ambivalências perpassam por questões históricas, simbólicas e culturais. Anderson (2008, p. 48) aponta que um dos conceitos fundamentais para esta reflexão consiste no conceito de nação, que ele define como “uma comunidade política imaginada – e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e ao mesmo tempo, soberana”. Para o estudioso, os sistemas culturais são fundamentais para pensar as origens da consciência nacional e complementa que: “a condição nacional está ligada à língua e a propriedade privada”. Dessa forma, afirma que “por detrás do declínio das comunidades, línguas e

linhagens sagradas, ocorria uma mudança nos modos de percepção do mundo, uma mudança que, mais do que qualquer outra coisa, tornou possível "pensar" a nação"<sup>81</sup>.

Na concepção de Michel de Certeau (1994) sobre o "encontro dos diferentes", trazendo-o para iluminar o nosso estudo na fronteira delimitada entre o Brasil com Bolívia, pode-se tomar como elemento reflexivo também que a fronteira seria o local de interação, espaço de delimitação e mobilidade, seria esta "um entre dois" e, "ao mesmo tempo em que separa espaços distintos, ela os liga, comunicando-os, e assumindo com isso papel mediador"<sup>82</sup>. Para o citado estudioso "a fronteira adquire sentido de lugares de encontro ou zonas de contato. E ainda complementa que os territórios colonizados, em geral, se encontravam ocupados com habitantes que possuíam cultura e estruturas sociais próprias, dando margem a diferentes formas de contato e ao nascimento de novas sociedades".

Sobre a questão da chegada dos novos habitantes naquela fronteira, em tempos diversos, se considerarmos o processo de colonização na América a partir do século XVI e, depois, a ocupação recente que foi intensificada a partir da segunda metade do século XX, pode-se constatar, como consequência desses encontros e do próprio estranhamento por ele ocasionado, a priori, o desenvolvimento de uma outra cultura, nova e híbrida, originária dos processos de socialização vivenciados por povos diferentes naquela fronteira, tornando-a, neste entendimento, um novo cenário para encontros culturais, entre outros fatores.

A criação da escola primária pelo casal Castaneda, a busca por alunos, o estabelecimento de novas práticas cotidianas que envolveram a incorporação de novos hábitos e costumes, essa gama de novidades para aquele tempo, podem ser também analisadas à luz de concepções de De Certeau (1994). Para ele, o "encontro das diferenças", especialmente no que tange ao campo da cultura, hábitos e novos conhecimentos caracterizam-se pelas ações transformadoras dos sujeitos, que podem culminar com a tessitura de um espaço múltiplo, plural, ambivalente e mesclado. Nessa compreensão, puderam fazer emergir uma forma de entendimento para o encontro de povos e culturas diferenciados na fronteira, inserindo nesta trama os remanescentes indígenas e os migrantes que, em suma, constituíram aquela paisagem fronteiriça.

Perguntados sobre o cotidiano da vida na fronteira, o trabalho e as sociabilidades, obteve-se as seguintes narrativas:

---

<sup>81</sup> ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Cia. Das Letras, 2008.

<sup>82</sup> CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**: 1. As artes do Fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

Sancho – Nós (ele e a esposa), montamos um pequeno restaurante, que logo depois virou parada de ônibus e dormitório, o único do lugar, a escola era pública, mas elas demoravam muito para receber o salário, às vezes até 6 meses. Quando nós fomos, minha cunhada e o marido resolveram ir vender carro, e eu também passei a vender carros usados que levávamos de São Paulo para lá, mas não eram roubados não, era tudo certinho, segurado. Falo isso porque sempre teve um preconceito sobre essa fronteira, que envolve roubo de carros e tráfico de drogas. Os bolivianos compravam todos os carros, pagavam em dólar, naquela época eu ganhava uns 100 dólares por carro vendido. Eles levavam para a Bolívia e revendiam lá.

Sancho - Como não tinha muita diversão, desde que cheguei lá passamos a organizar algumas festas também, eles são muito católicos, mas não faziam festa por falta de condições financeiras. O carnaval deles eu não gosto (refere-se ao carnavalito – curussé), acho uma brincadeira muito suja. Mas começamos a fazer as festas de Santa Clara, Nossa Senhora Aparecida e São Sebastião. Eu mandava bilhete para cada fazendeiro ir lá na Vila de São Vicente participar da festa. Fazia uma vaquinha com eles para fazer e distribuir a comida para o povo. Eles vinham, traziam os empregados, tinha muita gente. A gente começava a festa às sete horas da noite, com reza, terço e procissão do Santo ou da Santa, e depois era muita comida e baile, que só terminava dois dias depois. Com o tempo, passamos a fazer também o rodeio dos fazendeiros na comunidade, corrida de cavalo e bingo. Era a nossa diversão, um jeito de reunir e conversar com as pessoas.

Ainda no campo das sociabilidades, Sancho conta que foi um dos fundadores da Vila de São Vicente ou San Vicente de La Frontera para os bolivianos, fez o seguinte relato:

Com as festas e a mistura que havia entre nós, brasileiros e os bolivianos na Vila, com a chegada do exército boliviano e brasileiro na região da fronteira na década de 1970, tivemos a certeza de que aquela área que formamos a Vila pertencia para a Bolívia. Em 1976, os moradores juntamente comigo fundamos a Comunidade de San Vicente de La Frontera, e já fazíamos as festas dos Santos. Quase toda a comunidade era muito católica, então resolvemos fundar também uma Igreja, a Igreja de São Vicente de Paulo. Levamos de São Paulo a imagem do Santo Padroeiro daquela Comunidade e toda semana vinha o Padre de San Ignacio de Velasco celebrar as missas, casamentos, crismas e batismos. Penso que isso ajudou a comunidade a fortalecer os seus laços de parentesco e também de amizade. A festa de San Vicente de Paul realiza-se anualmente no período de 26 e 27 de setembro.

Lucíola – A gente trabalhava o tempo todo, com o restaurante, a escola e ainda cuidávamos da comunidade. Ajudava a fazer parto e tratar de doenças, é que eu já tinha conhecimento de remédios, trabalhei anos em farmácia de manipulação. A gente sempre dava um jeito de ajudar as pessoas. Os bugres também sabiam fazer remédio, assim tipo “garrafada”, tudo com muita erva, algumas que só eles, os índios, conheciam e também mascavam folha de coca, diziam que era bom para a saúde para curar muitas doenças, eu nunca experimentei, numa ocasião meu esposo experimentou porque estava com

úlceras, mas usou muito, dormiu dois dias e ficou uns dias com o corpo paralisado.

Tive meus quatro filhos lá, aprendi a atirar, a caçar e a fazer parto. Ajudava nas festas, vinham outras pessoas da comunidade ajudar também. Fazíamos muita comida. Tinha muitas comadres, foi um período bom de nossas vidas.

Retomando a questão sobre as práticas ilícitas e o narcotráfico naquela região, indaguei se tinham conhecimento e se poderiam falar a respeito, obtive o seguinte relato:

Sancho – Na época em que vivemos lá em São Vicente, por vinte e dois anos, a droga era a coisa mais normal, quase todos que moravam lá recebiam e vendiam drogas, a droga vinha para cada morador, eles tinham a função de distribuir. Quiseram fazer isso comigo, o “chefão” trabalhava para o Pablo Escobar<sup>83</sup>, ele está vivo e mora no Rio de Janeiro que eu sei. Ele foi na minha casa e me ofereceu o negócio, para eu ajudar a distribuir a droga no Rio de Janeiro, arrumar negócios para ele e tinha que ser de tonelada para vender. Me ofereceu 50 dólares pela venda de cada quilo. Eu dispensei, não poderia fazer uma coisa dessas, sei quanto mal a droga faz para a juventude e para todos que usam, sou temente a Deus, católico, não iria fazer mal a ninguém. Ele insistiu disse que eu ia ficar milionário, mas eu não quis.

O casal viveu em San Vicente de 1960 a 1982, transferindo a escola para a Ponta do Aterro, atualmente, Comunidade de Santa Clara do Monte Cristo. Até então chamava-se São Vicente mas, em 1976, fundou-se o Vilarejo de San Vicente de La Frontera, oficializando-se a sua localização em território boliviano. As relações dos fronteiriços da região estabelecem uma certa dependência do lado brasileiro, por maior proximidade com Escolas, postos de saúde e comércios nas cidades que se localizam ao redor.

Observou-se, especialmente no lado boliviano, que a denominação do vilarejo está relacionada com a chegada da imagem do Santo, o que, por sua vez, originou-se da devoção de Sancho Castaneda. Devoto de San Vicente de Paul, Sancho encontrou novos pares em San Vicente de La Frontera que se tornaram adeptos de sua fé católica e também, devotos do seu Santo padroeiro.

### **3.4 – A fronteira na perspectiva dos fronteiriços nativos de origem indígena-chiquitano**

Nas Américas, a cultura real é filha de várias mães. Nossa identidade, que é múltipla, realiza sua vitalidade criadora a partir da fecunda contradição das partes que a integram. Mas temos sido adestrados para não nos enxergarmos. [...] Na verdade, a raiz indígena ou a raiz africana, e em alguns países as

---

<sup>83</sup> Pablo Escobar foi um dos traficantes mais conhecidos no mundo, chefiava cartéis do tráfico de cocaína na Colômbia.

duas ao mesmo tempo, florescem com tanta força como a raiz europeia nos jardins da cultura mestiça”.<sup>84</sup>

Eduardo Galeano , 2013, p. 58.

Nesta sessão, pretende-se discorrer sobre a presença do grupo indígena chiquitano na região pesquisada. A partir das memórias, narrativas dos entrevistados, do arrolamento bibliográfico e documental, intenta-se averiguar, no cotidiano desses moradores da área investigada, os significados daquela fronteira binacional para esse grupo, a relação estabelecida com o território ao longo do tempo, bem como as questões que envolvem identidade, conflitos de interesse e sociabilidades.

A comunidade Aparecida é a localidade da fronteira recortada para estudo onde reúne-se um número significativo de moradores fronteiriços de origem chiquitano. No local encontram-se grupos que se autoidentificam como remanescentes desses povos tradicionais. Sobre a presença desses povos naquela região, Pacini (2012, p. 137) afirma:

Na atual fronteira geopolítica do Brasil com a Bolívia, no estado de Mato Grosso, vive a etnia indígena chiquitana, falante da língua isolada *vesüro*<sup>85</sup>. As famílias habitam tanto área rural quanto urbana e estão inseridas em trabalhos agrícolas e domésticos<sup>86</sup> ou, ainda, como “peões” de fazendas. Por serem considerados pacíficos pelos *cruceños*<sup>87</sup> e fazendeiros brasileiros, são adotados tradicionalmente como bons trabalhadores. [...] Considero que são mais de 40 etnias com suas culturas autóctones que foram agrupadas para formar o que atualmente é denominado Chiquitania, algumas desta região que hoje é Brasil, como os Saraveca, Kuruminaca, os Boe-Bororo, Guató, Nambikwara, Paresí e Guaná. As divisões internas que têm sua origem nas diferentes etnias que formaram a Chiquitania sob a influência dos jesuítas aparecem de diferentes formas nas devoções aos santos padroeiros das famílias e na forma de viver o *curussé*. Este aspecto religioso que identifica a maioria dos Chiquitanos é o modo atual dos Chiquitanos se apresentarem na sociedade brasileira em vista de um reconhecimento étnico e dos seus direitos territoriais subjacentes. Fundamental é conhecer este catolicismo próprio dos Chiquitanos para compreender seu modo de interagir atualmente com a sociedade envolvente e de se organizarem internamente<sup>88</sup>.

<sup>84</sup> GALEANO, Eduardo. **De pernas para o ar: a escola do mundo ao avesso**. Trad. Eric Nepomuceno. Porto Alegre: L&PM, 2013. Pág. 58-59.

<sup>85</sup>Os Chiquitanos em geral, no Brasil, são bilíngues (português e espanhol), porém, em muitos casos, também trilingües, falantes da língua chiquitanavesüro, preconceituosamente dita *linguará*.

<sup>86</sup>As aldeias chiquitanas que se autoidentificam indígenas são Vila Nova Barbecho, Acorizal, Central, Fazendinha e Santa Aparecida. Ali os Chiquitanos também estão inseridos em outros espaços e são professores, estudantes, agentes de saúde etc.

<sup>87</sup>Os de origem espanhola radicados em Santa Cruz de laSierra (Bolívia) são assim chamados e são os primeiros que colonizaram e escravizaram os Chiquitanos. Passam para a história como os exploradores mais vorazes da Chiquitania.

<sup>88</sup>PACINI, Aloir. **Um perspectivismo ameríndio e a cosmologia anímica chiquitana**. Espaço Ameríndio, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 137-177, jul./dez. 2012. 139

Para o citado estudioso, os tratados estabelecidos entre Espanha e Portugal, bem como, as guerras e os processos da independência do Brasil e da Bolívia e a definição de suas fronteiras físicas, ocorreu à revelia dos povos que ali já habitavam. Acrescenta que “os Chiquitanos que justamente vivem ali são chamados de ‘bugres’ pela população local e, atualmente, vivem numa ‘zona de tensão’ pela afirmação ou negação da identidade, pelo direito ao seu território tradicional e garantia de suas tradições”.

Neste estudo, foram selecionadas três pessoas de origem indígena chiquitano que se dispuseram a formar a nossa “Colônia de entrevistados”. Foram entrevistadas em duas ocasiões distintas: a primeira em abril de 2014 e a segunda em setembro de 2016. Neste trabalho, apresentamos os nossos narradores com pseudônimos, bem como as suas respectivas idades, são eles: Auriosan Chiquitano, 76 anos; Carlos Chiquitano, 42 anos e Marina Chiquitano, 36 anos. A entrevista foi previamente marcada e as narrativas transcorreram de forma coletiva, na comunidade.

Indagado sobre o que é viver naquela fronteira, qual o significado de ser um habitante da região, Auriosan Chiquitano, 76 anos, trabalhador rural, afirmou:

Vou te contar como eram as coisas, das coisas que vivemos e participamos também. Essa fronteira aqui era terra da Bolívia. O território era boliviano, mas o Presidente da Bolívia marcou e vendeu para o Brasil esse pedaço de terra, e assim, nós ficamos aqui dentro, mas essa terra era dos nossos avós, dos nossos pais. Eu vou ficar aqui, até morrer. Então, ficamos no lado brasileiro. Somos chiquitanos brasileiros.

A ocupação dos territórios indígenas em Mato Grosso, segundo relatos históricos, iniciou-se com a chegada dos bandeirantes paulistas em 1718, intensificando-se naquele momento com a exploração do ouro. Nessa época, Mato Grosso fazia parte da capitania de São Paulo. Iniciou-se também, no mesmo período, o processo de dominação e escravização das populações indígenas pelos “colonizadores” portugueses e espanhóis. A violência da captura, o assujeitamento desses povos tradicionais, desde então, vem sendo agravado pelas constantes investidas do “homem branco” nas tentativas de invisibilização e negação dos direitos indígenas, tanto nos aspectos étnicos e culturais, como também e fundamentalmente, no tocante ao direito às terras de seus antepassados.

O cenário histórico que protagonizou a colonização dos países sul-americanos foi marcado por embates, violência, extermínio e assujeitamento das populações indígenas. Portanto, guardadas as devidas diferenças e proporções dos acontecimentos locais, Brasil e Bolívia vivenciaram o mesmo processo, que se desdobrou e se intensificou com o passar dos séculos.

De acordo com SILVA (2005, p.67), a guerra do Chaco, ocorrida no período de 1932-1935 entre o Brasil e a Bolívia, foi um acontecimento bastante traumático para os chiquitanos em ambos os países. Para ela “as marcas dessa guerra ainda estão na memória de muitas famílias e, de certa maneira, nas impressões deixadas no território desse povo”. Nessa concepção, a separação causada pela guerra deixou marcas tão profundas nos “chiquitanos”, que até a atualidade não conseguem se autoidentificar como um povo único, apesar de viver em territórios de países diferentes. Antes da guerra, a fronteira existia só no nome.

A organização espacial dos “chiquitanos” nos territórios da Bolívia e do Brasil, na faixa de fronteira estudada, se estabeleceu com a formação de núcleos de moradias e manutenção das redes de parentesco. Os encontros normalmente ocorrem para a realização de partidas de futebol e para a procissão de Santa’Ana. Ainda segundo a estudiosa, durante a guerra “meninos de apenas quinze anos eram arregimentados pelo exército para lutar e muitas famílias, com intuito de proteger os seus filhos esconderam-se nos lugares mais interiores da fronteira do Brasil”.

Sobre a ocupação das terras naquela fronteira, Auriosan afirmou:

A gente vivia aqui, nestas terras da fronteira, desde os nossos antepassados, sempre vivemos. A partir de 1959, chegaram muitas pessoas (migrantes) e eles foram tirando a gente, assim como se tivessem nos empurrando. Eles chegavam, colocavam cerca nas terras, e diziam que tudo era deles, nos tratavam com brutalidade, sempre suspeitando de nós. E a gente não podia falar nada, não sabia como resolver isso. Éramos pobres coitados. Hoje em dia, estamos encostados aqui nessa Vila da Comunidade Nossa Senhora Aparecida. Somos 365 pessoas vivendo aqui, sem condições, cercados pelas fazendas, pouca terra para todos. Os fazendeiros foram cercando e nós ficamos no meio, com 530 hectares para 365 pessoas. Tá muito apertado, não dá para fazer uma roça, não dá mais para caçar ou pescar, porque aqui a área é sequinha, não tem água aqui, nem rio e nem lagoa. É uma bola de terra cercada, os fazendeiros pegaram tudo para eles.

Sobre a chegada dos contingentes populacionais e também quanto ao processo de colonização, Silva (2005. p. 67-70) aponta que:

Por todo o continente os contatos entre europeus e grupos nativos aconteceram, sendo mais intenso em determinadas áreas do que em outras, o que acentuava as variações das influências culturais. O próprio sentido da colonização diz respeito não apenas a ocupação de um espaço, mas também significa domínio, exploração e instalação cultural, pois a cultura do colonizador é passada para o novo território. E dessa integração cultural, nem a diluição do legado europeu se fará de maneira completa, nem a

recuperação significará um reencontro com o mesmo, e sim, o elemento novo, o americano.<sup>89</sup>

Perguntados sobre o que os povos têm feito para resolver e/ou melhorar a questão das terras, os entrevistados responderam:

Auriosan - Temos um projeto. Queremos que o Governo Federal faça a medição das nossas terras e crie uma Nação indígena Chiquitana. Começamos a mexer em 2002. Eu fui até Brasília, conversei com a Dilma (Roussef, ex presidente da república). Eu consegui trazer escola para cá, uma sala anexa da Escola Indígena do Portal do Encantado<sup>90</sup>, um convênio com a SEDUC e UNEMAT.

Carlos Chiquitano – Estamos trabalhando na escola para alfabetizar e também para ensinar a língua materna chiquitano, repassar a cultura e tradições do nosso povo.

Marina Chiquitano, – Trabalhamos com o ensino fundamental e a EJA – Educação de Jovens e Adultos. Temos 16 alunos no total, mas enfrentamos muitas dificuldades. A merenda chega na Escola do Portal do Encantado. Não temos carro para ir buscar, dependemos da ajuda de amigos que vão para lá e trazem.

Carlos Chiquitano – Temos trabalhado para conscientizar os indígenas da importância da sua autoidentificação como chiquitano. Alguns assumem e aceitam e outros não, preferem negar essa identidade. Precisam entender os seus direitos, a sua cultura e as relações de parentesco entre os daqui (do Brasil) e os de lá (da Bolívia).

Auriosan – Eles não assumem ser indígenas chiquitanos por causa das ameaças dos fazendeiros. Eles têm medo, principalmente de perder o emprego.

Marina Chiquitano – Estou trabalhando aqui na escola desde abril/2016,e vejo que tem muitos problemas causados pela falta de demarcação das terras. Ficamos cercados e isolados, sem assistência do Governo. Tudo é difícil, médico e tratamento de saúde. Temos que formar o grupo e ir de ônibus escolar para o Posto de Saúde, quando os médicos vem para Santa Clara.

Carlos Chiquitano – Estamos sem assistência. Quando precisam sair daqui para fazer compras, o ônibus passa uma ou duas vezes na semana. Os aposentados demoram para conseguir ir ao banco receber o benefício e outros têm muito medo. Sabem que precisam lutar pela terra, mas, por causa de tudo isso ficam dependentes dos fazendeiros e preferem não

---

<sup>89</sup>SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 67-70.

<sup>90</sup>O Ministro da Justiça, Luiz Paulo Barreto, assinou portaria, publicada no Diário Oficial da União em 31 de dezembro de 2010, declarando a Terra Indígena Portal do Encantado de posse permanente do grupo indígena Chiquitano. A terra, com superfície aproximada de 43 mil hectares e perímetro de 121 km, está localizada nos municípios de Pontes e Lacerda, Porto Esperidião e Vila Bela da Santíssima Trindade, estado de Mato Grosso, fronteira com a Bolívia.

Cf. <http://www.funai.gov.br/index.php/comunicacao/noticias/2243-ti-portal-do-encantado-e-declarada-de-posse-permanente-dos-indigenas>. Acesso: 26.04.2017.

aceitar a etnia. Nesse ponto, ficam a mercê, trabalham como escravos porque os fazendeiros pagam os salários que bem entendem, não têm carteira de trabalho assinada e cobram até a comida. Quem aceitou a etnia, recebe aposentadoria indígena, de um salário mínimo.

Marina Chiquitano– Com o trabalho na Escola, incentivamos que os alunos indígenas aprendam a sua língua materna e também as culturas e tradições do seu povo. Mas é um trabalho difícil. Falta material e, às vezes, os que se dizem não índios fazem deboche com os indígenas, avacalham com eles na escola. É difícil construir uma consciência sobre isso. As crianças não indígenas fazem chacota com as crianças indígenas. Elas sentem-se envergonhadas, são alvo de brincadeiras muito desagradáveis, uma espécie de bullying; Com o tempo, eles vão internalizando que tem que ser como os fazendeiros falam, que eles não devem ser índios, precisam se modificar.

Carlos Chiquitano – Trabalhamos um ensino diferenciado, com uma proposta curricular com as três áreas de ensino, a partir da construção da identidade indígena, sua relação com a natureza e com o mundo em que vivem. Outra coisa que magoa muito é ser chamado de bugre, porque na comunidade isso é entendido como alguém inferior, comparado a um animal ou a um objeto. Percebo que esse tratamento machuca as pessoas, porque são pessoas, tem sentimentos, tradições e cultura que são pouco conhecidas e desrespeitadas.

Auriosan - Queremos regularizar a terra e trabalhar melhor tudo isso, queremos ter um futuro.

O grupo de “chiquitanos” remanescentes na fronteira estudada, de certa forma, foram amontoados em parte da Comunidade Aparecida. O grupo tem buscado estratégias de organização para fazer jus aos seus direitos, dentre os quais, a terra. O grupo de moradores “chiquitanos” foi confrontado diversas vezes pelos não indígenas e muitos conflitos foram desencadeados devido a essa questão. Dentro do histórico de ocupação das terras naquela região, pode-se perceber a eclosão de interesses antagônicos ao dos chiquitanos. Desde que a existência de seus remanescentes na fronteira Brasil-Bolívia foi descoberta, muitas indagações e conflitos tomaram corpo na localidade.

Nesse sentido, pode-se constatar que o viés central da questão que envolve os “chiquitanos” e os não índios na região estudada se assenta numa espécie de paradoxo e/ou contradição, envolve a disputa de poder pela terra e as questões interétnicas, sobretudo, a ascendência. Segundo Silva (2008), “verificou-se em 1990, que desde 1976, o INCRA iniciou o processo de titulação das fazendas culminando com a expulsão dos “chiquitanos” dos locais que viveram ao longo de suas vidas e de seus antepassados”. Neste raciocínio, o paradoxo se instala nesse jogo de interesses, pautado na contradição, ou seja, de retirar da terra os grupos

que historicamente sobreviveram nela e dela, beneficiando assim, os “colonizadores modernos”: o migrante, o posseiro, o fazendeiro.

As ações da comunidade “chiquitano” em Aparecida estão voltadas à retomada de suas terras e também de aspectos fundamentais de sua cultura e tradições indígenas que, ao longo do tempo, vem se perdendo. A falta de estrutura e condições de sobrevivência no lugar de origem também estabelecem outra forma de migração para a periferia das cidades próximas, tais como Vila Bela da Santíssima Trindade, Porto Espiridião e Pontes e Lacerda. Silva (2008), assim descreve esse deslocamento populacional: [...] “observou-se uma forte migração desses povos rumo às cidades mais próximas, foram habitar as bordas das fazendas, que agora estão sendo reconhecidas como propriedades privadas, constituindo-se, desde então bolsões de reserva de mão-de-obra.”

Outro aspecto importante do conflito entre os não índios e os índios na região foi desencadeado por uma campanha veiculada na mídia local e nacional e capitaneada por políticos e o um ex governador do estado de Mato Grosso. A campanha visava ocultar a identidade étnica dos “chiquitano”, classificando-os como descendentes de bolivianos, portanto imigrantes, que não faziam jus às terras requeridas.

O argumento principal utilizado pelos políticos pautava-se na possível “invenção de uma nação indígena” por parte de antropólogos da FUNAI e da UFMT. O objetivo principal da citada campanha seria o ocultamento da identidade indígena dos povos “chiquitano” na fronteira Brasil-Bolívia que, de forma pejorativa, são chamados de “bugres” na região.

Em 2006, houve um plebiscito para apontar se as comunidades fronteiriças locais se consideravam indígenas descendentes do povo “chiquitano” e se desejavam delimitar terras para formar uma Nação indígena. Sob pressão do grupo político, o não foi vitorioso.

Vale ressaltar que na região há fortes interesses dos fazendeiros pela posse e propriedade das terras, especialmente para intensificação do agronegócio e da implementação do cultivo de soja em grande escala. Essa situação agravou a convivência entre índios e não índios na região. Percebeu-se, no decorrer de algumas entrevistas, a existência de hostilidades, preconceitos e discriminação por parte de alguns proprietários de terras sobre a questão que envolve o direito de acesso às terras por parte dos “chiquitanos”.

Perguntados sobre a fronteira Brasil-Bolívia no que se refere à prática do ilícito e a questão do perigo, fizeram a seguinte narrativa:

Auriosan – Muita gente acha que este lugar é perigoso, tem o perigo por causa da terra, agente já sofreu muitas ameaças por causa disso, principalmente por causa dos interesses dos fazendeiros. Mas tem também o fato de estar na rota do tráfico de drogas e de roubos de carros, essas coisas.

A gente vê e sabe que isso acontece principalmente lá na Vila de Santa Clara, na Rodovia, mas a gente não se mistura com eles, aqui na nossa Comunidade não deixamos entrar e nem descarregar nada disso aqui, nem drogas, nem armas e outras coisas roubadas.

Indagado sobre as formas de sociabilidades na comunidade, os encontros e festejos, explicaram que:

Auriosan – Aqui fazemos a festa do Curussé, no carnaval, sempre no domingo de carnaval. No ano passado (2013) veio muita gente, tocamos com três caixas, um bumbo, três flauteiros e um sanfoneiro, daqueles que sabem tocar mesmo, “ralamos o bucho aqui” (dançaram muito). Mas antes da dança, a gente faz a missa, somos bastante católicos, comemoramos também o dia de Nossa Senhora Aparecida, com missa e festa, a gente respeita esse dia. Nas festas, a gente faz um almoço, participam os chiquitanos que estão do nosso lado, os outros não. A gente faz a missa, almoço e bebemos suco e chicha, mas sem álcool. Não aceito bebida alcoólica aqui na minha casa, já tivemos problema nas festas por causa disso, porque a pessoa bebe e perde também um pouco do juízo, e aí fica perigoso acontecer algo ruim.

Carlos Chiquitano – Outra forma de sociabilidade é que toda sexta-feira, a gente reúne a comunidade aqui para fazer artesanato indígena, colares, brincos, chapéus e outras coisas, outros chiquitanos vem aqui nos ensinar, e a gente troca, cada um ensina o que sabe. Aprendemos também sobre cultura da terra, como cuidar do campo, das roças e das flores. Reunimos também para aprender a tocar música, a caixa, o violão, flauta e violino. Fazemos tudo isso para demonstrar para o povo quem nós somos.

### **3.5 O lado de lá: Os bolivianos da fronteira**

#### **3.5.1 Entrando na Bolívia**

O objeto de estudo desta pesquisa pautou-se na investigação dos sentidos da fronteira e, para isso, houve também a necessidade de avançar para o lado boliviano, conhecê-lo e buscar compreender as relações que são estabelecidas pelos fronteiriços em lados diferentes, ou melhor, em estados-nações distintos, e a partir da perspectiva destes “outros”. Numa tênue e imprecisa divisão de territorialidade, o contexto sócio-cultural estabeleceu movimentos e dinâmicas que tornaram a fronteira estudada num espaço muito singular.

A entrada nos limites bolivianos daquela fronteira foi uma necessidade identificada no processo avaliativo realizado pela minha banca de qualificação de tese. Dentro das reflexões e dos questionamentos apresentados, levantou-se tal necessidade, visto que se pensar a fronteira

consiste, entre outros vários fatores, pensar na relação entre “um eu” e “um outro”, sob qual e/ou quais perspectivas estes “fronteiriços do lado boliviano” analisam e compreendem as relações sociais que são estabelecidas entre “eles e os brasileiros” naquela localidade.

Após várias e até então, novas reflexões sobre os encaminhamentos propostos na pesquisa, planejei o retorno ao campo de estudo. Já havia delimitado na proposta de investigação, a Comunidade de San Vicente de La Frontera, e também alguns minúsculos povoados nos arredores, que são chamados de “pueblos”. Pretendia averiguar também a forma como tais fronteiriços organizavam suas vidas naquela faixa da fronteira.

Um dos relevantes desafios enfrentados na organização da viagem foi a escolha do período e também a seleção e formação da “colônia de entrevistados”, observando-se que era necessário de antemão estabelecer contatos naquela comunidade, comunicar previamente sobre as entradas e ter autorização da polícia boliviana do posto da fronteira ou das autoridades locais para realizar a travessia até o lado boliviano. Era uma precaução necessária para garantir a segurança no trajeto e também os deslocamentos dentro daquele espaço, visto que entraria com veículo particular.

Após solicitar contato com as autoridades de San Vicente, nesse caso, com o Alcalde e Sub-alcalde, cargos que correspondem às posições de Prefeito e Sub-Prefeito no Brasil, fomos autorizados e convidados a participar das comemorações de 41 anos de fundação daquela comunidade, que se realizou no período de 24 a 27-09-2017. Considerando o período, a nossa estadia na localidade ocorreu no período de 23 a 02-10-2017.

Tratava-se de uma extensa programação cívica, religiosa e cultural, que contou com a presença de políticos locais, representantes do exército, religiosos e muitas pessoas vindas dos “pueblos” para participar das festividades. As atividades incluíram: missas em homenagem a San Vicente de Paul, procissões, corrida de cavalos, rodeios, corrida de motocicletas, campeonato de futebol, desfiles cívicos, inauguração de uma praça (plazuela de los estudiantes), discursos das “autoridades locais”, entregas de títulos de propriedade para os moradores, notadamente, para a população que reside e mantém seus comércios na porção central daquele Vilarejo.

No decorrer das festividades, almoços foram servidos ao público presente e também realizaram-se festas populares, nas quais havia, inicialmente, apresentação de danças tradicionais como a “cumbia” e, depois, os bailes entravam noite a dentro, embalados principalmente, por músicas brasileiras, mais especificamente dos ritmos denominados no Brasil como “sertanejo universitário” e “sofrência”.

Dentre as autoridades bolivianas, constatou-se a presença do Alcalde, Sub-Alcalde, do corregedor e da diretora da Escola de ensino fundamental de San Vicente; do Prefeito e do Padre de San Ignacio de Velasco e ainda, de outras autoridades políticas de Santa Cruz de La Sierra, inclusive, do Governador. A partir desse grupo e de sua disposição em contribuir para a realização deste estudo, formou-se a nossa colônia de entrevistados.

É importante destacar que em San Vicente de La Frontera fui recebida como convidada de honra, reservaram-me lugar especial junto às autoridades locais e, nesse contexto, fui apresentada àquela população fronteiriça. Participei das etapas das festividades e como me hospedei em Santa Clara do Monte Cristo, no período mencionado atravessava diariamente a fronteira, indo pela manhã, logo cedo e retornando à noite, transitando entre os lados brasileiro e boliviano.

A distância terrestre entre as Comunidades fronteiriças mencionadas é de aproximadamente 30 quilômetros de estrada de terra, composta por uma via principal, por onde trafegam os ônibus e caminhões, veículos de transporte, que passam obrigatoriamente pelo posto do INDEA e das polícias de fronteira, tanto no lado brasileiro quanto no lado boliviano.

Há também outras vias de acesso por terra, o que muitos moradores, inclusive o meu “guia” na ocasião, denominou de “cabriteira” – termo muito conhecido na localidade, empregado para designar estradas não oficiais que interligam os espaços fronteiriços dos países naquela localidade. Essas pequenas estradas de terra, as “vielas”, normalmente cortam algumas propriedades rurais situadas na região e são frequentemente utilizadas por narcotraficantes para atravessar “drogas” da Bolívia para o Brasil e “veículos furtados” no sentido contrário.

No percurso, atravessamos porteiras de fazendas, pequenos córregos e acompanhamos o deslocamento de boiadas conduzidas pelos “peões ou vaqueiros” da região fronteiriça. As altas temperaturas e o excesso de poeira eram companhias inseparáveis em todo o trajeto, e também, durante todo o período de estadia na fronteira BRA-BO.

Ao chegar a Comunidade de San Vicente de La Frontera, fui apresentada aos anfitriões. Conheci a parte central da Vila e alguns pequenos povoados nos arredores, a “Cacica” da comunidade, com quem havia agendado um encontro, estava doente e tinha sido levada para um hospital de San Ignacio de Velasco. As demais autoridades da Comunidade nos receberam com muita alegria e respeito. À medida que chegavam, outros convidados de San Ignacio de Velasco e de Santa Cruz de La Sierra juntavam-se a mim, acolhendo-me com curiosidade e consideração, formando assim um grande grupo.

O meu anfitrião destinou uma varanda no quintal da sua casa para a realização das entrevistas, era uma área de madeira, de formato circular, com uma grande cobertura de palha, chão de cimento vermelho, circulada por bancos de madeira maciça e cadeiras de palha. No centro da varanda, havia uma mesa com dois grandes potes de barro contendo “Chicha” e um terceiro pote, contendo água fresca. No quintal via-se um grande galinheiro nos fundos e várias árvores frutíferas, que cercavam o ambiente, trazendo um certo frescor que amenizava o calor. Este, às vezes, era insuportavelmente intenso.

Com a programação da festa em mãos, estabeleci um cronograma para as entrevistas, procurando adequar e mesclar a participação e acompanhamento das atividades com as conversas que fluíram muito agradável e espontaneamente, e eram gravadas com o consentimento de toda a “colônia” na citada varanda, seguida por muitas fotos.

Vale ressaltar que alguns entrevistados eram bilíngues, mas falavam em espanhol. Mesmo os entrevistados não bilíngues demonstraram conhecer bem o nosso idioma e muitos termos singulares da língua portuguesa, o que me deixou curiosa, pois nem todos habitavam exatamente aquela faixa de fronteira, apesar de corriqueiramente atravessá-la em ambos os sentidos. Indaguei sobre essa particularidade, que foi divertidamente explicada por eles: disseram conhecer bem a língua portuguesa devido à audiência e atenção que dão aos programas e novelas brasileiras os quais são transmitidos pelas redes brasileiras de televisão em território boliviano. Revelaram apreciar muito as programações das tvs, em especial, das novelas brasileiras, cujos capítulos acompanham assídua e religiosamente. De acordo com os entrevistados, esse é um fator importante que facilita o aprendizado do idioma português e o seu aprofundamento na vida cotidiana dos fronteiriços bolivianos.

### **3.5.2 –A fronteira na perspectiva dos fronteiriços moradores da Bolívia**

Neste item, pretende-se, a partir da perspectiva dos fronteiriços entrevistados, administradores e moradores do lado boliviano, especificamente, habitantes da Vila de San Vicente de La Frontera e algumas comunidades rurais bolivianas conhecidas como “pueblos”, localizar, demonstrar e descrever aspectos relevantes daquele país que caracterizem a faixa de fronteira estudada no país vizinho. Intencionou-se investigar como as relações sociais são construídas por aqueles sujeitos na área estudada, bem como, compreender de que forma e sob quais condições as sociabilidades são estabelecidas com os brasileiros.

“A fronteira Bolívia-Brasil na perspectiva dos fronteiriços bolivianos” resulta de um mergulho realizado nas memórias e narrativas dos entrevistados que moram no lado boliviano

da região da pesquisa. Intencionou-se, nessa etapa da pesquisa, analisar a percepção daqueles sobre o significado da fronteira, as atividades produtivas desenvolvidas na região. Nas interações com brasileiros, enfocaram-se: diferenças e semelhanças culturais, relações de trabalho, sociabilidades, violência e discriminação.

No universo das memórias trazidas pelos entrevistados, no lado boliviano mapeado para o estudo, foram selecionadas sete (7) pessoas. Desse grupo, seis (6) são bolivianos moradores da região e uma brasileira, que habita e desenvolve trabalhos missionários de matriz religiosa católica naquela área da Bolívia, justificando-se assim, a inserção dessa moradora no grupo e/ou “colônia” de entrevistados no lado boliviano da fronteira.

As entrevistas aparecem em grande parte no idioma das respostas, visto que as perguntas foram feitas no idioma português, com alguns esclarecimentos em espanhol. Quando havia dúvidas de compreensão, do mesmo modo, as respostas obtidas, em parte foram em português e em parte em espanhol. Assim sendo, no momento da transcrição das mesmas, optou-se por fazer a tradução para o idioma português.

Nessa entrevista, consta a de Lacan José, 65 anos, autoridade local em San Vicente de La Frontera. Indagado sobre como se deu o processo de ocupação naquela localidade e como é viver naquela localidade, narrou:

Sou de Santa Cruz. Vivi aqui desde a fundação, trabalhando no contrabando (exportação/importação). Fiquei aqui, tive minha mulher, morei e fiquei até agora.

A região é muito boa para viver e compartilhar com todos. Há muitos pontos positivos e negativos. Um ponto positivo é que se vive com tranquilidade, diferente de lugares muito movimentados. O ponto negativo é a existência de poucos postos de trabalho aqui, dessa forma, grande parte de nossos jovens dirigem-se à fronteira e vão trabalhar no Brasil. Vem apenas passar o final de semana aqui.

Perguntado sobre a formação escolar dos jovens fronteiriços e também sobre a relação dos bolivianos com os brasileiros na fronteira, respondeu:

Temos uma escola que ensina até o fundamental, mas muitos, por serem descendentes de brasileiros, preferem estudar no lado brasileiro. Tem um ônibus diário que leva os alunos para as escolas brasileiras.

Recebemos bem os irmãos brasileiros. Tem alguns que são comerciantes aqui, tem restaurantes e mercados. Acolhemos os que vêm para trabalhar e somar, mas gente sacana não, brasileiros mal intencionados também aparecem por aqui, mas nos protegemos deles, ficamos sempre prestando atenção, vigilantes. Não gostamos dessa gente por aqui.

Sobre essa questão da violência e do narcotráfico? O narrador explicou que:

Ocorre como em toda área de fronteira, mas neste povoado a vida é muito tranquila, não temos zona “roxa” ou zona “vermelha”. O perigo está sempre que aparecem outros povos, estranhos à comunidade, os narcotraficantes. Sabe-se que muitos vêm do Brasil. E há pessoas que fazem o transporte disso tanto daqui para lá como também de lá para cá, produtos diferentes são trocados, né? (refere-se à troca de automóveis furtados no Brasil por Cocaína e/ou pasta base produzida na Bolívia).

Sobre a convivência local entre povos indígenas e não indígenas, se há conflitos étnicos, especialmente envolvendo os “chiquitano”, explicou:

Não há. Vivemos todos tranquilos, somos de paz. Sabe-se que no Brasil, as autoridades do lado brasileiro não tratam bem os chiquitanos, são maus com eles. Aqui vivem nos pueblitos e no vilarejo, Trabalhamos com a extração de madeira, pequenos cultivos agrícolas e pequenos comércios.

Questionado quanto às tradições e a cultura do lugar, assim o entrevistado se posicionou:

Procuramos manter as tradições. Lutamos para não perder a nossa cultura, o modo de vida dos nossos ancestrais ao longo da história e do tempo, a exemplo da cumbia<sup>91</sup> e do costume de beber a chicha.

Sobre a região fronteira, a partir da ótica de Lacan José, que além de morador da localidade, também é um de seus fundadores, a relação entre os bolivianos fronteiriços e os brasileiros em geral é tranquila e harmoniosa, mas destaca um certo estranhamento para com o outro a partir de desconfianças e descobertas de ligações que estes estabelecem com o “ilícito e o narcotráfico”. Pela narrativa do entrevistado, esse “outro” não precisa ser necessariamente fronteiriço de nacionalidade, a fala do narrador, em nenhum momento,

---

<sup>91</sup>Segundo o Wikipédia, sobre a música e a dança da cumbia: é uma sonoridade variante da cumbia colombiana, com influências andinas relacionadas ao sonidera. A música é caracterizada pelo uso recorrente do órgão, com adaptações da música popular regional boliviana. O sonidera resgata a maneira de fazer cumbia colombiana, com acordeão e entre suas variantes são os efeitos da utilização de sintetizadores para acentuar o DJ, assim resultando em uma fusão de cumbia da década de 1950 de 1960 e 1970 com os sons eletrônicos do DJ em meados da década de 1990. Cf.: [https://es.wikipedia.org/wiki/Cumbia\\_boliviana](https://es.wikipedia.org/wiki/Cumbia_boliviana), acesso em 19/07/2017.

expressou algum tipo de estranhamento relacionado à nacionalidade, ou mesmo, à condição étnica dos fronteiriços brasileiros, migrantes e/ou descendentes de “chiquitanos”.

Segundo o entrevistado acima mencionado, no lado boliviano da fronteira, ou em San Vicente de La Frontera e nos “pueblos” localizado nas cercanias, não se vivencia discriminação étnica, visto que grande parte da população descende de povos indígenas. Mas ressaltou que já percebeu no lado brasileiro da fronteira “más” atitudes das autoridades brasileiras em relação a esses grupos descendentes dos “chiquitanos”. Sintetizou dizendo que no lado boliviano são tratados como iguais, mas que no Brasil há conflitos sobre a questão.

No que se refere aos aspectos culturais, o entrevistado aponta que há uma convivência cotidiana com a cultura brasileira, tendo em vista a proximidade física, o fato de muitos cidadãos do lado boliviano serem descendentes de brasileiros e também de muitas crianças e jovens estudarem e trabalharem no Brasil. A maioria da população daquele vilarejo fala o idioma português e estudam em escolas brasileiras. Vale ressaltar que assistem diariamente a programação brasileira nos canais abertos de televisão, observando-se um gosto especial pelas telenovelas.

Apesar da proximidade geográfica e da interação social constantes, o entrevistado demonstrou preocupação do povo fronteiriço boliviano em manter seus hábitos, costumes e tradições, que foram deixados pelos seus antepassados. Entende que esses fatores são de importância crucial para manter a legitimidade daqueles povos, que habitam aquela região de fronteira.

Sobre o passado cultural dos povos colonizados da América, Meireles (1997, p. 184-186) ensina que:

A concepção de fronteira, sendo um dado cultural, está diretamente relacionada à construção que a sociedade faz da alteridade. Nesse sentido, de uma forma eminentemente dialética, o indivíduo constrói sua identidade a partir da sua localização com relação a um grupo e da sua relação com a totalidade, tendo o espaço como paradigma, de tal forma que o território passa a ser determinado e vivido através do conjunto de relações institucionalmente estabelecidas pela sociedade. Mesmo nos casos em que o território enquanto um espaço ancestral e original não se constitui num elemento atribuidor da identidade social, a sua perda – ou a sua ausência – acaba por configurar critérios em si mesmos, reivindicados a partir, por exemplo, da memória coletiva. Portanto, na raiz da percepção do território está a percepção do nós, a construção básica da identidade coletiva e, por extensão, a sede do estabelecimento da diferença, o limite para a construção da alteridade enquanto uma situação antagônica por definição. Portanto, se o território é a representação coletiva fundamental da sociedade, a fronteira é a

representação coletiva fundamental para o estabelecimento da diferença ou, em outras palavras, para a percepção da alteridade<sup>92</sup>.

Dessa forma, a estudiosa explica que a ideia da fronteira, sempre presente nas narrativas daquela população investigada, pode ser melhor compreendida na perspectiva da formação de uma interface entre identidade e alteridade, resultando assim da imagem que a sociedade constrói sobre si mesma e sobre o outro.

Outra entrevistada, Rosemary Couto, 42 anos, é brasileira, mas vive e trabalha na fronteira dentro da Bolívia há mais de 10 anos, desenvolvendo trabalhos comunitários e sociais com as camadas populacionais de menor poder aquisitivo. Inquirida se com a experiência do seu trabalho junto às comunidades fronteiriças poderia nos explicar sobre a relação e o uso da terra pelas populações locais, a entrevistada respondeu:

Sim. Tem uma organização diferente do Brasil. Aqui nos “pueblos” e na fronteira as terras são comunitárias. O governo disponibiliza para o uso. Retira-se dela o que se consegue trabalhar, mas não há propriedade definitiva. A terra é da comunidade, por exemplo, se você quer trabalhar na terra, precisa falar com as autoridades da comunidade e eles vão dizer onde poderá trabalhar. Geralmente os agricultores trabalham para o próprio sustento, cultivam milho, mandioca e arroz, consomem parte do que produzem e vendem os excedentes na cidade. Trabalham muito com o sistema de rotação de terras e culturas.

Perguntada se considerando os 10 anos de trabalho e convivência na região fronteiriça da Bolívia poderia falar sobre como é viver na fronteira, a entrevistada sintetizou:

Aqui é uma grande mistura. As comunidades daqui vivem junto com a sociedade brasileira, estão sempre próximos e transitando, não tem esse negócio de separação. Eu entendo que essa linha divisória que delimita a fronteira não faz sentido para esta sociedade fronteiriça. Eles transitam o tempo todo sobre ela, normalmente. Dessa mistura percebo que no lado boliviano está se perdendo muito as tradições advindas dos seus ancestrais, por exemplo, nessa festa aqui, que é tradicional, ouviu-se muito pouco das músicas bolivianas, mas em compensação, ouviu-se muita música brasileira, os trajes também tem se transformado, o tradicional vestido colorido boliviano o “tipo e” é mais utilizado nas apresentações aqui na fronteira, porém, as mulheres anciãs utilizam diariamente em Santa Cruz e Cocha bamba [...] outra mudança importante é o idioma, que a meu ver, interfere na construção da identidade de um povo, muitos bolivianos fronteiriços estudam e trabalham no Brasil, falam um idioma mesclado, intercalando o português com o espanhol.

---

<sup>92</sup>Meireles, Denise Maldí. **De confederados a bárbaros: a representação da territorialidade e da fronteira indígenas nos séculos XVIII e XIX.** *Rev. Antropol.* [online]. 1997, vol.40, n.2, pp.183-221.

A narrativa da entrevistada, nesse entendimento, possibilita um diálogo reflexivo com Benedict Anderson (2008, p. 190), acerca da obra “Comunidades Imaginadas”, pois para o autor “a língua é que dá coesão a este ‘espírito nacional’ onde o mais importante quanto à língua é sua capacidade de gerar comunidades imaginadas, efetivamente construindo solidariedades particulares, pois “a língua não é um instrumento de exclusão. Pelo contrário, ela é fundamentalmente inclusiva”<sup>93</sup>. Nesse aspecto, o autor explica que “a fatal diversidade da linguagem humana criou a possibilidade de uma nova forma de comunidade imaginada, a qual, em sua morfologia básica, montou o cenário para a Nação moderna”.

Em linhas gerais, para o estudioso, a ideia de nacionalismo forjou-se na invenção da língua impressa, mas não em uma língua particular. Em síntese, “ninguém vive o suficiente para aprender todas as línguas” e desse modo, a concepção de “Nação” corroborou com a necessidade de se estabelecer uma identidade nacional, conectada a um “passado remoto”, que para ele, pode ser verdadeiro, ou igualmente forjado. Na sua análise, para as potências coloniais manterem o controle sobre as suas colônias eram condições necessárias: “controlar a natureza de seus sujeitos, a geografia de seus territórios e a herança cultural de seus povos”<sup>94</sup>

Sobre os aspectos positivos e negativos que são observados vivendo naquela fronteira, a entrevistada respondeu que:

São muitos pontos positivos, dentre estes, o acolhimento e a hospitalidade. A maioria dos fronteiriços da Bolívia são muito receptivos para com os brasileiros, tratam-nos como irmãos, principalmente quando trabalhamos e convivemos lado a lado, muito solidários. Quanto aos pontos negativos de se viver aqui, temos o perigo que representa o narcotráfico. Desde que estou aqui, tem mais de 10 anos, escuto dizer que esta fronteira é ponto de passagem de drogas e veículos roubados. De uns tempos para cá sei que o consumo de drogas aumentou muito por aqui, ampliou-se o campo da distribuição, os mochileiros transportam muito, isso é muito preocupante, aumentou também os níveis da violência, destacando-se assassinatos e violência doméstica. As mulheres sofrem muito mais. Outro problema é a exploração do trabalho, muitos fronteiriços daqui trabalham em estâncias de brasileiros, no lado de lá (aponta para o lado brasileiro da fronteira), sem garantia nenhuma porque são estrangeiros lá. Para os fazendeiros brasileiros é vantajoso, porque não têm que pagar direitos trabalhistas, ocorre também acidentes de trabalho nas fazendas brasileiras, esses dias atrás um *muchacho* perdeu uma das mãos laçando um touro.

Vejo também outro ponto negativo da fronteira, que é a chegada em massa de igrejas evangélicas, isto porque entendo que elas demonizam a cultura tradicional dos povos daqui. A população chiquitano e a fronteiriça em geral tem uma história com a igreja católica e com o jeito místico próprio deles viverem, isso faz parte da cultura deles, têm uma relação muito forte

<sup>93</sup>ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. 320 p.

<sup>94</sup> Cf. op. cit. ANDERSON, 2008.

construída com a Pacha Mama<sup>95</sup>, é comum fazerem feitiços e acenderem velas para Santos católicos e também para os espíritos dos mortos. A pregação da igreja evangélica e suas exigências criam um conflito com a cultura dos povos tradicionais daqui.

Na visão da entrevistada, ocorre um abuso dos empregadores brasileiros sobre os trabalhadores bolivianos na fronteira estudada. Averiguando, de forma mais detalhada, constatou-se que os grupos de trabalhadores têm condições diversificadas em relação ao desenvolvimento de suas atividades no Brasil. Os que são descendentes de brasileiros podem colocar seus filhos para estudar em escolas brasileiras naquela fronteira, têm direito a registro de nascimento, transporte escolar rural, podem pleitear o bolsa-família, a nacionalidade brasileira e aposentadoria rural, desde que consigam montar o processo com todos os documentos exigidos pelo INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social do Brasil.

Em contrapartida a essa situação, no grupo dos não descendentes de brasileiros, ou dos que não conseguem comprovar a descendência, a condição estabelecida é a de estrangeiro no Brasil e, nesse caso, os seus vínculos trabalhistas não se efetivam com as condições de usufruto dos direitos, o que, nessa análise, intensifica o processo de exploração do trabalhador rural boliviano nas fazendas brasileiras, havendo casos, inclusive, de trabalho escravo.

Outra preocupação relatada pela entrevistada sobre a região fronteira estudada refere-se à presença recente e massiva das igrejas evangélicas, visto que, na opinião dela, essas se contrapõem aos costumes e tradições religiosas da população de origem indígena e chiquitana na região. Com o trabalho que a entrevistada desenvolve nas comunidades fronteiriças, em especial nos pueblós, costuma conviver e também presenciar os exercícios de fé daquelas comunidades, sobretudo, a mesclagem da fé nos Santos católicos e nas divindades cultuadas pelos seus antepassados. A fé católica originou-se do contato com os colonizadores portugueses e espanhóis. A crença na existência e possibilidade de comunicação com o espírito dos mortos transparece como memória transmitida pelos antepassados daqueles povos, de origem ameríndia.

---

<sup>95</sup> De acordo com a Wikipédia, **Pacha Mama** ou **Pachamama** (do quíchua *Pacha*, "universo", "mundo", "tempo", "lugar", e *Mama*, "mãe", "Mãe Terra") é a deidade máxima dos Andes, Bolivianos e Peruanos do noroeste argentino e do extremo norte do Chile. Vários autores consideram Pachamama como uma divindade relacionada com a terra, a fertilidade, a uma mãe, o feminino. Pacha Mama é uma deusa que produz, que engendra. Segundo a tradição, sua morada está na Favela de Cerro Blanco (Nevado de Cachi), em cujo cume há um lago que rodeia uma ilha habitada por um touro de chifres dourados e salivantes, que, ao mugir, expele nuvens de tormenta pela boca.

Cf. [https://pt.wikipedia.org/wiki/Pacha\\_Mama](https://pt.wikipedia.org/wiki/Pacha_Mama). Acesso: 19/07/2017.

Para uma melhor compreensão da crença em Pacha Mama ou Pachamama, levantada na memória da entrevistada, tomamos por empréstimo uma breve explicação do historiador boliviano Rigoberto Paredes, segundo o qual:

[...] a princípio, o mito de Pacha Mama devia referir-se ao tempo, talvez vinculado de alguma forma à terra; ao tempo que cura as maiores dores, tal como extingue as alegrias mais intensas; ao tempo que distribui as estações, fecunda a terra, sua companheira; dá e absorve a vida dos seres no universo. *Pacha* significa originariamente 'tempo', na língua *kolla*; só com o transcurso dos anos - as adulterações da língua e o predomínio de outras raças - pôde confundir-se com a terra e fazer com que a esta e não àquele se rendesse preferente culto [...] Pacha-Mama, segundo o conceito que tem entre os índios, poderia ser traduzido no sentido de terra grande, diretora e sustentadora da vida. A terra, como geradora da vida, será então assumida como um símbolo de fecundidade. [...]1º de agosto é o dia da Pacha Mama. Nesse dia, enterra-se, em um lugar próximo da casa, uma panela de barro com comida cozida. Também se põe coca, yicta, álcool, vinho, cigarros e chicha para alimentar Pacha Mama. Nesse mesmo dia deve-se por cordões de fio branco e preto, confeccionados com lã de lhama, enrolando-os à esquerda. Esses cordões se atam nos tornozelos, nos pulsos e no pescoço.<sup>96</sup>.

Sobre a fundação de San Vicente e organização daquele espaço fronteiriço, trouxemos a entrevista de Luiz da Villa, autoridade local, 62 anos. Como o Senhor compreende este espaço da fronteira Brasil-Bolívia aqui neste local?

Entendo esta fronteira como uma região que está reservada para ambos os países, a Bolívia e o Brasil. No início da década de 1960 não havia divisão (marco divisório) entre o Brasil e a Bolívia, havia somente elos de ligação por meio das pequenas estradas que cortavam a floresta. Fomos os primeiros a chegar aqui, organizamos o trabalho e a vida, nessa faixa da fronteira de aproximadamente 20 mil hectares, que antes pertencia tudo para a Bolívia, antes de chegar o marco divisório. Nessa época, viviam aqui cerca de 30 famílias chiquitanas. A vila foi criada graças à exploração de madeira, primeiramente, os trabalhadores moravam em acampamentos, naquela época, décadas de 60 e 70 ganhava-se muito dinheiro extraindo madeira e exportando para o Brasil. As notícias correram e foi chegando gente aqui, dos dois países, Sancho Castaneda chegou com sua esposa Lucíola e sua cunhada, montaram uma pequena pousada, um restaurante e uma escola. Em seguida chegou um grupo de homens que começaram a lotear e vender as terras. O chefe da extração de madeira avisou que não podiam cercar e nem vender esta área, porque aqui seria a Vila, então cercaram outras áreas vizinhas para formar fazendas, mas não era correto cercar esta localidade. Vieram muitas pessoas para explorar a madeira, fizeram estradas de chão que ligavam a fronteira com o Brasil e com a Bolívia. Traziam carros de São Paulo que eram vendidos para os bolivianos. Com o comércio da madeira aquecido, vendiam-se muitos carros, uma média de 100 carros por dia.

<sup>96</sup> PAREDES, Manuel Rigoberto. *Arte folklórico de Bolivia*. La Paz: Ediciones Puerta del Sol, 1977.

Perguntado quanto ao trabalho que desempenha na região, obteve-se a seguinte resposta:

Sou representante do Governo boliviano aqui. Comando este vilarejo e várias comunidades vizinhas que dependem de mim, do meu trabalho. Faço a parte burocrática, administrativa, tudo que se refere a projetos de nível nacional, naqueles em que o governo destina uma parte, então tenho que coordenar os programas, as demandas e as obras. Somando a população de San Vicente de La Frontera e dos pueblos, totalizam aproximadamente 800 habitantes nesta área toda da fronteira.

Indagado sobre os pontos positivos e negativos de se viver naquela fronteira, respondeu:

A vida aqui é típica do campo, tranquila. Temos problemas de falta de empregos para os jovens e a população, o que aumenta o narcotráfico e o ilícito. Temos projetos do governo nacional da Bolívia para instalarmos redes de água potável e esgoto, construção de estradas e investimentos em unidades produtivas de pescadao e frutas. Esperamos que, com isso, a população indígena acorde e passe a fazer parte desses projetos para ter mais renda e melhor qualidade de vida. Queremos trabalhar para desenvolver a região, entendo que essa é a melhor forma dos habitantes deste vilarejo e dos pueblos avançarem. E que viva San Vicente! Que viva Santa Cruz e que viva a Bolívia! Muchas gracias.

Conforme a narrativa do entrevistado e as observações realizadas in loco, em San Vicente de La Frontera a infraestrutura básica é bastante precária e deficiente. Não há estação de tratamento de água, as casas são abastecidas por poços, que geralmente são perfurados nos quintais das casas. A energia elétrica é fornecida por uma empresa brasileira e revendida por uma cooperativa local, comandada pelo administrador do Vilarejo.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ponto fulcral deste estudo consistiu na tentativa de compreender os significados da fronteira Brasil-Bolívia, a partir de um recorte de estudo que pudesse conter uma amostra das diversas concepções elaboradas pelos atores sociais que compõem e habitam aquela região fronteiriça. Para tanto, organizaram-se os grupos pesquisados em: moradores nativos não indígenas, moradores migrantes, moradores migrantes retornados e moradores nativos indígenas, o que permitiu elaborar de certa forma, uma cartografia social daquele cenário.

Optou-se por subagrupar os moradores nativos não indígenas entrevistados por faixa etária, considerando-se as suas vivências, memórias, aproximações, distanciamentos e relações que pudessem abranger o mais recente delineamento da linha de fronteira Brasil-Bolívia, denominado “Notas Reversais de Roboré”, acordo assinado entre os dois países em 1958, com marcos limitações que se efetivaram posteriormente, em meados da década de 1970.

Historicamente, a região desde o período colonial foi habitada pela Nação indígena “chiquitano”, que já estavam no território antes mesmo da chegada dos colonizadores portugueses e espanhóis. O estudo abrangeu no lado brasileiro, a Comunidade de Santa Clara do Monte Cristo, Morrinhos e parte de Aparecida – município de Vila Bela da Santíssima Trindade – Sudoeste de Mato Grosso e no lado boliviano, o vilarejo de San Vicente de La Frontera.

Com relação às políticas de ocupação da região estudada, observou-se que tal processo remonta o período colonial brasileiro, desde o século XVI, com intensas disputas entre Portugal e Espanha pelas terras localizadas a oeste da América Latina, e que, após a independência do Brasil, permaneceu como uma região pouco habitada, em comparação com o litoral e o sudeste do país.

Uma das premissas da análise proposta nesta pesquisa considerou o recente processo de ocupação da área estudada, que se efetivou a partir da década de 1960, estimulada por ações governamentais de ocupação das terras do oeste e da Amazônia, que em diferentes momentos dirigiu correntes migratórias para a região, dentre as quais, pode-se destacar: a marcha para o oeste e posteriormente, outros movimentos relacionados à manutenção da soberania nacional sobre as terras fronteiriças, sobretudo, durante no governo militar.

Com a efetivação daquele “modelo” de ocupação, constatou-se que a população indígena local e seus descendentes, em especial os indígenas da nação “chiquitano” sofreram um grande processo de espoliação em relação à posse e reconhecimento de seus direitos sobre a terra daquela fronteira, uma vez que aquela região fronteira sempre foi ocupada por esses povos, conforme os levantamentos históricos. Remanescentes desses grupos indígenas foram “redescobertos” na região a partir de meados da década de 1990, com a realização de estudos antropológicos pela FUNAI e UFMT, por ocasião da construção do gasoduto Brasil-Bolívia.

No decorrer da ocupação e da chegada dos contingentes migratórios, grande parte das terras utilizadas pelos indígenas foram incorporadas por fazendeiros locais, cuja atividade principal é a criação de gado para exportação. É visível o interesse do agronegócio na região, especialmente, voltado ao futuro cultivo da soja em grande escala. Desse modo, muitas propriedades na área estudada ainda não são legalmente documentadas, embora se verifique a posse das terras, especialmente, pelos fazendeiros.

A “re-descoberta” dos chiquitano na região estudada, intensificou conflitos locais, pois há pouco tempo, no município vizinho, Porto Espiridião foi demarcada uma área para um grupo de remanescentes indígenas chiquitano – o portal do encantado, terras, que foram destinadas à essa população indígena local. O temor pela possibilidade da instalação de mais uma nova Aldeia indígena naquela fronteira, desta vez no município de Vila Bela da Santíssima Trindade, mobilizou o governo do estado de Mato Grosso e a classe política local, que se posicionou de forma contrária ao projeto, e sendo assim, estabeleceu-se uma rivalidade entre a população indígena e não indígena, que se manifestava, ora de maneira tácita e ora, de forma objetiva e escancarada.

O conflito instalado causou um profundo “estranhamento” entre essas populações fronteiriças, acirrando também, as formas de preconceito e discriminação, por meio da denominação pejorativa de “bugre” e da atribuição de tais significados, de cunho preconceituoso, aos descendentes de indígenas na região. O conflito de interesses desencadeado pelos grupos sociais ali instalados foi disseminado para os mais diversos ambientes da convivência social e comunitária, inclusive, o da escola local. Muitos moradores locais se recusam a comentar e/ou opinar sobre o assunto.

A população discriminada na localidade também se insere nos “jogos de poder e interesse”, que por sua vez, é capitaneada pelos representantes do grande capital. Desse modo, constatou-se também, que tendo em vista os conflitos estabelecidos, “ser ou não” descendente

indígena na região, pode significar uma forma de resistência e autoproteção como também, de enfrentamento.

Entre o conhecer e o desconhecer, entre a obscuridade e a iluminação, aos poucos, no decorrer da coleta de dados, os depoimentos foram rompendo os obstáculos, os protagonistas se dispuseram a contribuir e a desvendar um tempo vivido, disponibilizando-se para tanto a adentrar em si mesmos. Esse processo, de “remexer” na memória, implicou também em fazer emergir uma gama de sentimentos associados às lembranças de cada um. De certa maneira, desvendar o passado significa pisar num campo minado, em que a curiosidade e a necessidade do pesquisador confrontam-se constantemente com o limite do outro, no caso, o entrevistado. Constatou-se que há uma linha tênue entre o que é possível e o que não pode ser remexido; a invasão desautorizada do mundo ou dos limites do outro poderia comprometer a pesquisa.

Falar sobre a ocupação das terras pelos indígenas e não indígenas foi um dos pontos cruciais da pesquisa e por isso mesmo, optou-se por ocultar a verdadeira identidade dos entrevistados e entrevistadas. Com o intuito de buscar os diferentes significados daquela fronteira para os seus moradores, foi necessário conhecer e explorar parte do lado boliviano, elencando-se para isso, o vilarejo de San Vicente de La Frontera, sua porção rural e cercanias, ocupada por moradores de origem indígena, os “pueblos”.

Ao perscrutar acerca dos aspectos formais quanto ao uso das terras naquela fronteira, observou-se que, mesmo já delimitada pelos ocupantes, grande parte das terras não possui escritura, ou seja, não estão devidamente legalizadas, apesar dos “proprietários” serem reconhecidos pela comunidade. Ao longo da segunda metade do século XX ocorreram vários deslocamentos populacionais dirigidos àquela fronteira. Nesse sentido, pode-se por meio das entrevistas e de suas descobertas perceber o modo como os moradores conduziam e conduzem ainda seus papéis sociais no interior da comunidade, inclusive na forma como se constitui a liderança ou, as lideranças locais.

Por outro lado, o exercício de “entrar” na memória e no sentimento das pessoas foi fascinante: mundos foram se desenhando entre o imaginário e a realidade, revelaram o prazer de entrar num universo único e totalmente desconhecido, evidenciando nesse amplo cenário, a necessidade de demarcar limites. Nesse aspecto, utilizou-se como baliza, o foco dos propósitos e objetivos traçados para a realização do estudo. A sensibilidade no trato com o objeto estudado permitiu, neste entendimento, extensões significativas de percepção daquela realidade.

É possível afirmar que as políticas públicas e/ou privadas de ocupação e povoamento da área delimitada, por parte do Estado brasileiro, além de promover o processo de ocupação e povoamento da área delimitada delineou uma nova configuração territorial. Os movimentos de conformação, sentimentos de pertencimento e estranhamento foram fatores desencadeadores dessa nova territorialização.

Com a tentativa de elaboração de uma “cartografia social” da área de estudo mapeada, evidenciou-se as relações sociais, as sociabilidades constituídas e os significados de fronteira que foram incorporados pela população fronteiriça estudada na área selecionada. Nesse aspecto, constatou-se diversos e diferentes significados, considerando-se especialmente, a faixa etária da “colônia dos entrevistados” e suas memórias acerca das Notas Reversais de Roboré, bem como, as relações estabelecidas com “o outro”.

A cartografia social elaborada sobre os sujeitos pesquisados, demonstraram que “o eu e outro” na fronteira Brasil-Bolívia estudada, constituem-se a partir da elaboração de significações particulares entre os sujeitos fronteiriços, ou, das diferenciações que estes constituem entre si e que foram observadas nas narrativas, calcadas não apenas no fator nacionalidade, que de certa forma, também delinea um “eu” e um “outro”, mas fundamentalmente, a partir da existência de um limite que na concepção dos entrevistados pode ser real (do que conheço) ou daquilo que está no imaginário (nunca vi, mas creio que existe), isso transparece nas relações estabelecidas, inserindo-se: cultura, idioma, festas, transgressões, acolhimento e estranhamento, entre outros fatores.

De acordo com a pesquisa realizada, a fronteira Brasil-Bolívia estudada transpõe o significado de limite, ou, pode-se dizer que neste estudo, superou a ideia de significado pautado numa rigidez material, a do limite, da linha que separa, como comumente é conhecida e também apresentada na maioria dos livros didáticos da educação básica, ou seja, no significado que toma como referência apenas a existência de um lugar físico separado de outro lugar próximo. Constatou-se ainda no estudo, que ela transcende os limites interpostos pelas “convenções oficiais” que estabelecem limites físicos, encaminhando-se para os entrelugares, para significados que se particularizam, considerando a vivência e a memória trazida pelas narrativas dos fronteiriços entrevistados.

As narrativas trazidas pelos diferentes grupos selecionados revelaram níveis distintos de diferenciação, estranhamento, pertencimento e aceitação do “outro”, tanto por parte dos entrevistados brasileiros quanto dos bolivianos.

Pode-se destacar as práticas de atos de “transgressão e do ilícito” como elemento que estabelece a fronteira entre “o eu e o outro” nos distintos grupos de fronteiriços entrevistados,

tanto no lado brasileiro quanto no lado boliviano, considerando também que tal fator é empregado como elemento que diferencia sujeitos com a mesma nacionalidade, porém, na condição de forasteiros.

No campo das sociabilidades, pode-se perceber que há uma distinção entre os grupos entrevistados pertencentes às diferentes classes sociais, como uma parte significativa da população fronteira no lado brasileiro são descendentes de indígenas, vislumbrou-se no decorrer da pesquisa referências de cunho discriminatório, não apenas sobre os “bugres”, mas ao que os moradores locais, em especial, os migrantes que os classificam como “bolivianos”, ou “imigrantes bolivianos”.

É perceptível, nos gestos e palavras de forma muito sutil, e no encontro entre os “diferentes” um certo sentimento de superioridade desses grupos que classificam os outros fronteirizos brasileiros como “bolivianos”. Da mesma forma, alguns grupos de moradores entrevistados acolhem esse “outro”, enfatizando a beleza do idioma espanhol e da cultura expressada por esses sujeitos fronteirizos tanto nas festas como nas práticas religiosas.

É perceptível ainda, em alguns relatos, a fluidez, ao longo do tempo e na variação de lugares, das identidades. Em especial, os descendentes de pessoas que nasceram na Bolívia que reafirmam a sua história no território boliviano. Os “chiquitano”, outro exemplo, não se localizam nem lá e nem cá, e o fazem conforme a percepção política da situação vivida. As variações ao longo do tempo das percepções quanto à identidade, levam a se pensar não sobre identidades, mas sobre identificações, palavra que sublinha a dimensão do processo.

Em suma, a pesquisa realizada intentou desvelar o conjunto de significados que, ao longo do tempo, foram sendo construídos e incorporados pelos povos fronteirizos em relação ao seu local de vivência e moradia. Buscou-se compreender de que forma tais significados foram incorporados pelos sujeitos sociais naquela territorialidade, pois o estudo demonstrou que há uma “linha tênue”, que demarca a existência de dois países, com povos, idiomas, culturas e hábitos que ora se assemelham e ao mesmo tempo, mantém suas singularidades e a sua identidade, que não é fixa.

A convivência entre os grupos fronteirizos pesquisados se materializa em universos sociais constituídos por conflitos, pela dinâmica do jogo de forças das diferenças, nos diversos níveis de aceitação ou não do outro. No quadro da construção e/ou reconstrução das identidades, percebe-se na perspectiva das diferenças, o nascimento do argumento para a inferiorização de um grupo pelo outro, o que é demonstrado, por exemplo, na denominação pejorativa de “bugre”.

O conhecimento e o reconhecimento das diferenças nos diversos aspectos da composição da vida social, econômica e cultural são elementos essenciais para compreender a territorialidade diversa no ambiente fronteiriço estudado. Desse modo, não se pretendeu com esse estudo abarcar, conceituar e/ou encerrar de forma definitiva as discussões sobre os significados da fronteira para os grupos e a sociedade fronteiriça em questão, tratou-se de um recorte, que na sua complexidade caberá outros estudos e enfoques advindos de natureza multidisciplinar.

No contexto da fronteira pesquisada, considerando seus significados ambivalentes, e às vezes, contraditórios, tomou-se por empréstimo uma referência de Boaventura de Souza Santos, que no seu exercício reflexivo acerca da compreensão do sentido da diferença e da identidade teceu a seguinte colocação: “temos o direito a ser iguais sempre que a diferença nos inferioriza; temos o direito a ser diferentes, sempre que a igualdade nos descaracteriza.”<sup>97</sup>

---

<sup>97</sup> SANTOS, Boaventura de Sousa. **A construção multicultural da igualdade e da diferença**. Palestra proferida no VII Congresso Brasileiro de Sociologia – IFCS/UFRJ – 04 a 06 de setembro de 1995.

## 5 SEÇÃO 5: ANEXOS

### 5.1 ANEXO MOSAICO DE FOTOS - INCURSÕES EM CAMPO MOSAICO DE FOTOS DAS INCURSÕES EM CAMPO – PESQUISA – A FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA



**O TRAJETO E PARTE DA PAISAGEM – A FRONTEIRA, LADO BRASILEIRO**



Fonte: Acervo da Pesquisadora 15/04/2015.



Fonte: Acervo da Pesquisadora 15/04/2015.



Fonte: Acervo da Pesquisadora 15/04/2015.



Fonte: Acervo da Pesquisadora 15/04/2015.



Fonte: Acervo da Pesquisadora 15/04/2015.



Fonte: Acervo da Pesquisadora 15/04/2015.



Fonte: Acervo da Pesquisadora 15/04/2015.



Fonte: Acervo da Pesquisadora 15/04/2015.



Fonte: Acervo da Pesquisadora 15/04/2015.



Fonte: Acervo da Pesquisadora 15/04/2015.



Fonte: Acervo da Pesquisadora 15/04/2015.

## **A CHEGADA EM SANTA CLARA DO MONTE CRISTO**



Fonte: Acervo da Pesquisadora 15/04/2015.

### **IMAGEM DE NOSSA SENHORA APARECIDA**



Fonte: Acervo da Pesquisadora 15/04/2015.

### **EM SANTA CLARA DO MONTE CRISTO “PONTA DO ATERRO”**



Fonte: Acervo da Pesquisadora 15/04/2015.

**ATRAVESSANDO A FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA  
POSTO GEFRON/INDEA**



Fonte: Acervo da Pesquisadora 27/09/2016



Fonte: Acervo da Pesquisadora 27/09/2016



Fonte: Acervo da Pesquisadora 27/09/2016

### PLACA DE ENTRADA EM SAN VICENTE DE LA FRONTERA



Fonte: Acervo da Pesquisadora 27/09/2016

**GUARITA DE PASSAGEM PARA O LADO BOLIVIANO DA FRONTEIRA  
ESTUDADA**



Fonte: Acervo da Pesquisadora 27/09/2016

**PLACAS DE LOCALIZAÇÃO E DISTÂNCIA ENTRE CIDADES – BOLÍVIA**

Fonte: Acervo da Pesquisadora 27/09/2016

## ÓRGÃOS PÚBLICOS LOCAIS – SUB-ALCALDÍA



Fonte: Acervo da Pesquisadora 27/09/2016



Fonte: Acervo da Pesquisadora 27/09/2016

**BANDEIRAS NACIONAIS DO BRASIL E DA BOLÍVIA**

### BANDEIRA ESTATAL DA BOLÍVIA(1851)

Com a pesquisa realizada na fronteira Brasil-Bolívia, observou-se no lado boliviano uma especial valorização dos símbolos nacionais militares



### Símbolos militares da Bolívia



Fonte: Acervo da Pesquisadora 27/09/2016



Fonte: Acervo da Pesquisadora 28/09/2016

### **BANDEIRA DA ESCOLA DE ENSINO BÁSICO DE SAN VICENTE DE LA FRONTERA – BOLÍVIA**



Fonte: Acervo da Pesquisadora 28/09/2016

**EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BOLIVIANO – MOMENTO CÍVICO,  
ANIVERSÁRIO DE SAN VICENTE DE LA FRONTERA**



Fonte: Acervo da Pesquisadora 28/09/2016



Fonte: Acervo da Pesquisadora 30/09/2016

## MENSAGENS DE PLACAS NO PERÍMETRO URBANO DE SAN VICENTE DE LA FRONTERA



Fonte: Acervo da Pesquisadora 30/09/2016

## INÍCIO DAS COMEMORAÇÕES DO ANIVERSÁRIO DE SAN VICENTE DE LA



Fonte: Acervo da Pesquisadora 30/09/2016

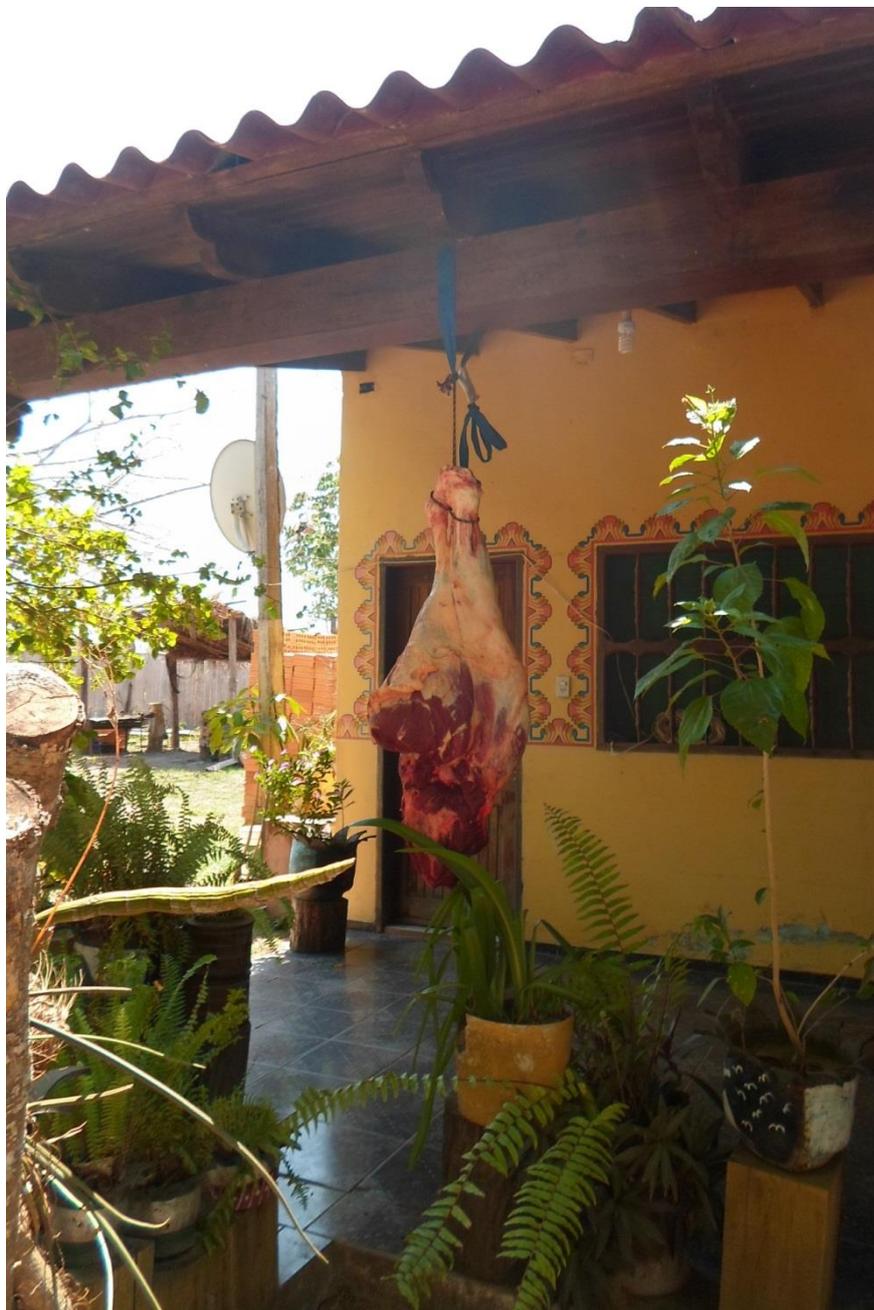
**FRONTERA: EXPERIMENTANDO A “CHICHA”**

Fonte: Acervo da Pesquisadora 30/09/2016



Fonte: Acervo da Pesquisadora 30/09/2016

**UM COSTUME OBSERVADO NO LADO BOLIVIANO DA FRONTEIRA  
PESQUISADA: EXPOR A CARNE ADQUIRIDA PELA FAMÍLIA NAS FRENTES  
DAS CASAS, DE ACORDO COM INFORMAÇÕES LOCAIS O “GESTO  
SIMBOLIZA PODER E STATUS SOCIAL.**



Fonte: Acervo da Pesquisadora 30/09/2016

**FESTA DO SANTO PADROEIRO “SAN VICENTE DE PÁUL”, EM SAN VICENTE DE LA FRONTERA – BOLÍVIA – SETEMBRO/2016**



Fonte: Acervo da Pesquisadora 30/09/2016



Fonte: Acervo da Pesquisadora 30/09/2016



Fonte: Acervo da Pesquisadora 30/09/2016

### **DISCURSO DAS AUTORIDADES GOVERNAMENTAIS LOCAIS**



Fonte: Acervo da Pesquisadora 30/09/2016

**ATENDENDO AO CONVITE DAS AUTORIDADES PRESENTES PARA SAUDAR A  
POPULAÇÃO LOCAL NA OCASIÃO DA MISSA – SAN VICENTE DE LA  
FRONTERA – BOLÍVIA**



Fonte: Acervo da Pesquisadora 30/09/2016

**IMAGEM DE SAN VICENTE DE PAUL – FESTA DO VILAREJO DE SAN  
VICENTE**



Fonte: Acervo da Pesquisadora 30/09/2016

**FESTEJOS NA COMUNIDADE – PROCISSÃO DE SAN VICENTE DE PAUL**

Fonte: Acervo da Pesquisadora 30/09/2016



Fonte: Acervo da Pesquisadora 30/09/2016

## FESTEJOS DE SAN VICENTE DE PAUL



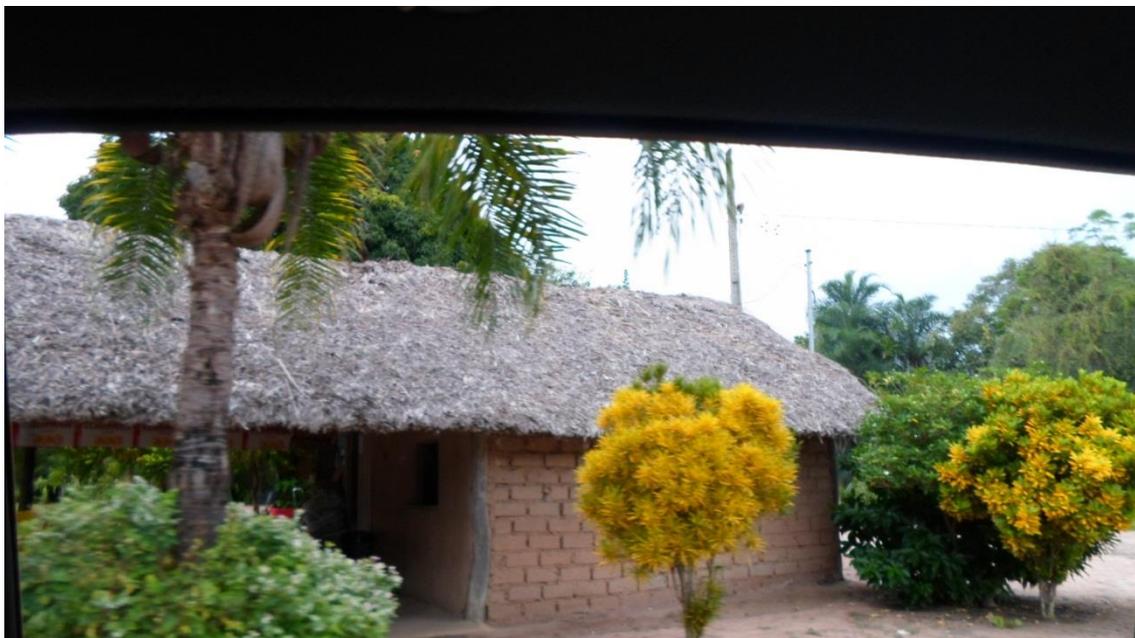
Fonte: Acervo da Pesquisadora 30/09/2016



Fonte: Acervo da Pesquisadora 30/09/2016

**MOSAICO DE FOTOS DAS INCURSÕES EM CAMPO – PESQUISA – A  
FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA – ENTREVISTA COM INDIOS CHIQUITANO**

**Comunidade chiquitano – Aparecida**



Fonte: Acervo da Pesquisadora 30/09/2016



Fonte: Acervo da Pesquisadora 30/09/2016



Fonte: Acervo da Pesquisadora 30/09/2016

### **INSTRUMENTOS TRADICIONAIS PARA TOCAR O CURUSSÉ E O CARNAVALITO :“A CAIXA”**



Fonte: Acervo da Pesquisadora 30/09/2016



Fonte: Acervo da Pesquisadora 30/09/2016

### “A FLAUTA”



Fonte: Acervo da Pesquisadora 30/09/2016



Fonte: Acervo da Pesquisadora 30/09/2016

**“A ROÇA CHIQUITANO NA COMUNIDADE APARECIDA”**



Fonte: Acervo da Pesquisadora 30/09/2016



Fonte: Acervo da Pesquisadora 30/09/2016

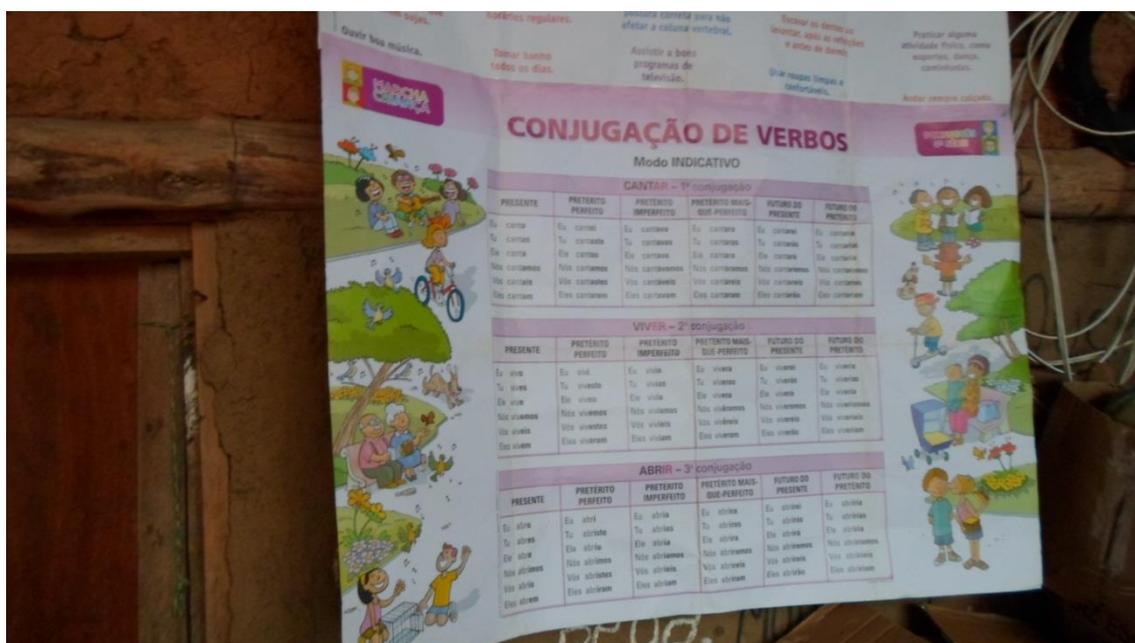


Fonte: Acervo da Pesquisadora 30/09/2016

## “A ESCOLA CHIQUITANO – COMUNIDADE APARECIDA”



Fonte: Acervo da Pesquisadora 30/09/2016



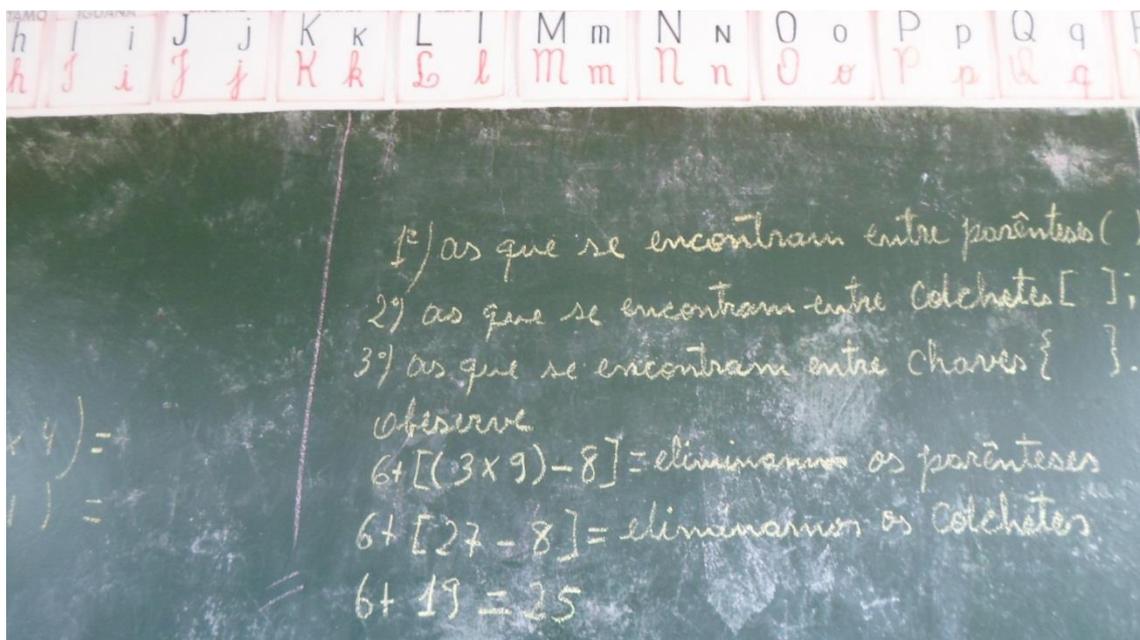
Fonte: Acervo da Pesquisadora 30/09/2016



Fonte: Acervo da Pesquisadora 30/09/2016



Fonte: Acervo da Pesquisadora 30/09/2016



Fonte: Acervo da Pesquisadora 30/09/2016



Fonte: Acervo da Pesquisadora 30/09/2016



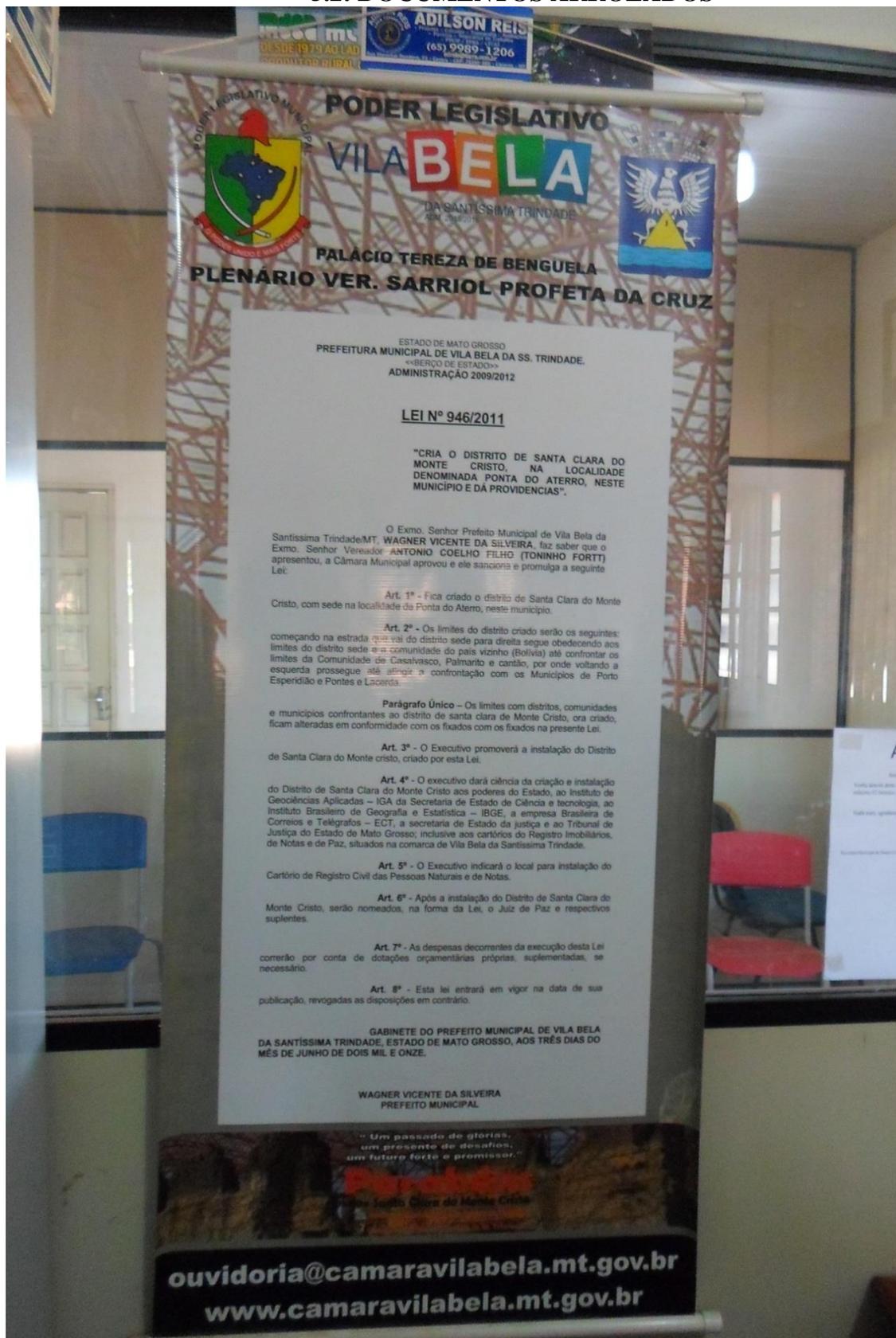
Fonte: Acervo da Pesquisadora 30/09/2016



Fonte: Acervo da Pesquisadora 30/09/2016

## 5.2 ANEXO

### 5.2: DOCUMENTOS ARROLADOS



Fonte: Acervo da Pesquisadora 30/09/2016

### 5.2.1 – Lei municipal nº 946/2011 - criação do Distrito de Santa Clara do Monte Cristo

ESTADO DE MATO GROSSO

**PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE.**

<<BERÇO DE ESTADO>>

**ADMINISTRAÇÃO 2009/2012**

**LEI Nº 946/2011**

**"CRIA O DISTRITO DE SANTA CLARA DO MONTE CRISTO, NA LOCALIDADE DENOMINADA PONTA DO ATERRO, NESTE MUNICÍPIO E DÁ PROVIDÊNCIAS".**

O Exmo. Senhor Prefeito Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade/MT, **WAGNER VICENTE DA SILVEIRA**, faz saber que o Exmo. Senhor Vereador **ANTONIO COELHO FILHO (TONINHO FORTT)** apresentou, a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica criado o distrito de Santa Clara do Monte Cristo, com sede na localidade de Ponta do Aterro, neste município.

**Art. 2º** - Os limites do distrito criado serão os seguintes: começando na estrada que vai do distrito sede para direita segue obedecendo aos limites do distrito sede e a comunidade do país vizinho (Bolívia) até confrontar os limites da Comunidade de Casal vasco, Palmarito e cantão, por onde voltando a esquerda prossegue até atingir a confrontação com os Municípios de Porto Esperidião e Pontes e Lacerda.

**Parágrafo Único** – Os limites com distritos, comunidades e municípios confrontantes ao distrito de santa clara de Monte Cristo, ora criado, ficam alteradas em conformidade com os fixados com os fixados na presente Lei.

**Art. 3º** - O Executivo promoverá a instalação do Distrito de Santa Clara do Monte cristo, criado por esta Lei.

**Art. 4º** - O executivo dará ciência da criação e instalação do Distrito de Santa Clara do Monte Cristo aos poderes do Estado, ao Instituto de Geociências Aplicadas – IGA da Secretaria de Estado de Ciência e tecnologia, ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, a secretaria de Estado da justiça e ao Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso; inclusive aos cartórios do Registro Imobiliários, de Notas e de Paz, situados na comarca de Vila Bela da Santíssima Trindade.

**Art. 5º** - O Executivo indicará o local para instalação do Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais e de Notas.

**Art. 6º** - Após a instalação do Distrito de Santa Clara do Monte Cristo, serão nomeados, na forma da Lei, o Juiz de Paz e respectivos suplentes.

**Art. 7º** - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

**Art. 8º** - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS TRÊS DIAS DO MÊS DE JUNHO DE DOIS MIL E ONZE.**

**WAGNER VICENTE DA SILVEIRA**

**PREFEITO MUNICIPAL**

## 5.2.2 – Lei Federal 13.178/2015

23/03/2017 L13178

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato20152018/2015/Lei/L13178.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20152018/2015/Lei/L13178.htm) 1/3

Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 13.178, DE 22 DE OUTUBRO DE 2015.

Vigência

Dispõe sobre a ratificação dos registros imobiliários decorrentes de alienações e concessões de terras públicas situadas nas faixas de fronteira; e revoga o DecretoLei nº 1.414, de 18 de agosto de 1975, e a Lei no 9.871, de 23 de novembro de 1999.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º São ratificados pelos efeitos desta Lei os registros imobiliários referentes a imóveis rurais com origem em títulos de alienação ou de concessão de terras devolutas expedidos pelos Estados em faixa de fronteira, incluindo os seus desmembramentos e remembramentos, devidamente inscritos no Registro de Imóveis até a data de publicação desta Lei, desde que a área de cada registro não exceda ao limite de quinze módulos fiscais, exceto os registros imobiliários referentes a imóveis rurais:

I cujo domínio esteja sendo questionado ou reivindicado na esfera administrativa ou judicial por órgão ou entidade da administração federal direta e indireta;

II que sejam objeto de ações de desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária ajuizadas até a data de publicação desta Lei.

Parágrafo único. Na hipótese de haver sobreposição entre a área correspondente ao registro ratificado e a área correspondente a título de domínio de outro particular, a ratificação não produzirá efeitos na definição de qual direito prevalecerá.

Art. 2º Os registros imobiliários referentes aos imóveis rurais com origem em títulos de alienação ou de concessão de terras devolutas expedidos pelos Estados em faixa de fronteira, incluindo os seus desmembramentos e remembramentos, devidamente inscritos no Registro

de Imóveis até a data de publicação desta Lei, com área superior a quinze módulos fiscais, serão ratificados desde que os interessados obtenham no órgão federal responsável:

I a certificação do georreferenciamento do imóvel, nos termos dos [§§ 3º e 5º do art. 176 da Lei no 6.015, de 31 de dezembro de 1973](#); e

II a atualização da inscrição do imóvel no Sistema Nacional de Cadastro Rural, instituído pela [Lei no 5.868, de 12 de dezembro de 1972](#).

§ 1º Às ratificações de que trata o caput deste artigo aplicam-se as exceções constantes dos incisos I e II do caput do art. 1º e a regra prevista no parágrafo único do mesmo artigo.

§ 2º Os interessados em obter a ratificação de que trata o caput deverão requerer a certificação e a atualização de que tratam os incisos I e II do caput no prazo de quatro anos a partir da publicação desta Lei.

§ 3º O requerimento de que trata o § 2º será apreciado pelo órgão federal responsável em até dois anos do pedido, salvo se houver diligências propostas pela autarquia agrária referentes à certificação do georreferenciamento do imóvel, hipótese na qual o período utilizado pelo proprietário para seu atendimento deverá ser debitado do prazo total de análise.

§ 4º Não se admitirá a ratificação pelo decurso do prazo de que trata o § 3º.

§ 5º Decorrido o prazo constante do § 2º sem que o interessado tenha requerido as providências dispostas nos incisos I e II do caput, ou na hipótese de a ratificação não ser possível, o órgão federal responsável deverá requerer o registro do imóvel em nome da União ao Cartório de Registro de Imóveis.

§ 6º A ratificação dos registros imobiliários referentes a imóveis com área superior a dois mil e quinhentos hectares ficará condicionada à aprovação do Congresso Nacional, nos termos do [§ 1º do art. 188 da Constituição Federal](#).

§ 7º O encaminhamento ao Congresso Nacional para o fim disposto no § 6º dar-se-á nos termos do regulamento.

Art. 3º A ratificação prevista nos arts. 1º e 2º alcançará os registros imobiliários oriundos de alienações e concessões de terras devolutas:

I federais, efetuadas pelos Estados:

a) na faixa de até sessenta e seis quilômetros de largura, a partir da linha de fronteira, no período compreendido entre o início da vigência da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 24 de fevereiro de 1891, até o início da vigência da [Lei no 4.947, de 6 de abril de 1966](#); e

b) na faixa de sessenta e seis a cento e cinquenta quilômetros de largura, a partir da linha de fronteira, no período compreendido entre o início da vigência da [Lei no 2.597, de 5 de julho de 1955](#), até o início da vigência da [Lei no 4.947, de 6 de abril de 1966](#);

II estaduais, efetuadas pelos Estados sem prévio assentimento do Conselho de Segurança Nacional:

a) na faixa de sessenta e seis a cem quilômetros de largura, a partir da linha de fronteira, no período entre o início da vigência da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934, até o início da vigência da [Lei no 2.597, de 5 de julho de 1955](#); e

b) na faixa de cem a cento e cinquenta quilômetros de largura, a partir da linha de fronteira, no período entre o início da vigência da Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937, até o início da vigência da [Lei no 2.597, de 5 de julho de 1955](#).

Art. 4o Caso a desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária recaia sobre imóvel rural, inscrito no Registro Geral de Imóveis em nome de particular, que não tenha sido destacado, validamente, do domínio público por título formal ou por força de legislação específica, o Estado no qual esteja situada a área será citado para integrar a ação de desapropriação.

§ 1o Nas ações judiciais em andamento, o órgão federal responsável requererá a citação do Estado.

§ 2o Em qualquer hipótese, feita a citação, se o Estado reivindicar o domínio do imóvel, o valor depositado ficará retido até decisão final sobre a propriedade da área.

§ 3o Nas situações de que trata este artigo, caso venha a ser reconhecido o domínio do Estado sobre a área, fica a União previamente autorizada a desapropriar o imóvel rural de domínio do Estado, prosseguindo a ação de desapropriação em relação a este.

Art. 5o Esta Lei entra em vigor após decorridos quarenta e cinco dias de sua publicação oficial.

Art. 6o Ficam revogados:

I o [Decreto Lei no 1.414, de 18 de agosto de 1975](#); e

II a [Lei no 9.871, de 23 de novembro de 1999](#).

Brasília, 22 de outubro de 2015; 194o da Independência e 127o da República.

DILMA ROUSSEFF

*Aldo Rebelo*

*Maria Emília Mendonça Pedroza Jaber*

*Nelson Barbosa*

Este texto não substitui o publicado no DOU de 23.10.2015

\*

23/03/2017 L13178

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato20152018/](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20152018/)

2015/Lei/L13178.htm 3/3

### 5.2.3 – Notas Reversais de Roboré Brasil/Bolívia

25/04/2017 NR de Roboré

<http://info.lncc.br/btt1958.html> 1/2

Notas Reversais de Roboré Brasil/ Bolívia

29 de Março de 1958. REVERSAL

NR. 1 C/R

*1. No dia 29 de março de 1958, os Chaceleres José Carlos Macedo Soares e Manuel Barrau Pelaez, representantes, respectivamente, dos Governos do Brasil e da Bolívia, reuniram se na cidade boliviana de ROBORÉ e assinaram 32 instrumentos compreendendo negociações de petróleo, comércio, cooperação econômica e técnica, livre trânsito, LIMITES, ligações ferroviárias e intercâmbio fronteiriço.*

*2. As negociações sobre limites foram tratadas na NOTA REVERSAL NR. 1.C/R, cujo texto é o seguinte:*

MISSÃO ESPECIAL DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

NR. 1 C/R

Senhor Ministro,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência com relação à Reunião especial que mantivemos nas cidades de Corumbá e Roboré entre 23 e 28 de janeiro do corrente ano, na qual coincidimos nos propósitos de nossos Governos para dar solução a questão de demarcação de limites que permaneciam pendentes entre o Brasil e a Bolívia.

2. Com tal propósito, damos instruções à Comissão Mista Demarcadora de Limites Brasileiro-Boliviana para que proceda, a partir da campanha de 1959, às demarcações descritas a seguir nos artigos I e II, bem como concordamos com a aprovação consignada no artigo III.

Art.I

A Comissão Mista Demarcadora de Limites Brasileiro-Boliviana efetuará a demarcação a que se refere a cláusula VII das Notas Reversais de 29 de abril de 1941, pela forma seguinte: a partir do marco do Morro dos Quatro irmãos, seguirá a linha de fronteira em direção a um ponto sobre a margem norte da Baía Grande (Laguna de lMarfil), de forma a que a Baía Grande fique dividida em duas partes iguais aproximadamente. A partir dêste ponto seguirá em linha reta até o marco do Turvo, continuando para Leste pelo paralelo que passa por este marco, até a sua interseção com a geodésica que une o marco de Quatro Irmãos com a nascente do rio Verde, reconhecida em 1909 pela Comissão Mista Demarcadora de Limites Brasileiro-Boliviana, e por esta geodésica até a nascente reconhecida em 1909 acima referida.

**Art.II**

A Comissão Mista Demarcadora de Limites Brasileiro-Boliviana procederá à densificação do setor compreendido entre o marco localizado a quatro quilômetros do antigo marco do fundo da Baía Negra e o marco do Taquaral, situado sobre o paralelo de 19 graus e 02 minutos Sul, dispondo-se a anulação do marco intermediário, denominado Jaca digo, que, em 1909, fora colocado fora de seu verdadeiro lugar.

**Art.III**

Fica aprovada a demarcação realizada na campanha de 1951 pela Comissão Mista Demarcadora Brasileira-Boliviana no setor Cerrinho de São Matias-Corixa do Destacamento.

**Art.IV**

O Governo do Brasil concorda com o Governo da Bolívia em considerar, em outra oportunidade, a questão referente ao status jurídico da ilha de Guajará-mirim (IslaSuárez).

25/04/2017 NR de Roboré

<http://info.lncc.br/btt1958.html> 2/2

25/04/2017 info.lncc.br/cbdl.html

<http://info.lncc.br/cbdl.html> 1/7

## **5.2.4 - As comissões brasileiras demarcadoras de limites - breve notícia histórica**

*Juvenal Milton Engel*

### 1) INTRODUÇÃO

As Comissões Brasileiras Demarcadoras de Limites, órgãos integrantes do Ministério das Relações Exteriores, têm por competência executar, juntamente com os delegados das Comissões estrangeiras correspondentes, os trabalhos de demarcação e de caracterização dos limites internacionais do Brasil e incumbir-se da inspeção e da manutenção dos marcos anteriormente erigidos. São duas, as Comissões: a Primeira, com sede em Belém, tem a seu cargo as fronteiras com o Peru, Colômbia, Venezuela e Guianas; à Segunda, sediada no Rio de Janeiro, estão afetas as fronteiras com a Bolívia, Paraguai, Argentina e Uruguai.

Convém, desde logo, fazer uma distinção técnica entre os termos demarcação e caracterização: "demarcação" é a operação pela qual são colocados os marcos principais, a saber, os de mudança de direção, no caso de os limites serem definidos por linhas retas, ou os de mudança de regime, quando se passa de fronteira fluvial para linha seca, por exemplo; e "caracterização" é a fase na qual são intercalados marcos secundários, tanto quanto possível intervisíveis, entre os marcos principais, nas fronteiras secas. Todas as nossas fronteiras estão demarcadas, num trabalho que teve início em meados do século XIX, estando algumas delas com o trabalho de caracterização praticamente concluído.

### 2) RESUMO HISTÓRICO - AS PRIMEIRAS TENTATIVAS DE DEMARCAÇÃO

Curiosamente, antecedeu mesmo ao descobrimento do Brasil o interesse pela definição de nossas fronteiras. Efetivamente, pelo malfadado e nunca cumprido Tratado de Tordesilhas, assinado em 7 de junho de 1494, a partilha das terras de Portugal e da

Espanha seria feita por uma raia meridiana distante 370 léguas a Oeste das ilhas de Cabo Verde.

Por razões diversas entre elas a total impossibilidade, na época, de determinar longitudes (que seriam imprescindíveis para implantar no terreno a raia meridiana acima citada), a própria imprecisão geográfica do Tratado (como, e a partir de qual das ilhas seriam contadas as 370 léguas?) e o total desconhecimento do continente recém-descoberto, que só aos poucos foi sendo explorado não foi possível proceder à definição dos limites na América do Sul por mais duzentos e cinquenta anos a contar de nosso descobrimento, com o que se aproveitaram os aventureiros luso-brasileiros (os bandeirantes, principalmente) para a expansão de seus territórios, ultrapassando largamente a linha de Tordesilhas. O primeiro documento que tratou dos limites do Brasil- Colônia foi o Tratado de Utrecht, assinado com a França em 1713, cujas

disposições serviram, quase dois séculos após, em 1900, para o Barão do Rio Branco defender a posição brasileira na questão do Amapá. Esforço objetivo para dividir as terras das duas Coroas ocorreu com a assinatura, em 1750, do Tratado de Madri, cuja negociação foi conduzida com mão de mestre pelo brasileiro Alexandre de Gusmão, na época Secretário do Rei D. João V e membro do Conselho Ultramarino português. Nele, os limites foram estabelecidos com base na ocupação real de territórios por uma e outra Coroa introduzindo-se assim um novo princípio, o de "uti possidetis", isto é, o direito derivado da "posse pelo uso", que colaborou para a aceitação, pela Espanha, da ampliação dos territórios luso-brasileiros no Continente.

25/04/2017 info.Incc.br/cbdl.html

<http://info.Incc.br/cbdl.html> 2/7

Em 1751, já sob a orientação do Marquês de Pombal, foram assinadas as Instruções para a demarcação do Tratado de Madri, sendo constituídas duas Comissões de Limites: uma destinada a explorar e demarcar as fronteiras meridionais do país (entre Castilhos Grandes hoje território uruguaio ,no Oceano Atlântico, e a boca do rio Jauru, no rio Paraguai) e outra para demarcar as fronteiras setentrionais, a partir do rio Jauru.

Marco Original do Tratado de Madri (1750) Erigido em 1754 na Boca do Rio Jauru

*Atualmente encontra-se na Praça Principal da cidade de Cáceres (MT)*

Para a primeira das Comissões acima mencionadas foram nomeados Primeiros Comissários: Gomes Freire de Andrade (depois, Conde de Bobadella), português, e o Marquês de Val de Lírios, espanhol. Os trabalhos desenvolveram-se de 1752 a 1760, sendo que uma das tres "partidas" em que se subdividiu a Comissão teve suas operações interrompidas, entre 1753 e 1758, pela violenta oposição feita pelos índios das Missões religiosas do Oeste gaúcho a tristemente célebre "Guerra Guaranítica".

A Comissão encarregada de demarcar os limites amazônicos não teve qualquer sucesso. O Primeiro Comissário português, Francisco Xavier de Mendonça Furtado (irmão do Marquês de Pombal), nomeado em 1753, aguardou em Barcelos, às margens do rio Negro, a chegada do Primeiro Comissário espanhol, D. José de Iturriaga. Este, nomeado em 1752, deveria dirigir-se a Caracas, subir o Orenoco até as cabeceiras do rio Negro e descer por este último, só tendo, porém, chegado a Barcelos em fins de 1759, quando o Comissário português já tinha se retirado para Portugal.

Anulado em 1761 o Tratado de Madri pelo do Pardo que simplesmente declarou nulos os atos praticados em obediência ao tratado anterior os trabalhos dos demarcadores da

década de 1750 não foram perdidos. Pelo contrário, serviram como testemunho preciosíssimo da exploração dos confins então percorridos, vindo a ser de inestimável utilidade para a negociação dos futuros Tratados de Limites. O último tratado de limites assinado nos tempos coloniais, o Tratado de Santo Ildefonso (1777), seguiu em linhas gerais os limites pactuados em 1750 embora com prejuízo para Portugal, no extremo sul e não chegou também a ser estabelecido no terreno.

### 3) AS DEMARCAÇÕES NO IMPÉRIO E NO PRINCÍPIO DO SÉCULO

#### XX.

Baldadas no Século XVIII as tentativas de demarcação, continuaram abertas ainda por quase um século as nossas fronteiras, tendo ocorrido nesse intervalo (já no primeiro quartel do século XIX) a independência, tanto do Brasil como dos países limítrofes.

Nossos primeiros Tratados de Limites como país independente foram firmados com o Uruguai e com o Peru, ambos em 1851, já durante o Segundo Reinado. A partir dessa época tiveram início os trabalhos de Comissões de Limites nomeadas para tratar de cada fronteira em particular. Com o Uruguai, por exemplo, foi nomeado Primeiro Comissário brasileiro o General José de Souza Soares d'Andréa (Barão de Caçapava), tendo como Primeiro Comissário uruguaio o Coronel José Maria Reyes, renomado geógrafo oriental. Os trabalhos foram realizados de 1852 a 1862. Tendo falecido em serviço em 1858 o Primeiro Comissário brasileiro, foi chamado para substituí-lo Brigadeiro Pedro de Alcântara Bellegarde, que completou a demarcação dessa fronteira.

#### FRONTEIRA BRASILURUGUAI

##### Marco Principal 11P

##### *Erigido em 1854 na Coxilha de Santana*

Durante o Segundo Reinado e nos primeiros tempos da República (mais exatamente, até 1928), eram nomeados para o cargo de Chefe de Comissão de Limites, pelo Ministério das Relações Exteriores, pessoas do mais alto nível e da plena confiança do Governo quase sempre militares com sólidos conhecimentos geográficos, afeitos à rude vida do campo e das fronteiras. Inúmeros são os exemplos: o Coronel Rufino Enéas Gustavo Galvão, depois Barão de Maracaju (nas fronteiras com o Paraguai e a Bolívia), o Coronel Francisco Xavier Lopes de Araujo, mais tarde Barão de Parima (nas fronteiras com a Bolívia e a Venezuela), o Capitão Tenente José da Costa Azevedo, depois Barão de Ladário (nas fronteiras com o Peru e a Guiana Francesa), e muitos outros. Vale lembrar em especial o nome do General Dionísio Evangelista de Castro Cerqueira, figura ímpar de militar (atuante na Guerra do Paraguai,

sobre a qual deixou obra definitiva), homem público (além de outras importantes Comissões, foi Ministro das Relações Exteriores, de 1896 a 1898) e demarcador (na fronteira Brasil/Argentina, quando passou para o terreno as estipulações do Tratado de Limites, que ele mesmo, como Chanceler, firmara em 1898).

#### 4) AS COMISSÕES DE LIMITES APÓS 1928

A partir de 1928, por iniciativa do Chanceler Octávio Mangabeira, os trabalhos de demarcação tornaram-se sistemáticos, a cargo de três Comissões: a do Norte (abrangendo as fronteiras com as Guianas e a Venezuela), a do Oeste (Colômbia, Peru e Bolívia) e a do Sul (Paraguai, Argentina e Uruguai). Por decreto de 1934, ficou estabelecido que as Comissões Brasileiras Demarcadoras de Limites teriam organização militar (o que aliás vinha ocorrendo desde o Império), que os Chefes e Subchefes seriam Oficiais Superiores das forças armadas, com especialização técnico-geográfica, e que o serviço prestado em demarcação de fronteiras teria preferência, em tempo de paz, a qualquer outra comissão.

A organização acima foi alterada em 1939, ficando reduzidas as Comissões para apenas duas, com as denominações de Comissão Brasileira Demarcadora de Limites Primeira Divisão (a do Norte, abrangendo as fronteiras com as Guianas, Venezuela, Colômbia e Peru) e Comissão Brasileira Demarcadora de Limites Segunda Divisão (a do Sul, fronteiras com a Bolívia, Paraguai, Argentina e Uruguai).

Os nomes das duas Comissões foram novamente alterados em 1973, pelo "Regimento Interno da Secretaria de Estado das Relações Exteriores" (RISE), passando a "Primeira Comissão Brasileira Demarcadora de Limites PCDL"(a do Norte) e "Segunda Comissão Brasileira Demarcadora de Limites SCDL" (a do Sul).

Ao final da primeira metade do presente século, ficou praticamente completa a demarcação de limites com nossos vizinhos, a menos das fronteiras com a Venezuela e a Bolívia:

VENEZUELA; Apenas na década de 1970 foi ultimada a fase demarcatória da fronteira Brasil-Venezuela, faltando ainda proceder à caracterização de extensos trechos de divisor de águas ao longo das serras de Parima e Paracaima, que se desenvolvem em região de floresta equatorial, de difícil acesso.

BOLÍVIA; No período de 1970 a 1980 foram realizados trabalhos de demarcação e de caracterização ao longo de cerca de 250 quilômetros da fronteira Brasil-Bolívia, em obediência ao Acordo de Roboré que, firmado em 1958, aguardou por dez anos a aprovação do Congresso Brasileiro, ficando assim completada a demarcação da parte terrestre dessa fronteira, em falta apenas a adjudicação das ilhas dos rios Guaporé e Mamoré, assunto que agora está entrando em pauta.

## 5) TRABALHOS MAIS RECENTES.

Outras importantes missões foram cumpridas pelas Comissões Brasileiras Demarcadoras de Limites nos últimos trinta anos, a saber:

Fronteira Brasil Venezuela:

Criada em 1929, a Comissão Mista Brasileiro-Venezuelana

Demarcadora de Limites empenha-se, desde meados da década de 70, em campanhas anuais de cerca de um mês de duração, sempre com o precioso apoio de aeronaves da Forças Aéreas brasileira e venezuelana, na realização de trabalhos de caracterização nos trechos fronteiriços ainda abertos. Fronteira Brasil Paraguai:

Foi restabelecida, em 1969, a atuação da Comissão Mista de Limites e de Caracterização da Fronteira Brasil-Paraguai, cujos trabalhos tinham estado suspensos por mais de 5 anos devido ao projeto de aproveitamento, pelo Brasil, da energia que poderia vir a ser gerada pelo desnível existente na região do Salto das Sete Quedas, problema solucionado pela histórica Ata das Cataratas, firmada em Foz do Iguaçu em 1965. A assinatura do Tratado de Itaipu, em 1973, ensejou a construção da Barragem e da Hidrelétrica de Itaipu e a consequente criação de um lago artificial com área aproximada de 1400 quilômetros quadrados, pouco ao norte da cidade de Foz do Iguaçu. Ainda pende de definição o limite internacional ao longo desse lago.

Com

base em levantamento hidrográfico realizado pela Marinha Brasileira, mais de meia centena de ilhas do rio Paraguai puderam ser adjudicadas pela Comissão Mista a um ou a outro país (1978) tendo sido construídos, em duas campanhas, 24 marcos em algumas dessas ilhas.

## FRONTEIRA BRASIL/PARAGUAI

Marco na Ilha Coronel Braga Brasil *Construído em 1981*

Fronteira Brasil Argentina: Suspensas desde 1928, as operações nessa fronteira foram retomadas em 1971 com a criação de uma nova Comissão Mista, a de Inspeção dos Marcos da Fronteira Brasil Argentina, que realizou nas décadas de 1970 e de 1980, o levantamento minucioso do divisor de águas entre as nascentes dos rios Peperi-Guassu e Santo Antônio (único trecho de fronteira seca ao longo dessa raia) e, com base nesse documento, procedeu à intercalação de 260 novos marcos terciários entre os marcos principais e secundários anteriormente erigidos. Além disso, todos os marcos das ilhas dos rios Uruguai e Iguaçu foram vistoriados, e, quando necessário, reconstruídos ou reparados.

Fronteira Brasil Uruguai:

Como resultado de uma ampla negociação entre as Chancelarias dos dois países, assessoradas de perto pelas respectivas Comissões de Limites, foi assinado em 1972 um acordo por troca de notas estabelecendo a fixação da barra do arroio Chuí cujo leito era de conhecida instabilidade, desde a primeira demarcação na década de 1850 e definindo assim, a Divisória Lateral Marítima entre o Brasil e o Uruguai. Em decorrência desse acordo, a Comissão Mista de Limites e de Caracterização da Fronteira Brasil-Uruguaid eu acompanhamento às obras de construção, pela Petrobrás, dos molhes de fixação do trecho final e da barra do arroio Chuí, obra inaugurada em 1978.

#### FRONTEIRA BRASIL-URUGUAI

##### Barra do Arroio Chuí

Fronteira Brasil Colômbia: Constituída em 1976, a Comissão Mista de Inspeção dos Marcos da Fronteira Brasil-Colômbia tem como sua missão mais importante a inspeção e a caracterização da grande geodésica Tabatinga Apaporis, medindo mais de 300 quilômetros, em plena selva amazônica.

##### Fronteira Brasil Guiana

Francesa: Como decorrência das negociações realizadas em Brasília e em Paris, no final da década de 1970 e no início da de 1980, a Comissão Mista Brasileiro Francesa Demarcadora de Limites conseguiu definir o talvegue ao longo da baía de Oiapoque, assim como a linha de delimitação marítima entre o Brasil e a Guiana Francesa, acordos consignados no Tratado de Paris, assinado em 30 de janeiro de 1981.

##### Fronteira Brasil Bolívia:

Com o fim de obter subsídios para os estudos de adjudicação das mais de 80 ilhas do trecho limítrofe dos rios Mamoré e Guaporé, ao longo de perto de mil quilômetros da fronteira Brasil-Bolívia, delegados da Comissão Mista Demarcadora de Limites Brasileiro-Boliviana acompanharam, no ano de 1997, os trabalhos de levantamento batimétrico do canal principal desses rios, executados pela empresa brasileira Hidrocart. Os originais cartográficos desse levantamento, em 22 folhas, foram entregues formalmente à Comissão Boliviana por ocasião da 28ª Conferência da Comissão Mista, aguardando-se a realização de nova reunião plenária da mesma Comissão para a conclusão dos estudos a respeito do assunto, se possível com proposta concreta aos dois Governos visando à adjudicação das ilhas.

#### 6) ASSUNTOS AINDA PENDENTES.

Completada, como vimos anteriormente, a fase de demarcação de todas as nossas fronteiras, continuam a cargo das duas Comissões Brasileiras Demarcadoras de Limites tarefas igualmente importantes, a saber, o completamento da caracterização das linhas demarcadas

entre elas, a longa geodésica Tabatinga- Apaporis, na fronteira com a Colômbia, assim como os extensos trechos de divisor de águas na fronteira com a Venezuela e as sistemáticas inspeções nas raias limítrofes, com a conseqüente reparação ou reconstrução dos marcos que tenham sofrido qualquer tipo de dano, seja pela ação das intempéries, seja pela do homem. Para a realização dessas tarefas de rotina, Comissões Mistas, integradas por delegados brasileiros e do país em cuja fronteira se vai operar, cumprem agendas de trabalho, acordadas previamente, permanecendo em campanha por prazos que atualmente duram cerca de um mês (para cada fronteira em trabalho).

Cabe assinalar que existem ainda importantes missões pendentes de realização pelas Comissões Mistas, como são os casos, mencionados de passagem anteriormente, referentes à adjudicação e demarcação de mais de 80 ilhas dos trechos limítrofes nos rios Mamoré e Guaporé assunto que depende do estudo e do acordo da Comissão Mista Demarcadora de Limites Brasileiro-Boliviana antes de ser apreciado pelas Chancelarias dos dois países , bem como a definição do limite internacional ao longo dos quase 200 quilômetros do lago Itaipu, na fronteira Brasil-Paraguai.

## 6) OBSERVAÇÕES SOBRE A CARTOGRAFIA DAS FRONTEIRAS DO BRASIL.

Um dos cinco maiores países do mundo em vastidão territorial, o Brasil é, coerentemente, um dos que possuem mais extensas fronteiras terrestres que atingem perto de 17.000 quilômetros, quase metade da circunferência terrestre. Toda essa fronteira a linha limítrofe e arredores era, até o século passado, quase inteiramente desconhecida em termos cartográficos. Foram as Comissões Mistas de Limites, a partir da segunda metade do século XIX (nas fronteiras com o Uruguai, a Bolívia, o Peru, o Paraguai, a Venezuela e a Colômbia), em missões históricas, no decorrer dos trabalhos de demarcação, que, além de palmilhá-las metro a metro, levantaram, com o equipamento e os recursos de que dispunham, as extensas linhas limítrofes.

Mais recentemente, já a partir da década de 1930, foram levantados com maior precisão muitos trechos de nossos limites internacionais, durante a fase de caracterização na qual, além da intercalação de marcos secundários entre os principais, erigidos anteriormente, procede-se à determinação das coordenadas geográficas dos mesmos e ao levantamento de detalhes do trecho percorrido.

Com o objetivo de permitir a representação cada vez mais correta dos limites inclusive

com o intuito de dar subsídios e assessoria aos órgãos cartográficos brasileiros, no âmbito federal as Comissões Demarcadoras adquiriram, na última década, equipamentos de rastreamento de satélites geodésicos do sistema GPS , com os quais estão sendo rede terminadas, com muito maior rigor de exatidão, as coordenadas geodésicas dos marcos erigidos no passado.

### 5.2.5 – Artigo de Jornal Local – Diário de Cuiabá

**MP protocola ação contra José Dirceu**  
**São Caetano vence Paraná no Pinheirão**  
**Zorro volta às telas dos cinemas**

**DIÁRIO DE CUIABÁ**

Edição: Vila de Cuiabá | Cuiabá, sábado, 09 de setembro de 2009 | An. XXXIX | 17191 | Preço R\$ 3,50 e médio R\$ 3,00

**FRONTEIRA**

# Índios são ameaçados para que neguem a própria etnia

*Identificação de terra indígena gera conflito entre índios e fazendeiros; PF investiga caso*



O conflito por identificação de terras de índios indígenas em São Caetano do Sul, Mato Grosso do Sul, ameaça gerar um caso de identificação de terras indígenas. O caso envolve a identificação de terras indígenas em São Caetano do Sul, Mato Grosso do Sul, ameaça gerar um caso de identificação de terras indígenas. O caso envolve a identificação de terras indígenas em São Caetano do Sul, Mato Grosso do Sul, ameaça gerar um caso de identificação de terras indígenas.

**PM prende acusado de matar 3 irmãs**

**Suprema Corte diz que juiz errou no caso Aracaju**

**Sojicultores se associam contra Bayer**

**PPS foca discurso contra PT e PSDB**

**Corte no orçamento chega a R\$ 800 mi**

**88 mil fazem provas do supletivo em MT**

**Senador diz que o MST deve devolver R\$ 15 mi**

**Assina Aguard**

**3322 1455**

**INDICADORES**

**ÍNDICE**

**Linha 3322-3390**

**BOLETIM**

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. **Escola Estadual 11 de Agosto**. Comunidade Santa Clara: 2016.

**ARTIGOS DA IMPRENSA LOCAL**

DIÁRIO DE CUIABÁ. **Índios são ameaçados para que neguem a própria etnia**. Cuiabá, 13/02/2006.

DIÁRIO DE CUIABÁ. **Reunião para decidir sobre demarcação de terras indígenas**. Cuiabá, 26/11/2006.

DIÁRIO DE CUIABÁ. **Segurança**. Cuiabá, 22/11/1993.

FOLHA DO ESTADO. **Conflitos e ameaças por terras na fronteira Brasil-Bolívia**. 15/11/2005.

**ARTIGOS ELETRÔNICOS**

<http://exame.abril.com.br/brasil/as-300-cidades-mais-perigosas-do-brasil/> (acesso em 18.11.2016: 13h)

<http://www.ponteselacerda.mt.gov.br/Historia-Municipio/> (acesso em 18.11.2016: 15h30)

<http://seer.ufrgs.br/EspacoAmerindio/article/viewFile/29638/18783>>. Acesso em: 10.10.2013

<http://www.funai.gov.br/index.php/comunicacao/noticias/2243-ti-portal-do-encantado-e-declarada-de-posse-permanente-dos-indigenas>. Acesso: 26.04.2017.

<http://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2017/01/lei-declara-o-bolo-de-arroz-cuiabano-como-prato-tipico-de-mato-grosso.html>. Acesso: 13/07/2017

[http://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2009/01/090123\\_bolivia\\_entenda\\_cq.shtml](http://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2009/01/090123_bolivia_entenda_cq.shtml)

<https://amandaggd.jusbrasil.com.br/artigos/229897482/faixa-de-fronteira-brasileira>. Publicado em 2015. (acesso 21/02/1017)

<https://amandaggd.jusbrasil.com.br/artigos/229897482/faixa-de-fronteira-brasileira>. Publicado em 2015. (acesso 21/02/1017) [http://scdl.itamaraty.gov.br/pt-br/fronteiras\\_da\\_sc dl.xml](http://scdl.itamaraty.gov.br/pt-br/fronteiras_da_sc dl.xml). Acesso em 25/04/2017.

**FILMAGEM – VÍDEO**

Documentário etnodoc: **Manoel Chiquitano Brasileiro.** In:

<https://www.youtube.com/watch?v=gKV7JSImwSE>

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADELAAR, Willem FH; & MUYSKEN, Pieter C. **As línguas dos Andes**. Pesquisas de linguagem Cambridge. Cambridge University Press. 2004.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Cia. Das Letras, 2008.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A trajetória do Brasil (1500 a 2000)**. São Paulo: Contexto, 2000.

ARRUDA, Zuleika. **O que é rasqueado cuiabano?** Cuiabá: Entrelinhas, 2007.

BALAN, J. **Migrações e desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaio de interpretação histórico-comparativa**. São Paulo: CEBRAP, nº 5,1973.

BECKER, Bertha K. **Geopolítica da Amazônia: A nova fronteira de recursos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

\_\_\_\_\_. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1990.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade Lembranças de velhos**. São Paulo : Cia. das Letras, 1988.

\_\_\_\_\_. **Cultura de massa e cultura popular: leituras de operárias**. Petrópolis: Vozes, 1986.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 5 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRASIL, **Lei Federal 13.178/2015, de 22 de outubro de 2015**. Dispõe sobre a ratificação dos registros imobiliários decorrentes de alienações e concessões de terras públicas situadas nas faixas de fronteira; e revoga o Decreto-Lei nº1.414, de 18 de agosto de 1975, e a Lei nº 9.871, de 23 de novembro de 1999.

BRASIL, Ministério da Integração Nacional. **Faixa de Fronteira – Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira – PDFFF**. Secretaria de Programas Regionais, Brasília: 2009. pag. 11

BRASIL. **Lei nº 6634**. Brasília: 02 de maio de 1979, dispõe sobre a faixa de fronteira.

BRASIL. **Projeto de decreto legislativo nº 71**, de 2007.

BRESCIANI, M<sup>a</sup>. Stella M. **História e historiografia das cidades, um percurso**. In: FREITAS, Marcos C. (org.). **Historiografia Brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998.

BURKE, Peter (org.). **A Escrita da História – novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.

CARLOS. Ana Fani A. **A Cidade**. São Paulo: Contexto, 1994.

CARVALHO, J. A. M. & MACHADO, C. C. **Quesitos Sobre Migrações no Censo Demográfico de 1991**. In: ABEP Revista Brasileira de Estudos de População, v.9, nº. 1, 1992.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano: 1. As artes do Fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural : entre Práticas e Representações**. Lisboa: Difel. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 1988.

CHAUÍ, M. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

CHAUVEAU, Agnès. (org.). **Questões para a história do presente**. Trad. Ilka Stern Cohen. Bauru: EDUSC, 1999.

CLAVAL, Paul. **A geografia cultural**. Trad. Luiz Fugazzola Pimenta e Margareth de Castro A Feche Pimenta. Florianópolis: ed. UFSC, 1999.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização Espacial**. São Paulo : Ed. Ática:, 1992.

CORTESÃO, Jaime. **Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid: Parte I Tomo I (1695-1735)** (em português). Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco, 1950. 560 p.

COSTA, José E. F. M. da. **A coroa do mundo: religião, território e territorialidade chiquitano**. Cuiabá: EDUFMT, 2006, p. 112

CUNHA, José M. & PATARRA, Neide Lopes. **Migração: Um Tema Complexo**. São Paulo: Revista São Paulo em Perspectiva., vol. 1, nº2, p. 32-35, jul/set., 1987.

DAMIANI, Amélia Luisa. **População e Geografia**. s/ed. São Paulo: Contexto, 1991.

DELEUZE, Gilles.; GUATTARI, Félix. **O Anti-Édipo – Capitalismo e Esquizofrenia 1**. Traduzido por Joana Moraes Varela e Manuel Maria. Lisboa: Assírio e Alvim. 2004.

DELORS, J. **Educação: um tesouro a descobrir**. 2ª ed. São Paulo: Cortez. Brasília, DF: MEC/UNESCO, 2003.

DREIFUS, René Armand. **1964: A conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe**.s/ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

ELIAS, N. & SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FARIA, Vilmar. **Cinquenta Anos de Urbanização no Brasil**. in: Novos Estudos CEBRAP, 1991.

FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade: Curso no Collège de France (1975/1976)**. Martins Fontes: São Paulo, 2005.

FOWERAKER, Joe. **A Luta Pela Terra: A Economia Política da Fronteira Pioneirado Brasil de 1930 aos Dias Atuais**. Rio de Janeiro : Zahar, 1981.

FRANÇA, Ohana. **Granito morrinhos: magmatismo da suíte intrusiva pensamento – terreno paraguá – sudoeste do cráton amazônico**. Dissertação de Mestrado. UFMT: Centro de Geociências, 2014.

GALEANO, Eduardo. **De pernas para o ar: a escola do mundo ao avesso**. Trad. Eric Nepomuceno. Porto Alegre: L&PM, 2013. Pág. 58-59.

GALEANO, Eduardo. **O livro dos abraços**. Trad. Eric Nepomuceno. 9 edição. Porto Alegre: L & PM, 2002, 270 p.

GALETTI, Lylia da Silva Guedes. **Mato Grosso: o estigma da barbárie e a identidade regional**. São Paulo : Anais do XVIII Congresso da ANPUH, 1995.

\_\_\_\_\_. **Nos confins da civilização : sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso**. São Paulo, 2000. Tese (Doutoramento em História) – USP Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

GEORGE, Pierre. **População e Povoamento**. São Paulo: Difel, 1975.

GRAMSCI, A. **Maquiavel, a política e o estado moderno**. Trad. Luiz Mário Gazzaneo, 8 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. **Cidades de fronteira**. Cuiabá : 1999. Programa de Pós-Graduação -(Mestrado em História). Universidade Federal de Mato Grosso.(mimeo)

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP & A editora. 11. Ed. Rio de Janeiro. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro de Janeiro, 2006. 102 p.

HARVEY, David. **A Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

HIGA, Tereza C.S. & MORENO, Gislaene. **Geografia de Mato Grosso: Território, sociedade e ambiente**. Cuiabá/MT: Entrelinhas, 2005. 295 p.

HIGA, Tereza C.S. & MORENO, Gislaene. **Geografia de Mato Grosso: Território, sociedade e ambiente**. Cuiabá/MT: Entrelinhas, 2005. 295 p.

HIGA, Tereza Cristina Cardoso de Souza (Org.). **Estudos Regionais Sul-americanos Sociocultura, economia e dinâmica territorial na área central do continente**. Cuiabá-MT: EDUFMT, 2008, 403 p.

HISSA, Cássio E. V. **A mobilidade das fronteiras: inserções da geografia na crise da modernidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. 316 p.

IBGE – Instituto Brasileiro Geografia e Estatística. **Censos Demográficos de 1970 a 2010**. Rio de Janeiro 2014.

LE GOFF, Jacques. **Memória – História**. Campinas: ed. Unicamp, 1990.

LENHARO, Alcir. **A terra para quem nela não trabalha: a especulação com a terra no oeste brasileiro nos anos 50**. In: Revista Brasileira de História – Terra e Poder.[s.l.]: ANPUH, ed. Marco Zero, 1986.

LÈVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia estrutural**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1970

LIMA, Oliveira. **Descobrimento do Brasil**. In: Livro do Centenário (1500-1900) (v. III). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902.

LUCENA, Célia R. de T. **Sentimentos e ressentimentos entre populações fronteiriças**. Cadernos do CERU/USP – Centro de Estudos Rurais e Urbanos, v.21, n. 2, dez/2010.

LUDKE, Menga e MARLI, E.D.A. André. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MAGNOLI, Demétrio. **O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)**. São Paulo: UNESP, 1997.

MANCUSO, M.I.R. **A cidade na memória de seus velhos – estudo sobre São Carlos, Itirapina e arredores**. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – Departamento de Sociologia. São Paulo: 1998.

MANNHEIM, karl. **Ideologia e utopia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

MARTINS, D.& VANALLI, Sônia. **Migrantes**. São Paulo: ed. Contexto, 1994.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: A degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Contexto, 2014. 187 p.

MEIHY, José C. Sebe. **Manual de História Oral**. São Paulo : Loyola, 1996.

MEIRELES, Denise Maldi. **Guardiães da fronteira: rio Guaporé, século XVIII**. Rio de Janeiro: Vozes, 1989. 213 p.

MEIRELES, Denise Maldi. **De confederados a bárbaros: a representação da territorialidade e da fronteira indígenas nos séculos XVIII e XIX**. *Rev. Antropol.* [online]. 1997, vol.40, n.2, pp.183-221.

MORENO, Gislaene. **Processos migratórios em Mato Grosso: considerações preliminares**. Cuiabá : 1986. (Curso de Graduação /Geografia).Universidade Federal de Mato Grosso. (mimeo.).

\_\_\_\_\_. **Os (Des) Caminhos da Apropriação Capitalista da Terra em Mato Grosso**. São Paulo: 1993.Tese (Doutoramento em Geografia). USP.

NORA, Pierre. **Entre memória e história – a problemática dos lugares**. Trad. Yara AunKhoury. São Paulo: Projeto de História – PUC. 1993.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. **Migrantes na fronteira agrícola** – paraíso e inferno na Amazônia legal, ed. Travessia, São Paulo, 1989.

OLIVEIRA, Roberto C. de.; BAINES, Stephen G. (Org.). **Nacionalidade e etnicidade em fronteiras** (coleção Américas). Brasília: editora UNB. 2005, 278p., p.20.

PACINI, Aloir. **Um perspectivismo ameríndio e a cosmologia anímica chiquitana**. Espaço Ameríndio, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 137-177, jul./dez. 2012.

PAREDES, Manuel Rigoberto. **Arte folklórico de Bolívia**. La Paz: Ediciones Puertadel Sol, 1977

POLLAK, Michael. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 199.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. In: Estudos Históricos, 5 (10). Rio de Janeiro, 1992. p. 200-212

QUEIRÓZ, Maria Isaura P. **Bairros rurais paulistas**. São Paulo: ed. Duas Cidades, 1973.

RELATÓRIO MINZER-CEDOPLAR. **Ocupação agrícola da amazônia: primeiros estudos para fixação de diretrizes**. Belo Horizonte: 1979.

RODRIGUES, Antonio E. M. *"A Cidade da História"*. In: MATTOS, Ilmar Rohloff de. In: Ler e Escrever Para Contar: Documentação, Historiografia e Formação do Historiador. Rio de Janeiro: ACCESS, 1998.

SANTOS, Milton & SILVEIRA, María L. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. 9 ed. Rio de Janeiro: Record. 2006.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo, ed. Hucitec, 1997.

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo : Nobel, 1997.

SATO, M. & OUTROS. **Mapeando os territórios e identidades do Estado de Mato Grosso, Brasil**. Cuiabá EDUFMT, 2013.

SILVA, Vanderlei, Kalina; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 67-70.

SILVA, Joana A. Fernandes. **Identidades e conflito na fronteira: poderes locais e os chiquitanos**. In: Revista Memoria Americana 16 (2) - Ano 2008: 119-148.

\_\_\_\_\_. **Pertencimento e Identidade, Territorialidade e Fronteira entre os Chiquitanos no Brasil e na Bolívia**. Porto Alegre: Espaço Ameríndio, v. 6, n. 1, p. 119-137, jan./jun. 2012.

SILVA, Maria Aparecida Moraes. **A cultura na esteira do tempo**. São Paulo em Perspectiva. Fundação Seade, v. 15. Nº 3, p. 102-112, jul/set. 2002, p. 102

SILVA, Verone C. **Carnaval: Alegria dos Imortais** - Ritual, Pessoa e Cosmologia entre os Chiquitano no Brasil. São Paulo: USP, 2015. Tese (Doutoramento em Antropologia). Faculdade de Filosofia, *Letras e Ciências Humanas*

SIMMEL, Georg. **Soziologie**. Untersuchungen über die formen der Vergesellschaftung. (Sociologia – Estudos sobre a forma de socialização). Trad. Mauro Guilherme Pinheiro Koury. Berlin: Duncker e Humboldt editores, 1908.

SOJA, Edward W. **Geografias Pós-Modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Trad.: Vera Ribeiro. Revisão: Bertha Becker. Rio de Janeiro: Zahar, 1993

SPÓSITO, Eliseo S. **A Vida nas Cidades**. São Paulo: Ed. Contexto, 1994.

TODOROV, Tzvetan **A conquista da América – a questão do outro**. Trad. Beatriz Perrone Moi. São Paulo: Martins Fontes, 2ª. Edição.

TOURAINE, Alain. **Crítica da modernidade**. Trad. Elia Ferreira Edel. Petrópolis: Vozes, 1994.

VILLAS BÔAS, Orlando; VILLAS BÔAS, Cláudio. **A Marcha para o Oeste: A Epopéia da Expedição Roncador-Xingu**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

WAIBEL, Leo. **Capítulos de geografia tropical e do Brasil**. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Supren, 1979

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília: UNB, 2000.